



HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES

ANO 10 NÚMEROS 18 E 19 JUNHO E DEZEMBRO DE 1989

ISSN 0100-6932

Editor: Sérgio Odilon Nadalin

Secretário Executivo: Francisco Moraes Paz

Conselho Editorial: Elton Barz, presidente
Maria Lucia Cidade, secretária

Anamaria Filizola, Ana Maria de Oliveira Burmester, Beatriz Teixeira de Miranda, Carlos Alberto Faraco, Carlos Roberto Antunes dos Santos, Cesar Augusto Ramos, Jayme Antonio Cardoso, Maria Cristina Colnaghi, Maria Ignês Mancini de Boni, Marionilde Dias Brepohl de Magalhães, Regina Rotemberg Gouveia e Sérgio Odilon Nadalin.

Conselho Consultivo: Ana Cleide Cesário (UEL), Adalgiza Maria Vieira do Rosário (UNB), Caio Cesar Boschi (UFMG), Carlos Guilherme Mota (USP), Edgar Salvadori de Decca (UNICAMP), Hilário Franco Júnior (USP), Iraci del Nero da Costa (USP), Joana Neves (UFPb), Renato Janine Ribeiro (USP) e Sandra Jathay Pesavento (UFRGS).

Equipe de apoio técnico: Aymara Ribas, normatização
Marília Mezzono Rodrigues e Francisco
Moraes Paz, revisão
Fernando Cecenetti, capa.

Capa: Praça Tiradentes, Curitiba. Concentração dos integralistas, Dia da Bandeira, 19-11-1937.

Publicação semestral da Associação Paranaense de História — APAH, Caixa Postal 1538
80.000 — Curitiba — PR

A opinião emitida nos artigos é de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Gráfica Vicentina Ltda.
Al. Cabral, 846 — Caixa Postal, 988
Telefone: (041) 222-1057
80410 CURITIBA-PR

Publicado com o apoio do BANESTADO
ECOS — Comunicação & Marketing

História: Questões & Debates

Associação Paranaense de História - APAH

Curitiba — Junho - Dezembro 1989

S U M A R I O

Sérgio Odilon Nadalin — Apresentação 3

NA PAUTA DAS LIBERDADES

Guilherme Palacios — A “Guerra dos Maribondos”: uma revolta camponesa no Brasil escravista 7

UM CONTRAPONTO: LINGUAGENS TOTALITÁRIAS

Marionilde Dias Brepohl de Magalhães — Velhos e novos nacionalismos; Heimat, Vaterland, Gastland 77

Giralda Seyfert — A Liga Pangermânica e o perigo alemão no Brasil: análise sobre dois discursos étnicos irredutíveis 113

René E. Gertz — Preconceitos de sangue 157

Décio Roberto Szvarça, Maria Lúcia Cidade — 1955: o voto “verde” em Curitiba 181

A EXPERIÊNCIA REPUBLICANA: INSTITUIÇÕES, POLÍTICA PODER

Euclides Marchi — Uma igreja no estado livre: o discurso da hierarquia católica sobre a República 213

Cristiano German — Igreja versus governo — opções políticas na transição democrática brasileira 235

Gladys Sabina Ribeiro — O jacobinismo nos primeiros anos da República: seus ódios, suas razões e a criação de uma idéia de nação 261

Denise G. Bottmann — A propósito de Capistrano 283

ENSAIO

Joan Rüsen — Conscientização histórica frente a pós-modernidade: a história na era da “nova intransparência” 303

CONFERÊNCIA

Cristian Meier — Sobre o conceito de identidade nacional 329

NOTAS DE LEITURA

José Borges Neto — Nietzsche e a história: considerações sobre “Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida” ... 349

Francisco Moraes Paz — Peter Gay: a experiência burguesa da rainha Vitória a Freud 363

ISSN 0100-6932

Apresentação

Eu deveria ter redigido este texto de apresentação da nossa *História: Questões & Debates* há pelo menos dezoito meses, quando a revista ficou pronta para ser encaminhada à gráfica. O Conselho Editorial, decidido e alinhavado o conteúdo dos números 18 e 19, resolveu, em virtude de razões técnicas e por economia, reuni-los num só tomo. Primeiramente, as “Linguagens totalitárias”, artigos agregados com a ingente colaboração da Professora Marionilde Dias Brepohl de Magalhães — creio que nunca será demais o tratamento desta temática! Em seguida, “A experiência republicana”: queríamos também nós, à nossa moda de historiadores, “comemorar” os 100 anos de República. Esperamos que o leitor não interprete mal a coincidência destes dois temas num só volume: qualquer semelhança com a realidade é mera ficção!

Estávamos, pois, satisfeitos com o nosso trabalho, mas os recursos não vieram. De lá para cá, contatamos instituições de fomento, bancos, empresas; o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia — CONCITEC, não tem recursos, apesar da Constituição estadual dispor que dois por cento do orçamento total do Estado devem ser destinados a estimular a produção científica e tecnológica no Paraná: depois de quase dois anos de sua aprovação, o referido artigo ainda não foi regulamentado. O CNPq outrora possibilitou que editássemos vários números da Revista, embora sempre tivéssemos que somar esforços para completar os recursos necessários para a impressão e outras despesas. Hoje, por falta de recursos, tem limitado seu auxílio à uma ou duas revistas

na área: já vai longe o tempo em que a Instituição repassava recursos da FINEP com o expresso objetivo de colocar em dia a Revista, então em atraso.

Os investimentos realizados durante estes anos todos, que resultaram na publicação de dezessete números do nosso periódico, corriam o risco de se perder: mais uma publicação que começou e não teve continuidade. Felizmente, para o Banco do Estado do Paraná — o BANESTADO, santo de casa faz milagres. E assim, embora com todo este atraso, mais dois números da “*História: Questões & Debates*” coloca-se à disposição dos seus leitores. O que talvez seja igualmente importante, o Conselho Editorial poderá reunir-se novamente, acionar o Conselho Consultivo, agir, enfim, dando apoio ao Editor neste difícil mas gratificante trabalho de dar seguimento à Revista, e superar os atrasos. O número 20, concernente a junho de 1990, está completo; entretanto, teremos de nos esforçar para não só fecharmos pelo menos mais dois fascículos (o ano de 1991 já está correndo para seu final), mas também eventualmente adequá-la às exigências gráficas mais modernas. Sempre trabalhamos um tanto artesanalmente, na produção e distribuição da Revista e, se nossa publicação sempre saiu um pouco melhor, foi porque tivemos a colaboração dos funcionários da Gráfica Vicentina, que imprimiu a grande maioria dos seus números.

Aproveito este espaço para agradecer vivamente estes autores cujos trabalhos foram selecionados para estes dois números que apresento. Eles acreditaram em nós, pois esperaram quase dois anos para a publicação, e todos sabemos como as instituições nos cobram em relação à nossa produtividade. Devolver aos autores seus originais não implicaria somente substituir um artigo por outro: significaria realmente romper a unidade da Revista, duramente alcançada. Aproveito esta oportunidade, ao me despedir da tarefa de Editor, também para agradecer a todos aqueles que, durante estes anos todos, nos mandaram artigos possibilitando mesmo uma oferta superior à demanda, o que sem dúvida contribuiu para a qualidade e especificidade da Revista.

Para terminar, uma última nota: meu nome consta ainda como Editor deste número duplo, embora a maior parte do trabalho de edição deva ser creditado aos Professores Francisco Moraes Paz e Marionilde Dias Brepohl de Magalhães. De fato, eu já estava de saída, pois vislumbrava uma espécie de paternidade, de minha parte, em relação à publicação. Assim, aproveitei como deixa a minha eleição como presidente da APAH em 1990 para o afastamento da função de Editor, sugerindo à Diretoria da Associação que convidasse Moraes Paz para me substituir.

Sergio Odilon Nadalin

Julho, 1991

A “GUERRA DOS MARIBONDOS”: UMA REVOLTA CAMPONESA NO BRASIL ESCRAVISTA (Pernambuco, 1851-1852) — Primeira Leitura

GUILLERMO PALACIOS

Historiador e Professor do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola — CPDA, UFRJ.

RESUMO

Este artigo inicia a reconstituição e faz uma primeira e preliminar interpretação da “Guerra dos Maribondos” em Pernambuco, uma insurreição de homens e mulheres pobres livres, na sua grande maioria cultivadores familiares autônomos, que se levantaram em armas em dezembro de 1851 contra o governo imperial certos de que o *Regulamento do Registro dos Nascimentos e Óbitos*, promulgado em junho desse mesmo ano, trazia implícito nos seus propósitos o cativeiro dos pobres livres. O argumento — irrefutável — dos levantados de que o verdadeiro marco para entender a oportunidade do *Registro* era o fim do tráfico interoceânico de escravos determinado um ano antes, presta à essa revolta um significado muito especial no processo de transição do escravismo ao trabalho livre e, sobretudo, interroga o que sabemos sobre a consciência que os pobres livres — a totalidade da população camponesa da Província — tinham do papel que jogavam no sistema sócio-econômico do nordeste escravista e, especialmente, no processo de trânsito a outro modo de organizar a produção centrado em grande medida, de fato, na força de trabalho das comunidades camponesas.

ADVERTENCIA

Este texto foi escrito, numa primeira versão, em fins de 1984, com ajuda de uma bolsa de pesquisa do CNPq, utilizando basicamente o corpo documental referente ao movimento, publicado ao longo de 1852-1853 pelo *Diário de Pernambuco*. Supunha naquele momento, seguindo informações de outros historiadores, que a documentação original tinha-se perdido

(as cópias foram de fato extraviadas em Pernambuco, mas os originais localizados posteriormente, no decorrer da pesquisa, no Arquivo Nacional). A revisão do texto com vistas à versão definitiva, como núcleo de uma — segunda — proposta de tese doutoral, durante o período de inverno/primavera de 1985, provocou uma reformulação geral do espaço, tempo e universo conceitual do estudo de tal maneira complexa que se tem convertido, a partir de então, no meu trabalho cotidiano e no meu projeto central. De fato, numa tentativa por situar os antecedentes dos grupos participantes da revolta, foi necessário recuar no tempo e ampliar lentamente o foco espacial, até encontrar, por último, o que pareciam ser as matrizes da formação social e econômica dos cultivadores pobres livres que permitiriam, através da reconstrução de um longo processo, voltar enfim a 1852 — mas apenas a partir das últimas décadas do século XVII; e não nas freguesias incluídas no mapa da revolta, mas na jurisdição extensa da Capitania Geral de Pernambuco.

A pesquisa resultante dessa revisão, realizada nos anos de 1986-1988, sempre acompanhada de elaborações preliminares de diversos materiais, rendeu um plano geral de um novo estudo dividido em 4 grandes partes abrangendo o período 1700-1875 e dirigido a analisar e tentar reconstituir a história dos cultivadores pobres livres do Nordeste Oriental e, especialmente, de Pernambuco, Alagoas e, em menor grau, Paraíba. Em termos concretos foi já produzido um esquema geral do projeto, publicado como uma "proposta de periodização", e concluídas a Primeira e Segunda Partes, correspondentes, respectivamente, aos anos de 1700-1760 e 1760-1810. Todos esses trabalhos estão referidos na versão "atualizada" de "A Guerra dos Maribondos" que se apresenta a seguir. A atualização foi feita em função do conjunto da pesquisa realizada com posterioridade à elaboração do estudo original, e se bem não incorporou novos materiais — pois isso equivaleria a iniciar a elaboração da 4.^a parte — "limpou" o texto de inexactidões ou impropriedades à luz dos dados que serão depois — espero — acrescentados. De resto, o material su-

plementar não modifica a visão geral da revolta, conforme esta aparece na documentação inicialmente consultada, servindo mais para permitir ampliar o escopo do tratamento interpretativo. Aliás, foi esse crescimento interminável da pesquisa que me levou a pensar em publicar esta primeira aproximação à revolta, embora "incompleta".

De acordo com o projeto na sua forma atual faltam ainda duas partes do plano, tratando os períodos 1810-1849 e 1850-1875, este último centrado, natural e finalmente, no pequeno estudo original sobre a "Guerra dos Maribondos" cuja "primeira leitura" compõe as páginas a seguir. Falta também completar a pesquisa necessária para elaborar pelo menos dois "sub-produtos" do trabalho: uma reflexão sobre a formação da mentalidade missionária através de uma espécie de biografia intelectual de Frei Caetano de Messina, um frade capuchinho de origem siciliana que de pacificador de revoltas populares chegou a ser, precisamente na época da famosa "questão religiosa", conselheiro do Imperador, e um estudo mais abrangente sobre as Ordens Mendicantes e sua penetração nas comunidades camponesas brasileiras no século XIX. Isso como resultado da minha iniciação na história dos capuchinhos italianos no Brasil, realizada durante um período mais de 3 meses de trabalho integral nos seus preciosos "archivos" do Rio de Janeiro, precisamente atrás de informações sobre Frei Caetano, suas "missões volantes" e as revoltas populares no fim do escravismo. Existe ainda a possibilidade de converter a "Guerra dos Maribondos", com um aparato interpretativo e analítico mais desenvolvido, centrado no binômio religião/cultura camponesa no século XIX, num estudo independente.

Isto tudo apenas para situar o leitor nos encontros do texto a seguir, pedir desculpas pela sua natureza preliminar e tentar justificar a publicação desta versão primeira, cuja principal carência, além das decorrentes das limitações próprias do autor, é certamente a de não incorporar o riquíssimo material referente à interpretação capuchinhos-pobres livres. Fica para a próxima.

1852. Guerra dos Maribondos. A 1.º de janeiro rebenta no município de Pau-d'Alho, o movimento sedicioso conhecido pelo nome de Guerra dos Maribondos, cujo fito era impedir a execução do decreto imperial n.º 798, de 18 de junho de 1851, decreto que tornava obrigatório, nas paróquias, o registro de nascimentos e de óbitos. O movimento alastrou-se por vários municípios da Província e pela Província da Paraíba, onde tomou o nome de Ronco-da-Abelha. O governo enviou fortes contingentes para o debelar, mas a pacificação foi devida ao missionário capuchino Frei Caetano da Messina.

MELO, Mário de. Síntese cronológica de Pernambuco. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v.38, p.85-86, 1943.

Maribondo. Espécie de inseto ou vespa muito vulgar, bravia, de ferrada penetrante, aguda, que imediatamente produz inchaço e muitas dores.

COSTA, F.A. Pereira da. Apontamentos para um vocabulário pernambucano de termos e phrases populares e de vocábulos vernáculos correntes no Estado com accepções diferentes. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v.34, n.159/162, p.459, 1936.

1. APRESENTAÇÃO

Como informa uma das citações do epígrafe, a "Guerra dos Maribondos" — denominação de uso restrito aos trabalhos do autor da frase, mas aqui adotada pela facilidade de identificação da revolta e pelo conteúdo significativo do termo — foi um levantamento de homens pobres livres, camponeses na sua maioria, inconformados e alarmados com a promulgação, em 1851, do *Regulamento do Registro dos Nascimentos e Óbitos* no Império e, em menor grau, da *Lei do Censo*.¹

O Registro foi rapidamente apelidado de **Lei do Cativoiro**, pela crença popular de que, coincidindo com as leis que determinavam o fim da importação de mão-de-obra africana

1 Decretos n.º 797 e 798 de 18 de junho de 1851. Mandam, respectivamente, "executar o regulamento para a organização do Censo Geral do Império" e "executar o Regulamento do registro de nascimentos e óbitos". BRASIL. Leis, etc. *Collecção das leis do Império do Brasil de 1850*. Ouro Preto: Typ Silva, 1851. v.14, pt.2, p.161-174.

escrava, destinava-se na verdade a recuperar para o escravismo uma ampla camada da população que não tinha, até então, sido objeto da atenção por parte do Estado ou dos proprietários das *plantations* açucareiras da zona da mata nordestina: os cultivadores não escravos, isto é, os homens e as mulheres pobres livres.

O interesse pelo assunto surgiu durante um período de trabalho de campo no agreste de Pernambuco, como parte das atividades do extinto Programa de História Geral da Agricultura Brasileira, sediado em e promovido pelo então Centro de PósGraduação em Desenvolvimento Agrícola, CPDA, da EIAP/FGV — hoje Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, CPDA/UFRJ. Procurando documentação sobre a história da agricultura de subsistência na região, em meados do século XIX, foram encontradas diversas referências ao que parecia ter sido uma breve e escura revolta de pequenos cultivadores livres, que teria acontecido em duas fases temporais: em torno a 1851-52 e nos anos de transição do Império à República. Este texto ocupa-se apenas do primeiro período.

Meses depois, durante uma revisão da literatura referente a essa época e região, surpreendi-me com a releitura do livro de Peter Eisenberg sobre a economia açucareira de Pernambuco, pois para meu espanto o autor fazia referência a uma revolta de "vagabundos", que teria-se espalhado pela maior parte dos municípios açucareiros em 1851, segundo ele, provocada pelo temor dos "homens de cor" de virem a ser escravizados através do *Registro de Nascimentos e Óbitos*.² Constatando que eu estava errado em pensar que se tratava de um movimento circunscrito apenas às áreas de agricultura de subsistência do agreste pernambuco, e que Eisenberg pecava em igual medida ao supô-lo limitado à região açucareira, decidi consultar a documentação ministerial desses anos, principalmente os papéis dos Ministérios

2 EISENBERG, P.L. *The sugar industry in Pernambuco, 1840-1910: modernization without change*. Berkeley: University of California Press, 1974. p.196.

dos Negócios do Império e da Justiça, onde, como era de se esperar, havia informações mais abrangentes com relação à revolta.

Na realidade, tratava-se de um movimento que tinha aparecido, simultaneamente, entre os meses de dezembro de 1851 e fevereiro de 1852, nas províncias de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Sergipe, Ceará e Minas Gerais.³ Com a relativa exceção desta última, parecia ser, pois, um movimento regional, possivelmente enquadrável dentro do complexo processo de transição que as províncias nordestinas iniciavam então em direção à constituição de um novo sistema de controle social do trabalho, que substituisse o escravismo. Contudo, independentemente do universo geral da revolta, o foco era Pernambuco e foi nessa província onde a conflagração provocada pelo *Regulamento do Registro* deu lugar aos mais alarmados temores das autoridades e dos proprietários de terras, tanto pela sua dimensão efetivamente maior, quanto — e sobretudo — pelo medo ainda vicejante entre a classe política conservadora e os senhores de engenho da Zona da Mata, de que qualquer movimento de protesto redundasse na reativação do fogo morto da Revolução Praieira.

Os temores, no entanto, eram infundados. Embora altas figuras da administração provincial pernambucana, conservadores e/ou reacionários recalcitrantes como o Chefe da Polícia, desembargador Jerônimo Martiniano Figueira de Mello⁴, defendessem até o último momento a tese da “manipulação” dos homens pobres livres pelos ex-praieiros, estes, através de Jerônimo Vilela de Castro Tavares e Inácio Bento de Loyola, figuras de primeira linha do levantamento de

3 BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios do Império. *Relatório apresentado a Assembléia Geral Legislativa. Rio de Janeiro, 1852*, p.18. A revolta em Minas, estranhamente ausente do Relatório acima, foi contudo testemunhada e acompanhada durante várias semanas, pelo correspondente do Diário de Pernambuco nessa Província, sobretudo ao longo de janeiro de 1852. Cf. *Diário de Pernambuco, Recife*, jan. 1852, passim. (de agora em diante DP).

4 Figueira de Melo era, na época, la bête noire da oposição liberal pernambucana, por causa dos excessos por ele cometidos ou ordenados durante a cruenta repressão da insurreição praieira. Homem de extrema direita, com veleidades de intelectual e membro de sociedades literárias, foi também autor — entre outras obras — de uma muito lida e documentada *Chronica da Rebelião Praieira em 1848 e 1849*. Rio de Janeiro, Typ. do Brazil, 1850. Cf. CARNEIRO, Edison. *A Insurreição praieira: 1848-1849*. Rio de Janeiro: Conquista, 1960, p.176.

1848,⁵ não só negaram qualquer envolvimento com os distúrbios, como que se ofereceram, pasmem os populistas, a marchar junto às tropas do Governo Conservador para sufocar uma revolta que, aos seus olhos de "vanguarda das massas", parecia estar constituída pela ralé reacionária do estrato mais baixo da sociedade pernambucana que queria opor-se ao progresso representando pelo *Registro* e pela estatística do Censo. Porém, o Presidente da Província, Vitor de Oliveira, homem de tensas relações com seu Secretário de Polícia pela sua moderação e insistente negativa em ver praieiros escondidos debaixo da cama, deu a palavra final sobre os acontecimentos na sua Província no Relatório de 1852:

Resta dizer em honra de todos os Pernambucanos, que semelhantes movimentos não denunciaram intervenção de algum partido político, e foi agradável observar que aquele, sobre que parecia ter-se querido fazer pairar alguma suspeita, repeliu com declarações francas, e por fatos não equívocos toda a opinião falsa que contra ele se pudesse formar a esse respeito⁶.

Esta notável aliança de conservadores e liberais contra os homens pobres livres, isto é, a aliança de inimigos políticos da **mesma classe** contra um grupo social que na ótica dos interesses hegemônicos carecia de legitimidade para agir politicamente, quando sua participação não se enquadrava nas estratégias e/ou nos objetivos dos setores tradicionalmente no comando do poder, será certamente um dos temas a serem analisados neste texto.

A revolta contra o *Registro de Nascimentos e Óbitos* foi, em si, um movimento completamente desprovido de glória e de atos heróicos. Talvez seja por isso que, excetuando as obras já citadas de Eisenberg e de Mário de Melo, onde a "Guerra dos Marimbondos" aparece em raquíticos pará-

5 Inácio Bento de Loyola tinha sido redator do diário liberal *A Voz do Brasil*. Já Castro Tavares dirigiu o *Guarda Nacional*, da mesma tendência, foi deputado geral e professor titular da Faculdade de Direito do Recife. Cf. CARNEIRO, p.176, 179.

6 Relatório do Presidente da Província de Pernambuco, 1852. p. 6.

grafos, nenhum outro trabalho de história do período, pelo menos nenhum razoavelmente conhecido, faça a menor menção aos fatos aqui focalizados. E, dentro de certa lógica, com toda razão: ao lado da Praieira, da "Guerra dos Cabanos", da "Sabinada", da "Cabanagem", da "Setembrizada", da conflagração de "Quebra-Kilos", e de tantas outras guerras e revoltas que agitaram o Nordeste do Brasil durante o Primeiro Reinado e a Regência, a sublevação contra o *Registro de Nascimentos e Óbitos* foi um pálido não-acontecimento para os seletivos olhos da historiografia nacional.

Trata-se, de fato, de uma revolta aparentemente sem a menor importância. Não provocou nenhuma mudança significativa em qualquer aspecto da realidade política ou econômica da época, nacional ou regionalmente, não levou a alterações perceptíveis no sistema ou nos mecanismos do poder, não influenciou diretamente na estrutura produtiva, nem foi capaz de impedir ou acelerar o ritmo da transformação das relações de produção na agricultura local, nem o seu sentido. Não foi, sequer, um movimento sangrento: o saldo final das suas raras e patéticas batalhas alcançou a ridícula soma de 12 mortos e 15 feridos, com o atenuante — agravante no caso de uma revolta — de que vários desses atos violentos foram praticados sem relação direta com o movimento e sim como ajustes de contas entre adversários políticos ou "privados" que aproveitaram a poeira dos "Marimbondos" para saldarem haveres e deveres. De resto, dois soldados punidos por "comportamento inconveniente" quando da ocupação da vila do Limoeiro, no agreste setentrional de Pernambuco, detenções mínimas e passageiras, uma briga escandalosa entre o Presidente da Província e seu Chefe de Polícia — que se queixava de que o primeiro, além de "frouxo" com os liberais, não o deixava aparecer para a imprensa, diminuindo-lhe os méritos no combate aos revoltosos —, e uma generosa recompensa oferecidas a Frei Caetano de Messina, o capuchinho que chefiou as missões de "pacificação" dos insurretos, como seu antecessor no comando da ordem, Frei Plácido de Messina, tinha "pacificado" o que restou, no final,

dos cabanos. Estranha especialização, essa dos frades. Ganharam também os curas e vigários das Paróquias, que com o rápido e estrondoso desenrolar dos fatos conseguiram manter ainda por muito tempo o monopólio do registro tradicional dos vivos e dos mortos, que lhes rendia, além das pequenas taxas pagas pelas famílias, um generoso subsídio governamental. Ah, sim, uma outra coisa: a "Guerra dos Maribondos" — na batalha de 1852 — foi "ganha" pelos camponeses e demais pobres livres, que forçaram o impávido Império a capitular e suspender a aplicação do *Registro dos Nascimentos e Óbitos* por mais de quarenta anos, assim como conseguiram deter por mais duas décadas as tentativas do Estado por contá-los. Finalmente, neste balanço da revolta, **last but not least**, liberais e conservadores descobriram com grande alvoroço nos pobres livres e, sobretudo, nos camponeses autônomos, um inimigo de classe digno de servir como patamar para consolidar a pacificação dos grupos dirigentes da sociedade agrária, e capaz de mostrar a necessidade histórica da **conciliação** dos detentores do poder.

Contudo, a pesquisa nunca esteve orientada no sentido de estudar uma revolta popular contra o Estado imperial em função dos seus resultados, nem da sua eventual historicidade plena. Pelo contrário, o que despertou a atenção foi precisamente a relativa insignificância dos fatos, a mínima importância dos seus protagonistas centrais, a sobrevivência de um episódio aparentemente irrelevante (mas eles não fazem parte, também, da história?), a indiscutível falta de **glamour** na motivação dos atores principais ao encenarem uma revolta contra um regulamento escuro, certamente trivial na vida de qualquer nação civilizada. Sobretudo se comparado com o conjunto de leis de primeira grandeza promulgado por esses anos. Em primeiríssimo lugar, a *Lei Eusébio de Queiroz*, que fechava definitivamente a entrada de mão-de-obra africana, logo a seguir a famigerada, muito citada e pouco estudada *Lei de Terras*, e um pouco depois, meio escondida, a drástica reformulação do *Regulamento da Guarda Nacional*. Mas será que o *Registro de Nascimentos e Óbitos* — e seu

apêndice, a *Lei do Censo*, não faziam parte também, e parte importante — embora puramente “operacional” — de um mesmo projeto de repressão institucional contra a população camponesa do Brasil escravista, acrescido ainda pelas sucessivas leis favorecendo a entrada maciça de imigrantes e de capital estrangeiro e colocando ao mesmo tempo barreiras insalváveis à propriedade da terra por parte dos recém-chegados⁷?

Os sublevados da “Guerra dos Maribondos” se levantaram contra uma série de acontecimentos que começavam a ocorrer por volta de 1850, e que representavam, para eles — e não para os senhores de escravos, nem para os escravos, não para o capital, nem para o processo de acumulação —, sinais evidentes de que uma grande mudança estava a caminho, e que essa mudança, cujo sentido eles perceberam clara e corretamente com uma antecedência que é de causar espanto, seria no fundo concretizada às suas próprias expensas. Eles, homens e mulheres pobres livres do Nordeste do Brasil, cultivadores autônomos de base camponesa, eram a primeira linha de reserva de mão-de-obra para as *plantations* no início da crise terminal do escravismo. E a revolta contra o Registro mostrou que tinham plena consciência disso. Tinham também, possivelmente, consciência de que os anos 1850-1854 marcavam o início do acirramento de uma guerra surda mas incessante do Estado nacional — aberta no último quarto do século XVIII — contra o campesinato no Brasil, especialmente contra os cultivadores pobres livres do Nordeste Oriental⁸.

O pensamento que orientou a pesquisa foi o de situar a “Guerra dos Maribondos” dentro de um contexto, ainda hipotético, que indicava, para esse período, os primórdios do processo de aparelhamento do Estado para enfrentar tarefas

7 PALACIOS, G. Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste Oriental do Brasil c.1700-1875. *Dados*, Rio de Janeiro, v.30, n.3, p.345-348, 1987.

8 PALACIOS, G. p.334-338. O estudo detalhado dessa questão está em PALACIOS, G. *Expansão camponesa e revolução industrial: as plantations e a expropriação dos cultivadores pobres livres da Capitania Geral de Pernambuco, 1760-1810*. Rio de Janeiro, 1989. Mimeografado.

tão importantes na construção de uma economia que se adaptasse às mudanças do capitalismo no âmbito mundial, como a estruturação de um mercado de trabalho livre. Nesse contexto, o movimento assumia a importância dupla de significar um ato notável de resistência por parte dos pobres livres do campo contra o que certamente era uma manobra envolvente do novo sistema que lutava para se consolidar, iniciando a tarefa pelo registro e contabilidade dos recursos humanos disponíveis para a produção na nova fase. Implicava também numa defesa indireta da ordem anterior, o escravismo, na medida em que sua vigência tinha poupado o homem pobre livre da sujeição completa ao trabalho nas **plantations**. Enquanto houvesse escravos, o homem pobre continuaria sendo pobre, mas livre.⁹ A mudança de sistema, pelo contrário, levava à superação dessa diferença: homens pobres livres e escravos seriam progressivamente iguais — não mais pela sua condição jurídico-estamental, mas pela sua miséria; o processo de ajuste das estruturas sociais e econômicas que adaptava o Brasil às novas demandas do mercado mundial os metamorfoseava assim de **homens pobres e livres em apenas homens pobres**. Como convinha, aliás, aos critérios do novo sistema social que re-organizava a produção. Nesse sentido, pois, a "Guerra dos Maribondos" foi também uma revolta **contra** a extinção do escravismo. Não uma revolta de senhores, nem de proprietários, nem sequer de escravos. Uma revolta de indivíduos insignificantes, explorados e miseráveis — mas livres.

O texto, então, pretende lidar primordialmente com idéias e conceitos. No pasmatório historiográfico que foi a "Guerra dos Maribondos" tentou-se enrontrar um momento privilegiado, longe de jornadas apoteóticas de significado retumbante, para surpreender a intimidade do anonimato de uma luta inglória e, a partir dessa situação, levantar um conjunto de indicações sobre a mentalidade e a atitude

⁹ José de Souza MARTINS tocou de leve nesse problema. Cf. o seu notável **O Cativo da terra**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

frente a vida do campesinato nordestino na metade do século XIX. Indicações, hipóteses, divagações, não muito mais do que isso.

2. A "GUERRA DOS MARIBONDOS" EM PERNAMBUCO: A TRANSMISSÃO DOS FATOS.

Em março de 1850, no seu *Relatório à Assembléia Geral Legislativa*, o Visconde de Mont'Alegre, então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, queixava-se da precariedade dos dados disponíveis sobre casamentos, batizados e óbitos no Brasil, afirmando:

[...] além do Município da Córte figuram apenas quatro Províncias, e ainda assim só de duas dessas, Espírito Santo e Maranhão, vieram relações detalhadas. He nesta parte imperdoável o desleixo da mór parte dos Parochos e para pôr termo a semelhante escandalo muito conviria que huma lei lhes impuzesse a obrigação de apresentarem todos os anos dentro de hum prazo razoavel a relação dos baptismos, casamentos e óbitos do anno anterior, não se lhes pagando jamais a respectiva congrua sem que provem ter satisfeito aquella obrigação: esta simples medida talvez baste para que se obtenha, ao menos este dado estatistico com regularidade e exatidão.¹⁰

Esta relativamente pequena pendência entre o Ministro e os párocos ou, se se quer, entre o Estado e a Igreja, deu como resultado o parágrafo 3.º do Art. 17 da Lei N.º 586 de setembro de 1850 que, dispondo sobre o orçamento do Império, autorizava o Governo a realizar os gastos necessários para elaborar, provincia por provincia, o *Censo Geral do Império*, e estabelecer, paralelamente, "registros regulares de nascimentos e óbitos anuaes."¹¹ Finalmente, a 18 de junho de

10 Relatório [...] do [...] Ministro dos Negócios do Império, 1850. p.36-37. Apparently, essa discussão iniciou-se nesse mesmo ano, pois nada sobre o assunto foi encontrado nos Relatórios anteriores.

11 'Lei n.º 586 de 6 de setembro de 1850. Manda reger no exercicio de 1851 a 1852 a lei do orçamento n.º 555 de 15 de junho do corrente ano. In: *Collecção das leis*, 1850, v.11, pt.1, p.212-215.

1851, eram expedidos dois decretos — n.º 797 e 798 — que, como já se disse, mandavam executar ambas as medidas.¹²

Quase seis meses após a promulgação dos decretos, a 19 de dezembro de 1851, um punhado de habitantes da povoação de Rozário de Cima, termo de Pau d'Alho, no limite entre a Zona da Mata Norte e o agreste pernambucano, protagonizava os primeiros protestos contra a aplicação do *Regulamento do Registro de Nascimentos e Óbitos*, rasgando os editais afixados pelo Juiz de Paz, e exibindo-se armados "(...) para obstem outro edital, que dizem se há de fixar (...)".¹³ Simultaneamente, o Juiz de Paz de Vitória de Santo Antão, advertia ao Presidente da Província sobre o crescimento da agitação no campo, sobretudo no meio do "povo mais meúdo", subitamente tomado por "idéias bastante anárchicas e sem que se possa asseverar a V. Excia. que alguém tenha disseminado estas idéias no espírito das pessoas incautas."¹⁴

Aparentemente surpreendido tanto pela rapidez do movimento quanto pela sua natureza, o Governo Provincial adotou como primeira medida instruir o Juiz de Direito de Vitória — como se sabe, um centro comercial e produtivo de grande importância para o abastecimento da capital da Província — no sentido de que fosse organizada uma força de 200 cidadãos da localidade para enfrentar os distúrbios. A revolta, no entanto, generalizou-se rapidamente na região, enquanto o magistrado mostrava-se incapaz de constituir a milícia civil por falta absoluta de voluntários: "(...) esta gente — informou o Juiz — compactua com os sublevados de outras comarcas contra o Decreto de 18 de junho de 1851 (...)." Para agravar a situação, o Subdelegado do Termo percorria seu território fazendo recrutamentos para a Guarda Nacional, o que — no dizer do próprio Juiz — contribuía

¹² Vide nota 1.

¹³ As agitações davam-se preferencialmente nas feiras das vilas e povoações de Rozário de Cima e vizinhança. Subdelegado de Polícia de Goitá a Delegado Suplente do Termo de Pau d'Alho, 19-12-1851, DP, 12-02-1852.

¹⁴ Juiz de Paz (de agora em diante JP) de Vitória de Santo Antão a Presidente da Província, 21-12-1851, in MSS JP, 1851, v.12.

enormemente para acirrar os ânimos das comunidades camponesas da região.¹⁵ Nesses primeiros dias, a revolta arrastava-se rapidamente pelas comarcas de Vitória de Santo Antão, Pau d'Alho e Limoeiro, enquanto que naqueles lugares onde, à diferença de Vitória, as autoridades conseguiam recrutar e armar voluntários para controlar o descontentamento popular, o tiro saía, literalmente, pela culatra: os grupos assim apertrechados, ao invés de dissolverem os contingentes de revoltosos, juntavam-se a eles e engrossavam as filas da insurreição.¹⁶

Foi em Vitória, aparentemente, no decorrer dos primeiros distúrbios, que a revolta começou a ganhar o que seria posteriormente a sua verdadeira força ideológica. Na comarca, de acordo com informações do Juiz de Direito, "(...) os indivíduos mais incautos tem chegado a acreditar que o fim de semelhante Decreto é captivar os homens de côr (...)." ¹⁷ Sintomaticamente, foi a motivação assim estruturada da revolta, mais do que o número ou a natureza das ações dos sublevados, o fato que definitivamente espalhou o alarme entre as autoridades pernambucanas, tanto no nível local quanto no provincial. Nos dias que se seguiram ao 21 de dezembro de 1851, choveram comunicações de juizes e delegados dos mais diversos municípios do interior de Pernambuco, e alguns do próprio Termo da Capital, dando conta da formação de numerosos grupos armados, destruição de editais e enxurradas de ameaças a Juizes e Escrivães de Paz (os encarregados de aplicar o Regulamento, elaborando o *Registro*). Todas as alarmadas notícias enfatizavam o fato de que a insurreição se avolumava fundamentada no "boato" do iminente cativeiro dos homens pobres livres em geral, e já não somente os "homens de côr".

15 O delegado, por sua parte, encontrava-se de 'licença médica'. Juiz de Direito (de agora em diante JD) de Santo Antão a Presidente da Província, 21-12-1851, in MSS JD, 1852, v.1. Sobre o significado do recrutamento no processo de expropriação do campesinato nordestino cf. PALACIOS, *Expansão camponesa*..., cap.2 e Campesinato e escravidão, p.335-336.

16 Ibid.

17 loc. cit.

A segunda medida do Governo Provincial foi atacar com pesadas armas ideológicas a rebelião, cujo estonteante crescimento permitia que as autoridades manifestassem ter certeza de que tal "boato" se originava, na realidade, na ação subversiva de agitadores profissionais. E enquanto continuava despachando instruções para a formação das improváveis milícias cidadãos, o governo provincial apelou para uma poderosa e costumeira força auxiliar: a Igreja Católica Apostólica. Assim, nas vésperas do natal de 1851 (o Decreto devia ser lido, i. é., efetivado, nas missas de natal e ano novo), o Presidente da Província alertou o bispo diocesano para o fato de que:

[...] pessoas mal intencionadas abusando da credulidade da população menos sensata, espalham por alguns lugares do interior da Província ideias falsas e perigosas contra a execução do Decreto de 18 de junho deste anno [...] podendo-se supor que alguns parochos tenham sido indiferentes a essa disposição hostil ao mesmo decreto [...].¹⁸

Na mesma data, em circular dirigida a todos os Juizes de Direito, o Presidente repetia a suspeita de infiltração no movimento popular, contra-argumentando que o Decreto, longe de atentar contra "a liberdade dos povos", a consolidava, visto que:

[...] as bem entendidas disposições do mesmo decreto, já regulando o registro dos nascimentos das pessoas livres e dos escravos [...] acautelam e garantem os sagrados direitos de liberdade, de família e de propriedade [...].¹⁹

A interpretação político-partidária do movimento dos homens pobres livres espalhava-se com a mesma rapidez que a própria revolta, e a velocidade de difusão dessa leitura particular dos fatos fazia com que passassem despercebidas, quase com certeza propositalmente, diversas informações

18 Presidente da Província a Bispo Diocesano. Recife, 24-12-1851, DP, 03-01-1852. Grifo meu.

19 O documento acusa igualmente alguns párocos de colaborar, ativamente, ou por omissão, na disseminação da revolta, 'imaginando ou fantasiando prejuízos que da execução do Decreto lhes devem resultar'. Presidente da Província a Juizes de Direito das Comarcas. Circular. loc. cit., mesma data.

vindas de alguns pontos do interior, que enfatizavam, pelo contrário, a total **espontaneidade** do movimento e a marcante ausência de líderes entre os revoltosos. Porém, firmes na sua convicção, os altos escalões da administração provincial sedimentavam cada vez mais a hipótese, melhor, a versão objetiva e concreta de que a revolta contra o *Registro dos Nascimentos e Óbitos* nada mais era do que uma perversa combinação de agitadores e massa ignorante, amalgamada com as temíveis "idéias falsas". Nos últimos dias do ano de graça de 1851, conforme a "Guerra dos Maribondos" alcançava já os principais centros produtores de açúcar da Zona da Mata, o governo pernambucano, pelo menos a fração dele diretamente envolvida na repressão do movimento, adotou uma estratégia em duas vertentes: isolar os pretensos "agitadores", identificando-os e prendendo-os, e combater o pernicioso efeito de suas ações por meio de táticas de dissuasão e apaziguamento dirigidos à população sublevada.²⁰

Porém, independentemente dessa aparente cautela na adoção de medidas repressivas contra o movimento dos pobres livres, os pedidos de reforços armados, vindos do interior, sucediam-se intermitentemente, mostrando o claro despreparo dos efetivos policiais dos municípios para conterem a crescente onda de descontentamento popular. Sem saídas visíveis, o Governo Provincial cogitava já em enviar tropas da Guarda Nacional aos principais centros da conflagração, mas a medida era fortemente desaconselhada por magistrados e delegados municipais, que manifestavam aberta desconfiança da efetividade desse contingente armado, composto predominantemente por membros de famílias camponesas, e que, por isso mesmo, poderia facilmente resultar mais numa injeção de efetivos nas fileiras da revolta do que numa forma apropriada de combatê-la.²¹

20 Secretário de Polícia aos Delegados da Província. Circular. 31-12-1852. DP, 12-02-1852.

21 JD de Santo Antônio a Presidente da Província, 02-01-1852, in MSS JD, 10, v.1, 1852; Delegado do Termo de Nazareth a Secretário da Polícia, 11-01-1852, DP, 28-02-1852; JD do Limoeiro a Presidente da Província, 18-01-1852, in MSS JD, 10, v.1, 1852. Certamente a primeira opção pela formação de milícias cidadãos que, como se verá mais tarde, eram compostas pelos 'homens bons' das vilas, em detrimento da convocação da Guarda Nacional, indicava já esse tipo de receios.

A situação complicava-se, por outro lado, porque além do crescimento incessante do número de envolvidos na revolta, e do território cada vez mais amplo pelo qual se espalhavam os distúrbios, estes começavam a afetar não apenas regiões e comunidades camponesas e de outros pobres livres, mas inclusive, já, "pessoas de diferente condição."²² No último dia do ano ocorreram as primeiras mortes: no meio da agitação na Freguesia de Tracunhaem, município de Nazaré, na Zona da Mata Norte, um homem foi morto e seis saíram feridos.²³

A data fatídica para a aplicação do *Regulamento*, 31 de dezembro de 1851, transcorreu — tanto nas áreas afetadas pela insurreição quanto na capital provincial — no meio de forte tensão. Praticamente todas as missas de fim do ano rezadas em Pernambuco, sobretudo aquelas da Zona da Mata e do agreste, foram acompanhadas por enfurecidos grupos de pobres livres armados, que intimidaram as autoridades civis e eclesiásticas e impediram, com sua presença, sua disposição e suas armas, a apresentação e leitura do Decreto e, em consequência, o início da sua vigência legal. Mas nem em todos os casos a presença armada foi suficiente: o Juiz de Paz do 2.º Distrito da Freguesia de Vitória de Santo Antão, Escada, teve de ser morto para evitar que declarasse iniciada a aplicação do *Regulamento*, enquanto seu colega da povoação de Miringaba via-se na contingência de desistir do mesmo propósito depois de dois atentados a bala contra a pessoa.²⁴ Na vila de Pau d'Alho, já convertida no foco principalíssimo da revolta, gritos de "viva a liberdade" proferidos pelo assistente e por alguns grupos que ocupavam as casas vizinhas à igreja principal, celebraram o fim da missa sem que tivesse acontecido a leitura do Decreto, e essa manifestação converteu-se rapidamente no fundamento de uma versão política

²² Juiz Municipal (doravante JM) do Bonito a Presidente da Província, 27-12-1851, in *MSS JM*, v.7, 1851.

²³ Nem os mortos nem os feridos foram identificados, assim como não foi possível encontrar maiores detalhes sobre o acontecido, fora a seca nota do jornal. Tenente Comandante do 4.º Batalhão de Artilharia a Pé ao Secretário da Polícia, 31-12-1851, in *DP*, 13-02-1852.

²⁴ JD de Santo Antão a Presidente da Província, s/d [janeiro de 1852], in *MSS JD*, cit.

mais concreto para explicar os acontecimentos. De fato, no mesmo comunicado que participava do sucedido, o delegado suplente informava discretamente ao Chefe da Polícia: "(...) tem-se divulgado que alguns influentes do partido decaído desta comarca tem indisposto o povo (...)."25

A passagem do ano, sem que tivesse sido possível praticar o simplíssimo ritual que colocava em funcionamento o *Registro de Nascimentos e Óbitos*, não arrefeceu o ímpeto da revolta. Pelo contrário, aparentemente animados pelo indiscutível triunfo obtido, os pobres livres avançaram as fronteiras do seu movimento. Assim, em 1.º de janeiro a insurreição aproximava-se já dos subúrbios da capital provincial e 400 homens armados ocupavam a sede da Freguesia de Jaboatão, dispostos a manter a todo custo a proibição de leitura do Decreto26, para desespero do Secretário da Polícia, que disparava insistentes instruções a seus homens no sentido de que mostrassem aos revoltosos que o *Registro* não visava "destruir a liberdade, mas pelo contrário a garanti-la, fazendo com que se multipliquem mais os títulos, pelos quais se prova que alguém nasceu livre."27 Em Pau d'Alho, por último, indícios que poderiam servir para uma interpretação política da revolta dos pobres livres aumentavam com a visita de um grupo de "200 homens pardos, pretos e cabras" ao Delegado Suplente da vila, quem transmitia alarmadamente a informação de que "entre suas vociferações aparecem os gritos — morram os guabirús; morram os caiados", enquanto mais de 400 homens da mesma qualidade — declarava o policial — tinham protagonizado atos semelhantes na vizinha Freguesia da Glória. Para o Delegado a situação já era bem outra, muito distante de uma simples oposição ao *Registro*, e longe igualmente da mera infiltração de **agentes subversivos** no movimento popular. Havia causas mais profundas:

25 Delegado Suplente de Pau d'Alho a Secretário da Polícia, 01-01-1852, DP, 13-02-1852.

26 Delegado Suplente do 2.º Distrito da Freguesia de Jaboatão a Secretário da Polícia, dat. cit., loc. cit.

27 Secretário de Polícia a Delegado do 2.º Distrito do Termo da Capital (Jaboatão), loc. cit.

[...] Bem parece que esta sublevação he de propósito contra a lei dos nascimentos e óbitos porque esta foi estipulada por uma assembléia que lhes he desafecta [...].²⁸

No entanto, os pretos, pardos e cabras que tinham visitado o Delegado não manifestaram, na ocasião, nenhum sentido político nas suas reivindicações, mostrando, pelo contrário, uma clara e direta preocupação social, quase doméstica, como a condutora do seu movimento. Desse grupo é o único documento escrito dos sublevados que se conserva, e diz o seguinte:

Tendo nós, pretos e pardos pobres, noticia do papel da escravidão que hoje era o competente dia de se ler, desejamos saber de V.S., como autoridade superior encarregada, se he ou não verdade [...] Também temos noticia que os escrivães dos juizes de paz, de hoje em diante, são uns dos encarregados respectivos aos baptisados, **sem certidão delles não se poderá fazer uma criança christã**; e como o povo todo em massa não quer esta lei pouco dura, ou ento V.S. verá todo o povo desgraçado, ficando V.Sa. obrigado a tudo isso.²⁹

Mas foi da Escada, na época ainda um distrito do Termo de Santo Antônio, de onde começaram a chegar alarmantes notícias de que as "pessoas mal intencionadas" e os "anarchistas" dos primeiros dias dos distúrbios estavam agora transfigurando-se em praiheiros de carne e osso. De fato, o Inspetor de Índios da Freguesia — que tinha sido um dos focos centrais da insurreição praieira —,³⁰ após confirmar, nos primeiros dias do ano, que na povoação se repetiam os mesmos distúrbios acontecidos no resto das áreas conflagradas, apontava o agravante de que entre os protagonistas da revolta local se destacavam "11 homens armados, a mor parte índios ou alistados como isso, moradores do segundo districto no Engenho Cassera junto aos Srs. Afonso." E advertia ao subdelegado: "Você deve tomar todas as providências, pois

28 Delegado Suplente de Pau d'Alho a Secretário da Polícia, 02-01-1852; Secretário da Polícia a Presidente da Província, mesma data, DP, 16-02-1852.

29 Documento dos revoltosos ao Delegado Suplente de Pau d'Alho, 02-01-1852, loc. cit. Grifos meus.

30 EISENBERG, *The Sugar Industry*, pp.134-137.

a outra revolução assim principiou.”³¹ Porém, se as autoridades perdiam-se por diversos caminhos no seu propósito de entender o que estava acontecendo com os “pacatos” homens pobres livres, estes também avançavam na explicação das causas de seu movimento. Muribeca, outra Freguesia da periferia do Recife, foi igualmente invadida nos primeiros dias do ano “por grande número de pessoas armadas (...) com o pretexto de não consentirem na leitura de um tal papel que segundo dizem elles tem por fim reduzir à escravidão as crianças que nascerem do primeiro do corrente anno em diante.”³²

No dia 4 de janeiro de 1852, Figueira de Mello, aparentemente cada vez mais convencido não só das origens “praieiras” do movimento, como da impossibilidade de solucionar o conflito por vias persuasórias, participava ao Presidente da Província do surgimento de mais um foco de agitação, o importante centro açucareiro de Iguaçu, imediatamente ao norte da capital — cada vez mais cercada —, e solicitava urgentes reforços para seu destacamento e mais os das ameaçadas vilas de Santo Antônio, Pau d’Alho, Nazareth, Goiana, Serinhaem e Rio Formoso, os três últimos, como Iguaçu, grandes produtores da riqueza açucareira regional. Comunicava também que a revolta nutria-se agora de boatos muito mais abrangentes do que os originários, que não falavam mais em simples ameaças, nem focalizavam prioritariamente os “homens de côr”, nem sequer concentravam o âmbito da revolta no *Registro*. Espalhava-se agora pelos canaviais, pelos plantios de algodão, pelas roças e pelos coqueirais a notícia de que se tentava “(...) escravizar os homens pobres livres pelas novas leis da Guarda Nacional e registro dos nascimentos e óbitos (...).”³³

31 Inspetor de Índios da Freguesia da Escada ao Subdelegado do 1.º Distrito da Escada, 02-01-1852; Subdelegado do 1.º Distrito da Escada a Secretário da Polícia. Figueira de Melo, por sua vez, resumiu — ou melhor, reduziu — as informações anteriores comunicando ao Presidente da Província que tudo não passava de agitações dos ‘anarchistas da Freguesia da Escada’. Secretário da Polícia a Presidente da Província, 03-01-1852, Cf. DP, 17-02-1852.

32 Subdelegado de Muribeca a Secretário da Polícia, 02-01-1852, in loc. cit.

33 Delegado do Termo de Iguaçu a Secretário de Polícia, 03-01-1852, DP, 18-02-1852. Grifos meus.

Enquanto isso acontecia em torno a Recife, o crescimento da violência e o recrudesimento da agitação em Pau d'Alho provocavam temores de marchas de contingentes de pobres livres sublevados, sobre aqueles municípios e vilas das proximidades ainda não tomados pela revolta. Em Nazareth o Delegado finalmente tinha conseguido reunir 300 homens armados para enfrentar grupos de insurretos que teriam saído de Pau d'Alho para ocupar a vila. Mas as coisas estavam claramente chegando a níveis intoleráveis para a estrutura da ordem na Província, e os sobressaltos provocados pelo movimento dos pobres livres davam lugar a tímidos, porém significativos e proféticos ensaios de reunificação das lideranças liberais e conservadoras, as mesmas que 3 anos antes tinham comandado antagonicamente suas forças em batalhas sem quartel durante as sangrentas jornadas da insurreição praieira. Em Nazareth, sitiada pelo medo da sublevação das "classes mais baixas", os membros de ambos os partidos políticos que dividiam e lutavam pelo poder juntaram-se rapidamente para enfrentar o povo armado, desmentindo as generalizações partidárias feitas pelo Chefe da Polícia (que nem por isso parou de insistir na sua versão) e as particularidades elaboradas pelas autoridades de Escada. No comando de liberais e conservadores, **unidos pela primeira vez numa mesma causa**, o Subdelegado de Nazareth garantia ao seu chefe na capital que:

[...] nenhuns fundamentos haviam para se crer que o partido da oposição tivesse parte na amotinação popular; a vista disto estabeleceu-se aliança entre os chefes mais eminentes de ambos os partidos políticos desta cidade afim de garantir-se a paz pública [...].³⁴

A providencial aliança entre os cidadãos "políticos", entre os descendentes dos antiigos "homens bons", pertencentes a partidos políticos formalmente opostos e por vezes — de maneira igualmente formal — irreconciliáveis, para lutar contra a ingerência dos grupos subalternos, como os subleva-

34 Subdelegado de Nazareth a Secretário de Polícia, 04-01-1852, DP, 04-03-1852.

dos, em questões que, segundo todas as opiniões avalizadas, não lhes diziam a respeito, incluía também juramentos de fidelidade por parte de distintos ex-praieiros e promessas textuais de virarem informantes do governo conservador da Província com relação a qualquer envolvimento do Partido Liberal ou de membros deste na revolta dos pobres livres. No entanto, a disponibilidade dos liberais não foi suficiente, e a força bipartidária de Nazareth ficou imobilizada enquanto se discutiam as garantias da efetividade da aliança entre os até muito recentemente inimigos mortais. A interpretação partidária do movimento popular tornava-se assim uma faca de dois gumes e, nessa guerra de boatos, foi mais um boato o que resolveu o impasse: a revolta era política e, conforme informação oferecida por um homem da "oposição" local, Nazareth estava na iminência de ser atacada por uma forte coluna armada de homens pobres livres chefiada por um comandante liberal:

[...] Desde então tudo foi confusão [...] em menos de 10 minutos ficou a cidade evacuada pela força, e por muitos dos seus habitantes, ficando apenas comigo o destacamento de linha e mais 6 ou 8 pessoas do povo [...].³⁵

Do lado da Igreja Católica, já envolvida diretamente no conflito tanto pelas próprias raízes dos protestos, quanto pelas prementes solicitações — de fato intimações — formais de colaboração no seu apaziguamento emitidas pelo Governo Provincial, as coisas não pareciam estar melhor. Muito pelo contrário. Os párocos, que já tinham sido criticados — veladamente primeiro, de maneira aberta depois — pelas autoridades civis da Província em função do seu comportamento indiferente e da sua omissão no desarmamento dos espíritos dos seus rebanhos, quando não diretamente pela sua participação por vezes ativa no acirramento dos ânimos — que julgavam ser a defesa das suas próprias prerrogativas de continuarem monopolizando o rendoso negócio de batizarem

35 Ibidem.

os vivos e encomendarem os mortos³⁶ — deram em adotar atitudes claras de represália contra a determinação imperial. De fato, em diversas ocasiões e lugares, houve freqüentes casos de sacerdotes que negaram-se a praticar os rituais correspondentes ao batismo ou aos óbitos, por não estarem os interessados munidos das guias que o *Regulamento do Registro* mandava que deviam acompanhar nascidos e defuntos. A burocracia imperial, por outro lado, esquecera-se de fazer coincidir a aplicação do *Regulamento* com a feitura das guias e de um dia para o outro começaram a se acumular nascidos sem batismo e mortos sem sepultura em dezenas de municípios pernambucanos, enquanto párocos e escrivães de paz declaravam-se impossibilitados de cumprir suas novas funções.

Diante de fatos tão macabramente concretos ocorreu a segunda capitulação do governo provincial na "Guerra dos Maribondos". O dia 2 de janeiro de 1852 — dois dias antes de Figueira de Mello decidir que o movimento era definitivamente uma manobra praieira — o Presidente da Província ordenou a todos os Juizes de Paz de Pernambuco que ignorassem as disposições do *Regulamento* e permitissem a normalização burocrática do ritmo de vida e morte dos pobres livres. Simultaneamente, o Bispo Diocesano deu instruções similares aos párocos cumpridores da nova lei, "declarando-lhes que devem continuar a administrar o batismo e dar sepultura aos mortos da mesma forma que até o presente". E, mais importante, diante do terrível descrédito dos seus vigários, o Bispo decidiu também que era chegada a hora de chamar à ação o imaculado poder de conversão dos

36 Presidente da Província a Bispo Diocesano, 24-12-1851, DP, 03-01-1852; Idem a JD das Comarcas. 'Circular', mesma data, loc. cit.; JD de Santo Antônio a Presidente da Província, s/d (dezembro de 1851), v. cit.; Secretário da Polícia a Delegado do 2.º Distrito da Capital, 01-01-1852, DP, 13-02-1852; Idem a Presidente da Província, 15-01-1852, DP, 17-03-1852, 'Publicações a pedido', etc. vide também os comentários sobre o comportamento dos párocos mineiros, que se diziam ofendidos pela 'dependência dos escrivães de paz nos actos do seu Ministério', *ibid.*; 25-02-1852, 'Interior. Minas Gerais. Ouro Preto, 2 de janeiro de 1852'; Cf. igualmente as mordazes e divertidas crônicas do correspondente do DP na Paraíba, onde 'Os vigários e padres andam pelo mato muito assustados com o povo por causa do censo [...]. Alguns dos reverendíssimos têm também de sua parte açulado ao povo, dislembando de que seu ardente zelo lhes pode ser muito fatal', *ibid.*, 07-02-1852, 'Correspondência do Diário de Pernambuco na Parahyba'.

homens santos, e mandou o Prefeito dos Capuchinhos de Pernambuco, Frei Caetano de Messina, "pacificar" os principais focos da revolta.³⁷

Porém, enquanto o governo e a Igreja recuavam diante do ímpeto da sublevação, que já ocupava quase a totalidade dos principais centros produtivos da Província, uma nova força entrava no cenário, o famoso "quarto poder". De fato, o *Diário de Pernambuco*, finalmente sensibilizado pelo alarme que corria então solto pelas próprias ruas da capital provincial, publicava na primeira página da sua edição de 6 de janeiro de 1852 o seguinte aviso:

Como de ontem para cá se tenham espalhado nesta cidade boatos aterradores, dizendo uns que tudo o centro da Província se acha em chamas e acrescentando outros que até em vários lugares já tem corrido o sangue brasileiro, damo-nos pressa em [desmentir] [...] tendo havido apenas na [comarca] de Pau d'Alho uma amotinação sem derramamento de sangue, causada pela falsa e deplorável opinião que formou o povo d'alli contra o decreto de 18 de junho [...].³⁸

O Governo Provincial, ou melhor, a Secretaria de Polícia, já inteiramente absorvida pela insurreição, não descuidava contudo suas discretas tarefas de investigação das fortes suspeitas de ação subversiva no bojo do movimento popular. Mas as hipóteses nesse sentido continuavam defrontando-se com fatos pouco animadores. O Juiz de Vitória, enviado pelo Presidente da Província a comprovar as acusações provenientes de Escada, não conseguiu arrolar quaisquer tipo de provas da atuação dos "anarchistas" denunciados pelo Inspetor de Índios, limitando sua secreta missão apenas a "infiltrar-se" numa reunião de 50 senhores de engenho, com tão pouco sucesso — ou com tanta cumplicidade — que, apesar de ter

37 Presidente da Província a Juizes de Paz. 'Circular', 02-01-1852, DP, 08-01-1852; Bispo Diocesano aos Párochos das Freguezias da Província. 'Circular', 01-01-1852, loc. cit.: o correspondente do DP na Paraíba declarava: "nada mais opressivo do que vedar a sepultura eclesiástica de um cadaver, que como se sabe não pede licença para feder". DP, 10-02-1852, 'Correspondência do Diário de Pernambuco. Parahyba, 6 de fevereiro de 1852'.

38 DP, 06-01-1852.

estado presente às discussões, saiu dela dizendo ter sido uma reunião "cujo fim ignoro qual seja". Porém, informações preciosas — para o presente estudo — viriam dessa aparentemente frustrante visita do Juiz, como, por exemplo, a seguinte declaração:

[...] o motivo pelo qual o pôvo se ostenta tão descontente e ameaçador, he porque diz que as disposições do Decreto têm por fim captivar seus filhos, visto que os **Inglezes não deixam mais entrar Africanos** [...].³⁹

Por volta do dia 7 de janeiro, Frei Caetano de Messina, Prefeito do Hospício dos Capuchinhos da Igreja da Nossa Senhora da Penha em Recife, chegou finalmente à vila de Pau d'Alho para iniciar a "pacificação" dos insurretos, — e foi recebido, segundo alguns observadores, com "sinais do mais intenso júbilo" da parte dos amotinados. Mas a sua chegada, paradoxalmente, marcou também um dos momentos mais graves do confronto entre os pobres livres e o aparelho do Estado. Aparentemente sem sabê-lo, o frade estava sendo a vanguarda involuntária de nada menos que o 9.º Batalhão de Infantaria, que, enviado pelo Governo Provincial, foi emboscado e atacado pelos sublevados, vendo-se forçado a recuar, após intensa fuzilaria, com dois mortos e cinco feridos, enquanto os destacamentos de revoltosos recolhiam-se de novo a Pau d'Alho. Curiosamente, a tarefa de "pacificação" que tinha levado o santo frade a essas paragens, teve de começar não pelos insurretos e sim pelas próprias tropas do Governo. De fato, foi necessária uma severa intervenção de Frei Caetano para evitar que o 9.º Batalhão, ferido nos seus brios, tomasse a sangue e fogo a vila, e longas e pacientes conversas com seu comandante para convencê-lo a postar os seus soldados a uma prudente distância do núcleo urbano, dando tempo para que se acalmassem os ânimos.⁴⁰

39 JD de Santo Antão a Presidente da Provincia, 06-01-1852, in **MSS JD**, v.cit. Grifos meus.

40 O **DP**, anunciando a chegada de Frei Caetano a Pau d'Alho, nada disse sobre o ataque dos insurretos à tropa, ao contrário da comunicação feita, oportunamente, pelo Presidente da Provincia e pelo Visconde de Mon'Alegre, Cf. **DP**, 01-01-1852; Presidente da Provincia de Pernambuco, **Relatório de 1852**, pp. 3-4; **Relatório do Ministério dos Negócios do Império, 1852**, pp. 17-18.

Enquanto a tensão acumulada levava ao confronto armado entre contingentes avançados dos pobres livres e tropas de linha do Governo, e enquanto os chefes políticos de Nazareth se desentendiam e o Juiz de Vitória de Santo Antão voltava a sua sede tendo participado de uma reunião — “cujo fim ignoro qual seja” —, e sem ter encontrado vestígios do envolvimento de ex-praieiros na revolta, eis que dois proeminentes chefes da Revolução de 1848, Jerônimo Vilela de Castro Tavares e Ignacio Bento de Loyola, viram a público para manifestar, entre outras coisas, seu inteiro desacordo com o movimento popular, nos seguintes e claros termos proferidos por Castro Tavares:

Tendo infelizmente aparecido em alguns pontos da provincia movimentos sediciosos, motivados pela execução da lei de registro de nascimentos e obitos, e podendo alguém prevalecer-se da ocasião para fazer-me quaisquer imputações e atribuir-me fatos criminosos, apresso-me em declarar pela maneira mais solene e positiva, que nem direta, nem indiretamente tenho parte alguma nesses movimentos; que alta e poderosamente os reprovo como opostos à civilização e como um meio infalível de retardar a marcha e o progresso do partido liberal, a que me prazo de pertencer. Tenho a mais profunda convicção de que nenhum membro notável do Partido Liberal se há envolvido nesses acontecimentos.

Bento Loyola não era menos enfático, e oferecia-se inclusive para lutar, lado a lado com os conservadores, contra a rebelião:

[...] declaro perante Deus e os homens que não só desaprovo os desvários e loucuras desses fascinados homens que se rebellaram contra a execução das leis do paiz, mas que desde já hypoteco os meus serviços ao governo para ajudá-lo na manutenção da paz.⁴¹

Em Escada, contudo, a versão política do movimento continuava campeando solta e gerando denúncias e paranóias

41 Ambas as declarações em DP, 09-01-1852. ‘Correspondências’.

de alguns funcionários públicos, apesar das tranqüilizantes opiniões do Juiz de Vitória. Uma semana após a primeira declaração do Inspetor de Índios, o Juiz de Paz do 1.º Distrito da Freguesia repetia mais ou menos os mesmos conceitos do encarregado do aldeamento, referindo-se à ação dos "anarchistas" (praieiros), que espalhavam boatos sobre o iminente cativeiro da "gente baixa". Não eram só os próprios membros do Partido Liberal da localidade a fazerem esse tipo de propaganda — continuava o Juiz —, mas também, por encomenda, seus moradores e agregados. E a tal reunião de senhores de engenho que tinha deixado o Juiz de Vitória casualmente ignorante de tudo teria tido na realidade a função de criar uma Sociedade Constituinte, "a qual tem dado todo incremento e ousadia à plebe; que apesar de não toda ser meramente credula, com tudo segue a seus prozelitos como maiores". E concluía: "acha-se a classe baixa desta freguezia em tal atitude de exaltação que não respeitão as autoridades e nem o direito de propriedade."⁴²

Aparentemente, no fim da primeira semana de janeiro a revolta entrou na sua fase mais aguda, superando a simples manifestação de descontentamento demonstrada pela presença de pobres livres armados e por eventuais tiroteios com tropas de linha do governo. Aos poucos começaram a dar-se seqüências de assaltos a casas grandes de engenhos e propriedades abastadas nos municípios atingidos pela revolta, sobretudo naqueles situados na região açucareira da Mata Norte. No dia 6 de janeiro foi a vez da velha cidade de Goiana dar o alarme diante do ataque de "uma porção de proletários instigados" ao engenho Gutiubá, propriedade do Sub-delegado de Polícia Antonio de Araujo e Albuquerque, quem conseguiu fugir mas provocou com isso a fúria dos invasores, que assaltaram a mulher, mataram um negro forro e "a cria Joaquina", e deram tremenda facada no mestre de açúcar.⁴³ Em Iguara-

42 JP do 1.º Distrito da Freguesia da Escada a Presidente da Provincia, 10-01-1852, in *MSS JP*, v. 12, 1850-1852. O Juiz era Manoel Jorge Pereira Lima, membro de uma abastada família de senhores de engenho.

43 Subdelegado a Delegado do Termo de Goiana, 06-01-1852; Delegado de Goiana a Delegado da Polícia, mesma data, *DP*, 20-02-1852.

gü aconteceram também diversos ataques a grandes propriedades rurais, acompanhados de extorsões praticadas pelos insurretos, que obrigavam os proprietários a entregar, além de ouro, prata, jóias e objetos de valor, armas de fogo, munições e comida, "o que tudo tem dado lugar a retirada da maior parte dos proprietários e o escondimento de suas famílias nas "matas."⁴⁴ Em consequência desses atos, no dia 7 de janeiro o Presidente da Província tomou a medida extrema de mandar recolher às dependências do Governo todas as armas de fogo, a pólvora e o chumbo que se encontravam à venda nos armazéns do Recife e nas lojas dos subúrbios da capital, enquanto, imperturbável, o *Diário de Pernambuco* continuava com sua tarefa de "contra-informação, atribuindo os ataques às propriedades rurais da Zona da Mata Norte a "alguns malvados, que desgrazadamente nunca faltam em taes ocasiões", e afirmando que o resto da Província se encontrava na mais completa calma.⁴⁵ E, no entanto, precisamente por aqueles dias a "Guerra dos Maribondos" começava a espalhar-se também pelo agreste e pelo Sertão pernambucanos.⁴⁶

Desde o dia 5, 100 pobres livres armados tinham ocupado a vila do Limoeiro, a mais importante do Agreste meridional por sua natureza de primeiro centro de comercialização do algodão.⁴⁷ Após darem fim aos editais do Decreto afixados pelas autoridades locais, os sublevados deram vivas "ao Imperador, a padroeira, ao vigário, a liberdade e ao povo de Limoeiro"; ato seguido, soltaram os recrutas confinados na cadeia pública e forçaram o Juiz de Direito da Comarca a coletar mantimentos para a tropa, enquanto a força policial

44 JM Suplente de Iguaraçu a Secretário de Polícia, 07-01-1852, loc. cit. O Juiz insiste em atribuir o movimento 'a sugestão d'aquelles mesmos desordeiros, que adquiriram triste celebridade nas sedições passadas'.

45 DP, 10-01-1852.

46 Subdelegado de Panelas a Secretário da Polícia, 06-01-1852; Delegado de Garanhuns a idem.; Secretário da Polícia a Presidente da Província, 26-01-1852; DP, 09-13-1852; idem, a idem., s/d., ibid., 25-02-1852. As principais localidades afetadas eram Panelas, Buique, Papacaça e Aguas Belas, todas no Termo de Garanhuns, e no Distrito das Varas, Termo de Flores.

47 Para depoimentos aproximadamente contemporâneos da importância comercial do Limoeiro, veja-se KOSTER, H. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 2.ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. p.354. TOLLENARE, L.F. *Notas dominicais*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978, p.88.

fugia mais do que rapidamente. À continuação ocuparam a cadeia e distribuíram pelotões de guarda nas entradas da vila.

No dia 8, já eram mais de 300, nomearam um comandante da força de ocupação e informaram o Juiz local — que no decorrer das ações se convertera no negociador privilegiado como última autoridade oficial restante — que além das reivindicações básicas contra o *Registro de Nascimentos e Óbitos*, e contra o recrutamento para a Guarda Nacional, queriam o fim de todos os tributos e a “separação do norte” — certamente numa ingênua e póstuma homenagem às idéias da Confederação do Equador, a quase trinta anos do seu decesso.⁴⁸ Logo após, começaram a negociar com o Juiz a nomeação de um novo delegado, e a discutirem a possibilidade de deporem as armas, caso Frei Caetano de Messina supervisionasse a operação. Para tanto deram um salvoconduto ao Juiz, que partiu imediatamente para Pau d’Alho à procura do frade, mas no caminho deu de cara com outro contingente de 150 insurretos, comandados por “3 pessoas brancas, de sentimentos de ordem”, que conduziam a tropa, aparentemente sob a ameaça d morte. Um “ofício dos três comandantes do povo armado” mandou o Juiz de volta para Limoeiro, onde encontrou a força de ocupação já composta por aproximadamente 500 homens.⁴⁹ Novamente em casa, o magistrado receberia em breve diversas comissões dos ocupantes da vila, “gente paupérrima”, exigindo “que lhes entregasse a Ley que os obrigaria a dar os nomes dos seus filhos ao Escrivão de Paz, dizendo que na dita Ley hé que tinha a ordem do Governo para os captivar.”⁵⁰

A proibição de venda de armas, chumbo e pólvora foi imediatamente colocada em prática no Recife e vizinhanças, mas os senhores de engenho das freguesias onde a subleva-

48 Para informações sobre a Confederação, veja-se NOTA, C G et al. 1822: dimensões. Local: Editora, data. passim.

49 JD do Limoeiro a Presidente da Provincia, 05-01-1852 e 11-01-1852, in **MSS JD**, v. cit.

50 Ibid., 11-01-1852 e 23-01-1852, in **MSS Policia Civil**, 40, 1852.

ção corria solta, e a própria polícia provincial, não demoraram em perceber que se tratava de uma medida que tinha também sérios inconvenientes, além de uma duvidosa utilidade. De fato, a proibição afetava apenas de maneira relativa o progresso da revolta armada, já que por essas datas os insurretos esvaziavam meticulosamente os nutridos arsenais das casas grandes da Zona da Mata Norte e deixavam os senhores de engenho sem armas para se defenderem, e incapacitados de adquiri-las para substituírem as roubadas — ou para aumentarem seu poder de fogo — por causa da determinação do Governo. Rapidamente, pois, um grupo de proprietários de engenhos de Igaracú, representados pelo Juiz Municipal Suplente, Dr. Francisco João Carneiro da Cunha, membro da nata da oligarquia local, entrou com um pedido diante do Secretário da Polícia no intuito de excluir da proibição de compra de armamento os senhores de engenho em geral. Figueira de Mello, naturalmente, apoiou a petição em ofício ao Presidente, dando fé de que se tratava de homens “dignos da graça, que pedem, e que o governo terá nelles defensores visto que são cidadãos pacíficos, e ostentaram sempre sentimentos de ordem e legalidade”. A autorização foi rapidamente concedida e as armas enviadas com presteza aos assustados peticionários.⁵¹ Nesse mesmíssimo dia, o Diário de Pernambuco lançava mais uma das suas pérolas de desinformação no seu “Retrospecto Semanal”, louvando a “imperturbável” calma que prevalecia na Província, com a única (sic) exceção da mesma vila de Pau d’Alho, “onde os camponeses ou matutos se amotinaram e lançaram mão das armas”. Em outra seção da mesma edição, o jornal trompeteava o fim da revolta com a pacificação completa da irrequieta vila.⁵²

Como certamente o leitor terá percebido, no cerne da revolta contra o *Registro de Nascimentos e Óbitos*, outras questões que com toda certeza preocupavam de forma pare-

51 Secretário da Polícia a Presidente da Província, s/d [circa. 10-01-1852]; *ibid.* a Delegado de Iguaraçu, 12-01-1852, DP, 25-02-1852.

52 DP, ‘Retrospecto Semanal’, 12-01-1852; Secretário de Polícia a Presidente da Província, mesma data, *loc. cit.*

cida os cultivadores pobres envolvidos no movimento, além — ou ao lado — do mais iminente perigo do seu possível cativeiro para substituírem os escravos, foram aparecendo conforme a revolta avançada, ganhava espaço e número e, inclusive, obtinha alguns triunfos nada desprezíveis. Protestos contra o recrutamento, contra a ingerência do poder público na vida interna das comunidades camonesas, contra o pagamento de impostos e tributos, etc., surgiam esporádica e ainda timidamente das mesmas gargantas que exigiam o fim do *Registro*. Ao mesmo tempo os “desrespeitos” ao direito de propriedade, tão denunciados pelas autoridades da Escada, alcançavam proporções alarmantes nas freguesias açucareiras da Zona da Mata Norte e, aos poucos, pareciam suscetíveis de enveredarem por outras perigosas direções e atacarem instituições muito mais vitais para a ordem agrária existente na região, e no Império. Um desafio a esse tipo de sustentáculos da estrutura do poder sócio-político aconteceu na freguesia do Cabo, provocando arrepios em proprietários e autoridades, quando um grupo de insurretos, reunidos no primeiro dia do novo ano no oratório do engenho Gaipió para impedirem a leitura do decreto do *Registro* “chegaram ao arrojo de ameaçarem os Srs. de engenho, que dessem despejo aos seus moradores, **como he costume no legitimo uso de sua propriedade**”. A informação, obtida de fontes não explicitadas, resultou numa forte reprimenda do Secretário da Polícia ao Delegado Suplente do Termo, por “não ter dado parte a esta repartição de um tão extraordinário acontecimento que não devia nem podia ignorar.”⁵³

No resto da província, a revolta progredia incorporando novas regiões ao descontentamento popular. Até então relativamente à margem dos distúrbios, a freguesia de Bom Jardim, limítrofe com o Limoeiro, ampliou o mapa da guerra camponesa no final da primeira quinzena de janeiro, enquanto a vila de Nazareth caía nas mãos dos revoltosos, que

53 Secretário de Polícia a Delegado Suplente do Termo do Cabo, 13-01-1852, DP, 27-02-1852. Grifos meus. O Chefe da Polícia fez freqüente uso de informantes e agentes secretos durante a revolta.

imediatamente fecharam as entradas, não tanto para impedir a comunicação com o minúsculo e inofensivo destacamento policial, quanto para barrar a aparição de novos exemplares do temível edital do Decreto do *Registro*. O destacamento da Guarda Nacional aí postado foi tão inútil quanto o da polícia, embora por diferentes motivos, "(...) também está fazendo parte desses anarquistas (...)." ⁵⁴ No vizinho Limoeiro, ocupado desde princípios do mês, continuava o impasse entre autoridades e insurretos, e o delegado original, de volta às suas funções (aparentemente como resultado de um acordo trabalhado pelo Juiz junto aos líderes dos pobres livres) perdia a paciência e mostrava a Figueira de Mello as cartas que ele, delegado, julgava serem as que estavam no jogo:

[...] o negócio, Ilustrissimo senhor, já não é mais, e nunca foi, sisma do povo por causa da lei do Censo [sic], he o partido praieiro que se aproveita desta lei para dispor as massas à seu favor [...] não se pode calcular o perigo imminente que correm milhares de famílias desta comarca à vista do desenvolvimento de um povo feroz e mal aconselhado [...]. ⁵⁵

A participação e militância massiva na revolta continuava, no entanto, sendo predominantemente atribuída às "classes baixas" — através dessa ou de outras denominações. Mas uma clara simpatia, ou pelo menos uma "ativa neutralidade" de segmentos da população urbana e rural que não se enquadravam nessas categorias subliminares da sociedade da época — é claro que com a exceção dos proprietários de terras e de engenhos — manifestava-se nitidamente em quase todas as vilas e povoações alcançadas pela insurreição, como um inesperado e — para os representantes da ordem — irritante complicador da revolta e das tentativas por isolá-la e abrir espaço, assim, para encontrar uma solução pela força. Praticamente em nenhum caso dera resultado a

⁵⁴ Delegado do Termo de Nazareth a Secretário de Polícia, 11-01-1852, DP, 28-02-1852; Secretário da Polícia a Subdelegado do 2.º Distrito de Bom Jardim, 13-01-1852, *ibid.*, 27-02-1852.

⁵⁵ Delegado de Limoeiro a Secretário de Polícia, 12-01-1852, *ibid.*, 02-02-1852.

convocação de milícias cidadãs, com tanta insistência recomendada por Figueira de Mello a seus subordinados, enquanto que a Guarda Nacional, como vimos, revelava-se muito mais um inimigo potencial e temível do que um instrumento apropriado para combater uma sublevação camponesa. Nos próprios subúrbios da capital provincial, apatia, desinteresse e indiferença — por vezes uma velada parcialidade da população pelos rebeldes — eram a tônica. No 2.º Distrito (Jaboatão), por exemplo, dos cidadãos instados a defenderem o governo contra os pobres livres "(...) nenhum aceitou o convite, talvez pelo espírito fanático que os domina, pois se bem estejam capacitados, com tudo qualquer ordem de reunião os torna desconfiados, e sem que haja prisões não se sujeitam (...)."⁵⁶

No lado oposto, proprietários de terras e senhores de engenho, armados até os dentes e organizados belicamente em grupos de repressão e combate à revolta popular, também provavam ser de pouca ajuda para enfrentar as presumivelmente desnutridas forças camponesas. Na Nazareth ocupada e cercada pelos insurretos, o delegado tinha conseguido a duras penas reunir e armar um número razoável de proprietários e "paisanos", e com eles propunha-se partir "para a defesa da causa do governo". No entanto, a arma mais eficaz desta guerra peculiar, o boato — desta vez da aproximação de uma força de 400 sublevados — "fez desperçar incontinente (sic) aquelles proprietários, que asseveravam-me defender a causa justa de S.M. o Imperador."⁵⁷ Métodos mais práticos e eficientes de combater a revolta, ou pelo menos de freiar a sua capacidade de absorção de novos grupos de simpatizantes, estavam sendo utilizados em lugares onde o confronto havia estabelecido situações aparentemente sem saída, como no Limoeiro. Ali, vários notáveis da vila, ao que semelha impacientes com a duração do impasse e animados por uma espécie de paralisia que tinha acometido

56 Delegado Suplente do 2.º Distrito do Recife a Secretário da Polícia, 13-01-1852, loc. cit. Grifos meus.

57 Delegado do Termo de Nazareth a *ibid.*, 11-01-1852, DP, 28-01-1852.

a iniciativa das lideranças dos pobres livres após os primeiros dias da ocupação, acalmavam relativamente os ânimos, sendo que um deles, "oficial de honra e valente (...) teve a habilidade em uma noite de reduzir mais de cem revoltosos à obediência do governo, já com a persuasão, e já com dinheiros, que lhe mandei espalhar (...)."58

Pacificado Pau d'Alho, pelo menos parcialmente, na base da presença, nas vizinhanças, de fortes corpos de tropa de linha e de solenes e aparatosas cerimônias litúrgicas, acompanhadas de pesadas penitências impostas por Frei Caetano à toda a população, sem distinções, o santo frade dirigiu-se a Limoeiro, desta vez plenamente consciente de que o 9.º Batalhão de Infantaria vinha atrás. Porém sua chegada, tão aguardada por gregos e troianos, teve, entre outras consequências, a virtude de fazer patente um outro aspecto da revolta, aparentemente restrito, nesses anos, às regiões agrícolas não açucareiras situadas ao nor-ocidente da Zona da Mata Norte: a penetração de cultos protestantes e, ao que parece, a resistência dos seus seguidores tanto à "pacificação" proposta pelo frade capuchinho, quanto ao binômio Poder Civil — Igreja Católica que o próprio *Registro de Nascimentos e Óbitos* trazia implícito nos seus postulados. O Bispo Diocesano, na sua circular aos párocos das freguesias no início da revolta, já tinha feito uma clara advertência aos pobres livres, alertando-os que "(...) não convém acreditar outras expressões, além das que se contem nesta nossa breve alocução. Considerai sugerida pelo comum inimigo do gênero humano outra qualquer doutrina que não seja a Evangélica, que vos anunciamos (...)."59

De fato, no Limoeiro, Frei Caetano, longe de reunir as multidões aparentemente apoteóticas que, segundo testemunhas, tinham-se congregado em Pau d'Alho para ouvi-lo falar

58 JD do Limoeiro a Presidente da Província, in **MSS JD**, vol. cit. Apesar dos seus esforços, e talvez por ter tido durante todo o conflito atitudes conciliatórias — acrescidas, aparentemente, da culpa decorrente de pecados anteriores — o Juiz foi acusado de 'intima ligação com os inimigos do Governo' pelo Secretário de Polícia, quando da diatribe deste com o Presidente da Província. **Cf.** Secretário da Polícia a Presidente da Província, 15-02-1852, **DP**, 17-03-1852, 'Publicações a pedido'.

59 Bispo Diocesano de Pernambuco, D. João da Purificação Marques Perdígão, a todos os Diocesanos, **DP**, 10-01-1852 (e repetida nos dias 11, 12 e 13 do mesmo mês).

e distribuir a culpa pela revolta entre todos os habitantes/penitentes, teve de enfrentar alguns dissabores. O grande desencanto foi a escassa afluência de moradores da freguesia de Bom Jardim às sessões de prédica do frade capuchinho, fato atribuído a que "(...) infelizmente tem-se espalhado entre a população menos discreta daquela Freguezia, o Sistema do Ateismo, de que me tenho horrorizado por considerar que uma nação que perde o vigor da religião tem rompido o laço social (...)."60 No entanto, o frade cumpriu sua missão, convencendo os revoltosos presentes a deporem as armas, penitenciarem-se pelos seus pecados e abandonarem a vila de volta aos seus distantes locais de origem. Entre 19 e 20 de janeiro de 1852, exatamente um mês após o início dos distúrbios em Rozário de Cima, a insurreição motivada pelo *Registro dos Nascimentos e Óbitos* cessou em Limoeiro e Frei Caetano, sempre seguido de perto por uma coluna do 9.º Batalhão, dirigiu-se a "pacificar" Nazareth, Lagôa do Carro e Glória de Goitá.⁶¹

A evacuação das vilas de Pau d'Alho e de Limoeiro, na segunda metade de janeiro de 1852, marcou o refluxo da revolta contra o *Registro*. A agitação continuou em diversos pontos da Província, mas era evidente que a neutralização dos focos mais radicais prenunciava o fim da luta. Apenas Nazareth, Bom Jardim, Iguaraçu, na Zona da Mata, e Garanhuns, no Agreste Meridional, continuaram até o fim de janeiro sendo palco de confrontos e escaramuças entre tropas do governo e grupos de cultivadores e outros pobres livres, embora fosse patente que se tratava já de ações isoladas, e que a sublevação popular, generalizada, retrocedia — embora se mantivesse vivo o temor da possível aplicação do famigerado *Registro*.⁶² Por alguns momentos parecia até que recuando nos focos originais da agitação, a guerra campo-

60 JD de Limoeiro a Presidente da Província, s/d., in **MSS JD**, vol. cit.

61 **DP**, 19-01-1852; Hyginio José Coelho, Comandante do 9.º Batalhão, a Presidente da Província, 16-01-1852, anunciando sua entrada, sem novidades, na vila ocupada pelos pobres livres. *ibid.*, 20-01-1852.

62 Os receios impediram, por exemplo, que diversas freguesias organizassem, como deveriam, as listas eleitorais para pleitos provinciais nesse ano. Cf. **JP** do 1.º Distrito da Escada a Presidente da Província, 20-01-1852; **JP** do Limoeiro a *ibid.*, 23-01-1852; **JP** de Glória de Goitá a *ibid.*, 07-06-1852, in **MSS JP**, v. 12, 1850-1852.

nesa se transferia para as regiões agrícolas do agreste, sobretudo para a montanhosa comarca de Garanhuns, cuja vila foi ocupada, ainda em 26 de janeiro, por mais de 300 homens.⁶³ Mas já era o canto do cisne, e para fins do mês, a revolta dos pobres livres desaparecia do noticiário e da pauta da Secretaria de Polícia tão subitamente quanto tinha surgido, deixando, conforme anunciara prematuramente o *Diário de Pernambuco*, "os povos dedicados aos cuidados do campo."⁶⁴ A "paz capuchinha" era agora apenas quebrada, vez por outra, por minúsculos grupos remanescentes de insurretos, que certamente partiriam, como de outras rebeliões, para o sertão, para a marginalidade e para o banditismo.

Encerrada essa primeira fase da revolta (haveria novos e constantes, mas esporádicos surtos de inquietação popular nos dezembros subseqüentes) foi possível para os envolvidos proceder finalmente a um balanço circunstancial. O subsídio governamental para os capuchinhos em Pernambuco foi elevado de 840\$000 para 2:400\$000 rs, o Secretário da Polícia pediu exoneração do cargo (recebeu, em troca, férias) e publicou uma extensa e agressiva carta acusando o Presidente da Província de pusilanimidade diante dos praieiros. E, em 29 de janeiro de 1852, o Visconde de Mont'Alegre voltava ao proscênio, dando por terminado (temporariamente) o episódio e confirmando a vitória parcial dos pobres livres com as seguintes, apropriadas palavras:

Hei por bem que, em quanto não for determinado o contrario, se sobresteja na execução dos Regulamentos para a organização do Censo Geral do Império, e para o Registro dos Nascimentos e Obitos, approvados pelos Decretos Nos. 797 e 798, ambos de 18 de junho de 1851.⁶⁵

63 JD de Garanhuns a Presidente da Província, 26-01-1852, in **MSS JD**, vol. cit.; JM de Garanhuns a *ibid*, mesma data, in **MSS JM**, vol. 8, 1852. Poucos dias antes da ocupação de Garanhuns chegavam a Recife notícias, vindas de Nazareth, de que tinham partido dessa vila diversos emissários dos insurretos 'para diferentes partes, com o fim de aconselharem a população a não ceder as armas enquanto S.M.I. não concordar em convocar uma assembléa constituinte', numa evidente alusão à suposta natureza 'praieira' da revolta. Cf., naturalmente, Secretário da Polícia a Presidente da Província, 23-01-1852, **DP**, 06-03-1852.

64 **DP**, 19-01-1852.

65 Decreto N.º 907 de 29 de janeiro de 1852. Suspende a execução dos Regulamentos para a organização do Censo Geral do Império, e para o Registro dos Nascimentos e Obitos, in *Collecção das Leis*, 1852, v.15, pt.2, p.19.

3. O TEMPO E O ESPAÇO DA REVOLTA.

A "Guerra dos Maribondos" em Pernambuco (já que a análise desse processo em outras províncias é, por enquanto, um assunto fora do nosso propósito), foi um movimento social inserido, como já adverti na introdução, nos momentos finais da lenta transformação do sistema de controle social do trabalho nas **plantations** pernambucas; transformação que, iniciada no final do século XVIII, acelerou-se brutal e definitivamente a partir da proibição de importação de mão-de-obra africana em 1850. Este é, sem dúvida, um dos dados fundamentais para situar contextualmente a revolta e refletir sobre as suas características, embora talvez não seja suficiente para compreender a sua efemeridade, nem sua maior incidência na província de Pernambuco e, dentro dela, em determinadas áreas. Outros elementos e informações de natureza local e micro-regional, atualmente não disponíveis, teriam de ser incorporados na análise para tentar formular quadros explicativos que se aproximassem com maior fidelidade à problemática específica planteada pelo movimento.

Evidentemente, a Revolução Praieira — como fica claro na própria narrativa dos fatos — foi um dado de primeiríssima importância, não apenas na forma e nos rumos da revolta dos pobres livres contra o *Registro dos Nascimentos e Óbitos*, mas também nas interpretações contemporâneas do fenômeno, nas vias de ação conseqüentemente adotadas e, possivelmente, até na mesma essência popular e anônima da história da sublevação. A Praieira foi, de fato, uma espécie de **leitmotiv** da "Guerra dos Maribondos", uma sombra que pairou como um fantasma assustador sob as cabeças das instituições políticas da época ampliando os perigos do levantamento camponês — embora também fosse vital para explicá-lo e, paradoxalmente, para tranquilizar os oponentes, oferecendo uma causa identificável e assimilável na conjuntura de conflitos inter-oligárquicos desses anos.

E, não era para menos. Ainda em 1850, nos últimos momentos da administração do futuro Marquês do Paraná —

Honório Hermeto Carneiro Leão — na Presidência da Província de Pernambuco, com a Praieira já concretamente derrotada, seus líderes mortos, presos e desterrados, subsistiam fortes receios nos círculos governamentais conservadores de que a faísca da revolta popular se reacendesse a qualquer momento, com a mesma espontaneidade e força arrebatadora com que o movimento tinha começado em novembro de 48. Dois anos depois, Pernambuco vivia ainda um acentuado clima de tensão política, com diversas regiões, focos centrais da agitação revolucionária, em virtual estado de guerra, ostensivamente ocupadas por destacamentos do insuspeitável exército de linha.⁶⁶

De fato, a Revolução Praieira não tinha sido apenas um dos conflitos sócio-políticos mais agudos a serem enfrentados pelo Estado Nacional — e pelo Império — nas suas primeiras décadas de existência, mas tinha sido um movimento empapado de conotações sociais praticamente inéditas no seu grau de formulação dentro do conjunto de revoltas e disputas regionais do período. Mais assustador, tinha representado talvez o momento culminante da participação popular nos conflitos originados do confronto de grupos e interesses opostos de grandes proprietários de terras no contexto da formação do Estado Nacional. Essa crescente ingerência das camadas mais pobres nas brigas dos segmentos dirigentes da sociedade agrária escravista — uma tendência favorecida e estimulada pelo clientelismo dos senhores, e que ainda está à espera de um estudo de envergadura — tinha atingido alturas, e sobretudo graus de intencionalidade, certamente sem precedentes na Revolução Praieira. Ela — junto com os não menos importantes balaíos e cabanos — tinha assim ajudado a acelerar no nível nacional as maquinações e os conchavos dos grupos dominantes que desaguiariam, na me-

66 Relatório do Presidente da Província de Pernambuco, 1850, p.22. Destacamentos de linha estavam estacionados de maneira quase permanente nos municípios de Jaboatão, Escada e Monteiro, enquanto que outras forças se encontravam 'operando em Ipojuca, Cabo, Santo Antônio, Bonito, Brejo da Madre de Deus, Garanhuns e Flores. Dessas 10 localidades, 8 seriam atingidas pela revolta dos pobres livres um ano e meio depois.

tade da década de 1850 (e sintomaticamente sob a condução de Carneiro Leão e de Nabuco de Araújo, o juiz dos praieiros) na célebre política de "conciliação", que uniria conservadores e liberais num novo pacto de divisão do poder e de freio à participação popular nas mudanças então em andamento. Não é acidental que a Praieira, com seu radicalismo "pequenos-burgueses" e suas reivindicações de redistribuição das grandes propriedades da oligarquia pernambucana, liberdade de imprensa e reforma constitucional, tenha sido simultaneamente a **mais intensa e a última** das batalhas entre frações de classe proprietárias de terras e de escravos no período do Império.⁶⁷ Assim, embora pareçam infundadas as acusações de participação maciça de ex-praieiros na revolta contra o *Registro*, é no entanto evidente que a insurreição de 1848 tinha preparado o terreno tanto para a rapidíssima mobilização dos pobres livres e para o surgimento de reivindicações suplementares à derrogação do Decreto (a Praieira, é bom lembrar, tinha-se batido também, e duramente, contra o sistema de recrutamento para a Guarda Nacional), quanto para confundir e aterrorizar as autoridades provinciais e evitar a adoção de medidas repressivas drásticas.

Mas os anos de 1850/1852 em Pernambuco, além de terem significado um dos períodos mais agitados (que não são poucos) para a manutenção da ordem vigente, apresentavam também outras peculiaridades que, somadas às anteriores, preparavam o clima ideal para o surgimento de protestos e revoltas populares. As áreas onde a sublevação contra o *Registro* foi mais radical e virulenta, as comarcas de Pau d'Alho, Limoeiro e Nazareth, eram todas pontos focais de regiões produtoras de algodão — plantado frequentemente por trabalhadores livres em terras marginais de engenhos açucareiros — violentamente afetadas pelos últimos anos de um longo ciclo de depressão, decorrente da queda progressi-

67 Para interpretações recentes da Revolução Praieira, veja-se Izabel Andrade MARSON, *O império do progresso: a revolução praieira em Pernambuco, 1842-1855*. São Paulo: Brasiliense, 1987 e Nancy P. UARO, *Brazil's 1848: the Praieira Revolt*. 1982. Mimeografado.

va dos preços do produto no mercado mundial.⁶⁸ Alguns centros urbanos dessas comarcas, como Limoeiro e Bom Jardim, tinham sido, no primeiro quarto do século, florescentes núcleos comerciais que cresciam de maneira notável, atraindo capitais, mercadores estrangeiros e mão-de-obra de obra livre para o plantio da fibra. Diversos observadores contemporâneos deixaram testemunhos claros do efeito que a difusão do cultivo do algodão continuava a ter, nesses anos das primeiras décadas do século XIX, sob as comunidades de pobres livres no campo, que com ele se integravam em números crescentes aos circuitos produtivos e mercantis do complexo agro-exportador escravista.⁶⁹ Porém, embora a partir de meados da década de 1850 as cotações voltassem a subir, os anos de 1850-1852 foram de crise para os pobres livres das zonas algodoeiras, onde se acumulavam vastos contingentes de mão-de-obra livre sem ocupação. Ao mesmo tempo, num mecanismo mais do que normal e conhecido na história agrária do Nordeste Oriental, as áreas de produção de cana viviam momentos de notável expansão, e a produção da província passava de 32.357 toneladas no quinquênio 1841-45 para mais de 63.000 em 1851-1855.⁷⁰ De 507 engenhos contabilizados em 1852 pelo Presidente da Província nas comarcas de Recife, Goiana, Vitória de Santo Antão, Pau d'Alho, Nazareth, Cabo, Rio Formoso e Bonito, 137 tinham sido construídos nos 19 anos anteriores.⁷¹

Certamente esse quadro de depressão nas áreas e atividades próprias dos cultivadores pobres livres, conjugado

68 A depressão, como é sabido, iniciou-se no fim da década de 1820, e progrediu até precisamente a metade da década de 1850 quando se iniciou a recuperação que alcançaria o seu momento culminante nos anos 60, por causa de guerra civil nos Estados Unidos. Cf. BURLAMAQUI, F.L.C. *Monographia do algodoeiro*. Rio de Janeiro: Typ. N.L.Vianna e Filhos, 1863; STEIN, S.J. *The Brazilian cotton manufacture: textile enterprise in an underdeveloped area, 1850-1950*. Cambridge: Harvard University Press, 1957; CANABRAVA, A.P. *O algodão em São Paulo: 1861-1875*. 2.ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.

69 Koster e Tollenare, já citados, são os exemplos mais conhecidos. Veja-se também KIDDLER, D.P. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil: províncias do norte*. São Paulo: Martins, 1951.

70 EISENBERG, p.17.

71 *Relatório do Presidente de Pernambuco, 1852*, p.27. No conjunto da Província, Eisenberg registrou 670 engenhos em 1844 contra 1.356 na década de 1850. Por regiões, os aumentos foram os seguintes: 344 para 623 na Zona da Mata sul; 135 para 293 na Zona da Mata norte; 177 para 182 nas tablelands, e de 74 para 258, o maior aumento, para o agreste, que cultivava basicamente para consumo e comercialização internos.

com a expansão de engenhos e canaviais, era já suficiente para criar uma situação de tensão e conflito potencial, embora não necessariamente uma sublevação — como não tinha acontecido em situações similares anteriores. Mas é legítimo especular que essa conjuntura de desemprego generalizado nas comunidades de pobres livres e de aumento simultâneo das necessidades de força de trabalho nas *plantations* açucareiras e algodozeiras, exatamente no momento em que se fechava a porta de entrada para novas levas de escravos africanos, pode ter dado ao *Registro dos Nascimentos e Óbitos*, com todos seus trâmites e formalismos ligados ao poder da burocracia governamental, a potestade suficiente para detonar finalmente a insurreição.

Contudo, o *Registro* não era a única ameaça que parecia pairar sobre as cabeças dos homens e das mulheres pobres livres nesse meio de século; outras, e possivelmente mais sérias, fechavam já o horizonte e restringiam cada vez mais os espaços produtivos e sociais em que se movimentavam — atrelados, porém marginais — esses numerosos segmentos da população decimonônica nordestina. A Lei Eusébio de Queiroz, que proibía o tráfico, era gritantemente — e isso era sabido já em outras longínquas regiões que não as que imagina nossa vã tradição — uma pedra angular na modificação do sistema de controle social do trabalho que tinha até então permitido movimentar a engrenagem agro-exportadora brasileira e criar, em torno a ela, uma nação. Mas era evidente — e não apenas para os letrados — que uma mudança dessa envergadura implicava na introdução de alterações complementares que encaminhassem o problema central da formação produtiva, a questão do trabalho. O *Regulamento do Registro de Nascimentos e Óbitos* era na realidade, como já foi dito, uma espécie de primo pobre de inovações jurídico-institucionais de primeira grandeza no Brasil escravista. De fato, no mesmo ano de 1850 tinha sido sancionada a Lei de Terras, que vedava legalmente as possibilidades de acesso à terra por outras vias que não a herança e a compra, e dificultava — e condicionava politicamente — a posse sem inter-

veniência do mercado, na medida em que a fazia explicitamente ilegal.⁷²

Suspensão do tráfico inter-atlântico de escravos, lei de terras, registro de nascimentos e óbitos, e mais uma temível medida coercitiva longamente anunciada e aparecida na mesma época, o *Regulamento da Guarda Nacional*.⁷³ Na prática, deve ter sido extremamente difícil, para os contemporâneos interessados, não entender essas quatro iniciativas institucionais do Estado como uma verdadeira ofensiva jurí-

72 A importância — pelo menos teórica — da Lei de Terras está, sabidamente, em proporção inversa aos estudos até agora realizados em torno a ela. Os melhores e quase únicos — embora nenhum deles seja propriamente dirigido a analisar a lei e seus efeitos — são o já citado MARTINS; CARVALHO, J.M. *Modernização frustrada: a política de terras no Império. Revista Brasileira de História*, São Paulo, n.1, p.29-57, 1981; e DEAN, W. *Latifundios y política agrária en el Brasil del siglo XIX*. In: FLORESCANO, E. (ed.) *Haciendas, latifundios y plantaciones en América Latina*. Mexico: Siglo XXI, 1978. p.414-432. Também útil, embora se trate fundamentalmente de uma obra de direito agrário, dotada de uma estrutura um tanto quanto sinuosa e repetitiva, é o trabalho de COSA PORTO, *O regime das sesmarias no Brasil*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, s.d. A escassa atenção despertada pela Lei já é, em si mesma, um fato instigante, e ajuda a conduzir a diversas interpretações que um trabalho de fôlego sobre esse assunto devia responder. Uma delas é a de que, a despeito da sua importância teórica e institucional no conjunto das transformações que levaram ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a Lei de Terras simplesmente sancionou — mas não provocou — mudanças que já vinham acontecendo com crescente intensidade desde, pelo menos, a desestruturação do monopólio comercial da metrópole portuguesa. Assim, por exemplo, diversos registros paroquiais de freguesias do agreste pernambucano — que não era, nem de longe, uma área caracterizada por uma grande elasticidade no mercado de terras — mostram que para 1850-1854 pelo menos um terço das propriedades declaradas, ou seja, apropriadas antes de 1850, eram já produto de operações de compra e venda, vindo em segundo lugar as originadas em partilhas e heranças. A Lei, entre outras coisas, eliminava formas de acesso à terra que já estavam praticamente em desuso. Outra alternativa, como sugere Dean nas entrelinhas do seu trabalho, seria pensar a Lei como um instrumento primordialmente dirigido a solucionar e dirimir conflitos entre grandes proprietários e posseiros nas regiões de expansão do café, e estabelecer as condições restritivas necessárias para permitir a abolição e a imigração — ambos processos sociais impensáveis em espaços geográficos abertos. Nesses vários sentidos a Lei de Terras aparece fundamentalmente uma lei preventiva, que não estava destinada a provocar mudanças e sim, antes pelo contrário, a evitar que estas acontecessem. E, por outro lado, no mínimo curioso que a sua aplicação não tenha causado quaisquer movimentos de protesto e resistência por parte da população pobre afetada. A idéia da 'força da lei' não aparece suficiente para explicar esta aparente apatia (ou falha historiográfica, seja no nível das fontes, seja — menos provável — no da pesquisa), como demonstra a rápida resposta contestatória contra outra lei, esta sim considerada injusta e arbitrária, como é a que representa o objeto de estudo deste trabalho.

73 A Lei 602 de setembro de 1850, que regulamentava a Guarda Nacional, era uma profunda reforma da legislação que tinha originalmente criado essa corporação em 1831, e que retirava da sua estrutura importantes elementos ditos 'democráticos', como o processo de constituição da oficialidade através de eleições conduzidas dentro da tropa. Entre 1831 e 1850 uma enxurrada de portarias, avisos e outros tipos de medidas tinham descaracterizado o projeto original. O Regulamento de 1850 tinha, entre outros propósitos, o de consolidar as alterações introduzidas e facilitar a reorganização das milícias populares. Porém, um ano depois, a Guarda Nacional de Pernambuco continuava na mesma situação caótica a que tinha sido levada pelas medidas mencionadas. Secretário da Polícia a Presidente da Província, 15-02-1852, DP, 17-03-1853, 'Publicações a Pedido'; *Collecção das leis*, 1850, v.11, pt.1. Para o significado da reforma veja-se MC BETH, Michael C. *The Brazilian recruit during the First Empire: slave or soldier?* In: ALDEN, D., DEAN W. *Essays concerning the socioeconomic history of Brazil and Portuguese India*, Gainesville University of Florida Press, 1977, p.71-86.

dica contra a população camponesa. A nova legislação agrária, ao proibir a posse, cancelava, pelo menos legalmente, o caminho tradicionalmente utilizado na reprodução da esmagadora maioria dos pequenos produtores não-proprietários — que representavam, por sua vez, a esmagadora maioria da população de cultivadores pobres livres do Brasil — e reforçava enormemente o poder dos proprietários legais para executar despejos ou agravar as condições de ocupação das terras marginais das *plantations*. O *Registro* e a *Lei do Censo* dirigiam-se explicitamente a contar e descobrir o número dos pobres livres, e com isso a fazê-los públicos e notórios perante a autoridade do Estado, com nome, endereço e situação familiar, dificultando enormemente, de sobra, a transposição da barreira da escravidão, pois aperfeiçoava os mecanismos de identificação da condição jurídica desses setores da população, dentro dos quais escondiam-se muitos devedores da lei, fugitivos do cativeiro. Em certo sentido, o *Registro dos Nascimentos* e a *Lei do Censo* nada mais eram do que instrumentos paralelos à lei de terras com relação à força de trabalho. Se esta pretendia conhecer e reformular a estrutura fundiária do país, legitimando a propriedade considerada legal, e retirando a terra de quem a não possuísse pelas vias tidas como aceitáveis pelo novo sistema jurídico, o *Registro* era sua contrapartida perfeita em termos da condição jurídica dos pobres livres: confirmava a liberdade dos que podiam comprovar essa abençoada condição e ameaçava com reconduzir à escravidão os infelizes que não contassem com a documentação necessária para fundamentar sua independência pessoal.⁷⁴ Por último, camponeses e demais pobres livres viam-se agora também às voltas com outro

74 Como foi visto em páginas anteriores, uma das formas encontradas pelas autoridades pernambucanas para orientar as tarefas de 'persuasão' junto os insurretos era, precisamente, garantir que o Regulamento não só não ameaçava a liberdade de ninguém, como que oferecia maiores garantias dessa condição aos que fossem efetivamente livres. É claro que esse tipo de argumento não deve ter sido capaz de atenuar a desconfiança da população juridicamente livre, sobretudo daquela que levava consigo o estigma da cor, habituada ao proverbial arbítrio de uma sociedade escravista, enquanto que, por outro lado, deve ter soado como uma definitiva ameaça para os inculcáveis ex-escravos que, fugidos das *plantations*, evitavam igualmente os quilombos e preferiam diluir-se nas comunidades camponesas ou nas aglomerações urbanas. Para o argumento governamental cf. Presidente da Província a Juizes de Direito. 'Circular', DP, 03-01-1852.

grande perigo: o recrutamento para a Guarda Nacional, um processo sabidamente de grande violência, não muito diferente dos procedimentos de captura e condução de escravos fugidos para as cadeias públicas das vilas e das cidades da região. Para as famílias de cultivadores pobres livres, a Guarda Nacional, como as antigas Ordenanças, representava perigos concretos e tangíveis. Em primeiro lugar, sangrava as unidades produtoras de força de trabalho muitas vezes imprescindível para a própria sobrevivência do grupo, obrigando a um remanejamento de recursos que alterava, sempre em detrimento do equilíbrio, toda a vida familiar. Em segundo lugar, atacava a autonomia dos pobres livres e fazia ainda mais estreita a dependência para com os proprietários de terras, todos eles "oficiais" da Guarda, na medida em que sua intervenção era por via de regra crucial para o sorteio dos recrutáveis.⁷⁵ Não era, pois, de se estranhar que em diversos pontos das áreas conflagradas pela revolta contra o *Registro* surgissem irmanados os protestos contra os dois regulamentos, nem que os efetivos dessa milícia, esmagadoramente provenientes de famílias camponesas, fossem considerados por várias autoridades municipais e provinciais como aliados dos revoltosos, literalmente farinha do mesmo saco.⁷⁶

Porém, embora esse conjunto de ameaças pairasse de maneira geral sobre todos os pobres livres a revolta não ocupou a totalidade da província (apesar de estarem incluídas no mapa dos distúrbios as regiões produtivas mais importantes, com a ressalva do extremo sul da Zona da Mata), não esteve limitada às áreas deprimidas de cultivo do algodão, pois outras zonas do interior, também ocupadas por esse

⁷⁵ Numa clara evidência de que o problema do recrutamento e a oposição ao *Registro* eram encarados pelos sublevados como aspectos diversos do mesmo dilema, os recrutas mantidos nas cadeias públicas à espera da sua remoção para serem integrados a corpos da Guarda Nacional foram sistematicamente libertados nas vilas que, como Limoeiro e Pau d'Alho, caíram nas mãos da insurreição. JD do Limoeiro a Presidente da Província, 05-01-1852, in MSS JD, v. vit. Sobre as ordenanças, cf. PALACIOS, Expansão camponesa, cap.2.

⁷⁶ Por exemplo, JD de Santo Antônio a Presidente da Província, 21-12-1852, loc. cit. Para a composição eminentemente popular da Guarda, e alguns dos efeitos sociais derivados da mistura, no seio da corporação, de homens pobres livres sem diferenciação de cor, veja-se CASTRO, J.B. A guarda nacional. In: HOLANDA, S.B. (ed.) História geral da civilização brasileira. São Paulo, DIFEL, 1985. t.3, v.3, especialmente p.279-284.

produto, não foram, ao que parece, afetadas, e teve pontos diferenciados de intensidade e de duração. Será possível explicar todas essas variações?

Nenhuma situação histórica se insere em padrões de determinação homogêneos, ignorando as próprias diversidades existentes nas situações sociais e econômicas concretas que compõem uma conjuntura particular. No caso da "Guerra dos Maribondos", como no de outros fenômenos sociais de igual ou maior dimensão, é mais fácil — e convincente — apresentar as razões pelas quais o movimento efetivamente aconteceu em algumas áreas, do que explicar porque tantas outras permaneceram alheias à revolta dos pobres livres. Para esses casos somente parece possível, neste momento da pesquisa, oferecer alternativas vagas e constrangedoramente simplistas, à espera de um estudo mais abrangente sobre a resposta que diversas comunidades camponesas, não participantes da revolta, deram à promulgação do *Registro* e das outras medidas legais mencionadas. Assim, nos casos do sertão distante, e das áreas mais afastadas e inacessíveis do agreste, onde a "Guerra dos Maribondos" não parece ter tido maior expressão (por exemplo, as comarcas do Brejo e Boa Vista, as únicas nas quais não se obteve nenhuma informação sobre distúrbios, sendo que na de Flores, também no sertão, e na do Bonito, no agreste, houve agitações circunscritas apenas a uma freguesia), só nos é dado, por enquanto, especular em torno da própria barreira geográfica da distância e do isolamento, apoiados no fato de que, nessas regiões, as esparsas comunidades de cultivadores pobres livres se situavam por via de regra nos cumes das serras, deixando os vales áridos e semi-áridos para as grandes — e despovoadas — fazendas pecuárias. Distância e isolamento não circunstancialmente dos focos de revolta, porém, de maneira mais intermitente, da pressão objetiva e subjetiva que as **plantations** açucareiras e algodozeiras exerciam sobre as comunidades situadas nas suas áreas de influência. Por outro lado, embora ainda esteja por ser feito o estudo dos fluxos e refluxos comerciais inter-sertões e agreste-sertão no Nordeste

na metade do século XIX, existem indícios claros de que, ao contrário do isolamento consagrado na historiografia tradicional como característica principal dessas regiões, estruturas produtivas e comerciais bem mais ativas e interligadas do que atualmente reconhecido, podem ter mantido essas áreas até certo ponto "protegidas" de pelo menos alguns dos impactos das crises sociais e econômicas que afetavam diretamente as zonas atreladas ao núcleo do complexo agro-exportador nordestino.⁷⁷ Com essa base algumas reflexões mais aproximadas podem ser feitas.

Como já foi mencionado, o centro nevrálgico da revolta contra o *Registro dos Nascimentos e Óbitos* esteve constituído pelas comarcas de Pau d'Alho, Nazareth e Limoeiro, um "triângulo" campones de origem colonial, região de produtores de algodão e gêneros alimentícios e, em menor medida, a partir da primeira metade do século XIX (Pau d'Alho e Limoeiro), de cana de açúcar e produtos pecuários. A eclosão da revolta precisamente nessa área, e a dimensão e gravidade incomparáveis que aí atingiu, foi hipoteticamente atribuída em páginas anteriores à crise do algodão, à concentração de pobres livres nessas comarcas por causa da prévia difusão do seu cultivo e, finalmente, à pressão exercida sobre homens e terras pela expansão da **plantation**. Uma segunda onda de intensidade da revolta, menor que nos três casos mencionados, afetou as comarcas da chamada mata seca, sobretudo Goiana e os municípios ao norte do Recife, tradicionais empórios produtores de açúcar, embora consideravelmente menos férteis e ricos do que os seus congêneres da mata sul. Sintomaticamente, foi nessas áreas do

77 A tendência das comunidades camponesas a se localizarem nos vales do alto das serras — seguindo nisso a trilha dos grupos indígenas — deriva não apenas da uberdade dessas terras como, principalmente, da apropriação das planícies por parte das grandes propriedades criadoras de gado ou de algodão. As informações sobre este fenômeno são abundantes, embora pouco precisas, e estão por via de regra contidas nas obras de caráter 'corográfico' tão em voga no século XIX. Para Pernambuco na época da revolta, veja-se HONORATO, M.C. *Dicionário topográfico, estatístico e histórico da Província de Pernambuco*. 2.ed. Recife. Secretaria de Educação e Cultura 1976; GAMA, J.B.F. *Memórias históricas da Província de Pernambuco*. Recife: Typ. M.F. Faria, 1844, v.1 e, embora de manuseio mais complicado, COSTA, F.A.P. *Anais pernambucanos*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1951-1966. 10 v. Sobre o comércio inter-sertão, veja-se o clássico estudo de CASTRO, A.B. *A herança colonial do desenvolvimento regional brasileiro*. In: ———. *7 ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1972. v.2.

norte da região açucareira onde, por causa da menor afluência dos grandes proprietários de terras, a transição do escravismo ao chamado trabalho livre se daria mais depressa, a partir de finais da própria década de 1850. O ano de 1851, no entanto, parece ser uma data prematura demais como para supor que estivesse já acontecendo o esvaziamento da mata seca e a substituição sistemática da sua força de trabalho escrava pela de camponeses e outros homens pobres livres.⁷⁸ Mas é possível supor, sim, que dada a vizinhança dessa área com as zonas decadentes de produção de algodão e a constante comunicação entre ambas as regiões agrícolas, levadas de pobres livres expulsos pela crise da sua principal atividade produtiva teriam migrado para as comarcas açucareiras imediatamente ao norte — muito menos monocultoras do que, por exemplo, Água Preta, Gameleira ou Escada, ao sudoeste do Recife — à procura de terras apropriadas para culturas de subsistência em áreas de clima mais chuvoso do que o agreste algodoeiro. (Isso, é claro, sem descartar a hipótese mais atrativa da atração exercida pelas *plantations* sobre uma população crescentemente pauperizada pela ruína regional do algodão). De qualquer maneira haveria que apelar novamente para dados demográficos (entre outros) para corroborar essa possibilidade, e para fundamentar a hipótese de que os diferentes níveis de intensidade na incidência da "Guerra dos Maribondos" eram indicativos da maior ou menor concentração de homens pobres livres no Pernambuco da metade do século XIX.

Finalmente, um terceiro nível de gravidade e de duração da revolta agrupa **grosso modo** os municípios ao leste e ao sul do Recife atingidos pela sublevação, e várias das suas freguesias: Jaboatão, Cabo, Muribeca, todos na riquíssima região da Várzea, Vitória de Santo Antão, Escada, Ipojuca,

78 Veja-se, por exemplo, as anotações feitas por Sebastião Antonio de Acloli Lins, Barão de Goicana, sobre essa questão, ainda não resolvida numa data tão tardia como 1886. GOUVEA, F.C. O Barão de Goicana e o seu diário. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v.50, p.153-344, 1978; *Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife*: 1878. Recife: Typ. M.F.Faria e Filhos, 1879. *passim*.

Serinhaem, etc., assim como a comarca de Garanhuns, então abrangendo praticamente todo o agreste meridional e a boca do sertão. Com exceção da própria vila de Garanhuns, em nenhuma dessas circunscrições aconteceram ocupações de vilas, cidades ou cabeceiras de municípios, como sucedeu na região algodoeira setentrional, e a frequência de assaltos às casas grandes e sedes de propriedades rurais foi sensivelmente menor do que na mata seca. Os efetivos dos sublevados também ficaram muito aquém das forças mobilizadas pela revolta no norte da Província e, por último, o tempo de duração dos distúrbios foi mais curto. Por outro lado, ações individuais de moradores de propriedades contra os senhores parecem ter tido uma maior incidência relativa nesta área do que nas outras zonas, onde predominaram as manobras e os movimentos coletivos. O leste e o sul da Zona da Mata, no entanto, receberam das autoridades provinciais uma atenção desproporcional à dimensão local da revolta, porém certamente condizente com a sua grande importância econômica e política para a oligarquia agrária pernambucana. De fato, Jaboatão e Cabo eram freguesias que, além de ricas na produção de açúcar e de políticos de tradição conservadora, estavam praticamente às portas da capital provincial. Vitória de Santo Antão, embora não especializada no cultivo da cana, era contudo o principal celeiro do Recife, tanto pela sua ímpar produção de culturas alimentares quanto pela sua atividade comercial de ponto de ligação entre o Recife e o sertão pecuário. Já a importância da Escada no contexto da revolta parece obedecer às outras variáveis, de natureza mais restritamente local. Por um lado, Escada tinha sido um dos centros motrizes da Revolução Praieira, baluarte da famigerada oligarquia Rego Barros-Cavalcanti, e se tornava nessa época, mediante a culminação de um longo e impiedoso processo de apropriação de terras indígenas, um dos mais suculentos filés mignons da economia açucareira pernambucana.⁷⁹

79 PALACIOS, G. O nascimento de um campesinato: os cultivadores pobres livres da Capitania geral de Pernambuco na primeira metade do século XVIII. Rio de Janeiro, 1987. p.75-76. Mimeografado; *Idem*, *Expansão camponesa*, cap.4.

Com relação ao tempo específico do início e do fim da revolta há, por enquanto, pouco a dizer, já que o movimento ficou estritamente contido entre os momentos de difusão da informação sobre o decreto do *Regulamento* e a proximidade da sua data de aplicação, por um lado, e o recuo do governo provincial e as missões de pacificação de frei Caetano, pelo outro. Existe, não obstante, outro dado de primeira importância, que será abordado com mais detalhe em outras versões do texto: a revolta contra o *Registro* coincide com tempo natural e exatamente com os meses mortos do calendário agrícola das comunidades camponesas do agreste e da mata de Pernambuco.

4. AS CAUSAS GERAIS DO CONFLITO.

Dentro do conjunto de razões, verídicas ou imaginárias, esgrimidas pelos autores das fontes para explicar o estouro da revolta e sua rápida propagação, não interessa aqui o desvendamento de eventuais causas "reais" que levaram milhares de pobres livres, homens e mulheres, velhos e crianças, a tomarem em armas contra as leis e contra o Estado. Interessa, sim, o arrolamento de **todas** as principais motivações alegadas, presumidas ou insinuadas, quer com caráter explicativo, quer com intenção acusatória, pois a análise desse conjunto de argumentos certamente contribuirá, mais do que o simples isolamento de uma suposta "razão central", à compreensão do "sentimento" e do pensamento coletivos — tanto dos pobres livres e seus aliados, quanto dos seus adversários na "Guerra dos Maribondos".

A causa mais citada, como é evidente da própria leitura das fontes, esteve constituída pelo **medo coletivo** da população pobre livre do interior de Pernambuco de perder, em função da sua pobreza, a sua condição de liberdade. Dissemos que a miséria foi o fundamento do temor que assaltou os pobres livres diante do *Registro de Nascimentos e Óbitos*, porque é notável a homogeneidade social dos participantes

da revolta. Foram sempre aqueles que se encontravam nos confins da estrutura social do escravismo, provavelmente até inferiores ao escravo em termos de condições objetivas de sobrevivência — e sobre isso os viajantes estrangeiros que visitaram Brasil no começo do século XIX deixaram abundantes testemunhos —, mas separados dele, ainda, pelo atributo jurídico da liberdade. Mas já é, sem dúvida, um medo de classe.

Ao lado dele aparece a justificativa político-partidária, conjuntural, isto é, os boatos “mal-intencionados” sobre as perversas intenções ocultas da lei, naturalmente atribuídos aos inimigos do governo. Esta versão, embora não explique plenamente o temor e se limite a encontrar a sua causa, ajudou os conservadores a entenderem, na sua lógica peculiar, a transformação da resistência camponesa num movimento armado. Nela subsiste, no entanto, como elemento primordial para explicar a revolta, a **permeabilidade** da mentalidade dos camponeses e demais camadas de pobres livres à idéia — “à falsa idéia” — da sua iminente escravização, seja como resultado da sua pobreza, seja como natural conseqüência de uma liberdade “ilegal” — outra “idéia falsa”, seja, enfim (mas não exclusivamente, como acreditaram alguns observadores dos acontecimentos, iludindo sem querer cronistas e historiadores posteriores), por uma determinada cor da pele. O que interessa é que para os pobres livres que habitavam o interior de Pernambuco em 1850/1851, vivendo isolados ou em comunidades de cultivadores de gêneros de subsistência, sobrevivendo com restos de uma antiga autonomia ou já forçados a oferecerem sua mão-de-obra a engenhos e **plantations**, a escravidão aparecia no seu horizonte social, de classe, como um futuro **possível** e, em determinados momentos, talvez **iminente**. E o fato de que essa ampla e incerta possibilidade tenha estado representada não só pelos inconfessáveis objetivos do *Registro* — ou do Regulamento da Guarda Nacional — mas, sobretudo, pelo incontestável argumento de que, exatamente a partir desses mesmos anos, no dizer dos próprios insurretos, “os Inglezes não deixão mais

entrar Africanos",⁸⁰ mostra a clara percepção que esses segmentos da população livre rural, supostamente embrutecidos pela ignorância e pelo isolamento, tinham das linhas estruturais do sistema sócio-econômico no qual estavam inseridos e do odioso papel que o processo em andamento lhes deparava.

As primeiras notícias de resistência à aplicação do *Regulamento do Registro de Nascimentos e Óbitos*, anteriores ainda ao início dos conflitos no recôndito povoado de Rozário de Cima, estavam longe de permitir qualquer previsão sobre o desenvolvimento posterior dos acontecimentos, assim, como os rumos críticos que iriam desaguar numa breve mas colérica insurreição interprovincial. Aparentemente, as reclamações originais estavam relacionadas, quase de maneira exclusiva, com problemas derivados da letra — e não do espírito — do Decreto, e decorriam diretamente da decisão de alguns párocos de suspenderem enterros e batismos, amparados na nova lei. Esta drástica medida, feita possível pelo atraso fatídico da burocracia imperial em remeter a papelada necessária — formulários, questionários e modelos — aos escrivães de paz, foi a responsável pelas primeiras confusões. Recapitulando já sobre as cinzas da revolta, dizia Mont'Alegre em maio de 1852:

[...] as disposições dos Arts. 23 e 24, que proíbem a inhumação dos cadáveres, e o baptismo dos recém nascidos (salvo o caso de evidente perigo de vida) sem que seja presente a certidão de registro, que aliás, na forma do Art. 3o. só pode ser passado pelo Escrivão de Paz do respectivo districto, excitarão algum clamor contra o Regulamento [...] De diversos pontos chegarão representações ao Governo, ponderando não só a impossibilidade de fazer-se em 24 horas a participação do fallecimento [...] mas também a de exigir-se para o baptismo a certidão do registro de nascimentos em lugares longinquos e ermos, onde de ordinário só he administrado aquelle sacramento nas

80 JD de Vitória de Santo Antão a Presidente da Província. 06-01-1852, in MSS JD, v. cit.

visitas, que fazem os Vigários ao centro de suas Paróchias por ocasião da desobriga quaresmal; e se bem que ao começo parecesse exagerada a enunciação de taes difficuldades, as informações ministradas pelos Presidentes de algumas Províncias, e o testemunho do douto Metropolitano, e dos Reverendos Bispos de Mato Grosso e Pernambuco, dissiparão todas as dúvidas.⁸¹

De fato, ao longo da revolta pernambucana, no meio do clima de guerra provocado pelas ações armadas dos sublevados e das tentativas governamentais por explicá-la, já fosse pelo boato do próximo cativeiro dos pobres livres ou pela teoria de que tudo não passava de macabras maquinacões da oposição, problemas concretos planteados pelo *Regulamento* — e problemas criticamente sensíveis para as famílias camponesas —, transpareceram uma e outra vez, confundindo e misturando a aparência das motivações centrais dos participantes da insurreição. Problemas que diziam especificamente respeito à relação dos indivíduos com Deus e com o Estado.

Por um lado, como deixava perceber nas entrelinhas o discurso de Mont'Algre, o *Regulamento* tinha sido elaborado certamente por burocratas precursores da modernidade administrativa, *experts* instalados nos seus gabinetes da Corte, já então inteiramente ignorantes das verdadeiras condições de vida da maioria da população do país que regulamentavam. Era claro que numa sociedade fundamentada em preceptos da religião católica apostólica, como o era de maneira quase exclusiva a sociedade agrária brasileira da época, a questão de não poder enterrar um defunto ou batizar uma criança de acordo com os ensinamentos da Igreja Romana equivalia não apenas ao risco da condenação eterna, como a renunciar à tentativa de ressarcir-se, na outra vida, das misérias desta. E tinha mais: o *Regulamento do Registro*, na forma em que estava elaborado, não só representava um complicador intransponível para essa — derradeira

81 Relatório do Ministério do Império. 1852, p.17.

— esperança, como que, talvez mais perigoso, ao indicar os Escrivães de Paz como os encarregados em última instância de fornecer e autenticar os registros, interpunha violentamente, de um momento para outro, o poder do Estado e sua representação política local no mais íntimo da vida das famílias camponesas. Certamente, levando essa constatação às suas últimas, naturais conseqüências, e denunciando as atribuições sagradas que o *Regulamento* depositava agora nos assistentes dos Juizes, o documento dos insurretos de Pau d'Alho desmascarava assim essa temível ameaça:

[...] Também temos noticia que os escrivães dos juizes de paz, de hoje em diante, são uns dos encarregados respectivos aos baptisados, **sem certidão delles não se poderá fazer uma criança christã** [...].⁸²

Assim, subitamente, por obra de uma lei anônima e — para eles — desnecessária, o destino dos pobres livres na outra vida passava a depender, como já dependia nesta, dos mesmos ordenadores seculares das relações sociais, o Estado e as estruturas políticas locais. Mas o *Registro* — e junto com ele a menos atacada, porém não menos temida, “lei do censo” — tinha a propriedade de invadir a intimidade doméstica da família camponesa de múltiplas formas, abrindo o núcleo protetor da unidade familiar à uma intervenção cada vez mais constante e institucionalizada. No Limoeiro, no auge da ocupação armada da cidade, o Juiz de Direito captou essa preocupação no discurso dos revoltados, anunciando ao Presidente da Província a visita de um grupo de sublevados que, irados, exigiam “que lhes entregasse a Ley que os obriga a dar os nomes dos seus filhos aos Escrivães de Paz.”⁸³

82 Documento dos revoltosos ao Delegado Suplente de Pau d'Alho. 02-01-1852, DP, 16-01-1852. Grifos meus.

83 JD do Limoeiro ao Presidente da Província. 11-01-1852, in MSS JD, v. cit. Grifos meus. O próprio Figueira de Mello reconheceu que o *Regulamento* causava ‘sem motivos violências e despezas aos que querem baptisar seus filhos ou parentes’. Secretário da Polícia a Delegados da Província. ‘Circular’, 30-12-1851, DP, 13-02-1852.

A respeito das denúncias de infiltração política nas fileiras dos pobres livres como tendo sido a verdadeira causa da revolta dessa camada "ordeira" da população, é bom lembrar que uma leitura atenta das fontes disponíveis permite constatar que esse tipo de advertências partiram geralmente de apenas alguns lugares determinados (Escada, Pau d'Alho, Limoeiro, Iguaraçu e Goiana), e que frequentemente autoridades diversas desprezaram as mesmas ações com ênfases distintos, umas ressaltando os contornos político-partidários do movimento, outras inutilmente alegando a espontaneidade e o anonimato da rebelião. As provas, por sua vez, não parecem ter sido nunca suficientemente convincentes como para aceitar a teoria conservadora de que sem os praieiros a revolta contra o *Registro* não teria sido possível. Contra as declarações formais de reprovação do movimento apresentadas por Castro Tavares e Loyola, e contra várias testemunhas da abstenção dos liberais na luta dos pobres livres, o Chefe da Polícia e alguns dos seus subordinados, além de uns poucos Juizes, só tinham a oferecer, para reforçarem suas teses de participação dos partidários da Praia, eventuais palavras-de-ordem proferidas pelos revoltosos ("morram os guabirús", "viva a liberdade"!), sendo que numa dessas manifestações os insurretos deixaram todo mundo perplexo com os gritos de — também — "morram os praieiros!"⁸⁴

Por outro lado, nenhum praieiro notável dos muitos ainda vivos e em liberdade, além dos irmãos Antonio e Miguel Afonso Ferreira, vagamente mencionados como sendo vizinhos de alguns engenhos da Escada dos quais partiam índios e moradores para se juntarem à rebelião, foi formalmente envolvido nos conflitos, nem como participante nem

84 JD do Limoeiro a Presidente da Província, s/d [fevereiro de 1852], in MSS JD, v. cit.: 'a desobediência da população tem chegado ao excesso de quase todos os dias, principalmente no sábado na feira aparecem grupos armados com vozarias, ora morra guabirús, praieiros, e marinheiros etc.'. Como é sabido, 'guabirús' e 'marinheiros' eram denominações dadas pelos praieiros aos conservadores e aos cidadãos portugueses que moravam em Recife.

como instigados.⁸⁵ Pelo contrário, as fontes mostram claramente que, por via de regra, os ex-revolucionários liberais participavam dos mesmos temores que os seus inimigos conservadores diante da insurreição camponesa. Mas a teimosia ou o "zelo" político-policial de Figueira de Mello continuou até o fim sustentando exclusivamente a tese da inge-
rência dos derrotados do 48 como a única causa da revolta armada dos pobres livres. Assim, na sua carta pública ao Presidente da Província, defendendo sua participação no combate ao movimento contra o *Registro* e acusando o Presidente de fraqueza perante os liberais, afirma o desembargador:

[...] he do partido opposicionista, que tem constantemente emanado todas [as] insinuações, de que os seus adversários pretenderam e pretendem escravisar politicamente o paiz, e tirar a liberdade civil aos cidadãos de cor [...] [a infiltração só começou] quando a todos parecia, que desses movimentos podia rezultar uma questão de razas, e della todos os horrores que qualquer adivinha [...].⁸⁶

Outros liberais, da sua parte, apesar das suas reservas com relação ao movimento, não deixaram os golpes recebidos sem resposta, e mantiveram oficialmente a mesma postura já anunciada por Castro Tavares e Loyola, embora sem tanta disposição para o colaboracionismo como a exibida por esses antigos dirigentes. Assim, perguntando retoricamente se era possível confiar os destinos da província ao

35 Miguel e Antonio Afonso Ferreira, senhores de engenho na freguesia do Cabo em 1848, participaram das primeiras linhas de combate da Revolução Praieira. Antonio, deputado geral e membro do Diretório Liberal, organizado em janeiro de 1849, abandonou o movimento com a derrota na batalha do Recife, e manteve-se escondido num engenho pertencente à sua família, no Cabo, até embarcar para Europa, por conselho médico. Morreu a caminho, na ilha de Madeira. Miguel, no mesmo dia em que seu irmão era feito membro do Diretório, assumiu o comando de uma brigada do exército liberal, e participou posteriormente, ao lado de Pedro Ivo, comandante da Primeira Divisão, na luta de matas de Água Preta, último baluarte do levante praiheiro. Derrotados pelas forças do governo em meados de 1850, ambos foram presos e enviados à fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Anistiado pela segunda vez, Miguel retornou ao seu engenho em Pernambuco nesse mesmo ano de 1850. CARNEIRO, *op.cit.*, passim. Naturalmente, a presença dos Sres. Affonso' na vizinhança da Escada não conflita necessariamente com a sua condição de proprietários no Cabo. Antonio, no entanto, já estava morto na época do Registro.

86 Secretário de Polícia a Presidente da Província DP, 'Publicações a Pedido.' 15-02-1852, 17-03-1852.

Presidente Victor de Oliveira e ao Chefe da Polícia Figueira de Mello, o *Argos Pernambucano* escrevia na sua edição de 20 de fevereiro de 1852:

[...] Jeronimo Martiniano Figueira de Mello é o chefe de policia do dia 2 de fevereiro [batalha do Recife em 1849, durante a qual morreu Nunes Machado, principal lider praieiro], e que nesse dia perpetrou e consentiu que seus espoletas perpetrassem toda espécie de crueldades que mancham de sangue uma das paginas mais belas da nossa história [...] Mello é o recrutador de 1849 que deixou tantos paes velhos e enfermos sem o amparo de seus filhos [...] é o mesmo que á pouco consta haver querido persuadir o Presidente da Provincia, que a agitação popular era trama do Partido Liberal, aconselhando-lhe diversas prisões e querendo dest'arte produzir nova carneficina [...].⁸⁷

Mas o interesse desta discussão em torno à eventual participação de ex-praieiros, extremistas políticos ou simples liberais em geral na revolta contra o *Registro dos Nascimentos e Óbitos* não descansa propriamente, no que a este texto se refere, no desvendamento da veracidade ou da falsidade dessas versões, sobretudo porque a documentação até agora consultada permite perceber com nitidez tanto a presença de alguns membros isolados dos partidos de oposição — possivelmente inseridos no movimento muito mais em função de conflitos locais do que seguindo estratégias da direção provincial das suas agremiações —, quanto a notória atitude provocadora das autoridades vinculadas ao Chefe da Polícia, ou então de membros da oligarquia açucareira ligados ao Partido Conservador que tentavam também aproveitar a sublevação camponesa para enlamear inimigos políticos locais e, se possível, dar-lhes o tiro de misericórdia. O que interessa realmente para os fins atuais deste trabalho é o espanto e a descrença dos responsáveis pela administração do Estado, tanto no nível municipal, quanto no provin-

⁸⁷ *Argos Pernambucano*, 20-02-1852.

cial e central, perante a possibilidade de uma insurreição popular — nem de senhores nem de escravos —, dotada de causas próprias, de reivindicações específicas, e revestida de uma virulência que transpunha todos os limites de comportamento social e político dos segmentos subalternos da sociedade escravista. Dessa incapacidade dos grupos dirigentes em conceber os pobres livres como atores interessados na elaboração de decisões que lhes afetavam intimamente, mais do que de provas ou evidências, é que surgiram os boatos e as versões sobre a manipulação política, a ingerência de provocadores e pessoas "mal-intencionadas", a visão da revolta contra o *Registro*, enfim, como sendo apenas um movimento detonado pelos "inimigos do Governo", isto é, na época, "o praieiro que tudo trama."⁸⁸

Esse tipo de interpretações da revolta contra o *Registro* permitem perceber não só a volatilidade do clima político de Pernambuco no *afterday* da Revolução de 1848, como também, e sobretudo, a visão que o nascente Estado nacional projetava da grande massa da população que comandava, um pouco sem querê-lo, nesses idos de 1850/1851. De fato, todas as referências à imprescindibilidade da ingerência praieira para explicar o movimento camponês e a revolta dos pobres livres decorriam de duas constatações principais, transformadas em premissas da interpretação. A primeira repousava no fato de que a insurreição não esmorecia diante das rápidas concessões do governo. Assim, independentemente da suspensão da aplicação do Decreto, da não efetivação das prisões determinadas e da trégua no recrutamento, continuava "a Província ainda a agitar-se dolorosamente sem obter a precisa tranqüilidade."⁸⁹ A segunda, a que mais nos interessa pelas suas implicações sociais, centrava-se na barreira que a suposta "ignorância" dos pobres livres tinha sempre

88 A frase é de autoria do paranóico Inspetor de Índios da Escada, e foi proferida no contexto de um pedido urgente de tropas para a Freguesia, sob ameaça de sua renúncia ao cargo se os reforços não fossem de fato enviados, 'pois serei vítima do menor praieiro, que he quem tudo trama'. Inspetor de Índios da Povoação da Escada a Subdelegado do 1.º Distrito de Escada. 02-01-1852, DP, 18-02-1852.

89 Secretário da Polícia a Presidente da Província, ofício citado.

colocado à formulação de reivindicações próprias, protegendo assim instituições e leis do questionamento e da contestação popular e, neste caso específico, rendendo impossível para o "povo incauto" detectar, **sem ajuda de extremistas**, os perigos implícitos tanto no *Registro dos Nascimentos*, quanto na *Lei do Censo* e no novo *Regulamento da Guarda Nacional*, e resumir tudo o que o esperava nas décadas por vir num corriqueiro termo da época: **cativeiro**. Dessa maneira, a surpresa do Estado e dos proprietários de terras e de escravos perante uma revolta autônoma de grupos subalternos da sociedade agrária foi procurar explicações tranqüilizadoras não na mudança que estava de fato acontecendo, mas sim nos alicerces da velha construção, na perversidade dos adversários internos ao sistema, e na estupidez dos camponeses.

Assim, a versão definitiva do movimento dos pobres livres contra o *Registro dos Nascimentos* e o conjunto de medidas dirigidas contra suas formas de organização social em 1850-1852 tirou-lhes qualquer mérito como protagonistas da sua própria história, como atores na sua própria revolta, e os devolveu, imperativamente, de novo expropriados, ao lugar da mais longínqua insignificância — do qual, segundo a mentalidade conservadora, jamais poderiam ter saído sem a ajuda do pernicioso, mas legítimo Partido Liberal. Essa nova e sumária desapropriação dos pobres livres da história — e da historiografia — do Brasil foi praticada, com brilho e coerência impecáveis, por Eusebio de Queiroz, então Ministro da Justiça:

[...] a propaganda, que procura por meios revolucionarios reformas radicais nas instituições do paiz, continua descommedida em sua imprensa reconhecendo porém que suas declamações não encontram apoio, recorre a novos meios [...] **Ahi encontram explicação os movimentos sediciosos, a que arrastarão a gente mais rude e credula** por ocasião de executar-se o Regulamento No. 798 de 18 de junho do anno passado [...] alguns agentes da propaganda, mais soffregos e menos reflectidos, entenderão que era chegado o momento de crear embarração ao Governo [...] e **puze-**

ram em campo a sedição, agitando o espírito da gente menos ilustrada nas Províncias de Pernambuco, Alagoas, Parahyba e Sergipe [...].⁹⁰

Junto com os personagens principais da revolta contra o *Registro dos Nascimentos e Óbitos*, assim varridos impiedosamente e despojados sem cerimônia de qualquer vestígio de autonomia até na sua capacidade de dizer não, foram-se também algumas características inquietantes do movimento popular que os assustados delegados e juizes do interior pernambucano tinham apreendido nessa brevíssima cena, durante a qual camponeses e pobres livres conseguiram atrair a atenção da platéia — que depois os vaiou ao comprovar que eram apenas marionetes. Voltaram ao cuidado das suas terras e dos seus plantios, mas deixaram difundida a impressão de que, a despeito de serem “ignorantes” e “crédulos”, eram sobretudo potencialmente subversivos, portadores de “princípios sediosos”⁹¹ e, sobretudo, de um perigoso “espírito de oposição à lei.”⁹²

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARMENTE FINAIS SOBRE A NATUREZA DA “GUERRA DOS MARIBONDOS”.

A “Guerra dos Maribondos” aparece nas fontes dotada de características diversas, naturezas várias e, com freqüência, conteúdos e atributos conflitantes. Uma boa parte da documentação, e dentro dela todas as fontes consultadas no nível ministerial, refere-se à revolta como um movimento que foi protagonizado pelos “homens de cor”, pobres e livres, contra os quais, supostamente, dirigiam-se as instruções do *Regulamento do Registro de Nascimentos e Óbitos*. Outras fontes são mais generalizantes ao identificar os participantes ativos nos distúrbios, caracterizando a insurreição como um con-

90 Relatório [...] do Ministério da Justiça [...] 1852, p.3-4. Grifos meus.

91 Delegado de Nazareth a Secretário da Polícia, 26-12-1851, DP, 12-02-1852; JM do Bonito a Presidente da Província, 27-12-1852, in MSS JD, v.7, 1851; Secretário da Polícia a idem. 04-01-1852,, DP, 17-02-1852; Delegado do Limoeiro a Secretário da Polícia, 12-01-1852, DP, 02-03-1852; JP do 1.º Districto da Escada a Presidente da Província, 10-01-1852, in MSS JP, v.cit.

92 JM de Bonito a Presidente da Província, officio citado.

flito gerado pelos "homens pobres e livres", "a maioria do povo", "os povos" de determinada comarca, "a gente baixa", "o povo meúdo", "as classes mais baixas", etc., etc., Este tipo de fontes são, sem dúvida, as mais numerosas dentro do limitado universo de evidências consultado até agora. Por último, uma terceira vertente documental informa sobre um movimento de "camponezes" ou "matutos". Temos pois, definições de cor, classe e função social ou produtiva. Uma análise apressada poderia levar à seguinte, simples conclusão: os homens pobres livres de Pernambuco na metade do século XIX eram predominantemente negros e mulatos, e constituíam, em termos produtivos, o segmento camponês da agricultura regional. E talvez não estivesse tão longe da verdade quanto estamos de poder oferecer, com alguma segurança, as considerações finais prometidas no caput da presente seção.

A questão da natureza do movimento contra o *Registro*, que obviamente não está desvinculada das características sociais dos seus participantes, tem, é claro, no âmbito desta discussão, uma grande importância. Da sua elucidação — a revolta como tendo sido um processo restrito à população não-branca livre, ou pelo contrário, um fenômeno que atingiu, sem distinção de cor, a grande maioria da população pobre livre — depende a possibilidade de considerar o movimento uma insurreição inserida na crise terminal do escravismo, mas ainda ostentando os padrões habituais de conflito nesse tipo de sociedade, ou como um processo que superava já esses cânones e se enquadrava, precursoramente, nos movimentos sociais de uma estrutura social e produtiva que se movia na direção de superar a vestimenta estamental do *ancien régime* para adoptar, de maneira crescente, uma estrutura de classes própria de uma sociedade constituída com base no capitalismo agrário e historicamente determinada, na sua particularidade, por séculos de trabalho compulsório. Infelizmente, as evidências de um e de outro lado são até agora frágeis e esparsas demais para permitir fazer afirmativas consistentes. Outrossim, talvez seja teórica e meto-

dologicamente ilusório esperar que a revolta contra o *Registro de Nascimentos*, ao final uma sublevação sem importância, possa resolver questões de tal magnitude, embora sempre reste a esperança de que, pelo menos, aporte subsídios. O que se segue, pois, são algumas tímidas indicações e indícios além, é claro, de diversas obviedades.

Porém, esta insistência em discutir problemas e formular questões sobre os quais se não têm maiores informações ou vestígios, pode parecer simples teimosia, talvez até necessidade. Se juízes e delegados, Ministros e Presidentes, bispos e chefes de polícia, deixaram escrito que a revolta contra o Regulamento do Registro dos Nascimentos e Óbitos tinha sido protagonizada pelos "homens de cor", insuflados por liberais extremistas, porque querer complicar as coisas e procurar segundas ou terceiras intenções? Bom, primeiro, por um simples dever de ofício. Segundo, sobretudo, porque o que constitui até agora o conjunto da documentação, ao qual nenhum dos participantes teve acesso, mostra que o espaço *intencional* existe. Terceiro porque tanto a explicação racial quanto a política parecem dirigir-se, na verdade, a desvirtuar e a ignorar — com muita probabilidade involuntariamente — o caráter "de classe" do movimento. Nesse sentido pode não ser simples coincidência o fato de que os documentos em que a revolta aparece mais particularizada, mais restrita, mais simplificada sejam ao mesmo tempo os de maior grau de elaboração e, sintomaticamente, os destinados à leitura pública: Relatórios de Ministros do Império e da Justiça, Relatórios de Presidentes de Província, editoriais do *Diário de Pernambuco*, etc. É precisamente nesse tipo de fontes onde o movimento se encontra mais disfarçado.

Parece estar fora de dúvida que o universo social coberto pela revolta esteve localizado no que diversas fontes classificam freqüentemente como "a última ralé", isto é, o fundamento inferior da estrutura de classes, além do qual reinava já o exército estamental dos compulsoriamente cativos. Eram, pois, os integrantes *in extremis* da sociedade agrária livre pernambucana os que protagonizaram o conflito, uma

mistura composta por camponeses ainda relativamente autônomos, moradores de grandes propriedades, vadios, desempregados, mercenários, marginais e bandidos, além de minúsculas frações de uma precária classe de artesãos. Nesses segmentos da população das áreas atingidas pela revolta, a propagação do fogo da insurreição parece ter sido geral, ao ponto de ter forçado em determinado momento o próprio *Diário de Pernambuco* a abdicar da sua versão favorita de uma sublevação meramente episódica ("apenas [...] uma amotinação sem derramamento de sangue", assaltos praticados por somente "alguns malvados"), e conceder finalmente que se tratava na realidade de um movimento de massas:

[...] Pouco conscio dos seus direitos [...] o nosso povo do interior cahiu no deploravel e reheprensivel excesso de tentar opor-se a execução do dito Regulamento [...] As comarcas de Nazareth, Goiana, S. Antão, Iguarassú, Rio Formoso; as freguesias de Ipojuca, Comarca do Cabo, Buique -de Garanhuns, Jaboatão, S. Lourenço e Muribeca da capital, foram também theatros de movimentos e perturbações mais ou menos pronunciadas no mesmo sentido [...].⁹³

Algumas fontes permitem, por outro lado, focalizar de maneira mais aproximada o quadro geral desse "povo interior" sublevado contra o *Regulamento do Registro*. Nelas se indica com frequência o fato de que os grupos de insurretos estavam integrados maioritariamente por indivíduos, homens e mulheres, residentes nas freguesias e comarcas afetadas, porém não habitantes das vilas nem das povoações, e sim cultivadores pobres procedentes de pontos distantes, raros frequentadores dos centros urbanos de então. Ao lado deles aparecem também numerosos moradores e agregados de engenhos próximos às sedes das freguesias, numa indicação clara de que a revolta quebrou as linhas que separavam os camponeses dependentes dos engenhos e das **plantations** algodoeiras dos cultivadores autônomos do interior mais ou menos remoto, posseiros de terras devolutas ou ocupantes

93 DP, 26-01-1852. Grifos meus.

de propriedades improdutivas. Se não quebrou, abalou igualmente uma das vigas mestras do sistema de controle social do trabalho do cultivador dependente, ao dar espaços sociais para que camponeses atrelados a engenhos desafiassem os "direitos" do senhor. O incidente do Cabo, onde vários moradores "chegaram ao arrojo" de resistir aos despejos ordenados pelos senhores de engenho chama a atenção — a despeito de ser um único caso registrado — para um outro contexto em que se desenvolvia a "Guerra dos Maribondos", e que punha em evidência os problemas gerados pela convivência entre *plantations* escravistas e cultivadores pobres livres, embora dependentes do proprietário da terra. Figueira de Mello constatou — e registrou sem querer — que o comportamento dos moradores dos engenhos nas suas relações com a estrutura sócio-política no interior das *plantations* parecia estar mudando, ao reclamar e cobrar dos seus subordinados a falta de informações sobre "tão extraordinário acontecimento". Por outro lado, aglutinando camponeses e pobres livres independentemente de cor ou de grau de dependência com relação aos interesses dominantes do complexo agro-exportador, a revolta contra o *Registro* contribuiu também para enfraquecer as bases agrárias do sistema político provincial, fazendo com que as — tênues — linhas que separavam senhores de engenho e fazendeiros conservadores dos seus congêneres liberais fossem completamente ignoradas pelos participantes da insurreição, como em Vitória de Santo Antão, onde um desconsolado Juiz de Paz confessava-se

[...] não tendo em quem confiar [...] pois que as pessoas do povo, quer de hum e quer do outro partido, se mostram unidas no pensamento de obstem ao cumprimento da lei em questão [...].⁹⁴

94 JP de Vitória a Presidente da Província, 21-12-1852, in *MSS JP*, v.cit. Contudo, aparecem igualmente denúncias em sentido contrário, embora sistematicamente provenientes das autoridades mais empenhadas em provar a natureza partidária do movimento. Como já foi mostrado, o inefável Inspetor de Índios da Escada fez menção à presença de índios moradores de engenhos pertencentes a membros da oposição, ou 'vizinhos' destes. Também da Escada — sempre da Escada — chegou esta outra informação: 'Alguns homens denominados liberaes [...] fazem reunir seus, e de outros moradores, para propalarem tão triste quanto subversiva notícia de Captiveiro [...]'. JP do 1.º Districto da Escada a Presidente da Província, 10-01-1852, *MSS JP*, v.cit.

Como já foi dito, a despeito de todos os esforços, nem a polícia provincial, nem os diversos magistrados interessados, nem os ministros conseguiram provar definitivamente a natureza partidária do movimento dos pobres livres, nem tampouco conseguiram — e daí decorre grande parte da fraqueza dessa interpretação — identificar eventuais cabeças ou líderes do movimento. A "Guerra dos Maribondos" foi uma rebelião sem comando, na qual milhares de camponeses e outros pobres livres

[...] desenvolvendo o aparato de uma sublevação que parecia dirigir seus ataques contra condições vitais da nossa existência social, levavam inquietação a todos os animos, e prometiam os maiores excessos contra a ordem pública, sem saberem alias o que queriam, e sem terem chefes, nem reconhecerem direção alguma [...].⁹⁵

De fato, apenas em Rozário de Cima, o berço reconhecido do movimento, um carpina e um tanoeiro foram identificados plenamente pela polícia como porta-vozes do descontentamento popular⁹⁶, enquanto que na freguesia do Bonito o Juiz acreditava prematuramente que tudo estaria resolvido com a prisão "de um indivíduo que se ia tornando articulador"⁹⁷, e na de Muribeca um professor de primeiras letras de um engenho era acusado de agitador.⁹⁸ Apenas o delegado de Garanhuns conseguiu identificar nominalmente os "cabeças" da rebelião nessa comarca.⁹⁹ No restante do território de Pernambuco foi como testemunhou o Presidente da província: uma revolta sem chefes, ou com comandos improvisados no decorrer da própria luta, como o constituído pelos con-

95 Relatório do Presidente de Pernambuco, 1852, p.3.

96 Subdelegado Suplente da Freguesia do Espírito-Santo a Delegado Suplente do Termo de Pau d'Alho. 22-12-1851, DP, 12-02-1852.

97 JM do Bonito a Presidente da Província. 27-12-1851, in MSS JM, v.cit.

98 Delegado Suplente do 1.º Districto do Recife a Secretário da Polícia. 08-01-1852, DP, 23-02-1852.

99 Feliz Gomes da Silva e seus filhos Eloy, Balthazar e Manoel, além de Antonio Tenorio de Albuquerque. Delegado do Termo de Garanhuns a Secretário da Polícia. 07-01-1852, DP 09-03-1852. A importância desses 'cabeças' deve ter sido grandemente relativizada pela própria polícia conforme se constata que o movimento crescia ao longo de janeiro de '52, atingindo inclusive sua fase mais aguda no final do mês, quando o resto da província já estava pacificada.

tingentes de pobres livres que ocuparam o Limoeiro — e isso somente vários dias após a “conquista” da vila.¹⁰⁰

A natureza camponesa da “Guerra dos Maribondos” emerge mais claramente do registro de outros fatos — desta vez vinculados às circunstâncias do seu término, além da referência explícita do *Diário de Pernambuco* aos “camponeses e matutos (que) se amotinaram e lançaram mão das armas”. O mesmo jornal, falando no final de janeiro sobre o sucesso da “pacificação” realizada por Frei Caetano de Messina nas regiões mais explosivas, dava a revolta como encerrada e anunciava, com alívio, que passada a tempestade tudo voltava ao normal, “achando-se os povos dedicados aos cuidados do campo.”¹⁰¹ Esta constatação conduz à última evidência, tanto sobre o caráter camponês da insurreição quanto as determinantes do seu súbito fim em fevereiro de 1852. Como já indicamos, a “Guerra dos Maribondos” esteve perfeitamente delimitada pelo ciclo anual das culturas de subsistência das comunidades camponesas envolvidas na luta — sobretudo das do agreste e da mata norte. Precedido pelas colheitas de verão, esse breve *fureur paysanne* desenvolveu-se durante os meses “mortos” de dezembro e janeiro — quando alcançou sua maior intensidade — e se replegou, abruptamente, no começo de fevereiro, no tempo certo para que os combatentes preparassem a terra para receber, em março, os novos plantios de milho e de feijão.

Mas se a revolta contra o *Registro* foi um fenômeno predominantemente camponês, não excluiu outros participantes, como também não se orientou de acordo com as diversas tonalidades da pele dos pobres livres. O *Registro*, na realidade, ameaçava o conjunto da população que não pertencesse aos círculos privilegiados, aos estratos médios ou aos escravos. O seu famigerado *Regulamento*, estopim da crise, vinha acompanhado por um modelo de “mapa dos

100 JD do Limoeiro a Presidente da Província, 05-01-1852 e 11-01-1852, in MSS JD, v.cit.

101 DP, 19-01-1852.

nascimentos" que devia ser observado e preenchido. Nesse modelo, talvez mais do que na letra do Regulamento, podem ter estado contidas as maiores ameaças à liberdade dos pobres, independentemente da sua cor, ou da base econômica da sua subsistência, pois o mapa não **pedia nenhuma informação referente à essas duas situações** e, curiosamente, numa sociedade escravista, desinteressava-se por completo com relação ao atributo racial que estava precisamente na base da estrutura social. Por outro lado, ou melhor, paralelamente, o parágrafo 20 do Art. 70, pedia a identificação da cor **apenas no caso de crianças escravas**, enquanto ignorava a necessidade de apontar da mesma forma a cor dos pobres livres. Não havendo essa especificação, os "brancos" ficavam assim em igualdade de circunstâncias com pretos, mulatos e cabras: igualados na pobreza, não mais diferenciados pelos matizes da pele. Os não-brancos, por sua parte, tinham ainda o ônus de provarem a contento sua condição de homens e mulheres livres.¹⁰²

O *Regulamento do Registro de Nascimento e Óbitos* continuou pelo resto do Império e primeiros anos da República, sendo contestado e combatido pelos pobres livres de Pernambuco, como um instrumento que visava a sua completa sujeição ao novo sistema de controle social do trabalho que emergia das cinzas do escravismo nas *plantations* pernambucanas. Mostrando com a revolta que não apenas de movimentos messiânico viviam e morriam as comunidades camponesas nordestinas, os pobres livres mostraram também que existe toda uma história a ser feita e escrita para restaurá-los no papel que lhes correspondeu como sujeitos ativos da transição e como elementos centrais da constituição do novo sistema produtivo.

102 Decreto. In: *Collecção das leis*, 1851, v.14, pt.2. p.170-174. Cf. o equívoco de Einsenberg ao afirmar que "an imperial decree ordered the register of births and deaths by color". EISENBERG, p.196. Em nenhum momento o decreto menciona a questão. É difícil explicar o erro do autor — de resto tão metucioso na análise de suas fontes — já que nem a possível e frequente confusão do Registro dos Nascimentos e Óbitos com a chamada 'Lei do Censo' pode tê-lo causado. Esta, também não faz, mais a menor referência à cor, mas simplesmente à condição de 'ingenuo', 'liberto', ou 'escravo'.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I. Arquivos e Bibliotecas

Arquivo Público Estadual, Pernambuco.

1. **Código de Manuscritos de Juizes de Paz [Mss JP]**, 1851, v.12; 1850-1852; v.12.
2. **Código de Manuscritos de Juizes de Direito [Mss JD]**, v.1, 1851; 10, v.1, 1852.
3. **Código de Manuscritos de Juizes Municipais [Mss JM]**, v.7, 1851; v.8, 1852.
4. **Código de Manuscritos da Policia Civil [Mss PC]**, 40, 1852.
5. **Relatório do Presidente da Provincia de Pernambuco, 1850, 1851, 1852, 1853.**

Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

1. BRASIL. Leis, etc. **Colecção das Leis do Império do Brazil de 1850.** Ouro Preto: Typ. Silva, 1851-1852.
2. BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios do Império. **Relatório apres. à Assembléia Geral Legislat.** RJ, 1850-1853.
3. BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório.** RJ, 1850-1853. **Diário de Pernambuco, Recife, out. 1851-maio 1852.**

II. Obras Publicadas e Outros.

- 1 ALDEN, D., WARREN, D. **Essays concerning the socioeconomic history of Brazil and Portuguese India.** Gainesville: University of Florida Press, 1977.
- 2 BRASIL. Leis, etc. **Colecção das leis do Império do Brazil de 1850.** Ouro Preto: Typ. Silva, 1851-1852. v.11, 14-15.
- 3 BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório do Ministro da Justiça.** Rio de Janeiro, 1850-1853.
- 4 BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios do Império. **Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa.** Rio de Janeiro, 1850-1852.
- 5 BURLAMAQUI, F.L.C. **Monographia do algodoeiro.** Rio de Janeiro: Typ. N.L. Vianna e Filhos, 1863.
- 6 CANABRAVA, A.P. **O algodão em São Paulo: 1861-1875.** 2.ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.
- 7 CARNEIRO, E. **A Insurreição Praieira: 1848-1849.** Rio de Janeiro: Conquista, 1960.

- 8 CARVALHO, J.M. Modernização frustrada: a política de terras no Império. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n.1, p.29-57, 1981.
- 9 CASTRO, A.B. 7 ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro: Forense, 1972. v.2.
- 10 CÓDICE de manuscritos de Juizes de Direito [Mss JD]. 1850-1852. v.1.
- 11 CÓDICE de manuscritos de Juizes de Paz [Mss JP]. 1850-1852. v.12.
- 12 CÓDICE de manuscritos de Juizes Municipais [Mss PC]. 1851-1852. v.7-8.
- 13 CÓDICE de manuscritos da Polícia Civil [Mss PC]. 1852. 40.
- 14 CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE, 1878. **Trabalhos. Recife:** Typ. M.F.Faria e Filhos, 1879.
- 15 COSTA, F.A.P. **Anais pernambucanos.** Recife: Arquivo Público Estadual, 1951-1966. v.1-9.
- 16 ———. Apontamentos para um vocabulario pernambucano de termos e phrases populares e de vocábulos vernaculos correntes no Estado com acepções diferentes. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico*, Recife, v.34, n.159/162, 1936.
- 17 DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, out. 1851-maio 1852.
- 18 EISENBERG, P.L. **The sugar industry in Pernambuco, 1840-1910: modernization without change.** Berkeley: University of California Press, 1974.
- 19 FLORESCANO, E. (ed.) **Haciendas, latifundios y plantaciones en America Latina.** 2.ed. Mexico: Siglo XXI, 1978.
- 20 GAMA, J.B.F. **Memórias históricas da Província de Pernambuco.** Recife: Typ. M.F.Faria, 1844. v.1.
- 21 GOUVEA, F.C. O Barão de Goicana e o seu diário. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v.50, p. 153-344, 1978.
- 22 HOLANDA, S.B. (ed.) **História geral da civilização brasileira.** São Paulo, DIFEL, 1985, t.2, v.3.
- 23 HONORATO, M.C. **Dicionario topografico, estatistico e historico da Província de Pernambuco.** 2.ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1976.
- 24 KIDDER, D.P. **Reminiscências de viagem e permanência no Brasil: províncias do Norte.** São Paulo: Martins, 1951.
- 25 KOSTER, H. **Viagens ao Nordeste do Brasil.** 2.ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.
- 26 MARSON, I.A. **O império do progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco. 1842-1855.** São Paulo: Brasiliense, 1987.
- 27 MARTINS, J.S. **O cativo da terra.** 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

- 28 MELO, M. Síntese cronológica de Pernambuco. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife, v.38, 1943.
- 29 MOTA, C. Guilherme et al. 1822: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1976, 182 p.
- 30 NARO, N.P. **Brazil's 1848: the Praieira Revolt**. 1982. Mimeografado.
- 31 PALACIOS, G. Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil c.1700-1875. **Dados**, Rio de Janeiro, v.30, n.3, p.345-348, 1987.
- 32 ———. **Expansão camponesa e revolução industrial: as plantations e a expropriação dos cultivadores pobres livres da Capitania geral de Pernambuco, 1760-1810**. Rio de Janeiro, 1989. Mimeografado.
- 33 ———. **O nascimento de um campesinato: os cultivadores pobres livres da Capitania Geral de Pernambuco na primeira metade do século XVIII**. Rio de Janeiro, 1987. Mimeografado.
- 34 PERNAMBUCO. Governo. **Relatório do presidente da Província de Pernambuco**. Recife, 1850-1853.
- 35 PORTO, C. **O regime das sesmarias no Brasil**. Brasília: Ed.Universidade de Brasília, s.d.
- 36 STEIN, S.J. **The Brazilian cotton manufacture: textile enterprise in an underdeveloped area, 1850-1950**. Cambridge: Harvard University Press, 1957.
- 37 TOLLENARE, L.F. **Notas dominicais**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

UM CONTRAPONTO: LINGUAGENS TOTALITÁRIAS

VELHOS E NOVOS NACIONALISMOS: HEIMAT, VATERLAND, GASTLAND*

MARIONILDE DIAS BREPOHL DE MAGALHÃES
Professora do Departamento de História, UFPr.

SUMMARY

In the 19th century we can observe, among other cultural representations, the emergence of two discourses, both influenced by nationalist ideas: one derived from official politics aiming at building up a "Brazilian identity" by the country's elite; the other, springing up from German immigrants, with roots that go back to 16th century Europe and had branched out in many movements of political and cultural affirmation in the following centuries.

The latter manifests itself by the creation of a literary universe of popular and religious character, through which immigrants spread the pan-germanic culture, aiming at the preservation of their own value system.

In the 20th century both trends are radicalized and come into conflict, mostly due to the development for the national-socialist movement in Germany and in South Brazil.

To analyse the nature of some pieces of that literature, as well as the multiple forms by which it gets involved in a series of cultural conflicts, constitutes the privileged object of this article.

* * *

Was ist der deutschen Vaterland?
Ist's Preussland? Ist's Bayerland?
Ist's wo der Sand der Dunen weht?
Ist's wo der Donau brausen geht?
O nein, nein, nein,

* A autora agradece ao **Deutscher Akademischer Austauschdienst — DAAD —** pelo apoio financeiro para a viagem de pesquisa à República Federal da Alemanha (ago.88-fev.89) que contribuiu para colher parte da documentação referente a esta pesquisa.

Sein Vaterland muss grosser sein
Was ist der deutschen Vaterland?
So nenne endlich mir das Land
So weit die deutsche Zunge klingt
Und Gott im Himmel Lieder singt
Das soll es sein
Das wandrer Deutscher, nenne dein! **
(Ernst Moritz Arndt)

No século XIX, milhares de europeus deixam suas terras e estabelecem-se nas Américas com o intento de aí permanecerem e constituírem um novo espaço de sobrevivência. Camponeses e artífices, ou intelectuais discriminados por razões políticas e religiosas, são levados ao Novo Mundo, reiniciando suas próprias histórias de vida e inaugurando um novo capítulo da história social. Não vêm, contudo, apenas pelo espírito de aventura: são condicionados por uma economia política que “resolve”, através da concentração fundiária e industrial, dispensar parcela de sua mão-de-obra.

Nas Américas, tais iniciativas são favorecidas em virtude de uma política oficial básica, qual seja, a de atração de novos contingentes populacionais para o incremento da produção e a ocupação efetiva do território.

Nesse mesmo período, uma onda de sentimentos nativistas emerge em diversos países do continente, veiculados em jornais, livros e revistas dos mais diversos gêneros. Os Estados Unidos são o primeiro país a vivenciar essa forma de protonacionalismo. O termo “americanização” passa a ser freqüentemente empregado por associações privadas e salientado na linguagem comum, na aquisição de novos hábitos e costumes, crença religiosa e, sobretudo, na cultura dominante.

No Brasil, desde a abolição do tráfico negreiro, as iniciativas pública e privada passam a estimular com maior intensidade as imigrações européias, em favor da substituição

** Em tradução livre, o autor pergunta: O que significa a pátria alemã? Ela não é a Prússia ou a Baviera, nem se define por suas fronteiras, mas deve ser maior. Deve se estender até aonde a língua alemã soe, e aonde os hinos a Deus são cantados; assim devem chamá-la os alemães errantes.

da mão-de-obra escrava pela livre. Simultaneamente a esse processo, postula-se a afirmação de uma identidade nacional; para tanto, diversos intelectuais de formação positivista defenderão ideais patrióticos, num movimento que se inicia já no Império, com a criação do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro, mas que assume, com especial clareza na República, contornos de um nacionalismo oficial.

Mas, se nas Américas, tais transformações da identidade coletiva são construídas no século XIX, na Europa, elas são fruto de um processo mais longo, cujas origens podem ser encontradas desde o século XVI. Germanização, anglicização, eslavização, russificação, são termos conservadores que se inspiram em manifestações culturais mais recuadas e que podem ser entendidas, conforme Andersen,¹ pela sua conexão com o universo religioso.

Os diversos nacionalismos possuem raízes comuns. Trata-se de um sentimento de pertencença, não necessariamente atrelado à uma unidade territorial, mas sim à uma comunidade imaginária, pautada em tradições que se pretendem comuns, e, onde o uso de um mesmo idioma conforma vínculos de fundamental importância. Embora o ideário de fraternidade entre os homens seja uma característica de todo o mundo cristão europeu, é com a descoberta do livro² e a consequente generalização da linguagem escrita — no vernáculo local — que propiciar-se-á, ao mesmo tempo, um aprofundamento do sentimento de pertencença e uma diferenciação interlingüística, a partir da qual e com a qual, formar-se-á um público que não apenas passa a ter acesso à leitura, como também à uma série de narrativas comuns a um mesmo espaço cultural. Mesmo quando esse público se debruça sobre uma leitura relativa a outros povos ou nações, o faz em busca de sua própria identidade, pela diferenciação. Esses novos acontecimentos produzem um efeito de destilação e fracionamento da cultura medieval cristã até então dominante.

1 ANDERSEN, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso, 1893.

2 FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri Jean. *The coming of the book: the impact of printing, 1450-1800*. London: New Left Books, 1986.

Tomemos dois exemplos significativos: o luteranismo e o anglicanismo. Religiões cristãs que se afastam da utopia universalizante medieval e estão indissolúvelmente imbricadas com as tradições profanas dos povos que as professam. Os símbolos da nobreza inglesa, o uso do vernáculo nos ofícios religiosos e a ética do trabalho, são evidências da mescla entre sagrado e profano. Ainda, são movimentos que promovem uma mudança significativa nos hábitos cotidianos pois, a prática da leitura da Bíblia e de textos de vulgarização passa a ser incorporada pelas camadas mais simples da população. Nesse sentido, inclinamo-nos a afirmar que, se na Idade Média vigorava a utopia de um universo regido por um único centro espiritual (Roma), que se utilizava de um idioma erudito (o latim), com as reformas protestantes e a generalização da escrita no vernáculo, a Europa conhecerá a fragmentação do sentimento nacionalista, o qual se constituirá, mais tarde, num dos elementos mais importantes da política moderna.

Se o nacionalismo se instituiu como uma destilação cultural espontânea, de populações que passaram a se imaginar pertencentes a um universo próprio e específico, carregado de mitos formadores, ele sofrerá profundas transformações no século XIX: destituído de seu conteúdo original, no plano secular, será recriado e institucionalizado politicamente sob a égide do imperialismo, que o captura em favor de seus próprios interesses³. A partir daí, ele se responsabiliza por legitimar a disputa de territórios, a formação de diversos sistemas de valores, critérios de cidadania e até mesmo movimentos revolucionários.

Com o advento das duas Guerras Mundiais, o nacionalismo oficial é severamente criticado. Sua identificação com regimes autoritários levou a que boa parte da intelectualidade, ou mesmo políticos, rejeitasse seus princípios. De resto, a tradição marxista, que sempre o julgou uma anomalia social, encontraria, no pós-Guerra, a confirmação de suas hipó-

3 HOBBSAWM, Eric, *A era dos impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.203 e seg.

teses. Mas, se entre as camadas cultas e eruditas, o nacionalismo perdeu sua relevância política e cultural, estaríamos autorizados a concluir que o mesmo se deu entre as camadas populares? O nacionalismo oficial destruiu seu criador? Não pretendo neste texto, resgatar essa discussão. Importa-me, no momento, compreendê-lo à luz de uma experiência específica da população alemã do sul do Brasil. Para tanto, é imprescindível conectá-lo a um outro movimento, de caráter sócio-demográfico, já mencionado no início do texto: as migrações transcontinentais. Essas se processam com intensa regularidade por mais de um século e desempenham um importante papel, quer nos seus países de origem, quer nos de destino.

Onde e como as migrações adquirem sincronia com o nacionalismo, seja popular, seja oficial?

O ato de migrar nem sempre é rigorosamente compulsório. Houve muitos europeus que se dirigiram para os Estados Unidos em busca de novas e melhores condições de vida, dada a expectativa de incremento do patrimônio fundiário.⁴ Os estudos que se dedicam a esses segmentos nos levam a afirmar que as migrações não envolvem, portanto, uma necessária perda de caráter econômico (ainda que a maioria dos que imigraram para a América do Sul não tenham logrado o mesmo sucesso). Mas, independentemente das condições sociais dessa população, os deslocamentos coletivos implicam sempre um processo de desenraizamento, acompanhado de uma maior ou menor discriminação no lugar de destino.

Segundo Jean Raison,

A imigração implica, (...) concreta ou miticamente, a vida entre dois universos, aquele no qual se está inserido, mas também aquele que se deixou, definitivamente, ou por um lapso de tempo calcado grosso modo; implica sofrimento e divisão.⁵

4 TENFELDE, Klaus. *Wirtschaft und Bevoelkerung*. Innsbruck, 1988. p.28 e seg. Mimeografado.

5 RAISON, Jean Pierre. Migração. In: *ENCICLOPÉDIA: região*. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1986. p.488.

Essa experiência traumática, que leva uma ou duas gerações para ser superada, provoca, na maioria dos casos, um esforço de compensação psicológica por meio de uma atitude conservadora. Remeter-se à cultura materna, identificar-se com a história dos antepassados, e mesmo contar com a solidariedade dos que ficaram, constituem-se práticas correntes entre os novos estrangeiros das Américas. O fortalecimento desses vínculos em regiões que receberam tais contingentes populacionais, como é o caso do Brasil, favoreceu, como se procurará demonstrar, um reavivamento do nacionalismo popular, o qual não encontrará, contudo, no nacionalismo oficial das camadas dominantes luso-brasileiras a mesma aceitação que se verificou na Europa. E é sobre o confronto de tais movimentos que pretendemos discorrer neste artigo.

1. IMIGRAÇÃO E IDENTIDADE CULTURAL

As primeiras imigrações para o sul do Brasil datam do início do Império. As atividades dos colonos não se destinavam às lavouras de café, mas constituíam explorações independentes da economia central. Esses contingentes populacionais eram estimulados com vistas ao preenchimento de vazios demográficos nas regiões de fronteira.

No que se refere aos imigrantes de origem alemã, o contingente que veio para o Brasil é menos significativo do que o dos que se dirigiram para a América do Norte, conforme atesta a tabela seguinte:

**DESTINO DOS IMIGRANTES ALEMÃES SEGUNDO AS
ESTATÍSTICAS DE 1820 A 1900 (MILHAR)***

Período	Saídas Alemanha	DESTINO			
		EUA	Canadá	Brasil	Argentina
1820-30	28,0	7,0		7,0	
1831-40	172,3	152,5		12,0	
1841-50	469,3	343,6			
1851-60	1075,0	951,7	26,7	18,0	
1861-70	832,9	787,5	25,7	13,7	1,3
1871-80	622,8	718,2	1,3	17,0	3,8
1881-90	1342,5	1453,0	3,9	21,6	14,2
1891-90	529,8	505,2	12,9	12,5	8,7
1901-10	279,7	341,5	18,6	17,5	19,3
TOTAL	5352,3	5260,2	89,1	119,3	47,3

Fonte: MARSCHALK, Peter. *Deutsche Ueberseewanderung im 19. Jahrhundert*. Stuttgart, Ernst Klettverlag, 1973. s.50

Esses imigrantes não se destacam também no conjunto de outros grupos europeus que se instalaram no Brasil, no período das grandes imigrações transcontinentais (entre 1886 e 1936). Os alemães correspondem a apenas 9% do total. Em Curitiba, à guisa de exemplo, enquanto os poloneses perfaziam um contingente de 49% do total de imigrantes, entre 1886 a 1939, apenas 13,3% era de origem alemã.⁶

Mas, se o contingente numérico é inexpressivo quando tomados os parâmetros sócio-demográficos, de outra parte, eles se distinguem dos demais grupos pelo isolamento cultural, comportamento endogâmico, unidade lingüística e concentração regional. Ainda, principalmente nas primeiras dé-

* O número de saídas da Alemanha não coincide com a soma dos diversos países de destino pela imprecisão de seus registros. No caso dos Estados Unidos, nas décadas de 1870, 1880 e 1900, o número de imigrantes registrados é superior aos emigrados. Isso se deve ao fato de que nos Estados Unidos registravam-se os imigrantes segundo o idioma, e não a nacionalidade, resultando, portanto, numa estimativa que indiscrimina alemães, austríacos e suíços. Além dessas distorções, ressalte-se a existência de um pequeno contingente populacional que se dirigiu para a Ásia e África do Sul, não sendo considerado nessas estatísticas pela sua inexpressividade numérica.

6 BIDEAU, Alain; NADALIN, Sérgio Odilon. *Étude de la fécondité d'une communauté évangélique luthérienne à Curitiba (Brésil) de 1886 à 1939*. *Population*, Paris, n. 6, p.1035-1064, 1988.

cadadas de sua instalação, apresentam uma alta taxa de fecundidade (média de 8 a 9 filhos para as mulheres que se casam entre 15 e 19 anos, e 7 filhos para as que se casam entre 20 e 24 anos).⁷ Tal crescimento determinaria a ampliação das colônias, bem como novos deslocamentos de curta e média distâncias, como do Rio Grande do Sul para o Paraná e Santa Catarina.

Em que pese essa expansão demográfica, bem como uma tímida integração com os principais centros urbanos, no início da década de 30, até a Segunda Guerra Mundial, o isolamento cultural se manteve, em parte por iniciativa da própria colônia, em parte pelo xenofobismo das elites nacionalistas. Essas tensões atingem seu momento de maior radicalização com o advento do nazismo. Esse movimento repercutiu no seio da comunidade teuto-brasileira como um reforço à sua identidade germânica, ao mesmo tempo em que estimula os políticos locais a se oporem a diversas associações culturais e recreativas, sob o signo do “perigo alemão”.

Entretanto, até que a Segunda Guerra Mundial se desencadeasse, as manifestações existenciais dos imigrantes e de seus descendentes — a saber, seu patrimônio simbólico —, pareceram se manter intactas aos olhares dos que lhes eram estrangeiros. E, de fato, se houve mudanças nesses cem anos de história, elas se desenvolveram no interior da cultura germânica; a ruptura com as referências européias somente se daria no período do pós-guerra, momento em que serão rigidamente interditas, quer pela política oficial, quer por inúmeras práticas sociais, as quais interferiram de maneira decisiva para a desintegração desse universo.

Sobre esse período, importa-nos resgatar, neste trabalho, um dos mais importantes artefatos culturais nele produzidos: referimo-nos essencialmente à literatura em língua alemã, veiculada e consumida por quase todos os integrantes dessa comunidade.

7 BIDEAU; NADALIN, p.1049.

2. A CRIAÇÃO DE UM UNIVERSO LITERÁRIO: A COMUNIDADE POR ESCRITO

Como já se afirmou, a intelectualidade brasileira, em fins do século XIX e início do XX, desenvolve uma série de movimentos nativistas, os quais procuravam demarcar o início de uma nova era, estranha à escravidão e ao passado colonial. A utopia do branqueamento da raça levava a que as elites enxergassem de maneira otimista a chegada de europeus. Tais posturas, contudo, praticamente não afetavam os assim chamados teuto-brasileiros, principalmente nas primeiras décadas da colonização. Isolados no seu próprio mundo, dada a distância geográfica dos principais centros econômicos, afirmar-se-iam mais como alemães na *Gastland* (terra de hospedagem) do que como novos cidadãos brasileiros. Preservava-se um sentimento de comunidade, distinguida dos demais grupos; uma comunidade de língua alemã. Nesse sentido, fortaleciam seus vínculos de tradição com o país de origem ao receberem, em muitos casos, apoio financeiro ou moral dos amigos e parentes que ficaram, ou que, como eles, eram recém-imigrados.

As relações de solidariedade se intensificavam com a criação de igrejas, associações de cooperação mútua ou culturais e comemorações de eventos festivos. Mas há uma outra prática que se generaliza rapidamente desde o início do estabelecimento de colônias até a Segunda Guerra mundial: a circulação de uma série de jornais, livros, brochuras, almanaques e revistas. Trata-se de noticiosos sobre seu país de origem e sobre a situação da política local, de literatura religiosa, almanaques de orientação técnica, crônicas, pequenos romances, folhetos e propaganda de natureza diversa.

O número de jornais em circulação praticamente duplica de década para década. Em 1853, é estimada uma tiragem de 400 números dos mais variados periódicos; em 1891, 6.000; em 1910, 17.000 e, em 1928, 55.000.⁸ Calendários, revistas e

8 GHESE, Hans. *Die deutsche Presse in Brasilien von 1852 bis zur Gegenwart*. Münster in Westphalen, Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung, 1931.

almanaques são igualmente expressivos. Para o sul do Brasil (incluindo São Paulo), registra-se a existência de 16 periódicos de natureza religiosa, 5 pedagógicos, 8 especializados em agricultura, 13 de literatura e temas variados, afora os manuais escolares. Tais impressos são financiados por empresas privadas alemãs, interessadas na expansão do seu mercado, ou, ainda, na divulgação do ideário pangermânico (*Deutschtum*). Mais tarde, a burguesia local também se incumbirá de patrocinar tais edições. Com o avanço da ideologia nacional-socialista, eles ganham maior representatividade numérica e reorientam seus conteúdos em favor da propaganda política, como é o caso do almanaque *Volk und Heimat* (Povo e Pátria), e as publicações do *Auslands-Institut Stuttgart* (Instituto para o Exterior de Stuttgart), os quais se tornam praticamente órgãos oficiais da propaganda nazista.

Neste artigo, não se pretende realizar um arrolamento desse material, ou uma avaliação das diferentes políticas editoriais que os informava, mas sim uma reflexão sobre a natureza de tais publicações. Independentemente das diversas conjunturas a que estão afetos no Brasil, o que interessa notar é que tais impressos cumpriram uma dupla tarefa junto ao público leitor. A primeira, como já se comentou, foi a de colaborar de maneira significativa para a preservação da identidade cultural. A segunda está conectada à história desse gênero literário na Europa, desde o século XV, e que foi, segundo Jacques Le Goff, a de se constituir “locais de encontro privilegiados entre cultura erudita e popular”⁹.

Esse material possui semelhanças com aqueles publicados em grande escala, sob a forma de brochuras, por pequenas e médias empresas na Europa. Eram produzidos por profissionais interessados no lucro, mas estimulados também por intelectuais locais. Trata-se de publicações cheias de signos, figuras ou textos curtos, de linguagem acessível à uma

9 LE GOFF, Jaques (org.), Calendário. In: ENCICLOPÉDIA: memória — história. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1986. p.289.

camada de semi-analfabetos. Abordam temas como astronomia, festas profanas e sagradas, reis, nobres ou vilões. Auxiliam nas tarefas cotidianas, com instruções práticas sobre saúde e tarefas domésticas.

Os almanaques, calendários e demais livretos foram particularmente representativos na Alemanha, desde a reforma protestante. Com o advento dos primeiros movimentos românticos, sofrerão um estímulo ainda maior, como veículo de circulação entre a cultura popular e a erudita. Data desse período, o seguinte aforismo:

Um grande livro é como o mar. Pode-se passar toda a noite pescando, sem nada fregar. Um livro pequeno, como um riacho. Ali, o peixe pode ser facilmente agarrado com as próprias mãos.¹⁰

Contemporâneos do capitalismo nascente, esses manuais, desde suas origens, vão abrir, para as camadas mais pobres, a possibilidade de acesso à prática da leitura e, com isso, realizar uma aproximação irreversível entre linguagem oral e escrita. Sem desfazerem-se de temas locais, constituem-se um dado conjunto de tematizações sobre o mundo exterior de cada aldeia ou vila, sendo responsáveis por inserir seus leitores em uma história mais ampla — seja a de um povo, de uma nação, ou de outras comunidades imaginárias mais específicas. Podem se caracterizar como uma comunidade de jovens, de mulheres, crianças, corporações profissionais, sociedades religiosos, entre outros.¹¹ Assim, as histórias locais passam a ser substituídas ou ampliadas; nelas, veicula-se e introjeta-se o gosto pela biografia de heróis e grandes feitos e, *pari passu*, a de heróis nacionais.

Como na Europa, no Brasil, esses almanaques, calendários e livretos exercerão, junto à população teuta um papel de extrema relevância, notadamente no que se refere ao for-

10 MIX, York Gothart. *Die deutsche Musen-Almanache des 18. Jahrhunderts*, Muenchen: C.H. Beck, 1987.

11 MIX, p.135. Trad. livre da autora.

talecimento da identidade cultural e da aproximação entre cultura popular e erudita. Nas páginas que seguem, procuraremos analisar três exemplares desse gênero literário, escritos por um mesmo autor e veiculados nas diversas comunidades teuto-brasileiras do sul do país, nas primeiras décadas do século XX.

3. O ENUNCIADOR DA NARRATIVA

Friedrich Wilhelm Brepohl nasceu em 1879, em Essen, Alemanha. Formou-se em teologia e desenvolveu, ao lado das atividades pastorais, a de escritor e editor — versando sobre textos religiosos, modelos de cooperação mútua para as classes trabalhadoras, a preservação da cultura alemã no exterior. Tudo indica que pertencia à Liga Pangermânica, organização fundada no início do século XIX, visando o enfrentamento da crise de identidade nacional por que passou a Alemanha em virtude da invasão napoleônica. A Liga se fortaleceu politicamente à época do imperialismo, onde seu caráter e objetivos se orientam no sentido expansionista, de afirmação da nacionalidade pelo critério étnico, e anti-semitismo.¹² A preocupação pelo fortalecimento da cultura alemã no exterior, refletida em inúmeros textos de Brepohl, atesta sua simpatia e compromisso pela Liga Pangermânica no início do século XX. Realizou tais tarefas não apenas no Brasil, mas também na Hungria, Sérvia e Suíça.

Em 1925, estabelecer-se-ia definitivamente no sul do país, na qualidade de pastor luterano, desenvolvendo atividades paralelas às religiosas. Membro ativo de associações recreativas, culturais e de interesse profissional, escritor e editor de livretos, brochuras e almanaques, divulgador da literatura alemã, Brepohl reedita o mesmo comportamento nacionalista que parecia vivenciar em suas atividades pregressas.

12 Sobre a Liga Pangermânica, ver, ARENDT, Hannah. *O sistema totalitário* Lisboa: Dom Quixote, 1978; HARTWIG, Edgard. *Allderischer Verband*. In: *LEXICON zur Parteien Geschichte*. Koeln: P.Rugenstein Verlag, 1983. v.1, p.13-47; SNYDER, Louis. *Macronationalism: a history of the pan-movements*. Westport, Conn.: Greenwood Press, 1984.

Alguns testemunhos consultados autorizam-nos a afirmar que a sua vinda para o Brasil não foi resultado de uma decisão espontânea. Ele teria migrado por razões políticas e financeiras; sua antipatia pela República de Weimar é salientada em vários textos, e sua situação financeira em meados da década de 20, não correspondia a de um indivíduo casado com um membro abastado da pequena nobreza européia, como era o caso de sua esposa.

Sua formação intelectual é de teólogo, mas dedicou boa parte de seus escritos à história e etnografia, ainda que não possuísse formação acadêmica nessas áreas. Além disso, editava, seja na Europa ou no Brasil, trabalhos de outros autores, desde vulgarizações científicas (agricultura, indústria, cooperativismo) até literatura de reconhecida fama (Goethe, Schiller e outros). Foi assessor do consulado alemão em Curitiba e por diversas vezes citado como um dos nomes distinguidos da colônia alemã, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Fundou igrejas, cooperou com a manutenção de várias associações teuto-brasileiras, intermediava as relações dos imigrantes com o governo alemão; na velhice, tratou de organizar sua biblioteca para doá-la à alguma dessas entidades. Preso durante a Guerra, não pôde impedir que tais livros fossem apreendidos e destruídos pela polícia política. Foi libertado quando da vitória dos aliados e morreu em 1952, não sem antes redigir suas memórias.

Pastor, auto-didata, estudioso de vários temas, divulgador das idéias que circulavam na Alemanha, Brepohl sintetizava a figura de dois personagens caros às sociedades camponesas, a de “sacerdote” e a de “professor”.¹³ Ao escrever artigos em jornais, panfletos e livros, representava também o saber “erudito” diante de uma população subletrada, que reconhecia nele o portador de um patrimônio cultural, o qual não se pretendia perder.

13 Sobre o papel desempenhado por estes personagens nas sociedades agrárias, ver, HOBSBAWM, Eric. Os camponeses e a política. In: ENSAIOS de opinião. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p.43-56.

Religião, manual de instruções técnicas, poesias, noticiosos e política figuram entre os temas privilegiados por ele. Seus trabalhos seriam provavelmente considerados vulgares pela burguesia ilustrada berlinense. Mas para os teuto-brasileiros, em seu isolamento, tal produção poderia ter-lhe conferido o estatuto de um intelectual de destaque, talvez não o maior, nem o mais representativo, mas um dos bons “guias” que orientavam e em parte refletiam a cultura que se ia forjando.

4. O SUJEITO DA NARRATIVA

Os textos de Friedrich Wilhelm Brepohl foram escolhidos dentre 151 existentes, por dissertarem sobre momentos importantes da comunidade teuto-brasileira. Redigidos em língua alemã entre 1927 e 1934, tratam de questões aparentemente distintas: “A história dos alemães do Volga”, “O perigo judeu” e a “Ascensão de Hitler ao poder”. Contudo, tais textos possuem alguns denominadores comuns no plano discursivo, como a defesa da identidade étnica, preservação da língua alemã, religião evangélica, os alemães no exterior (*Auslanddeutscher*), concebidos como sujeito ideal, que atravessa todo o período em questão. Esse sujeito “fala” a um leitor igualmente idealizado e trans-histórico. Percebe-se aí uma relação de solidariedade entre escritor, leitor e personagens, representada na forma mesma da narrativa. Esse gênero discursivo, de natureza literária, é sobreposto ao gênero historiográfico, ainda que não explicativo, mas assumindo uma postura utilitária — a de constituir, no Brasil, uma pátria para os alemães.

Se essa era uma utopia dos leitores ou do autor, não nos é possível decidir. Mas no dizer de Maria Stella Bresciani, toda a produção cultural da modernidade pode ser considerada “em sua diversidade, como linguagens que participam ativamente da constituição de identidades sociais.”¹⁴ Nessa

14 BRESCIANI, Maria Stella M. Século XIX: a elaboração de um mito literário. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v.7, n.13, p.210, dez. 1986.

linha de raciocínio, sinto-me inclinada a incorrer no risco de afirmar que, entre os escritos de Brepohl e as ações dos imigrantes teuto-brasileiros, estabelecem-se vínculos de solidariedade, os quais são responsáveis pela tessitura de uma mesma rede acontecimental; os movimentos pela preservação do ideário pangermânico, cujas bases se assentam no pensamento de natureza totalitária.

5. PRESERVAR

Originalmente, Pan era uma divindade grega, filho de Hermes e guardião de rebanhos e manadas. Segundo a lenda, Pan se destacava por seus chifres, nariz arrebitado e pernas de bode; vagava pelas montanhas da Arcádia, conduzindo a dança das ninfas com a música de sua flauta. Eventualmente, ele aparecia para ser olhado como a personificação da natureza, incluindo tudo na ordem existente das coisas.

(Louis Snyder)

A história da imigração dos alemães do Volga para o Paraná é um dos livros mais conhecidos de F.W. Brepohl.⁴⁵ Ela pode ser vista como mais uma das narrativas heroicizantes, escrita por ocasião do cinquentenário da imigração desse sub-grupo ao Brasil (1927). De fato, é um livro encomendado como boletim comemorativo para o jubileu. Trata-se de uma narrativa em forma de epopéia sobre pequenos heróis, que a não ser por terem seus nomes inscritos no anexo da obra, jamais seriam lembrados. Contudo, para além de seu caráter monográfico, o livro constitui uma determinada representação sobre o povo que habita a nova pátria. Eles são os fundadores dessa nação, e, como tais, devem ser celebrados.

A publicação é de autoria de Wilhelm Fugmann (pastor evangélico de Ponta Grossa) e de F.W. Brepohl (seu pastor auxiliar). Ela é dividida em duas partes: a primeira, de responsabilidade de Fugmann, a segunda, de Brepohl.

15 BREPOHL, Friedrich W.; FUGMANN, Wilhelm. *Die Wolgadeutschen in brasilianischen Staaten Paraná*. Stuttgart: Ausland und Heimat Verlags, 1927.

Inicia-se com uma estrofe do poema de Reinhold Braun, em homenagem à terra natal, a Alemanha; mas o curioso é que eles não provinham de lá, mas da Rússia imperial, onde estavam desde o século XVIII. Essa pequena colônia do Volga foi, segundo Fugmann, vítima do perjúrio real, uma vez que a Czarina Catarina II lhes havia prometido determinados privilégios em 1767, como o de jurisdição interna, autonomia administrativa e isenção do serviço militar, os quais não foram preservados pelos seus herdeiros.

Essa reorientação política se deveu provavelmente ao nacionalismo pan-eslavo, que levaria a que as autoridades russas vissem tais alemães como figuras perigosas à nação. Várias medidas restringirão os direitos por eles conquistados, até que fossem gradativamente eliminados; em 1874, é abolida a isenção do serviço militar, o que os obrigaria a se tornarem definitivamente cidadãos russos. Entretanto, segundo Fugmann, houve também uma motivação religiosa para a recusa ao ingresso no exército: muitos deles eram menonitas, seita religiosa que proibia a participação de seus fiéis naquela atividade. Seja como for, as duas formas de resistência, quer jurídica ou religiosa, mesclam-se na narrativa de Fugmann; tratava-se de servir a um deus estrangeiro.

No plano mais geral, o autor ressalta também que a obrigatoriedade do serviço militar faria com que camponeses independentes sofressem a humilhação de terem de lutar ao lado de servos e escravos russos*; mas o mais grave era a escassez de terras naquela região, o que ameaçava a independência e concentração étnica. Restava-lhes a alternativa de se deslocarem para regiões menos férteis, como por exemplo, a Sibéria. Diante dessas múltiplas ameaças, emigrar da Rússia parecia a única saída capaz de garantir sua liberdade econômica, política e cultural.

Fugmann atribui a escolha dos alemães pelo Brasil a Dom Pedro II. Este, segundo o autor, procurou estimular a agri-

* Embora a escravidão na Rússia tenha sido abolida em 1861, Fugmann não faz distinção entre as diferentes condições de serviço militar.

cultura num país de pecuaristas e prometia respeitar o sistema agrário da comunidade, a saber, o sistema *mir*, em que a propriedade era redistribuída de 10 em 10 anos entre os homens adultos, não havendo portanto propriedade individual. O autor enfatiza o interesse de Dom Pedro II pelos colonos (em outras passagens o elogia por ser filho de uma mulher de origem alemã). Segundo ele, para o imperador, era necessário incentivar a produção de trigo. Ainda que as técnicas da época não favorecessem o cultivo desse cereal, ele e outros produtos foram desenvolvidos.

Os menonitas do Volga gozavam de privilégios quando de sua instalação, e manteriam o sistema coletivo de exploração da terra (sistema *mir*) até a queda do Império. Para os colonos, sua saída da Rússia fora facilitada pela intervenção de Bismarck junto ao governo eslavo, convicção não compartilhada por Fugmann.

As primeiras crises na colônia se deram principalmente por dois fatores: o primeiro, decorrente da pobreza do solo paranaense, se comparado ao do Volga; o segundo, pelos efeitos da mudança do regime de propriedade. Com a Lei de Terras, gradativamente eles são obrigados a titular suas parcelas e adotar o regime de propriedade individual, o que provocaria, com o tempo, a fragmentação das mesmas e a necessidade de adquirirem novas parcelas. Em decorrência, muitos deles se viam obrigados a remigrar, ameaçando a unidade social e cultural da comunidade. Os jovens, no momento em que essa obra é escrita, “estavam deixando de lado sua tradição, ao abandonarem o uso da língua”. Nesse sentido, o boletim comemorativo também se propunha a exortá-los contra o perigo da perda de fidelidade às suas tradições. O sacrifício que seus pais realizaram, ao deixarem o Volga, devia ser honrado através de um esforço comum pela manutenção dos valores por eles cultuados.

Em seguida, Fugmann refere-se à importância das escolas como instituições efetivamente responsáveis pela unidade desse grupo:

A disciplina, os usos e costumes são estritamente preservados dentro da comunidade. Cuida-se de rigorosa ordem e limpeza dentro de casa. Reina ali o espírito cristão. Reza-se em comum, de manhã e à noite, antes e depois das refeições. O domingo é observado de modo edificante por práticas religiosas. Os adolescentes são educados na simplicidade e estimulados ao trabalho, e manifestam grande respeito às pessoas idosas. Assim, os bons usos e costumes antigos passam inalterados de geração em geração.¹⁴

O cotidiano a que o autor se refere é regrado, conforme seu entendimento, pela escolarização, o que lhes garante a capacidade de leitura de textos religiosos. Também a igreja é ordenada para essa mesma finalidade, pois não se limita apenas ao serviço religioso, mas ao atendimento pastoral de cada família.

Enquanto Fugmann se preocupa em descrever as diversas fases da imigração, bem como arrolar os nomes dos primeiros colonos, Brepohl se dedica a descrever seu cotidiano (o subtítulo do capítulo de sua autoria é precisamente “o cotidiano dos alemães do Volga”).

Menciona a existência de duas importantes associações em Ponta Grossa (o clube Germânia e o clube dos operários), e de dois periódicos em língua alemã: o “Mensageiro do Povo” (*Volksbote*) e o “Nova Pátria” (*Neue Heimat*). Comenta que, com a “intensa” urbanização da cidade, o trabalho artesanal é estimulado, sendo os seus principais agentes de origem alemã.

Vários aspectos da cultura dos alemães do Volga são ressaltados: por exemplo, o hábito de tocar o sino após o culto, e não nos momentos prescritos pela liturgia — é que esse é um sinal para que as mulheres que estão em casa, terminem de preparar o almoço. Há também uma veneração pelos velhos, tradição originária do Volga, quando da administração autônoma, em que se previa a eleição de um conselho de idosos para dirigir a comunidade.

16 BREPOHL; FUGMANN, p.68. Trad. livre da autora.

A cerimônia do casamento, cuja festividade dura três dias, é descrita como uma das comemorações mais importantes. Nela, a noiva deve representar um sacrifício ritual, simbolizando o abandono da casa paterna. Os convidados auxiliam o início de vida do casal por meio de pequenos donativos. Para Brepohl, o significado destas comemorações consiste numa alusão à preservação da identidade étnica.

São alheios à política e só discutem religião, escola e família; lêem muito, mas apenas textos religiosos ou noticiário local. Ligam-se ao mundo exterior somente quando há litígios judiciais, momento em que eles próprios, apesar do pavor que sentem por esses processos, realizam sua própria defesa. Esse mundo equilibrado por si mesmo, repetitivo e obediente ao ciclo da natureza, só poderá ser ameaçado por fatores externos. Aliás, a crise por que passa o Brasil, deve ser severamente enfrentada pela defesa de sua própria unidade produtiva que é a base de sua identidade cultural.

O “poeta” Brepohl assim conclama,

Comecemos a trabalhar
os apetrechos estão aqui,
martelos, trolhas e picaretas
carreguemos cal e pedras
todos devem trabalhar
Não poderá haver ociosidade
indolência e tibieza.
Debaixo do sol brilhante
no meio das belas flores,
é um prazer o trabalho
e santo o dia festivo.¹⁷

São esses, em linhas gerais, os temas privilegiados pelo livro. Há dois anos no Brasil, Brepohl demonstra senso de observação e conhecimento precisos da comunidade a que servia.

O peso das tradições estava calçado nas relações de solidariedade, tanto no trabalho como nas comemorações festi-

17 BREPOHL; FUGMANN, p.98. Trad. livre da autora.

vas. Nas festas de casamento, menciona que cada indivíduo fazia uma doação aos noivos, para garantir-lhes um início de vida mais próspero.

A disciplina do trabalho é estimulada no seio da própria comunidade. A mulher é dispensada do serviço religioso para executar tarefas domésticas aos domingos; os filhos são a única mão-de-obra de cada unidade produtiva e, ao crescerem, não têm direitos sobre as terras de seus pais, pois as mesmas são distribuídas segundo o sistema *mir*. Assim, ficam sendo os responsáveis pelo sustento dos pais na velhice, que passam a ter, por sua vez, a função de governantes (conselheiros). O tempo da natureza e o tempo da família (que vincula definitivamente três gerações) eram portanto os únicos organizadores do processo de trabalho.¹⁸

Associações, igrejas e escola são instituições que reúnem, em torno dos mesmos objetivos, os diversos segmentos desse grupo social. Essas relações comunitárias só serão afetadas por conjunturas externas, como a lei ou os *vendists*, como são chamados na linguagem dos imigrantes os comerciantes. A estes se antepõe a mediação do rei; Bismarck, Catarina II ou D. Pedro II não representam um dominador, mas sim um símbolo da autoridade de origem divina, característica do protonacionalismo inerente às sociedades camponesas.

Essas noções de poder e de nação com que trabalham tanto Fugmann, quanto Brepohl, são ressonâncias dos movimentos românticos da Alemanha do século XIX, naturalmente traduzidos para o universo camponês, arredo à modernidade e sua conseqüente urbanização. Eles surgem nos estados alemães logo após a invasão napoleônica; para seus primeiros precursores, a nação é um conceito caro e idealizado, que não se confunde com a de estado ou mesmo a de território. Trata-se de uma unidade cultural e lingüística. Segundo essa visão, as origens da nação alemã remontam à Idade Média, onde pretensamente o país estaria unido sob a égide

18 Sobre as relações entre tempo da família e tempo histórico, ver, HAREVEN, Tamara. Tempo da família e tempo histórico. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v.5, n.8, p.3-26, jul. 1984.

do Sacro Império Romano-Germânico. O herói dessa época era conhecido como o imperador oculto (*Der heimliche Kaiser*), da família dos Hohenstaufen. Segundo a lenda, graças ao rei e à unidade do povo, a Alemanha não se viu subordinada a nenhuma sorte de dominação.

O argumento a favor da unificação prende-se ao conceito de nação e não de estado, como se vê. A nação é uma comunidade ampliada, imaginada como uma só família; enquanto tal, todos os seus membros exercem funções em prol do bem comum, exatamente como os membros do corpo humano formam um todo harmonioso.

A noção de pátria, recorrente nos textos de Fugmann e Brepohl, precisa ser melhor explicitada. Por pátria, entendem-se duas designações distintas: uma delas *Vaterland*, que designa o país em que se nasceu; a outra, *Heimat*, origina-se da palavra lar e é o lugar em que as pessoas se ligam pela recordação e pelos laços emocionais. É a casa dos antepassados. A fidelidade à pátria, mencionada por ambos os autores, refere-se, portanto, a esse segundo significado. Pois a *Neue Heimat* não é definida pelo território, mas sim por um espaço existencial. A mística de um paraíso, de uma idade do ouro que se reatualiza nas festas de domingo ou de casamento, deve revigorar suas forças para o trabalho e, ao mesmo tempo, instaurar a Alemanha no Brasil.

Brepohl não era um camponês, nem veio ao Brasil por ter perdido terras na Alemanha. Circulava nesse meio como guia espiritual e intelectual. Provavelmente estava familiarizado com o pan-eslavismo e o pangermanismo, e talvez temesse o pan-americanismo. Tais movimentos já adquiriam contornos políticos nas últimas décadas do século XIX, e a presença de Bismarck, na memória dos menonitas, inspirava-lhe a discorrer sobre a necessidade de preservação da cultura e da identidade nacional. Brepohl chegara no Brasil há apenas dois anos, com notícias recentes do país de origem, e podia, por essa razão, configurar-se um vínculo entre a velha e a nova pátria.

Há cinquenta anos no Brasil, a família germânica já podia se considerar estabelecida. Regida pelo tempo da natureza, o trabalho recobria-se de um caráter mítico, pois quanto mais se intensificava, mais rapidamente edificaria a pátria outrora perdida. As escolas, igrejas e associações se incumbiam de veicular o nacionalismo romântico, bem como os impressos de uso corrente entre os colonos.

Essa nação imaginária carecia, contudo, de defesa... pois, como na Rússia, outros nacionalismos poderiam ameaçá-la. Tarefa que escritores como Brepohl, também arreglaram para si.

6. DEFENDER

E foi para proteger seus catecúmenos contra o judaísmo, que tanto Agostinho descreveu a maneira pela qual os filhos favoritos de Deus se transformaram em filhos de Satanás. E foi dito ainda: que os judeus se haviam ligado à terrível figura do anti-cristo — “o filho da perdição” — cujo reinado tirânico, segundo São Paulo e o livro da Revelação, precederá o segundo advento da vinda de Cristo. Muitos dos poderes ensinavam que o anti-cristo seria um judeu e que os judeus seriam seus mais fiéis seguidores.

(apud Norman Cohn)

Em 1934, Brepohl publicará um panfleto extremamente polêmico. Menos preocupado em narrar a história dos imigrantes, ele se apresenta contra um outro grupo étnico, a saber, o povo judeu. *Minha luta na imprensa teuto-brasileira contra os engodos judeus ao idealismo dos alemães do exterior no ano de 1931* é um texto que aborda a conspiração judaica mundial e suas conseqüências para a sociedade teuto-brasileira.¹⁹ Publicado em 1934, reflete a identificação desse autor com as idéias nacional-socialistas. Embora não o explicita, a influência de Hitler faz-se sentir no próprio título da obra: *Mein Kampf*, publicada em 1927, já havia provavelmente chegado em suas mãos.

19 BREPOHL, Friedrich W. *Mein Kampf in der deutschbrasilianische Presse: gegen judischen Missbrauch des Auslandsdeutschen Idealismus in Jahre 1931*. Ponta Grossa: Verlag der deutschen Vereinigung fuer Evangelisation und Volksmission im Brasilien, 1934.

O livreto aponta para o perigo judeu a ameaçar os alemães do exterior. Descreve detalhadamente suas lutas contra as armadilhas preparadas por eles para prejudicar os teuto-brasileiros. Mas no que consiste esse perigo? O autor denuncia a existência de uma propaganda sobre um clube de leitura pretensamente criado para divulgação da cultura alemã na América do Sul, nos anos de 1930 e 1931. Na realidade, segundo o autor, não se tratava de um clube, mas de uma empresa fundada pelo judeu Ivan Rothgiesser, em Berlim. Segundo ele o *Deutschtum* estava sendo utilizado como “vaca leiteira” para os interesses financeiros daquela empresa; aliás, seu proprietário só conseguiu consolidar seus negócios porque na República de Weimar muitos juristas eram de origem judaica, e a *Deutschbuchgemeinschaft** (denominação do referido clube) foi por essa razão vitoriosa em diversos processos perpetrados contra ela.

Recebiam donativos para editar livros a serem vendidos no exterior; tais verbas eram todavia destinadas à sua própria recuperação financeira. Acusa os membros da DBG (abreviatura do nome do clube) de estarem filiados ao judaísmo mundial, numa clara alusão ao mito da conspiração judaica, difundido na Europa através dos *Protocolos dos Sábios de Sião*.

No que se refere especificamente à tarefa de publicação de livros, afirma ser essa uma atividade tradicional do povo judeu em todo o mundo, motivo pelo qual muitos poetas e pensadores alemães passaram a ser famosos. Essa empresa, ao se desenvolver economicamente, começava a prejudicar outros livreiros alemães, graças às suas características oligopólicas. Se, para efeitos de propaganda, ela se coloca como uma entidade sem fins lucrativos, juridicamente não o é, pois, seus oito mil sócios não têm direito de voto nas suas deliberações. E pior, realiza uma propaganda fraudando autores alemães (cometendo crime de falsificação), como é o caso do livro de Gustav Freitags, *Soll und Haben*.*

* Em português, Clube de livros alemães.

* No original, “Dever e Haver”, Brepohl denuncia que o livro não fora editorado segundo os escritos originais, mas distorcido a favor de idéias judias.

No Brasil, ela também tem seus representantes (homens de confiança). O mais importante deles é o senhor Alfred Hodtke, membro da Ordem da Juventude Alemã, num jornal de tendência comunista. Esse representante teria formulado críticas contra as denúncias feitas pelo autor em questão. Nela, aponta para o fato de que o cristianismo de Brepohl se permite agredir judeus (contra a prática de tolerância, preconizada pelos protestantes). Argumenta ainda que o importante era a tarefa de divulgar a literatura alemã e não de investigar a origem étnica de seus divulgadores. Além disso, do sucesso da mesma dependia o sustento de centenas de alemães. Segundo Hodtke, a DBG não discriminou seus sócios; pelo contrário, oferecia abatimentos àqueles na compra de livros.

Em relação a esse artigo, Brepohl recorre à crítica à mentalidade burguesa, própria dos judeus e desse seu seguidor, pois, em nome das vantagens oferecidas pela DBG, relevam-se as origens de seus proprietários. Lembra um poema alemão, o qual menciona que:

Lutero, Gotschied, Goethe e Bismarck
Não pedem conselhos a estrangeiros.²⁰

A acusação de que não possui uma postura cristã ao discriminar judeus, responde:

Nós alemães podemos verdadeiramente deixar judeus e outros povos viverem entre nós em paz (...) eu não sou anti-semita. Deixo para os judeus o que a eles lhes pertencem.²¹

Ainda,

Isto se trata de algo mais relevante do que um debate religioso entre judaísmo e cristianismo, algo totalmente diferente de uma mera maledicência de um cristão contra judeus. Trata-se da arte e sabedoria alemã. A questão não é religiosa, mas étnica, é uma questão racial (Rassenfrage).²²

20 BREPOHL, p.18. Trad. livre da autora.

21 BREPOHL, p.18. Trad. livre da autora.

22 BREPOHL, p.22. Trad. livre da autora.

Para ele, o perigo judeu é mais grave ainda quando se analisa o momento que a Alemanha está vivendo, qual seja, uma fase de despertar e afirmação nacional, deflagrados desde o jugo napoleônico.

Contra essas e outras acusações de que foi alvo, Brepohl cita o pronunciamento de um líder do NSDAP (*Nationalsozialistische Arbeiterpartei*) a seu favor. Quem o defende é um correligionário de Joinville, afirmando a legitimidade do anti-semitismo e alertando às autoridades constituídas (no caso, o consulado alemão) para que tomem providências cabíveis contra tais atividades. Há várias menções sobre outros membros do partido, os quais tentaram publicar artigos contra a DBG, sendo censurados diante da ameaça de boicote, realizada pela “Juventude” aos jornais que os publicassem. Essa ordem é colocada sob suspeita como uma entidade que provavelmente sofre a influência da “Rosa Vermelha”.

Finalmente, Brepohl conclui com a condenação à DBG, solicitando aos alemães do sul que não comprem seus livros pois, são 500 mil judeus a explorarem 60 milhões de alemães em todo o mundo.

Em síntese, são essas as preocupações que o texto levanta; um conjunto de denúncias e uma exortação contra um grupo étnico que praticamente não existia no interior dos estados sulinos. Por que, então, tanto estardalhaço contra uma pequena empresa? Suas referências são claramente as de Berlim, e não do Rio de Janeiro. Com certeza, considerava importante narrá-las aos teuto-brasileiros, principalmente porque, tanto Ivan Rothgiesser como Rosa Luxemburgo faziam parte, conforme sua ótica, de uma conspiração mundial que poderia afetar aquela comunidade, dada sua estratégia internacionalista.

Mas, para além da defesa do ideário anti-semita, encontraríamos outra conexão de sentido entre texto e público leitor? A década de 30 é um período em que as idéias nacional-socialistas começam a chegar no sul do Brasil. A Liga Pangermânica intensifica sua propaganda no exterior e adquire um caráter imperialista e anti-semita, identificando-se, em

muitos de seus aspectos, com o NSDAP.²³ Teria ela, por si só, capacidade de influenciar as entidades e movimentos dos imigrantes?

Na década de 30, o isolamento das comunidades germânicas começa a se romper. O desenvolvimento industrial se processa a passos lentos, mas seus efeitos começam a se fazer sentir naquelas colônias. Giralda Seyfert demonstra que, pelo menos em Santa Catarina e Paraná, quando os produtos dos colonos passam a ser mercantilizados, ferramentas agrícolas e outros instrumentos para abertura de estradas e construção de moradias serão comercializadas com maior intensidade nos estabelecimentos que os colonos chamam de vendas. Esses funcionam também como órgãos financiadores, uma vez que realizam empréstimos a juros no período de entressafra, e armazenam os produtos, a título de hipoteca.²⁴

Com o empobrecimento dos colonos, devido ao endividamento e dada a fragmentação das terras, os vendeiros passarão a aplicar seu capital no setor industrial, uma vez que força de trabalho recém-egressa do campo, era comprada a baixo custo.

O início da industrialização é facilitada pelo fato de que os empresários recém-estabelecidos permaneciam como comerciantes, o que levava a que os salários dos trabalhadores fossem consumidos na própria venda do patrão. Esses e outros mecanismos facilitavam a acumulação necessária para os primeiros investimentos no setor. Mas apenas o capital inicial não seria suficiente para consolidar a indústria: a falta de maquinaria mais sofisticada elevava os custos de produção, pois tinha de ser importada.

Com a Primeira Guerra, essas pequenas fábricas vão sofrer um impulso decisivo, à medida que se integram ao mercado de substituição de importações, respondendo por produtos tais como madeira, tecidos e vidros. A desvalorização do marco é um fator que contribui favoravelmente para esse

23 Sobre sua ação no exterior, ver, KRUCK, A. *Geschichte des Alldeutschen Verbandes: 1890-1939*. Wiesbaden; Institut fuer europaeische Geschichte Mainz, 1954.

24 SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí Mirim*. Florianópolis: Movimento, [1976].

crescimento. É que alguns vendedores tomavam empréstimos da Alemanha, e puderam saldar suas dívidas no período pós-guerra em virtude da flutuação cambial.

Para os colonos, essas alterações levarão a mudanças relevantes na sua forma de sobrevivência. Gradativamente, vão se tornando dependentes do trabalho urbano; a fragmentação da terra os obriga a remigrar sucessivas vezes, ou então, a exercerem atividades como colonos operários.*

A essa degradação de caráter econômico, soma-se o de caráter político. Com a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, observa-se uma valorização ainda mais radical da cultura alemã. Esse processo precisa ser considerado sob dois aspectos: de um lado, a divulgação das idéias germanistas circula nas associações, jornais e revistas graças aos contatos desses com entidades similares alemãs. Mas o fanatismo germanista se intensifica também em virtude das mudanças ocorridas no Brasil; o processo migratório interno, de caráter rural-urbano, teria levado à proletarização de boa parcela dessas camadas, bem como ao empobrecimento de pequenos comerciantes e artífices; esta perda de "status", ao lado da discriminação realizada pelas elites luso-brasileiras, leva-os, possivelmente, a um enclausuramento ainda mais intenso. Nas cidades, tais trabalhadores tornar-se-iam, possivelmente, mais discriminados e, ao mesmo tempo, leitores mais assíduos dos impressos em língua alemã.

Nessa mesma década, o nacionalismo estadonovista estará sendo gestado no Brasil. O integralismo, como uma das facetas dessa política, declara-se um dos principais adversários da cultura germânica (*Deutschtum*) — reação que também atingirá os imigrantes de origem italiana e japonesa. Empreenderá uma série de propagandas contra as escolas e demais atividades desenvolvidas em língua estrangeira.

Pesava contra os teuto-brasileiros, portanto, uma dupla carga: a discriminação cultural e a crise econômica; como

* Denominação dada aos trabalhadores que se integravam ao mercado de trabalho urbano e mantinham pequenas parcelas no campo, exploradas pela família ou por eles mesmos nos finais de semana.

reação, adotariam os preceitos anti-semitas, menos pelo seu conteúdo racista, e mais por se constituir um discurso de oposição à modernidade.

Com relação à legislação brasileira, que tornava obrigatório o uso da língua portuguesa em todas as escolas do território nacional, recorriam ao argumento de que o Brasil não constituía uma nação, mas um Estado, uma vez que não possuía uma cultura e idioma originais. Ainda, recomendavam a seus membros que só utilizassem tal idioma no “lugar do trabalho”²⁵, como símbolo de resistência às políticas oficiais.

Algumas das entidades se tornariam nazistas não apenas pela simpatia ao ideário pangermânico, mas por poderem assim obter auxílio financeiro do partido ou outros órgãos oficiais alemães. No conjunto, entretanto, observava-se uma significativa adesão ao movimento. Cite-se, à guisa de ilustração, o caso da Igreja Evangélica Luterana que, sempre marginalizada no Brasil, arreglaria para si o papel de defensora intransigente da unidade étnica e cultural. Também nas escolas, os valores pangermânicos são difundidos, e as sociedades recreativas, como as do Tiro* e de Ginástica, reorientam suas práticas, instrumentalizando-as a favor da defesa da *Heimat* contra os estrangeiros.

Até o início da Segunda Guerra, essas idéias não repercutiriam além dos municípios do sul do Brasil. Estimulavam conflitos inter-étnicos, sendo inclusive utilizados pela política local. Negavam-se a aceitar a cidadania excludente de “brasileiros”, ao substituírem o termo “teuto-brasileiros” (*Deutschbrasilianer*) em favor de “alemães no exterior” (*Ausland-deutschen*).

Espírito capitalista, tendências comunistas, internacionalismo, atividades urbanas ligadas à industrialização em larga escala; todos eles conspiram contra a “Nova Pátria”, e os teuto-brasileiros precisavam estar prontos para a defesa. Mes-

* Suas origens são remotas: eram corporações medievais de tiro, criadas com a finalidade de treinar a aristocracia guerreira para a defesa e conquista dos feudos. Estimuladas à época da invasão napoleônica na Pússia, são recriadas no Brasil como uma atividade de grande importância em termos recreativos.

25 SEYFERTH, p.54.

mo que aqui não houvesse livresiros judeus, a sua simples existência na Alemanha já era o bastante para que os imigrantes se integrassem ao discurso contra a interferência em um dos hábitos mais caros da cultura alemã: apreender verdades através da leitura.

7. SALVAR

Apenas os grandes criadores de palavras fizeram o bolchevismo e o fascismo. É pelo poder específico do verbo que se opera, com efeito, essa estranha comunhão que faz com que, dirigindo-se o chefe político à multidão, seja igualmente a multidão que se exprima nele, com ele. Hitler se compara de bom grado a um tambor, a uma caixa de ressonância: sua voz não é mais que a de todos os homens e mulheres da Alemanha, amplificada, mediatizada (...) nele, o povo encontra seu rosto.

(Raoul Girardet)

O último texto que nos propomos analisar nesse artigo se intitula *Adolf Hitler e o germanismo no exterior* e foi escrito em 1933, no mesmo ano da ascensão do líder nazista na Alemanha.²⁶

Para o autor, a vitória desse “herdeiro de Bismarck” diz respeito também ao povo alemão no estrangeiro. Porquanto além de ter sido responsável por estabelecer um marco decisivo na política alemã, possui semelhanças com os prováveis leitores do livreto. Hitler é também *Auslanddeutscher*, ou seja, um homem que não nasceu no *Reich*, e teve de lutar para que sua cidadania fosse aceita.

Brepohl era um alemão de sangue e solo, mas se preocupava com a discriminação que alguns faziam aos que nasciam no estrangeiro*. Com a ascensão do nazismo, todavia, o direito de sangue estaria garantido.

* Segundo Brepohl, a tendência à rejeição ao direito de sangue é uma sobrevivência do pós-guerra (1870), em que principalmente a Prússia pretendia considerar apenas os alemães natos como tais, fazendo com que 30 milhões de alemães que habitavam fora dessas fronteiras acabassem por perder a cidadania.

26 BREPOHL, Friedrich W. *Adolf Hitler und das Auslandsdeutschtum*. Ponta Grossa: Verlag von Raschel, 1933.

As semelhanças entre Hitler e os *Auslanddeutschen* são narradas a partir de uma pequena biografia, redigida como parte principal do folheto. Seguramente, os principais dados eram extraídos do livro *Mein Kampf*. Segundo ela, esse líder nascera fora da Alemanha; seu pai, um operário, transformou-se, por seu próprio esforço, num funcionário público. Com sua morte, veio para Viena como auxiliar de construção, período em que cultivou a herança recebida pela família: o amor pelo *Deutschtum* e o gosto pela literatura alemã. Era um homem de origem simples, ao contrário dos eruditos da República de Weimar. Ingressou a contragosto na política, assumindo funções no Partido dos Trabalhadores. Pelo “golpe” de 1923, foi condenado a cinco anos de prisão, aproveitando para redigir seu livro.

O autor cita ainda trechos de seu discurso de posse, bem como seu programa mínimo de ação, enfatizando a necessidade de ampliação do “espaço vital” da Alemanha, a manutenção das políticas sociais e a apologia do interesse nacional sobre o individual.

Esse é, dos três textos analisados, o mais sucinto e o menos próximo do gênero literário desenvolvido pelo autor, mudança que não se verifica apenas nessa obra, mas que se generaliza no final da década de 30. Aí, a grande maioria dos impressos se instrumentalizam na linguagem política, onde retórica, repetição e estilo telegráfico constituem-se práticas recorrentes. Nas primeiras páginas, procura anunciar a vitória de Hitler como um acontecimento intimamente vinculado ao sul do Brasil; em seguida, limita-se a transcrever excertos dos discursos do novo chanceler.

Mas quem era Hitler para os imigrantes do Brasil? Em 1933, gozaria de popularidade? Pelo que se infere da imprensa, pelo menos entre as elites da colônia o livro *Mein Kampf* já era conhecido. Restava divulgá-lo entre os mais simples, que talvez não pudessem comprar ou mesmo ler um livro tão longo. Além disso, as associações acompanhavam com ciosidade os principais acontecimentos da política alemã. Assim,

o panfleto de doze páginas prestava-se não apenas a divulgá-lo, como também a explicar o sentido de sua vitória para os alemães no Brasil.

Segundo outros documentos consultados, já em 1926, Bruno Fricke, que imigrara três anos antes, falava da necessidade de todos se organizarem em torno do partido nacional socialista. Em 1929, observam-se movimentos análogos em Santa Catarina e Paraná. Nesse mesmo período, várias associações filiam-se às suas congêneres na Alemanha, e a Ordem da Juventude Teuto-Brasileira, em particular, passa a realizar atividades nos moldes da *Hitler-Jugend*. Os pastores e líderes da igreja evangélica luterana filiam-se, em sua maioria, ao NSDAP. Ainda, nos três estados do sul, é criada a *Deutscher Arbeit Front* (Frente de Trabalho Alemã), com a missão de enviar grupos de trabalho para a Alemanha, para lá aprenderem algum ofício e integrarem-se à doutrina nazista.

Embora os núcleos mais organizados se estabelecessem de início em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o Paraná logo receberia atenção especial para que tal propaganda se intensificasse no estado. Segundo Kurt Prayon, líder dos nazistas em Blumenau,

Curitiba deve merecer atenção, pois é o ponto mais importante. É o Paraná que faz divisa entre o norte do país, que tem população luso-brasileira, e o sul, onde predomina o elemento teuto. Justamente por este motivo, aqui no Paraná sempre há atritos, brigas, desavenças entre nazistas e anti-nazistas — que se originaram em vista da ação necessária para a manutenção da idéia alemã. Este problema não se conhece em outros estados. É o Paraná o fronte perigoso que precisa ser reforçado, assim como nos campos de batalha são reforçados os pontos que vão sofrer os ataques principais.²⁷

Essa guerra invisível, imaginada e deflagrada pelas lideranças teutas contra as elites nacionalistas brasileiras, não

²⁷ Apud MARTINS, Mário. *Hitler guerreira há dez anos o Brasil*. Curitiba: O Dia, [1934]. p.50.

deveria estar necessariamente presente em todas as comunidades. Sobre a adesão ao movimento, não dispomos de dados precisos que nos autorizem a concluir pela sua representatividade numérica. Tampouco os documentos diplomáticos atestam uma intenção, sutil ou declarada, de qualquer interferência da Alemanha na política brasileira.²⁸ Como mito, entretanto, ele se firmaria, principalmente pela manutenção de estreitos contatos entre lideranças locais e estrangeiras.

A anexação era vista como uma solução para a crise econômica por que passavam as colônias, ao mesmo tempo que ampliava o espaço vital do *Reich* alemão. O apelo à germanização se evidencia nas associações e demais entidades; nas sociedades de ginástica, o retrato de Caxias é substituído pelo de Bismarck; a Juventude Teuto-Brasileira se uniformiza, segundo o modelo das milícias alemãs; símbolos como a suástica são sobrepostos no selo da Igreja Evangélica Luterana e na bandeira brasileira. Ainda, os cinemas e rádios passam a veicular peças, músicas e filmes que refletiam o ideário nazista. Essas imagens, discursos e práticas se generalizam até o ano de 1942, quando o Brasil rompe relações diplomáticas com a Alemanha. A partir de então, o discurso pela defesa da nacionalidade assume uma linguagem militarizada.

A Alemanha totalitária seria derrotada em 1945. Teuto-brasileiros como Brepohl, presos ou exilados. As rádios e associações, fechadas, pelo menos até a década de 50, quando são, em alguns casos, reativadas com nomes e símbolos brasileiros. E as escolas passariam a ensinar o idioma e a história nacionais.

Os líderes do partido silenciaram suas vozes, por medo, ou por arrependimento. A língua alemã é empregada tão somente entre os familiares — o espetáculo da guerra invisível foi vencido pelo país que, finalmente os obrigaria a se transformarem em cidadãos brasileiros. Nesse mesmo momento,

28 Em que pese a imprensa, seja em língua alemã ou em portuguesa da época, afirmarem que Hitler intencionava ampliar o espaço vital da Alemanha nas Américas, os estudos realizados até o momento não confirmam a existência de uma estratégia voltada a esse objetivo. Sobre tal tema, ver, GERTZ, René. *O integralismo na zona colonial alemã*. In: *Imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 194-235.

suas formas de ordenação da vida material entram em declínio, e a população trabalhadora passa, com relativa rapidez, a integrar, como qualquer outra etnia, o universo de uma mesma sociedade industrial.

8. CONCLUSÕES

O sentimento de identidade nacional inscreve-se em diversos momentos da história européia, e foi decisivo para legitimar, racional ou emocionalmente, boa parte de sua cultura política. Disputa por territórios, conflitos militares, movimentos pautados pela idéia de revolução e mesmo o imperialismo estão impregnados do sentimento nacionalista.

Segundo Jean Pierre Faye, a história comemorativa não apenas descreve um povo, mas o inventa. Ela o enuncia como pertencente a um único universo, portador de um conjunto de tradições e experiências comuns²⁹. Segundo nossa compreensão, o surgimento da linguagem escrita nos vernáculos locais foi responsável para que fragmentos da memória coletiva ultrapassassem seus limites regionais, aproximando diversas localidades e fazendo com que seus membros se definissem como comunidades mais amplas. Nas Américas, surge no século XVIII e XIX uma série de movimentos pela emancipação, e com eles, busca-se construir representações a favor de uma nova identidade nacional. Tal experiência encontra, no caso norte-americano, seu exemplo mais caro. Esse país, ao declarar sua independência, conquista rapidamente o estatuto de arauto do Novo Mundo.

Ao lançarmos nossos olhares tanto para a Europa como para aquele país, podemos considerar que a história acontecimental, produzida por literatos, cronistas e livres pensadores, configura-se menos a fabricação de uma falsa consciência e mais na criação da própria nacionalidade ou, como prefere Christian Meier, do “Nós-identidade”.³⁰

29 Sobre a importância do discurso na formação do ideário nazista, ver, FAYE, Jean Pierre. *Langages totalitaires*. Paris: Hermann, 1973. p.9-93.

30 MEIER, Christian. *Was ist nationale Identität?* Curitiba, 1989. Palestra proferida no Instituto Goethe.

No sul do Brasil, o sentimento nacionalista das elites brasileiras não penetrou nas colônias de origem germânica. Seja pela limitação do idioma, que impossibilitava seus membros de terem acesso à linguagem escrita em português, seja pela deliberada intenção de manterem-se apartados dessa cultura, as narrativas eleitas por esse público continuam a ser aquelas inspiradas pelo imaginário social de seu país de origem. Dessas, os textos de Friedrich Wilhelm Brepohl parecem constituir exemplos de particular interesse. Ele, como tantos outros, inventa uma nação, à qual importava preservar, defender e salvar.

O ato de narrar significa, em suas origens míticas, o mesmo que revelar; revelar nos remete à ação, à política. Assim, desde os textos comemorativos, como se ilustrou no primeiro exemplar (*Die Wolgadeutschen in brasilianischen Staaten Paraná*), até aqueles comprometidos com a ideologia nacional socialista, como é o caso dos dois últimos (*Mein Kampf gegen jüdischen Misbrauch...* e *Adolf Hitler und das Auslandsdeutschtum*), o que se observa é que nessas narrativas estão presentes determinados conteúdos com que se nutririam os imigrantes para tornarem públicos seus interesses, angústias e aspirações. Após a Segunda Guerra, reprimidos pelo nacionalismo oficial, seriam novamente empurrados para o espaço privado e ali diluída sua cultura. Mas nesse interregno, pode-se concluir que sua identidade mais cara inspirou-se no pangermanismo de caráter popular, onde apenas numa situação limite se identificou com o nacional socialismo. A nação havia se consolidado; restava proclamar um fundador, para o que a pessoa de Hitler configurar-se-ia uma imagem recorrente.

Nesse trabalho, procurou-se discorrer sobre o conflito entre diferentes nacionalismos. Mas ele pode também se prestar a uma outra reflexão. Refiro-me aqui às relações entre narrativa e história. Pois, se o *logos* sufocou o mito entre os eruditos, no plano das representações coletivas, tal ruptura ainda pode estar por se realizar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ANDERSEN, Benedict. **Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism.** London: Verso, 1983.
- 2 ARENDT, Hannah. **O sistema totalitário.** Lisboa: Dom Quixote, 1978.
- 3 BIDEAU, Alain; NADALIN, Sergio Odilon. Étude de la fecondité d'une communauté évangélique luthérienne à Curitiba (Brésil) de 1886 à 1939. **Population**, Paris, n. 6, p. 1035-1064, 1988.
- 4 BREPOHL, Friedrich W. **Adolf Hitler und das Auslandsdeutschtum.** Ponta Grossa: Verlag von Raschel, 1933.
- 5 ———. **Mein kampf in der deutschbrasilianische Presse: gegen judischen Missbrauch des Auslandsdeutschen idealismus in Jahre 1931.** Ponta Grossa: Verlag der deutschen Vereinigung fuer Evangelisation und Volksmission im Brasilien, 1934.
- 6 BREPOHL, Friedrich W.; FUGMANN, Wilhelm. **Die Wolgadeutschen in brasilianischen Staaten Paraná.** Stuttgart: Ausland und Heimat Verlags, 1927.
- 7 BRESCIANI, Maria Stella M. Século XIX: a elaboração de um mito literário. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v.7, n.13, p.209-244, dez. 1986.
- 8 ENCICLOPÉDIA: memória — história. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1986.
- 9 ENCICLOPÉDIA: região. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1986.
- 10 ENSAIOS de opinião. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- 11 FAYE, Jean Pierre. **Langages totalitaires.** Paris: Hermann, 1973.
- 12 FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henry Jean. **The coming of the book: the impact of printing, 1450-1800.** London: New Left Books, 1986.
- 13 GHESE, Hans. **Die deutsche Presse in Brasilien von 1852 bis zur Gegenwart.** Muenster in Westphalen: Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung, 1931.
- 14 HAREVEN, Tamara. Tempo de família e tempo histórico. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v.5, n.8, p. 3-26, jul. 1984.
- 15 HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios, 1875-1914.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- 16 IMIGRAÇÃO e colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- 17 KRUCK, A. **Geschichte des Alldeutschen Verbandes: 1890-1939.** Wiesbaden, Institut fuer europaeische Geschichte Mainz, 1954.
- 18 LEXICON zur Parteien Geschichte. Koeln; P. Rugenstein Verlag, 1983. v.1.
- 19 MARTINS, Mário. **Hitler guerreira há dez anos o Brasil.** Curitiba: O Dia, 1934.

- 20 MEIER, Christian. **Was ist nationale Identitaet?** Curitiba, 1989. Palestra proferida no Instituto Goethe.
- 21 MIX, York Gothart. **Die deutschen Musen-Almanache des 18. Jahrhunderts.** Muenchen: C.H. Beck, 1987.
- 22 SEYFERTH, Giralda. **A colonização no vale do Itajaí Mirim.** Florianópolis: Movimento, [1976].
- 23 SNYDER, Louis. **Macronationalism: a history of the pan-movements.** Westport, Conn.: Greenwood Press, 1984.
- 24 TENFELDE, Klaus. **Wirtschaft und Bevoelkerung.** Innsbruck, 1988. Mimeografado.

A LIGA PANGERMÂNICA E O PERIGO ALEMÃO NO BRASIL: ANÁLISE SOBRE DOIS DISCURSOS ÉTNICOS IRREDUTÍVEIS

GIRALDA SEYFERT

Professora do Departamento de Antropologia, Museu
Nacional, UFRJ.

RESUMO

No período de duas décadas que antecedeu a 1.^a Guerra Mundial, a Liga Pangermânica — entidade nacionalista radical, fundada na Alemanha em 1891 — divulgou sua ideologia racista nas áreas de colonização alemã no sul do Brasil, enfatizando a necessidade de união de todos os alemães. A propaganda pangermânica coincidiu com o período de afirmação da etnicidade teuto-brasileira, fundamentada na noção de *Deutschtum* (germanidade). Os ideais pangermanistas e teuto-brasileiros entraram em choque com a proposta assimilacionista do nacionalismo brasileiro, elaborada a partir da tese do branqueamento da raça pela miscigenação seletiva.

O objetivo deste trabalho é a análise do confronto dessas ideologias irredutíveis de afirmação étnica e nacional; um confronto sobre divergências acerca da questão da assimilação, cujos fundamentos foram, paradoxalmente, baseados nas mesmas fontes — as teorias racistas elaboradas na Europa desde meados do século XIX, empenhadas na afirmação do primado da raça branca.

A imigração alemã foi objeto de inúmeras controvérsias, desde meados do século passado, quando o governo imperial brasileiro passou a incentivá-la com mais vigor. Não representou o maior contingente imigratório que aportou no país, mas certamente suscitou acirrados debates, dados os objetivos precípuos do projeto imigratório brasileiro. As críticas à imigração alemã tornaram-se mais intensas no final do sé-

culo XIX, quando as especulações sobre o “perigo alemão” passaram a ser construídas a partir da constatação da propaganda pangermanista junto à população de origem alemã estabelecida no país. O confronto de duas ideologias incompatíveis nos seus pressupostos, mas fundamentadas nas mesmas fontes racistas, supostamente científicas, elaboradas na Europa — a pangermanista, por um lado, e a assimilação à brasileira, por outro — é o objeto deste trabalho.

O interesse do governo brasileiro em atrair a imigração alemã manifestou-se mais concretamente a partir da missão do Visconde de Abrantes, em Berlim, em 1846, ocasião em que este representante diplomático apontou para as reformas necessárias para concretizar o objetivo imigrantista, arroladas num texto publicado no mesmo ano.¹ Nesta *Memória sobre os meios de promover a colonização*, o Visconde discute as soluções para problemas considerados fundamentais para transformar o Brasil num país atraente para imigrantes europeus, a exemplo dos Estados Unidos da América. Quatro questões eram centrais neste discurso sobre a viabilidade do projeto imigratório: a colonização com base na pequena propriedade (o que implicava na agilização da concessão dos títulos de propriedade, até então dificultada aos estrangeiros), a naturalização imediata dos imigrantes (com os direitos daí derivados), a liberdade de culto e o trabalho livre (pressupondo a abolição do regime escravista).

O interesse na imigração alemã torna-se evidente diante da preocupação com a liberdade de culto, manifestada por Abrantes e também por autores que, na década de 1870, apontavam para os mesmos problemas.² A falta de uma legislação específica sobre terras e colonização, o tráfico de escravos e a própria instituição da escravidão apareciam como principais entraves a uma política imigratória com vistas ao trabalho livre. O elemento visado, em meados do século passa-

1 ABRANTES, Visconde de. *Memória sobre os meios de promover a colonização*. Revista de Imigração e Colonização, Rio de Janeiro, v.2, n.2/3, 1941.

2 Como por exemplo, CARVALHO, Augusto de. *Estudo sobre a colonização e a imigração para o Brasil*. Porto: Typ. Commercio, 1874; MENEZES E SOUZA, J.C. *Theses sobre a colonização do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1875.

do, era o europeu do centro e do norte — áreas da Europa de onde partiam milhares de famílias rumo aos Estados Unidos. Por esta razão, o modelo norte-americano de colonização tornou-se paradigmático — embora jamais servisse de parâmetro prático no Brasil. A Lei n.º 601, de 1850, deu um passo importante no sentido da regulamentação de um sistema de colonização com imigrantes. Significativamente, neste mesmo ano promulgou-se nova lei proibindo o tráfico de escravos. Mas a naturalização e a liberdade de culto, temas discutidos durante o Império, só seriam realmente implementadas após 1889. Os entraves burocráticos à plena naturalização e o poder temporal da Igreja católica durante o Império, dificultaram a aquisição da cidadania plena que, no caso dos imigrantes não católicos atingia até mesmo os filhos nascidos no país. Isto porque não havia o reconhecimento legal dos efeitos civis dos casamentos celebrados fora da igreja católica — fato que tornava ilegítimos os filhos dessas uniões, complicando os direitos de herança. Algumas restrições aos casamentos não católicos foram abolidas em 1861, mas as dificuldades para os protestantes persistiram, até porque o poder temporal da Igreja católica perdurou até 1889.

A liberdade de culto e a instituição do casamento civil tornaram-se argumentos centrais do discurso imigrantista,³ sobretudo daqueles que pretendiam atrair para os projetos de colonização os excedentes populacionais do norte da Europa, em sua maioria não católicos. Havia, portanto, defensores da imigração alemã, cujas propostas reformistas — inclusive aquelas referidas à abolição da escravidão — tinham o propósito de modificar a opinião contrária prevalescente nos estados alemães em relação à emigração para o Brasil. A existência do regime escravista, um discurso abolicionista que, de modo inequívoco, falava em substituir a mão-de-obra escrava por trabalhadores livres incentivando a imigração, as

3 A questão da liberdade de culto e seus efeitos sobre a propaganda para atrair imigrantes da Alemanha e do norte da Europa, bem como o casamento civil, foram amplamente discutidas pelos liberais do Império, como Abrantes, o Visconde do Uruguay, Nabuco de Araújo e outros — de cuja ação resultou uma lei, promulgada em 1861, que distinguia os casamentos católicos dos não católicos, dando a estes um caráter de ato civil, desde que referendados pelo poder público.

notícias que circulavam na Europa sobre a situação precária a que estavam relegados os colonos estrangeiros no Brasil, serviram de argumento para dificultar e até proibir a emigração de alemães para o Brasil.⁴ Apesar das restrições impostas com mais vigor pela Prússia, e mesmo diante das dificuldades encontradas pelos imigrantes, deixadas entrever pelas próprias propostas reformistas, a imigração alemã, iniciada em 1824 no Rio Grande do Sul e interrompida com a Revolução Farroupilha em 1835, foi retomada em meados do século XIX, tomando maior impulso com a fundação de colônias que, mais tarde, se tornariam importantes, como Santa Cruz (1849), Blumenau (1850), Joinville (1851), Brusque (1860), etc. As condições de assentamento dos colonos foram muito precárias, houve problemas de toda ordem nas colônias — inclusive manifestações contra as autoridades e levantes armados em algumas delas,⁵ o que motivou as críticas à imigração alemã (naquele momento predominante no Brasil), tendo como argumento principal as diferenças religiosas e culturais. A demora das colônias em produzir resultados econômicos satisfatórios, por outro lado, também serviria como base da crítica às propostas de colonização. As dificuldades reais enfrentadas pelos imigrantes nas áreas pioneiras de colonização não constituíam objeto de reflexão. Reivindicações e reclamações dos colonos caíam no vazio e estes, muitas vezes, foram considerados apenas como oportunistas, recrutados no meio da escória da Europa por agentes inescrupulosos, que visavam apenas os subsídios oferecidos pelo governo brasileiro. No entanto, o discurso contra a imigração alemã vai se deter especialmente na questão religiosa e nas diferenças culturais: opõem-se nele o Brasil latino e católico à possibilidade futura de um outro Brasil germânico e protestante, caso se intensificasse a vinda de colonos alemães.

4 Houve grande empenho em apresentar o Brasil como um país que oferece boas condições aos imigrantes, mas o próprio Visconde de Abrantes inclui anexos à sua "Memória" que mostram as opiniões desfavoráveis dos europeus (em particular dos alemães) em relação à emigração para o Brasil. A publicação do livro de Thomas Davatz, em 1858, também teve efeitos contrários à pretensão brasileira de atrair alemães para os projetos de colonização. A Prússia, em 1859, proibiu a emigração de seus súditos para o Brasil, revogada mais tarde apenas por os três estados do sul.

5 Cf. SEYFERTH, Giralda. Colonização e conflito: estudo sobre os motins e desordens numa região colonial de Santa Catarina no século XIX. Comunicação, Rio de Janeiro, n.10, 1988.

Neste discurso, esta imigração é percebida como incompatível numa sociedade de cultura latina e religião católica, como um erro que teria como resultado “sinistras rivalidades”.⁶

Apesar das opiniões contrárias, o governo imperial e os governos provinciais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, promoveram a colonização alemã e apoiaram as iniciativas particulares, tanto do dr. Hermann Blumenau como das companhias de colonização. Na segunda metade do século XIX e primeiras décadas deste século, houve um fluxo pequeno, mas relativamente constante, de imigrantes de origem alemã, em grande parte dirigido para regiões de colonização no sul do Brasil. Ao final do século XIX, estas “colônias alemãs” formavam uma sociedade diferente da brasileira, onde predominava uma economia camponesa, valores e tradições germânicas. Em alguns núcleos tivera início o processo de industrialização, e tornava-se mais evidente a diferenciação interna, por classes sociais — com algum predomínio das classes médias, tanto em áreas rurais como nos meios urbanos em formação. Mas a característica mais evidente destas áreas de colonização alemã — e isto vale também para os descendentes de imigrantes desta origem que se estabeleceram em cidades como Porto Alegre e Curitiba — foi a manutenção de hábitos, costumes e elementos culturais de origem, inclusive o uso cotidiano da língua alemã. Criaram-se numerosas associações — beneficentes, culturais, esportivas — cujo objetivo principal estava relacionado à perpetuação de valores nacionais alemães, além de uma vasta rede de ensino particular comunitário, em parte vinculada às igrejas católica e luterana, onde as aulas eram ministradas em alemão. Sob a lógica do *Deutschtum*, uma ideologia étnica alemã era veiculada tanto através das associações e das escolas, como das inúmeras publicações periódicas editadas em língua alemã — como os jornais (semanários ou bi-semaná-

6 CARVALHO, p.203-206.

7 As entradas anuais de imigrantes alemães, após 1850, oscilaram entre 1.000 e 2.000 indivíduos; um fluxo pequeno se comparado, por exemplo, à imigração italiana após a década de 1880. O total de alemães que chegaram ao Brasil entre 1824 e 1950 foi estimado por Carneiro em 235.846 indivíduos. (CARNEIRO, J.F. *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Faculdade de Filosofia, Cadeira de Geografia, 1950).

rios) e almanaques. Diante desta realidade, as elites políticas e intelectuais passaram a falar com mais frequência na necessidade de assimilação, de “abrasileiramento” desta população de origem alemã, considerada enquistada, anti-brasileira, estrangeira. Enfim, discutia-se, neste final de século, o “perigo alemão”, isto é, a possibilidade da anexação do sul do Brasil ao Império Alemão, ou da criação de um estado dentro do estado, por iniciativa de colonos que recusavam a assimilação. O “quisto étnico” alemão do sul do país teria sido resultado de uma colonização etnicamente homogênea, “o erro gravíssimo, o erro inexpiável dos governos brasileiros, o erro que nos há de trazer a perda das belíssimas regiões do sul”, no dizer de Silvio Romero.⁸

A ênfase na necessidade de assimilação da população de origem alemã não surgiu ao final do século XIX como decorrência do imperialismo alemão, ou mesmo da divulgação da ideologia pangermanista. A “assimilação”, no sentido do “abrasileiramento” é um conceito chave do discurso imigrantista brasileiro. Mesmo aqueles que viam no imigrante alemão um elemento crucial ao progresso do sistema de colonização e de substituição do trabalho escravo, o imigrante ideal no sentido econômico, mostravam preocupação com as possíveis dificuldades de assimilação. Esta já se delineava como problema a ser enfrentado desde que o governo imperial procurou encontrar formas de incentivar o fluxo migratório alemão, a partir da missão do Visconde de Abrantes, em Berlim. Se na visão mais extremista de Silvio Romero, o “perigo alemão” consistia numa possível aliança entre os colonos e o Império Alemão, para a maioria dos brasileiros preocupados com a formação da nação, o perigo consistia na dificuldade de assimilação, portanto, na dificuldade de reconhecer a existência de um grupo étnico distinguível no conjunto maior do que deveria ser o “povo brasileiro”.

A questão da assimilação, assim, se tornou um ponto de confronto entre teutos e brasileiros, antes mesmo de se for-

8 ROMERO, Silvio. *O allemanismo no sul do Brasil. seus perigos e meios de os conjurar*. Rio de Janeiro: H.Kibeleiro, 1906. p.44.

mar uma população de origem alemã relativamente densa em algumas regiões do sul. Pode ser percebida, do ponto de vista alemão, nas “Considerações Finais” da *História do Brasil*, de H. Handelmann, publicada em 1859, onde trata do tema “O Brasil e a Imigração”. A exemplo de muitos autores brasileiros da época, Handelmann vê a imigração européia como única saída viável para a economia brasileira, garantia de progresso e civilização. As reformas que considera necessárias também são as mesmas propostas desde a *Memória* do Visconde de Abrantes, embora fosse mais enfático quanto à necessidade de mudança na estrutura fundiária, ao afirmar “a influência entorpecente da aristocracia de fazendeiros” para evitar a aprovação de uma lei sobre terras devolutas para colonização (referência à Lei n.º 601, de 1850).⁹ Handelmann alerta para a morosidade da concessão dos títulos de propriedade e no que isto impedia uma imigração européia espontânea para o Brasil; esta também seria impossível, na sua opinião, caso os imigrantes não tivessem assegurada a plena posse dos direitos de cidadãos, através de uma naturalização agilizada, que deveria ser assegurada igualmente aos não católicos.¹⁰ Até aqui não existem divergências em relação aos imigrantistas brasileiros; esta divergência aparece, contudo, quando Handelmann afirma ser necessária uma “concessão de character nacional”:

A raça de língua alemã, forte em número e em energia interior, não é daquellas que facilmente se deixam absorver e assimilar; mesmo abandonando a sua terra natal, e transferindo francamente para a nova pátria o seu amor pátrio, as suas inclinações, de modo algum deseja incorporar-se sem mais nem menos ao povo ao qual se ajuncta, porém quer conservar, guardar a sua nacionalidade alemã, a sua língua e os seus costumes.

(...)

9 HANDELMANN, H. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931. O sistema de colonização com base na pequena propriedade foi projetado como forma de ocupação racional de terras devolutas — conforme pode ser constatado na legislação específica. Neste processo de ocupação, as grandes propriedades ficaram intocadas.

10 A referência específica do autor à naturalização dos não católicos está relacionada a um conjunto de dispositivos constitucionais, em vigor em 1859, que proibia o uso de templos para os cultos não católicos, não reconhecia os casamentos fora da igreja católica e excluía os não católicos do direito de ocupar cargos eletivos.

Si o Brasil quer receber, de facto, uma immigração alemã, deve contar com (...) a formação de uma raça teuto-brasileira. Parece, entretanto, que o orgulho nacional brasileiro, ou, antes, o antigo exclusivismo portuguez, se arripia contra tal perspectiva; já narramos (cap. X) como recentemente se revelou, no modo de proceder das auctoridades provinciaes e municipaes para com ambas as grandes colônias alemãs de São Leopoldo e Petrópolis, o desejo de fundir rapidamente e à força o elemento alemão com o brasileiro, como declararam abertamente ao pastor protestante alemão Wiedemann, em Petrópolis: "É a vontade do governo que dora em diante se faça a fusão e tudo se organize de conformidade com os costumes brasileiros".

De taes veleidades nativistas terão os brasileiros que desistir certamente, e, afim de conjurar a desconfiança que de novo se desperta, terão mesmo, ao contrário, que dar garantias de estarem resolvidos a acatar e proteger a nacionalidade alemã do immigrado (...). (p. 994).

Handelmann, portanto, defende a idéia de que o Brasil só terá sucesso em atrair imigrantes alemães se reconhecer o direito destes manterem sua individualidade étnica/nacional — um tipo de pluralismo que mais tarde seria reivindicado por líderes políticos e intelectuais teuto-brasileiros, e que não encontra espaço no discurso imigrantista brasileiro, pautado pelo ideal assimilacionista.

A longa transcrição de um texto de 1859 faz-se necessária porque reveladora de um padrão de etnicidade que existiu, de fato, no grupo teuto-brasileiro. Ou seja, o argumento de Handelmann, centrado na preservação de valores nacionais alemães, é idêntico àquele utilizado ao final do século XIX para justificar a consolidação de um grupo étnico teuto-brasileiro. O texto também coloca em evidência o confronto de duas concepções opostas do processo de colonização com europeus: Handelmann (e, como ele, os teuto-brasileiros) considera ideal a implantação de colônias homogêneas, nas quais seria possível preservar a cultura e a nacionalidade de origem; ainda durante o Império, mas, sobretudo, no período republicano, em nome da formação latina da nação brasileira, defendeu-se um processo migratório numa direção assimilacionista, não apenas no seu sentido social e cultural, mas

também da miscigenação, propondo-se, então, colônias heterogêneas, que pudessem evitar os “enquistamentos étnicos”, com o concurso do elemento nacional.

Havia consenso nos meios brasileiros acerca da necessidade da imigração européia — branca, portanto. Mas as opiniões se dividiam quanto à imigração alemã. Aqueles que a defendiam, o fizeram em nome da excelência colonizadora do camponês alemão (o alvo da propaganda), diante do seu sucesso econômico nos Estados Unidos. Os que a criticavam, o fizeram do ponto de vista da questão assimilacionista — isto é, argumentavam que não interessava ao país imigrantes que quisessem manter seus valores nacionais e cultura de origem, mas sim aqueles que se deixassem “abrasileirar” sem problemas. Os dois grupos, porém, partiam de uma premissa racista para justificar o empenho em atrair europeus: a população rural livre (excluindo a elite) era vista como mestiçada, inferior, insuficientemente adiantada, incivilizada, incapaz de participar do processo de colonização. Invariavelmente, mestiços, negros e índios são considerados apenas como coadjuvantes, desbravadores das matas para que os imigrantes brancos colonizem! Qualquer imigração não européia é condenada com veemência, mesmo na vigência do regime escravista, e os preconceitos se voltam, sobretudo, contra negros e chineses, como pode ser verificado neste texto de Menezes e Souza:

Queremos progresso e o Chim representa o regresso; queremos luz e o chim symboliza a treva; queremos moral e o chim é a encarnação da torpeza e da devassidão (...).

Contractar os negros boçais da África para cooperadores agrícolas! Importaria isso o indirecto restabelecimento do tráfico. Os africanos, assim introduzidos no Império, não seriam mais que escravos disfarçados sob o manto hypocrita de uma illusoria e nominal liberdade.¹¹

A lista de características desabonadoras de chineses e negros ao longo do texto (e igualmente dos mestiços) é bem maior do que esta transcrição deixa entrever. A equação é

11 MENEZES E SOUZA, p.423.

simples: qualquer imigração européia é boa; todas as outras são consideradas, no mínimo, inconvenientes.

Os europeus, nesta ótica, representam o progresso e a civilização e a preocupação com os descendentes de alemães estabelecidos no sul do Brasil estava relacionada, em primeiro lugar, com a possibilidade de não se deixarem assimilar. Mas o desfecho da guerra franco-prussiana, em 1871, e a emergência da Alemanha unificada como potência imperialista na década seguinte, introduz um novo elemento no debate — o “perigo alemão”, advindo de um conjunto de colônias homogêneas concentradas em áreas específicas do sul, região onde as questões de fronteiras ainda não estavam bem resolvidas.

As especulações brasileiras acerca deste “perigo” foram, em grande parte, influenciadas por publicações francesas que criticavam a política imperialista da Alemanha e a doutrina de *Lebensraum* (espaço vital) defendida pela Liga Pangermânica. Algumas destas publicações sugeriam um interesse colonialista alemão em relação às áreas ocupadas pelos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.¹² Por outro lado, a partir de 1900 surgiram diversas publicações alemãs, algumas fazendo referências diretas à população teuto-brasileira, que destacaram os interesses econômicos da Alemanha em relação ao Brasil. Na perspectiva do *Deutschtum* foram feitas descrições sobre as “colônias alemãs”, apontadas como mercados consumidores potenciais de produtos alemães. Os interesses comerciais alemães certamente não se voltavam apenas para esta população, mas este tipo de associação serviu como exemplo da existência real de interesses colonialistas por parte do governo do Kaiser.¹³

12 Nas décadas de 1850 e 1860 foram editados na França alguns textos sobre a colônia D.Francisca (Joinville), nos quais autores franceses mostram interesse em estabelecer colônias francesas no Brasil. (Cf. ASSIER, Adolphe d'. *Le Brésil contemporain*. Paris: Durand & Lauriel, 1867; DUTOT, S. *France et Brésil: notice sur Dona Francisca* par M.Aubé. Paris: Garnier, 1859; REYBAUD, Charles. *Le Brésil*. Paris: Guillaumin, 1856). A orientação dos textos franceses, desde a publicação do livro de EXPILLY (*La traite, l'émigration et la colonisation du Brésil*. Paris: Guillaumin, 1865) é no sentido de mostrar os perigos de um fortalecimento colonial alemão, inclusive através da imigração.

13 Entre os autores alemães que escreveram sob esta orientação (*Deutschtum* no seu significado econômico e social — isto é, a contribuição alemã para o progresso do Brasil) podem ser citados Alfred Funke, Walter Kundt, R.Krauel e Alfred Hettner. Estes autores, bem como a germanidade dos colonos teuto-brasileiros foram objeto de crítica em longo artigo anti-alemão publicado no *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 6 jan.1905, sob o título “Alemães no Brasil”.

A ênfase mais alarmista do “perigo alemão”, porém, veio dos Estados Unidos, onde, após 1900, foram publicados artigos, em jornais e revistas, que aventavam a possibilidade de uma invasão germânica no sul do Brasil. O ideário da doutrina Monroe, por sua vez, apresentava-se como única arma capaz de barrar os interesses da Alemanha na América do Sul. Os títulos de alguns desses artigos são significativos: “Greater Germany in South America”, “Germany in Southern Brazil”, “Little Germany”, “German Invasion in South America”, etc.¹⁴ As principais preocupações neles contidas: a possibilidade de uma invasão alemã, com a transformação de parte do Brasil numa colônia, a utilização das regiões com predominância de população teuto-brasileira como base para uma invasão da América do Sul, ou mesmo a formação de um estado independente sob tutela alemã. Os menos alarmistas não chegam a tais extremos, porém consideram uma “invasão comercial alemã” na América do Sul perigosa, tanto para o Brasil como para os Estados Unidos.

A bibliografia acima referida e os princípios da doutrina Monroe (certamente aplicados ao Brasil — o Brasil para os brasileiros) tiveram considerável influência em alguns setores da elite brasileira na virada do século. As regiões de colonização alemã se tornaram objeto de amplos debates, tanto a nível regional como nacional. O pano de fundo destes debates, contudo, eram as disputas imperialistas de quatro grandes potências — Estados Unidos, Inglaterra, França e Alemanha — e seus interesses na América do Sul.

Os colonos teuto-brasileiros, praticamente alheios à toda esta polêmica, tornaram-se paradigmas do “perigo alemão”, vistos como adeptos ferrenhos da doutrina pangermanista e da anexação à Alemanha, anti-brasileiros, porque avessos à assimilação e à miscigenação. Mas para além da polêmica, havia o fato concreto da existência das próprias “colônias

14 Cf. MARCHANT, Alexander. Writings in English, French, Italian and Portuguese concerning the German colonies in Southern Brazil. In: HANDBOOK of Latin American Studies: 1938. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1939. SEYFERT, Giralda. Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão de bibliografia. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais. n.25, 1988.

alemãs”, socialmente isoladas dos meios brasileiros, contrariando um ideal de nação fundamentado no *jus soli*, que condenava qualquer pluralismo étnico ou cultural. A situação das “colônias” ao final do século XIX parecia confirmar as palavras de Handelsmann acerca da conservação da nacionalidade alemã.

Não interessa fazer referência ao processo de colonização,¹⁵ já que o período histórico aqui considerado corresponde às duas décadas que antecederam a primeira guerra mundial. Deve ser ressaltado, porém, que o isolamento étnico da maior parte da população de origem alemã estabelecida no Brasil, em parte, foi consequência do próprio sistema de colonização, através do qual os imigrantes europeus ocuparam terras devolutas, áreas pioneiras, sob controle direto ou indireto do Estado, sem qualquer preocupação com a integração destes à sociedade brasileira. A formação de um grupo étnico teuto-brasileiro teria ocorrido mesmo sem o isolamento (espacial e social) das “colônias”, mas ele teve papel relevante na consolidação dos valores e das instituições comunitárias de base étnica. O pioneirismo dos imigrantes, por sua vez, vem sendo exaltado, desde o século passado, como um dos suportes da ideologia étnica teuto-brasileira.

A maioria dos imigrantes alemães, portanto, se concentrou em “colônias” localizadas em áreas pioneiras, formando uma sociedade étnica, cultural e economicamente diversa da brasileira, uma diversidade problemática para o ideal nacionalista brasileiro e seu discurso assimilacionista. Enfim, uma diversidade que se tornou mais visível ao final do século XIX, quando a parcela ascendente desta população de origem alemã passou a reivindicar seus plenos direitos de cidadania, ao mesmo tempo que reafirmava seus valores étnicos como *Deutsch-brasilianer* (teuto-brasileiros). Criou-se, assim, uma

15 A fundação de São Leopoldo, em 1824, marca o início da colonização alemã no Brasil. Desde então, imigrantes desta origem se concentraram em algumas áreas geográficas do sul do Brasil — como os vales dos rios dos Sinos, Taquari, Jacuí e Caí (RS), Itajaí e noroeste do Estado de Santa Catarina, na região de Curitiba (PR) e em dois ou três núcleos coloniais do Espírito Santo. Foi essa concentração espacial (e não tanto a homogeneidade étnica, que só existiu realmente em poucas colônias) que deu características à colonização alemã.

categoria de identificação étnica que passou a distinguir esta população tanto dos brasileiros como dos alemães; uma categoria que destaca o pertencimento étnico/nacional (*Deutsch*) e o pertencimento ao Estado brasileiro através da incorporação da cidadania (*Brasilianer*).

A realidade visível e importuna, que dava respaldo às especulações sobre o “perigo alemão”, tinha a ver com a organização comunitária teuto-brasileira, voltada para a preservação dos costumes alemães — cuja característica mais evidente era o uso cotidiano e exclusivo da língua alemã. Ao longo do processo de colonização, tanto nos núcleos urbanos como nas linhas coloniais, se organizaram associações de cunho étnico — fossem elas beneficentes, assistenciais, recreativas ou culturais; na rede escolar particular o ensino era ministrado em alemão e mesmo as igrejas — católica e luterana — tiveram papel importante na preservação dos costumes e da língua alemã. A organização comunitária estava voltada para a manutenção de fronteiras étnicas¹⁶ e as atividades para além delas eram quase exclusivamente econômicas. A participação política foi muito restrita durante o Império e passou a ser reivindicada com mais intensidade após 1889, através das lideranças políticas surgidas nos meios teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O principal obstáculo à participação política desta parcela da população brasileira era o uso cotidiano da língua alemã, conforme se pode deduzir de alguns debates travados na imprensa local. Nesse sentido, os colonos eram desqualificados enquanto eleitores por não dominarem a língua portuguesa.¹⁷

A integração política dos teuto-brasileiros, juntamente com a reivindicação do direito à especificidade étnica, expressada através do *Deutschtum*, vai ser o assunto principal de artigos e editoriais dos jornais e outras publicações periódicas em língua alemã — marcando, assim, uma posição discordante do ideal nacionalista brasileiro.

16 Cf. BARTH, Fredrik. Introduction. In: ———. *Ethnic groups and boundaries*. London: Allen & Unwin, 1969.

17 Este tipo de argumento pode ser visto, por exemplo, na discussão em torno dos critérios de alistamento eleitoral e da participação na disputa por cargos eletivos municipais, travada no início do século entre dois jornais politicamente adversários de Santa Catarina — o *Novidades* (de Itajaí) e o *Der Urwaldsbote* (de Blumenau).

O conceito de *Deutschtum* (germanidade, germanismo) tornou-se paradigmático enquanto expressão de uma condição étnica, principalmente no âmbito da imprensa teuto-brasileira, justamente neste período de afirmação política. Tem um duplo significado, mas ambos se complementam para expressar uma ideologia de caráter etnocêntrico: por um lado, *Deutschtum* está referido à contribuição econômica e cultural dos imigrantes, ressaltando o pioneirismo dos colonos e seu ideário de progresso e civilização; por outro lado, *Deutschtum* define o pertencimento à etnia/nação alemã e as formas de conservar esta característica étnica através da língua, da cultura, da índole, da escola alemã e das associações comunitárias. Assim, sob o rótulo do *Deutschtum* se idealiza o papel civilizador do imigrante alemão, bem como se afirma uma nacionalidade com base no direito de sangue. Nela, a nação nada mais é do que uma entidade étnica e cultural, e a nacionalidade é herdada através do sangue e perpetuada através da manutenção dos valores étnicos e das instituições da *Volksgemeinschaft* (comunidade nacional).

Trata-se, pois, de uma ideologia que contém uma concepção de nação diversa da brasileira, divergindo dela num ponto fundamental — que remete, mais uma vez, à questão da assimilação: a defesa de um pluralismo que privilegia a endogamia e a individualidade étnica do grupo, pois o *Deutschtum*, mesmo no seu formato teuto-brasileiro — *Deutsch-brasilianertum*, conforme a imprensa — não pregava a integração à nação brasileira, mas tão somente ao estado brasileiro, através de uma vinculação política e econômica.

A fronteira étnica era delineada com precisão, e reforçada pela identidade étnica. A categoria de identificação — *teuto-brasileiros* — apesar da aparente ambigüidade, compõe-se, realmente, de dois elementos definidores, a nacionalidade alemã dada pelo direito de sangue e a cidadania brasileira, dada pelo direito de solo ou pela naturalização. Elas se complementam, mas, ao mesmo tempo, separam, pois no interior da comunidade étnica os teuto-brasileiros são alemães e na esfera mais ampla, no âmbito do Estado, são brasileiros. Não pressupõe qualquer laço com o estado alemão, mas apenas

com uma nação alemã desvinculada de um território específico. Tal ideologia, na verdade, expressava a idéia de um grupo étnico teuto-brasileiro, com existência própria e independente, diverso dos brasileiros e mesmo dos outros alemães.

O discurso étnico teuto-brasileiro incorporou, ainda, todo um conjunto de argumentos etnocêntricos, alguns deles evocando critérios racistas, entre os quais pode ser destacada a pretensa superioridade do trabalho alemão, que vincula o progresso das “colônias” à manutenção da índole e da herança cultural e racial alemãs. Em suma, *Deutschtum*, ou *Deutschbrasilianertum* exprimem uma etnicidade¹⁸ teuto-brasileira, construída etnocêntricamente, insistindo no direito à distintividade e identidade como grupo. O final do século XIX foi o momento a partir do qual esta etnicidade se afirmou, envolvendo, inclusive, interesses políticos e econômicos das colônias.

Começa, então, um período particularmente conflituoso das relações entre a população de origem alemã e os brasileiros, por duas outras razões além dessa afirmação de etnicidade: a Liga Pangermânica (*Alldeutsche Verband*) entra em cena nas colônias, com sua retórica racista, e o ideal brasileiro de nação assume, de modo mais radical, o viés assimilacionista.

No âmbito do discurso imigrantista brasileiro, a questão racial foi amplamente discutida, sobretudo com relação ao legado dos escravos negros — um “legado funesto”, de “perniciosas conseqüências”, conforme expressado pelos mais diversos autores. Mesmo aqueles que não usaram uma retórica de tipo racista pressupunham a inferioridade da população negra. Muitos abolicionistas compartilhavam deste pressuposto, que desqualificava a grande maioria da população brasileira como inferior, atrasada, incapaz de se civilizar. A produção intelectual brasileira sobre a questão racial, a partir

18 Cf. GLAZER, N.; MOYNIHAN, D.P. Introduction. In: ———. *Ethnicity: theory and experience*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1975.

da década de 1880, mostra a preocupação da elite com a composição étnica da população brasileira, em especial com a miscigenação. Afirmava a inexistência de preconceitos raciais, ao mesmo tempo que considerava a imigração européia como necessária para inverter as estatísticas populacionais que mostravam uma predominância de elementos negros e mestiços ao longo do século XIX. Especulava-se com a possibilidade do branqueamento do país através da miscigenação seletiva, e a crença na eliminação gradativa dos mestiços de todos os matizes, negros e índios, buscava respaldo nas teorias sobre a desigualdade das raças humanas, em voga na Europa desde a publicação do ensaio do Conde de Gobineau, em 1853.

Esta teoria, ou melhor, doutrina do branqueamento da raça começou a ser sistematizada por Silvio Romero em 1888, embora ele não fosse o primeiro a especular sobre tal assunto. Na verdade, o branqueamento se insere no conjunto de especulações sobre o futuro da nacionalidade, e o imigrante europeu era pensado como peça fundamental na formação de um povo brasileiro fenotipicamente branco. Neste contexto, a assimilação do imigrante tornou-se imperativa — uma assimilação no sentido do “caldeamento” ou “fusão” de raças. O interesse pela imigração, evidentemente, tinha outros determinantes além do problema racial. Os escritos mais antigos sobre a imigração, como o do Visconde de Abrantes, não estão referidos a isto; sua preocupação é com o progresso econômico, embora não cogitem de qualquer imigração não européia. Mesmo em meados do século passado, como já afirmamos, a imigração desejada é a européia, tendo como critério norteador o paradigma da civilização (ocidental). No início deste século o ideal do branqueamento da raça era hegemônico na concepção de uma nação brasileira,¹⁹ um ideal que alcançou, inclusive, o estatuto de ciência²⁰ fundamentado, sobretudo, no darwinismo social.

19 Cf. SKIDMORE, T.E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

20 Cf. SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

O significado da mestiçagem na história do Brasil é o tema preponderante nos escritos sobre o branqueamento. Nesta história, a mestiçagem de todos os matizes, produzida pelo cruzamento de três raças — duas das quais consideradas irremediavelmente inferiores — é apontado por autores como Silvio Romero, Euclides da Cunha, João B. de Lacerda e, mais tarde, Oliveira Viana,²¹ entre outros, como causa primordial do atraso brasileiro.

Os que viam no branqueamento da raça a solução para os problemas brasileiros pareciam levar bem a sério a metáfora de Spencer, inspirada em Darwin, acerca da “sobrevivência dos mais aptos” — conceito chave do darwinismo social, levado ao extremo por autores como o francês Lapouge e o alemão Haeckel, ambos adeptos da tese sobre os *Herren-volk* (povo de senhores).

A desigualdade das raças humanas, a superioridade genética das raças brancas, a força da seleção social (sexual), a impossibilidade dos negros se tornarem civilizados, entre outros, são os princípios sobre os quais a tese do branqueamento foi construída. A mestiçagem, com base na seleção natural e sexual, foi imaginada como processo depurador através do qual prevaleceria uma população de fenótipo branco latino. Este pressuposto pode ser constatado na seguinte passagem da comunicação apresentada por João B. de Lacerda ao 1.º Congresso Universal das Raças (Londres, 1911), onde representou o Brasil:

O próprio mulato se esforça para que suas uniões façam seus descendentes voltar ao tipo puro do branco. Já vimos, após três gerações, os filhos de mestiços apresentarem todas as características físicas da raça branca, ainda que em alguns persistem uns poucos traços da raça negra, devidos à influência do atavismo.

A seleção sexual, se prosseguir, acaba, todavia, por subjugar o atavismo e purga os descendentes dos mestiços

21 O texto de Silvio Romero é o mais antigo; a primeira edição da *História da Literatura Brasileira* é de 1888. Euclides da Cunha aborda o tema em *Os Sertões* (1902); João B. de Lacerda escreveu *Sur les Métis au Brésil* em 1911; Oliveira Viana discute a questão racial sobretudo em *Populações Meridionais do Brasil* (1918) e *Evolução do Povo Brasileiro* (1923).

de todos os traços característicos do negro. Graças a este procedimento de redução étnica, é lógico supor que no espaço de um novo século, os mestiços terão desaparecido do Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós.²²

A afirmação de Lacerda sobre o futuro branqueamento foi compartilhada por outros representantes da elite intelectual; a divergência parece antes estar no período de tempo necessário para a sua concretização. Tanto que, significativamente, Lacerda escreveu um segundo trabalho no qual, usando dados estatísticos, reafirma sua tese de um Brasil com população de fenótipo branco no prazo de um século. Num tom pessimista, Silvio Romero, por exemplo, acreditava ser difícil alcançar o ideal de branqueamento antes de 300 anos; mas a maioria dos críticos de Lacerda achava cem anos um prazo demasiadamente longo.²³ Havia outros, ainda, que não compartilhavam de tais idéias — como Nina Rodrigues, antropólogo e médico baiano, que analisou a mestiçagem e o problema do negro dentro do mais rigoroso determinismo racial — julgando, assim, que a mestiçagem descontrolada com uma raça inferior (a negra) privou o Brasil de um futuro civilizado.²⁴

O ideal de branqueamento, porém, preponderou no início deste século, baseado na suposta existência de “mecanismos sociais” elaborados na sociedade brasileira: a seleção natural, que permitiria chegar a um único povo brasileiro a partir da diversidade racial e o princípio da seleção sexual, que impele os mestiços “inteligentes” e “bem dotados de qualidades morais”, ao casamento com pessoa mais clara. Os mestiços “inferiores”, os negros e os indígenas não sobreviveriam a esta seleção intelectual e sexual.

A inspiração “teórica” para tais especulações veio das doutrinas deterministas comuns na Europa e Estados Unidos,

22 LACERDA, J.B. *Sur les Métis au Brésil*. Paris: Impr. Devouge, 1911. p. 18-19.

23 LACERDA, J.B. *O Congresso Universal das Raças reunido em Londres*. Rio de Janeiro: Pap. Macedo, 1912.

24 Cf. RODRIGUES, R. Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1938 e *Os africanos no Brasil*. 5.ed. São Paulo: Nacional, 1977.

como o darwinismo social, apesar das evidentes contradições em relação às suas teses centrais. O ensaio de Gobineau, por exemplo, pretendia explicar tanto o surgimento como a decadência das civilizações, partindo do princípio da superioridade da raça branca, e da existência, nesta, de um ramo superior — os arianos. A civilização seria o produto da competição das raças, na qual a raça superior conquistadora ariana teria papel fundamental. Nos quatro volumes da obra, procura provar a superioridade da raça branca sobre todas as outras. A civilização, nesta ótica, surge com a conquista de povos inferiores pela raça ariana. E a decadência das civilizações é atribuída aos excessos da mestiçagem de raças desiguais. A “mistura de raças”, porém, não é inteiramente condenada por Gobineau; para ele, a mistura bem dosada, sem exageros, é a condição do progresso, desde que prevaleça a raça superior, ariana. A civilização sem arianos, portanto, é impensável; e a mistura excessiva causa a decadência, porque prevalecem as características das raças inferiores.

O ensaio de Gobineau tornou-se mais popular no final do século XIX, “reabilitado” por autores como Chamberlain, que retomaram o mito ariano. Repleto de contradições — como aquelas referentes aos efeitos da mestiçagem — pretendia ser uma filosofia da história, pessimista em relação ao futuro da Europa, na medida em que acreditava ser a aristocracia a única parcela verdadeiramente ariana da população européia. O texto foi escrito logo após os movimentos de 1848.

O darwinismo social e outras teorias congêneres, contudo, procuraram se afirmar como “ciência das raças”, cujo fundamento consistia na aplicação à sociedade dos princípios da seleção natural descobertos por Darwin em *A origem das espécies*. Não cabe aqui uma análise exaustiva destas teorias; pretendemos apenas esclarecer os seus princípios mais gerais. Entre estes, destaca-se o pressuposto de que as relações entre povos ou nações, como entre classes sociais diversas, são biologicamente determinadas. Consideravam as sociedades como organismos e como unidades de competição e seleção. A luta de classes, no discurso racista, deu lugar à

luta de raças, mesmo porque não aceitava a igualdade de todos os brancos. Acreditavam que os princípios da seleção natural operam nas sociedades humanas como no mundo animal. A existência de raças puras no mundo atual era contestada, porém acreditavam ser possível chegar à uma raça pura a partir da diversidade, através da operação da seleção natural. Segundo os darwinistas sociais, existe um princípio seletivo básico do processo evolutivo que favorece os indivíduos mais aptos na luta pela vida; obviamente, num conjunto de raças humanas desiguais, os indivíduos mais capazes pertencem à raça branca superior. Em nome desta superioridade, defendiam o princípio de que a raça branca deveria governar todas as outras. A noção de *Lebensraum* (espaço vital), calcada em ideais de imperialismo racial, deriva deste pressuposto, ou seja, em nome da superioridade ariana concediam à algumas nações européias o “direito” de expansão territorial às expensas de outras nações e raças.

O elenco de autores dedicados a provar a superioridade da raça branca e, acima desta, do seu ramo ariano, em nome do avanço imperialista, é bastante grande, e as obras de alguns deles circularam nos meios intelectuais brasileiros — como as de Otto Ammon, Ernest Haeckel, G.Vacher de Lapouge, etc. As teorias raciais, conhecidas hoje como racistas, não podem ser consideradas apenas como um produto do imperialismo, mas certamente serviram para justificá-lo em nome da ciência. Assim como também pretenderam justificar o domínio de uma classe social sobre todas as outras — no caso, o domínio da burguesia e da aristocracia sobre as classes trabalhadoras. Lapouge, por exemplo, tentou provar, com dados craniométricos, que as classes dominantes são arianas, enquanto a plebe é mestiça e, por isso mesmo, inferior. Os valores arianos da civilização, assim, estariam respaldados na medida em que seus representantes modernos mais puros — a burguesia e a aristocracia — estivessem no poder.

A estes excessos do racismo darwinista social pode ser acrescentado outro modismo europeu de grande repercussão

no Brasil — a *eugenia*, criada por Francis Galton em 1883. A doutrina eugenista, depois aperfeiçoada como “ciência” pela Biometria de Karl Pierson, propunha, em nome da seleção natural, o desenvolvimento das gerações futuras de modo a evitar a progressão dos tipos inferiores. Ou seja, propunha a interferência do estado no processo seletivo, mais especificamente, a criação de leis que promovessem a esterilização dos indivíduos geneticamente indesejáveis. A proposta eugenista não está referida apenas às raças consideradas inferiores, mas também aos próprios brancos europeus, na medida em que são indesejáveis os criminosos, os loucos, os idiotas, os portadores de defeitos físicos, o proletariado andrajoso, etc., etc. Para os eugenistas, inteligência e degeneração são atributos herdados, cabendo aos governantes tomar medidas para estimular a primeira e eliminar a segunda. Uma das recomendações adicionais propõe impedir qualquer imigração indesejável de raças inferiores. Produto da Inglaterra vitoriana, a *eugenia* foi aplicada de fato, como política de extermínio de raças e indivíduos indesejáveis, na Alemanha nazista.²⁵

As doutrinas raciais deterministas têm como proposta política uma ditadura da raça superior, melhor dizer, do segmento superior da raça branca, que alguns chamam de “raça ariana” — uma linguagem que antecedeu o fascismo nas suas propostas totalitárias. Certamente foi nesta fonte que se inspiraram os teorizadores brasileiros do branqueamento, apesar das predições pessimistas de um dos próceres do darwinismo social, o antropossociologista Lapouge, acerca do destino do Brasil.²⁶

25 Sobre as doutrinas de determinismo racial, ver, HANKINS, F.H. *La race dans la civilisation*. Paris: Payot, 1935; HARRIS, Marvin. *The rise of anthropological theory*. New York: Harper & Row, 1968; BURROW, L.W. *Evolution and society: a study in Victorian social theory*. Cambridge, GB: Cambridge University Press, 1968; POLIAKOV, Leon. *O mito ariano*. São Paulo: Perspectiva, 1974; BANTON, Michael. *The idea of race*. London: Tavistock, 1977.

26 Tanto Gobineau como Lapouge estiveram no Brasil, o primeiro, inclusive, na condição de representante diplomático da França, em 1869. Ambos acharam o país irremediavelmente atrasado, dadas as características da sua população. Lapouge vaticinou que o Brasil jamais seria uma nação civilizada, por causa da mestiçagem. Foi contestado por vários brasileiros, entre eles Silvio Romero, nos pressupostos da tese do branqueamento.

A tendência seletiva que leva o mestiço a procurar cônjuge branco, na versão de Lacerda, o caráter seletivo do preconceito racial (na versão mais próxima do darwinismo social, compartilhada por alguns autores brasileiros e elaborada, mais tarde, por Oliveira Viana)²⁷, e uma ampla abertura do país à imigração européia, com a condenação explícita a qualquer outra corrente imigratória (asiática, africana, etc.) — estas são as soluções que, a curto ou longo prazo, conforme as especulações de cada autor, transformariam o Brasil numa nação civilizada, porque branca!

Os autores brasileiros tiraram das doutrinas deterministas aquilo que lhes interessava mais diretamente: os princípios seletivos que serviam de suporte à tese de que era possível chegar a um povo brasileiro, com características típicas definidas, a partir da diversidade racial existente, pressuposta a superioridade genética da raça branca. Uma “raça histórica”, em formação desde o período colonial português, segundo Silvio Romero²⁸. O lugar do Brasil entre as nações civilizadas estaria assegurado, na medida em que a composição demográfica herdada do império fosse invertida: a questão racial deixa de ser um problema, desde que sejam assegurados os mecanismos necessários à passagem de uma população predominantemente negra e mestiça para uma população branca. Assim concebido, o branqueamento seria mais rápido e eficiente se pudessem ser injetadas neste grande caldeamento fortes correntes imigratórias procedentes da Europa. O papel desta imigração é claramente delineada neste sentido:

27 Com base em propostas darwinistas-sociais, e numa linguagem facista, Oliveira Viana, em 1918, distinguiu na história do Brasil uma aristocracia rural ariana (dolicéfala, originária de um segmento ariano português) que salvou o país da inferioridade racial. Contraposta a ela, identificou a “horda plebéia” e sua “bastardia formidável”, composta por negros, mestiços e índios. Não obstante, distinguiu neste grupo, mestiços superiores, resultado de uma seleção sexual bem sucedida, fundamentada no preconceito racial, com indícios da possibilidade de uma arianização progressiva. Constata a aristocracia ariana, propõe um sistema político no qual o poder será exercido, de forma totalitária, por ela portanto, uma ditadura ariana como meio de chegar a uma nação branca e civilizada.

28 ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1943.

Já afirmamos que o desabrochamento completo das raças superiores, formadas de elementos imigrados de países europeus, deve, no espaço de um século, tomar um aspecto bem diferente da população total do Brasil atual; quando isto se realizar, os mestiços e os negros terão desaparecido, deixando o lugar ao branco, os indígenas estarão submergidos, como os da Austrália após a invasão dos anglo-saxões; os descendentes de portugueses, cruzados com os italianos e os alemães, terão formado uma população de aparência totalmente européia, modificada pela ação do clima tropical; população vigorosa, inteligente, amiga do progresso, plena de ardor ao trabalho, utilizando todas as conquistas da civilização para melhorar as condições de sua existência. No Brasil, a população brasileira se encontrará frente a frente aos povos latinos da Europa, nas mesmas condições em que os Estados Unidos da América do Norte estão frente a frente aos povos anglo-saxões do antigo continente.²⁹

O pensamento de Lacerda expressa a visão predominante naquele momento, apesar das conclusões pessimistas de Nina Rodrigues, inspiradas nas mesmas fontes racistas. Num longa avaliação dos trabalhos de Silvio Romero, concluiu:

Não acredito na unidade ou quasi unidade étnica, presente ou futura, da população brasileira, admitida pelo dr. Sylvio Romero; não acredito na futura extensão do mestiço luso-africano a todo o território do país: considero pouco provável que a raça branca consiga fazer predominar o seu tipo em toda a população brasileira.³⁰

As doutrinas racistas, portanto, serviram de base à utopia do branqueamento, e sua aceitação implicava num amplo apoio a uma política imigratória voltada para a Europa. A opinião de Nina Rodrigues se manteve isolada, prevalecendo a visão utópica de que a assimilação dos imigrantes brancos, num amplo processo de caldeamento de raças, teria como efeito a diminuição e o futuro desaparecimento das "raças inferiores". A própria legislação imigratória, mesmo em período mais recente, procurou criar obstáculos aos

29 LACERDA, *Sur les métis*..., p.22-23.

30 RODRIGUES, p.126.

“imigrantes indesejáveis”. A aceitação da tese do branqueamento, contudo, implicou numa concepção verdadeiramente peculiar e ambígua acerca dos efeitos da mestiçagem, face à própria realidade brasileira. Isto porque o racismo — em todas as suas variantes — afirmava o caráter degenerativo da mestiçagem. Os autores brasileiros, contudo, encontraram nos interstícios dos textos racistas algum respaldo para sua própria utopia racista. As contradições pouco importavam, pois se tratava, fundamentalmente, de ideologia travestida de ciência.

As opiniões só mostravam alguma divergência quanto ao imigrante mais conveniente e, nesse discurso assimilacionista do branqueamento, os alemães se tornaram incômodos porque avessos ao caldeamento. Portugueses, espanhóis e italianos passaram à condição de imigrantes ideais, na medida em que o Brasil do futuro, conforme Romero, deverá ser uma “formação luso-americana” ou, no mínimo, uma nação latina, conforme se depreende do texto transcrito da obra de Lacerda. Silvio Romero defendeu a imigração lusitana, criticando os “alemães do Brasil” e seu “enquistamento étnico”, bem como os italianos, “menos perigosos” por serem gente latina e mais assimiláveis.³¹

O período que antecedeu a I Guerra Mundial, portanto, foi particularmente complicado para a população de origem alemã concentrada no sul do país. Como teuto-brasileiros, afirmavam sua especificidade étnica, no momento em que a ideologia nacionalista brasileira privilegiava o ideal do branqueamento — era, portanto, assimilacionista por princípio. Além da diferenciação étnica, que não se colocava apenas no plano ideológico, o período histórico em questão foi marcado pela presença atuante da *Alldeutsche Verband* (Liga Pangermânica). Esta sociedade, produto de um nacionalismo radical e racista, se fez presente nas colônias alemãs, constituindo grupos locais em alguns centros urbanos. Além desta organização formal, a Liga Pangermânica promoveu palestras

31 ROMERO, Silvio. *O elemento português no Brasil*. Lisboa: Typ. Ed. Nacional, 1902 e *O allemanismo*...

e influenciou jornais e periódicos teuto-brasileiros, no sentido de divulgar seu ideal de união de todos os alemães do mundo.

A Liga Pangermânica foi criada em 1891, por um grupo de nacionalistas alemães, e desde o início das suas atividades assumiu uma proposta expansionista em relação à Europa Central. Seus dirigentes e principais “ideólogos”, entre eles alguns austríacos, buscaram apoio às suas idéias de *Lebensraum* para a raça alemã tanto no nacionalismo alemão tradicional, como, principalmente, no racismo de Gobineau e Chamberlain. Partindo do princípio da superioridade da raça alemã e da inferioridade biológica das demais, reivindicavam ao Estado uma política expansionista baseada na força. Como primeiro passo desta política, pretendiam a dominação do mundo eslavo, com base na velha tese do espaço vital.³²

Na Alemanha, a Liga não conseguiu congregiar um grande número de membros associados; mas entre seus filiados estavam pessoas influentes, como editores de jornais, professores e estudantes universitários, parte da grande burguesia, oficiais do exército e membros do parlamento. O crescimento econômico alemão após a unificação, em 1871, serviu de pano de fundo e de pretexto para as propostas expansionistas dos pangermanistas — que atribuíram a emergência da Alemanha como potência imperialista às virtudes e superioridade da raça ariana, da qual os alemães seriam os representantes modernos. O respaldo à estas teses foi obtido nos trabalhos de Gobineau, Chamberlain, Haeckel e no darwinismo social. Nesse caso, o principal dogma do racismo — a desigualdade das raças humanas e a supremacia da raça branca — serve como pretexto para justificar a dominação, em nome do espaço vital para a raça superior. Gobineau fez o elogio da aristocracia natural, que considerava a legítima representante atual dos arianos, responsável pela preservação dos valores da raça — o equilíbrio, a razão, o gênio político e guerreiro, etc. Tornou-se o principal arauto do racismo, se-

32 A noção de *Lebensraum* não é um produto do pangermanismo; ela já existe no contexto do nacionalismo alemão desde o início do século XIX, especialmente na velha proposta do “*drang nach Osten*” (impulso para o leste).

gundo Poliakov³³, porque desejava a recondução da história humana ao seu ponto de partida — a supremacia da raça ariana. O mito ariano transformou-se no mito teutônico na obra de Chamberlain, publicada no final do século XIX. Este autor não só considera os teutões (germanos) o segmento puro da raça superior ariana, responsáveis pela maior parte da obra criadora do gênero humano, como introduz alguns elementos mais tarde relacionados às teses nazistas, como a necessidade de criação de uma raça de elite pela endogamia, excluindo os “fracos” do processo seletivo.

A Liga Pangermânica, portanto, não inventou o mito ariano, que surgiu num contexto europeu, pretendendo explicar a diversidade humana com base na desigualdade racial. O racismo serviu como pretexto para defender um estado totalitário, uma expansão territorial pela conquista, uma *Weltpolitik* agressiva a serviço do capitalismo alemão, o domínio de uma casta de arianos sobre um conjunto heterogêneo de raças inferiores — enfim, afirmava-se o “direito natural” de uma raça ao poder e à dominação. A guerra aparecia como único caminho para tornar a Alemanha uma grande potência. Dentro da Alemanha, propunham uma política anti-liberal, tendo como alvo mais imediato os judeus. Assumiram, plenamente, o anti-semitismo, popularizado na frase “os judeus são nossa desgraça”. As teses pangermanistas e autores como Chamberlain tiveram ampla divulgação dentro e fora da Alemanha, mas seu efeito mais imediato foi a exacerbação, ao extremo, de um nacionalismo racial. Por outro lado, além da *Alldeutsche Verband*, surgiram outras sociedades nacionalistas na Alemanha, menos conhecidas, mas que também se guiavam pelo ideal imperialista, como a *Kolonial Gesellschaft*, a *Ostmarken Verein*, a *Krieger Verein*, etc. Pelo menos uma delas — a *Krieger Verein* — tinha filiados no Brasil, ex-combatentes alemães imigrados, estabelecidos no sul.

Entre todas as associações alemãs de caráter nacionalista, a Liga Pangermânica atuou com mais empenho no sul do Brasil, visando a mobilização da população teuto-brasileira

33 POLIAKOV.

a favor de um *Deutschtum* que exacerbava o conteúdo racial, em detrimento de qualquer ligação com o Brasil — portanto, da cidadania. Através da propaganda, os descendentes de alemães foram convocados a reafirmar sua nacionalidade e sua vinculação à pátria — a Alemanha. A categoria étnica proposta — *Auslanddeutsche* — contrariava os pressupostos da categoria *Deutschbrasilianer*, na medida em que todos os descendentes de alemães são considerados apenas *Deutsche* por direito de sangue que, por acidente, se tornaram cidadãos de outros países. Aceitando esta nova categoria (o que não aconteceu), estariam descartando sua condição de brasileiros. A pretensão da propaganda era incutir a idéia de uma vinculação econômica e política com o Império Alemão.

Os propósitos pangermanistas estão claramente delineados, por exemplo, nos estatutos publicados por ocasião da criação do grupo local da Liga de Blumenau (SC), ocorrida em 1900, e anunciada no *Der Urwaldsbote Kalender 1900*.³⁴ O primeiro objetivo apresentado nestes estatutos diz respeito à união de todos os alemães e seus descendentes “em todo o mundo”, numa grande comunidade nacional, cuja maior garantia é a preservação da língua, da raça, da índole, dos costumes alemães. Os propósitos desta união: proteger os interesses do povo alemão, assegurar a continuidade do movimento colonial alemão, com resultados práticos, garantir a preservação da particularidade da raça alemã.

Em resumo, a finalidade maior do pangermanismo era o fortalecimento dos interesses nacionais alemães. Além disso, em nome da unidade nacional, a propaganda descartou qualquer possibilidade de assimilação — conforme pode ser visto no mesmo *Der Urwaldsbote Kalender*, em artigo assinado por R. Hinsch, no qual afirma: “nunca seremos assimilados pelos brasileiros”. O pressuposto disto é a idéia da superioridade do trabalho alemão, pois no mesmo texto sugere que o sucesso da colonização só foi possível porque os imi-

34 Este almanaque foi publicado como homenagem ao cinquentenário da fundação de Blumenau, pelo grupo que editava o jornal *Der Urwaldsbote* — talvez o que demonstrou inequivocamente a influência pangermanista, apesar de ter negado qualquer filiação formal à Liga.

grantes “permaneceram alemães”, isto é, não se deixaram assimilar.

Na impossibilidade de resgatar a maior parte das publicações influenciadas pela Liga Pangermânica, vamos utilizar artigos editoriais do jornal *Der Urwaldsbote*, de Blumenau, que defendia o *Deutschtum* numa versão *Alldeutsche*. Não significa, porém, que apenas este jornal assumiu uma retórica racista; ao contrário, a crença na superioridade dos alemães pode ser encontrada na maior parte dos jornais e outras publicações que assumiram a “defesa do germanismo”. O *Urwaldsbote*, como outros jornais, estava envolvido na luta pelos direitos plenos de cidadania da população teuto-brasileira, condenava as especulações em torno do “perigo alemão” e defendia a continuidade do grupo étnico. Mas o seu discurso anti-assimilacionista tomou as cores da ideologia racial pangermânica, dando manifestações inequívocas de preconceito racial. Seu editor na época, Eugen Fouquet, um alemão naturalizado envolvido nas lides políticas municipais, negava as acusações de filiação à Liga, mas não hesitou em usar autores como H.S. Chamberlain para afirmar a inferioridade dos brasileiros em geral. Ou seja, a assimilação era condenada em nome da superioridade racial teutônica. A publicação dos estatutos da Liga e de artigos como o de Hinsch, no almanaque editado em 1900, também são indícios da influência (e mesmo da filiação).³⁵

Nas publicações “em defesa do *Deutschtum*”, em primeiro lugar, Blumenau e as demais “colônias alemãs” aparecem como exemplo de união de todos os alemães:

(...) homens como o dr. Blumenau, criaram no sul do Brasil uma nova Alemanha, uma Alemanha onde não existem sentimentos particularistas, uma Alemanha onde hoje suíços, holandeses, teuto-russos e até mesmo dinamarqueses, se intitulam simplesmente alemães.³⁶

35 Para uma análise sobre o papel da imprensa teuto-brasileira na defesa do *Deutschtum*, ver SEYFERTH, *Nacionalismo*.

36 *Der Urwaldsbote*, Blumenau, n.37, 9 mar. 1901. p.1

Portanto, nada mais germânicas do que as regiões de colonização alemã no sul do Brasil. A partir daí, a especificidade étnica é defendida com veemência, tendo como principal argumento a convicção de que o Brasil não é uma nação mas apenas um Estado étnicamente heterogêneo. O artigo "Das Deutschtum ih Südbasilien", publicado em quatro partes pelo *Der Urwaldsbote*, em janeiro/fevereiro de 1902, entre outros, constitui uma investida contra os propósitos assimilacionistas brasileiros, com ampla utilização das teorias racistas. A primeira parte do texto defende a utilização cotidiana da língua alemã, reivindicando sua transformação em idioma oficial, juntamente com o português e o italiano. As outras três partes constituem uma nítida resposta aos ideais do branqueamento, com a condenação da miscigenação baseada numa linguagem racista, na qual não faltam referências ao livro de Chamberlain, *Grundlagen des 19 Jahrhunderts*.

Segundo os princípios defendidos no artigo, a miscigenação não terá como resultado "um produto uniforme ou uma nova linhagem mais capaz, uma cultura particular mais apta", sobretudo porque

no solo do Brasil não se encontram apenas meia dúzia ou mais de diferentes nacionalidades, mas também três raças essencialmente diferentes, a original (índios), as que imigraram voluntariamente (indo-europeus) e a importada à força (negros).³⁷

Índios e negros são descartados como inferiores e este discurso racista considera possível (mas não viável) apenas a mistura com o elemento lusitano, acrescentando, porém, que este representa apenas uma fração insignificante de uma população sobretudo mestiça, que por isso mesmo jamais poderá constituir uma nação uniforme, com cultura própria. Defende-se, então, "a necessidade de manter pura cada uma das raças" e a lealdade ao Estado:

37 *Der Urwaldsbote*, Blumenau, n.29, 18 jan. 1902. p.1.

Pretender formar com o cruzamento continuado de todos os diversos elementos que estão representados no Brasil uma nação culturalmente homogênea é realmente uma idéia desconcertante.

(...) A imigração européia, em primeiro lugar, só tem que se haver com o Estado brasileiro, e não com a nação brasileira que, afinal de contas, não existe. Ao Estado brasileiro dispensamos toda a consideração possível ... Os deveres com o Estado brasileiro não excluem os deveres para com nós mesmos. E o primeiro destes deveres é conservar pura a nossa raça e manter viva a nossa língua.

A crítica mais explícita ao ideal de branqueamento aparece de forma irônica, quando diz que pensar em uma nação brasileira formada de elementos distintos como num processo químico nada mais é do que uma falsa premissa, pois

diferentes nacionalidades ou raças não se deixam misturar numa proveta como se fossem substâncias químicas e daí se transformarem em novo corpo.³⁸

Nesta ótica, o único efeito possível do processo de miscigenação seria um “caos étnico (*Völkerchaos*) sem fisionomia e caráter”. Finalmente, a manutenção da pureza racial e da germanidade passa a ser justificada em nome do progresso, considerado fora de alcance de uma geração inferior produzida pela mistura de povos desiguais. A manutenção da germanidade, aqui, se refere explicitamente ao caráter diferenciado da sociedade teuto-brasileira, ou seja, a preservação da escola, da língua, dos costumes e até de algo tão imponderável como a índole da raça teutônica. A pureza racial, enfim, aparece como condição do progresso e da civilização, enquanto que a tendência à assimilação constitui indício de inferioridade racial e cultural daqueles que a praticam:

(...) os negros, como o conjunto de todas as raças e nações de baixo nível, adotam línguas e hábitos estranhos com mais facilidade do que as nações superiores (...). Os negros da América do Norte e do Sul, em período curto, adotaram a língua inglesa, portuguesa ou espanhola e es-

38 Der Urwaldsbote, Blumenau, n.30, 25 jan. 1092. p.1.

queceram seu idioma próprio. No caráter, contudo, permaneceram os mesmos, tal como seus antepassados na África. (...) os povos que com eles se misturaram levam consigo a sobrecarga indelével do caráter da mulatice (Mullaten-tum).³⁹

Este artigo procura contestar o que chama “a velha cantilena do perigo alemão”, afirmando uma identidade teuto-brasileira. Mas, ao mesmo tempo, acusa os “nativistas” que exigem o caldeamento dos alemães no conjunto da população brasileira, como pessoas injuriadas por sua raça, não faltando no texto referências a Chamberlain.

(...) são justamente os mulatos e mestiços os grandes arautos do nativismo. Estes elementos, que sentem a mancha escura da sua ascendência, tem uma aversão instintiva pela pureza racial; por isso eles exigem uma mistura ilimitada, a qual Stewart Chamberlain chamou de “impudícia contrária à natureza” (...).

Estas transcrições mostram a utilização de um jargão racista característico do pangermanismo, apesar das constantes negativas do editor quanto a sua possível filiação à Liga Pangermânica.⁴⁰ Este discurso racista se manteve invariável até a suspensão das publicações em língua alemã, em 1917.⁴¹ O pano de fundo a nortear a maior parte destes artigos eram as especulações de jornais brasileiros — entre eles o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro — acerca do “perigo alemão” e da necessidade de assimilação da população teuto-brasileira. O conhecimento da doutrina do branqueamento por parte da elite teuto-brasileira fica evidente e, em grande parte, os artigos racistas do *Der Urwaldsbote* eram respostas a essa mesma doutrina. A insistência da imprensa teuto-brasileira em apontar como viável um modelo suíço para o Es-

39 *Der Urwaldsbote*, Blumenau, n.57, 15 jan. 1908. p.1.

40 Na verdade, a negação da vinculação com a Liga se fez num contexto político, em que o editor do *Urwaldsbote* era acusado de anti-brasileiro e partidário da anexação do sul do Brasil à Alemanha. Por trás das acusações, estavam as questões políticas regionais e a predominância de elementos de origem alemã na administração e Câmara Municipal de Blumenau. Apesar disso, a simpatia do jornal pela ideologia pangermanista é óbvia.

41 A declaração do estado de guerra entre Brasil e Alemanha tirou de circulação a imprensa teuto-brasileira, que retornaria em 1919 mantendo-se na “defesa do *Deutschtum*”.

tado brasileiro, com a aceitação da diversidade étnica, implícita, por exemplo, nos textos que advogam a oficialização da língua alemã e da italiana, se chocou com a idealização de uma nação unívoca a ser formada por um amplo processo de mistura de raças.

A ideologia étnica teuto-brasileira pretendia o reconhecimento da individualidade enquanto grupo étnico pelos brasileiros. A Liga Pangermânica não só realizou uma propaganda que exacerbou o componente etnocêntrico desta ideologia, como também trabalhou com a categoria *Auslanddeutsche* — que simplesmente eliminou qualquer alusão à cidadania brasileira —, uma categoria usada num contexto imperialista, ainda que a palavra *Lebensraum* não estivesse presente de forma explícita.

Apesar do componente racial e etnocêntrico do discurso teuto-brasileiro acerca do *Deutschtum*, e da influência pangermanista, com suas investidas no sentido de marcar a “união de todos os alemães no mundo” em torno da idéia de uma pátria comum, não houve aceitação da categoria *Auslanddeutsche*, nem tampouco das pretensões colonialistas (num amplo sentido) da Liga. Mesmo antes da chegada dos pangermanistas, a imprensa teuto-brasileira procurava refutar o “perigo alemão”, expressando sua lealdade como cidadãos brasileiros.

“Os alemães não se deixam assimilar; os alemães querem construir um estado dentro do estado”. Estes e outros dizeres semelhantes, encontramos algumas vezes aqui, outras vezes ali, nos jornais brasileiros. Para eles, os descendentes de imigrantes não perdem sua língua e sua singularidade nacional de forma suficientemente rápida, substituindo-a pela língua e costumes dos nativos.

(...)

Os alemães estão longe de ser um estado dentro do estado (...). Para onde quer que os alemães emigram, se tornam leais cidadãos da nova pátria.⁴²

42 Blumenauer Zeitung, n.15, 9 abr. 1887. p.1.

Evidencia-se, num texto de 1887, a reação de representantes da elite teuto-brasileira às propostas assimilacionistas. O artigo em questão procura mostrar que, embora os descendentes de alemães “estejam ligados à sua pátria (Alemanha) com cada fibra do seu coração”, jamais se deixariam governar pela Alemanha. No entanto, em nome de uma condição étnica, é exigida a liberdade de manter as “qualidades alemãs”, num tom explicitamente etnocêntrico:

Porque vós (os brasileiros) sois tão fracos que não conseguem nos assimilar? Um rápido olhar sobre o caráter alemão em comparação com o brasileiro será de uma verdadeira infelicidade para o Brasil.

O viés etnocêntrico contém a proposta de que o Estado brasileiro, diante do grande número de nacionalidades presentes no país através da imigração, e pretendendo a continuidade do processo migratório, deveria seguir o exemplo da Suíça, onde três nacionalidades próximas mantêm sua individualidade, mas com uma visão do todo, de uma pátria.

Esta proposta contrariava todos os ideais do branqueamento, porque repudiava a assimilação, pregando a vinculação com o estado mas não com a nação brasileira, manifestando lealdade à “nova pátria” enquanto cidadãos participantes da vida brasileira. Este *Deutschbrasilianertum*, veiculado na imprensa, deu margem às interpretações sobre o “enquistamento étnico” e, por extensão, levou ao alerta sobre a possibilidade concreta de uma intervenção alemã no sul. Também não faltaram, por parte dos teuto-brasileiros, protestos contra tais especulações. Assim, no próprio *Der Urwaldsbote*, encontramos vários editoriais criticando telegramas norte-americanos publicados na imprensa brasileira, dando conta de uma possível invasão alemã no Brasil. Segundo o jornal, o barulho em torno do “perigo alemão” colocava os teuto-brasileiros sob suspeita, quando, de fato, são cidadãos exemplares, que pretendem apenas o reconhecimento da sua identidade e individualidade nacional; até porque os interesses do governo alemão nos estados do sul do Brasil estão ligados à política econômica e não ao colonialismo. A discussão em

torno desta questão foi interminável e, apenas como exemplo, pode ser citado um editorial do *Der Urwaldsbote*, intitulado “Brasilien, Deutschland und Nordamerika”, no qual o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, é acusado de fomentar a agitação anti-alemã, fazendo alarde acerca das comemorações do aniversário de Guilherme II, realizadas em Blumenau. Mais uma vez, o *Deutschtum* é desvinculado dos interesses do capitalismo alemão:

Para eles (os capitalistas alemães) importa muito pouco a conservação da língua alemã e o cultivo das tradições alemãs. Eles querem simplesmente fazer negócios, e com esta intenção, importa muito pouco acentuar o ponto de vista nacional alemão. Felizmente precisamos manter a índole dos nossos antepassados sem o auxílio dos capitais alemães. Mesmo sob a hegemonia do capital americano, o *Deutschtum* crescerá aqui muito bem, porque não tardará a vir a prosperidade econômica em primeira linha para os alemães, que como elementos ativos alcançarão só o bem. E quanto melhor materialmente instalados estiverem os alemães no Brasil, tanto melhores as perspectivas de, sem prejuízo da sua nacionalidade, manterem seus deveres como cidadãos brasileiros.⁴³

A mobilização da imprensa teuto-brasileira para defender a germanidade e, ao mesmo tempo, a cidadania brasileira, acabou sendo interpretada antes como indício, como prova real da existência de interesses separatistas e de apoio a uma provável intervenção alemã. Por outro lado, alguns fatos ocorridos nas áreas de colonização alemã foram interpretados como indícios deste risco à integridade territorial do Brasil. Mencionaremos apenas alguns, destacando, em primeiro lugar, a tentativa, em 1901, de estabelecer em Blumenau um partido político de características étnicas — denominado *Volksverein* — vinculado ao grupo que controlava o jornal *Der Urwaldsbote*. Para os partidários do *Volksverein*, estava sendo defendida a participação política dos colonos e seus direitos e interesses locais; para seus opositores, era mais uma evidência da ação pangermanista, com objetivos impe-

43 *Der Urwaldsbote*, n.32, 4 fev. 1905. p.1.

rialistas, visando ocupar um espaço político. Diante dos protestos o *Volksverein* ficou apenas no manifesto da sua criação.

O incidente envolvendo um navio de guerra alemão — o cruzador *Panther* — no porto de Itajaí (SC), também serviu como exemplo da ação imperialista do Kaiser. Neste incidente, marinheiros e oficiais do *Panther* desembarcaram em busca de um desertor, reconduzindo-o de volta ao navio, à força, sem o concurso de autoridades brasileiras; durante a ação, diversas pessoas da comunidade foram constrangidas e um súdito alemão, em viagem pelo Brasil, que auxiliou o desertor, desapareceu. A visita do navio mobilizou a população de origem alemã do Vale do Itajaí, motivou diversas comemorações, e o desfecho da visita, por isso mesmo, se inscreveu no âmbito do “perigo alemão”. Apesar da solução do caso no plano diplomático, o atentado à soberania brasileira recebeu críticas dentro e fora do país, nos princípios da doutrina Monroe. A notoriedade alcançada pelo “caso *Panther*” deve-se tanto ao fato de ter sido considerado um ato imperialista, como por causa da polêmica em torno da necessidade da assimilação dos teuto-brasileiros. As festividades que envolveram a visita do *Panther* e a minimização do episódio de deserção por parte da imprensa teuto-brasileira, pareciam confirmar, para muitos brasileiros, as intenções separatistas dos colonos.

No auge da propaganda pangermanista, também causou impacto a promulgação da Lei Delbrück — que dava aos imigrantes alemães e seus descendentes o direito formal de conservar a nacionalidade alemã. A afirmação da nacionalidade presente na ideologia étnica fez com que a concretização deste ideal por parte do II Reich assumisse, igualmente, um caráter separatista. Por outro lado, com base na realidade étnica vivida nas regiões de colonização — ou seja, com base no *Deutschtum* — alguns líderes teuto-brasileiros, desde Koseritz, ainda no século XIX, bem como alguns autores alemães que viajaram pelo sul, tentaram incentivar a corrente imigratória alemã para o Brasil. Tais tentativas — aliás de poucos resultados práticos — receberam críticas, com o argu-

mento de que um maior número de imigrantes alemães só viria agravar o enquistamento étnico dos colonos e atrasar ainda mais o processo de assimilação.

Finalmente, em 1913, foi lançado no Rio Grande do Sul um manifesto propondo a *Deutschbrasilianischer Bund* (União Teuto-brasileira), uma coligação dos descendentes de imigrantes alemães dos três estados do sul. A proposta de coligação recebeu divulgação na imprensa; sua finalidade,

(...) a união de todos os teuto-brasileiros, isto é, todos aqueles alemães que ainda tem em conta a língua alemã como sua língua materna, tenham eles nascido suíços, austríacos, russos, brasileiros, alemães ou nacionais que foram ou ainda são de outras nações, mas que tem sua pátria (Heimat) no Brasil.⁴⁴

Entre as tarefas a que se propõe a *Deutschbrasilianischer Bund*, destacam-se a assistência e proteção a imigrantes recém-chegados, aos colonos, enfim, àqueles que assumirem uma identidade teuto-brasileira. A definição da identidade é bem precisa, marcando o duplo pertencimento (a um grupo étnico e à cidadania — implicando na vinculação a uma pátria, o Brasil).

As relações entre teuto-brasileiros e a sociedade brasileira foram bastante tensas no período de atuação da Liga Pangermânica, culminando com os conflitos ocorridos durante a Primeira Guerra Mundial, ocasião em que esta população teve de assumir uma condição de minoria, sob a classificação estigmatizante de “estrangeira”, “não assimilada”, “enquistada”.

Acontecimentos como os relatos, as atividades da Liga Pangermânica, respaldadas numa retórica racista e expansionista, a existência do *Deutschtum*, o próprio processo de colonização, além das denúncias americanas e francesas acerca dos possíveis interesses alemães na América do Sul e, não menos importante, os próprios ideais nacionalistas brasilei-

⁴⁴ O manifesto foi publicado na íntegra pelo *Der Urwaldsbote*, n.24, 20 set. 1913, p.1.

ros, especialmente aqueles que viam na imigração européia a forma mais rápida de “branquear” o país — todos estes fatores contribuíram para exacerbar os sentimentos nacionalistas de parte da elite brasileira, preocupada com um possível movimento de secessão no sul, apoiado pela Alemanha, ou, no mínimo, com a criação de um Estado dentro do Estado — alusão às diferenças étnicas e culturais dos teuto-brasileiros.

A assimilação sempre se colocou como necessária, tendo em vista a integridade da nação, mas alguns autores brasileiros assumiram postura nitidamente xenofobista em relação a esta questão. Entre eles, destaca-se Silvio Romero, que em 1906 escreveu um texto onde denuncia a colonização alemã no Brasil como exemplo do expansionismo germânico e como ameaça à integridade do Estado.

Sendo um dos formuladores da tese do branqueamento, Romero não hesita em propor uma assimilação à força,⁴⁵ preocupado com o desequilíbrio racial e econômico entre o norte (de população mais escura e atrasado) e o sul (com uma população mais branca e adiantada). Significativamente, faz uma analogia do bárbaro germânico, invasor e destruidor do Império Romano, com o colono enquistado e ameaçador da integridade do estado e da nação. Enfim, o colono tornou-se, para Romero, uma espécie de agente local do imperialismo alemão.

A preocupação excessiva com o “perigo alemão”, evidentemente, acabou sendo criticada, inclusive nos meios políticos.⁴⁶ Mas a preocupação com a questão assimilacionista era geral.

O conflito entre o *Deutschtum*, inclusive na sua versão pangermanista, e o ideal nacionalista brasileiro predominante no início do século, com suas teses sobre o branqueamento

45 Algumas das soluções propostas por Romero em 1906 seriam adotadas durante a campanha de nacionalização, no Estado Novo, como, por exemplo, a proibição do uso da língua alemã, a obrigatoriedade do aprendizado da língua portuguesa, a extinção da rede escolar teuto-brasileira, a introdução de brasileiros nas colônias com a tarefa de proceder à assimilação, etc.

46 Cf. MUNHOZ, Alcides. *A teutophobia do dr. Sylvio Romero*. Curitiba: Liv. Econômica, 1910; BAYMA, Celso. *Colonização alemã em Santa Catarina*, Rio de Janeiro: Pap. Typ. Noite, 1919.

da população, resulta tanto de uma divergência acerca dos conceitos de nação e nacionalidade como, paradoxalmente, do fato de que ambas as ideologias têm o mesmo ideal de nação.

O *Deutschtum* foi concebido por teuto-brasileiros a partir dos ideais nacionalistas alemães, anteriores à unificação da Alemanha; sua concepção de nação não incorpora, necessariamente, um território. Neste sentido, é possível ser um alemão — no seu significado nacional e étnico — mesmo na condição de cidadão de outro país. A definição de teuto-brasileiro dada no manifesto da *Deutschbrasilianischer Bund* expressa esta concepção. Assim, a Lei Delbrück apenas formalizou uma identidade nacional assegurada pelo direito de sangue. Trata-se, evidentemente, de uma concepção de nação inteiramente desvinculada da idéia de Estado — e por isso mesmo considerada legítima enquanto expressão de uma identidade separada da cidadania.

No Brasil prevaleceu o ideal do *jus soli* — nacionalidade e cidadania se complementam, não sendo reconhecida a chamada “dupla nacionalidade”. Não há, portanto, possibilidade de aceitação de uma identidade teuto-brasileira nos termos propostos pelo *Deutschtum*.

O modelo idealizado de nação, então presente no discurso nacionalista brasileiro, estava vinculado à concepção de estado nacional; um modelo europeu, aproximado da definição dada por Mauss:

Nós entendemos por nação uma sociedade material e moralmente integrada, com poder central estável, permanente, com fronteiras determinadas, com relativa unidade moral, mental e cultural dos habitantes, que aderem conscientemente ao Estado e suas leis.⁴⁷

A definição de Mauss enfatiza a sociedade política, a cidadania, a própria idéia de pátria, a unidade. A versão consagrada pela ideologia do branqueamento, porém, pressupõe que o Brasil, como nação ainda em formação, só atin-

47 MAUSS, Marcel. *Oeuvres*. Paris: Minuit, 1969. v.3, p.584.

giria sua verdadeira unidade na medida em que a heterogeneidade étnica pudesse ser superada através de um amplo processo histórico de caldeamento racial e de assimilação irrestrita.

As divergências em relação às concepções defendidas pelos pangermanistas, como pelo *Deutschbrasilianertum* (tal como aparecia nas publicações teuto-brasileiras) são óbvias. No discurso teuto-brasileiro a nação alemã aparece como entidade fundamentada na idéia de um povo de origem comum, que possui um caráter, uma índole, uma *Kultur* germânicas, que devem ser preservados mesmo por aqueles que se tornaram cidadãos de outros países, pela emigração; esta preservação significa, antes de tudo, a defesa da endogamia.

São divergências irreconciliáveis, exatamente porque tem um ponto em comum — a crença de que a unidade nacional está relacionada à homogeneidade racial e lingüística que, por sua vez, produzem uma civilização que se confunde com a nação. Ou seja, ambas as ideologias incorporaram um ideário nacionalista, comum no século XIX, que equacionava a nação com uma raça, uma língua, uma cultura! Mas admitiam, antes de qualquer outra coisa, o primado da raça.

Segundo Mauss, “a raça cria a nacionalidade em um bom número de espíritos”. (p.595). Nada mais verdadeiro do que esta assertiva, aplicável a ambas as ideologias aqui analisadas. Assim, o redator do *Urwaldsbote* afirmava que o Brasil não era uma nação porque não existia um povo e muito menos uma raça brasileira. Ao dizer isto, não estava contrariando aqueles que formularam a tese do branqueamento, na medida em que estes visualizavam na sociedade brasileira um processo histórico de formação de uma raça branca, pela miscigenação, que, no futuro, seria a base da nacionalidade. O ponto de divergência estava, pois, na recusa à assimilação expressada através de diversas publicações teuto-brasileiras, com o jornal *Urwaldsbote* assumindo uma postura mais radical, sob influência direta do pangermanismo. Sem dúvida, esta foi a divergência fundamental, ainda que, para os brasileiros, os imigrantes alemães e seus descendentes constituíssem os únicos preconceituosos deste confronto.

Na verdade, a recusa à assimilação era justificada pelos teuto-brasileiros com base na mesma crença que serviu de suporte ao ideal do futuro Brasil branco: a da inferioridade das raças negra e mestiças que constituíam, ao final do Império, a maioria desqualificada da população brasileira. Seja na versão pangermanista, seja na do *Deutschbrasilianertum*, os teuto-brasileiros eram considerados parte de uma nação alemã, concebida como entidade supra-estatal, porque pertencentes à uma suposta raça original teutônica, superior. Esta visão etnocêntrica e racista recusava qualquer participação no processo de assimilação e caldeamento pretendido por aqueles que desejavam branquear o país. Estes, por sua vez, consideravam o processo legítimo e possível porque acreditavam que a sociedade brasileira estava isenta de preconceitos raciais.

O discurso racista mais radical — no qual o conceito de raça superior é utilizado como “critério científico” para justificar a subordinação, o controle e a desqualificação social das raças consideradas “inferiores” — permeia tanto os discursos sobre o branqueamento, como os que defendem o *Deutschtum* na sua versão teuto-brasileira. No caso de publicações como o *Urwaldsbote*, temos uma retórica racista plenamente assumida, emprestada de autores como Chamberlain e outros identificados com os objetivos da Liga Pangermânica; no caso do branqueamento, a retórica racista se diluiu na crença de que os brasileiros não têm uma “questão racial” a resolver porque aceitaram a mestiçagem, mas, ao mesmo tempo, admitia que todos os não brancos são “raças inferiores”, órfãs de civilização e de cultura, destinadas ao desaparecimento progressivo.

As publicações teuto-brasileiras, mesmo o *Urwaldsbote*, não assumiram plenamente as propostas da Liga Pangermânica, e seu ideal de germanidade estava longe de corresponder ao conceito de *Auslanddeutsche*. No entanto, defendiam a preservação do grupo étnico e a endogamia com critérios etnocêntricos onde não faltavam alusões à superioridade racial e cultural dos alemães. O discurso étnico teuto-brasileiro

do início do século propunha um pluralismo étnico/nacional cujo reconhecimento foi exigido do Estado brasileiro. Não existia qualquer proposta separatista de ordem política, como chegou a ser pensado por segmentos da elite brasileira preocupados com o “perigo alemão”, mas sim a identificação do grupo étnico com uma nação alemã definida por parâmetros raciais e culturais. Trata-se, nem mais nem menos, da concessão de caráter nacional sugerida por Handelmann, em 1859, como necessária à implementação de uma imigração alemã para o Brasil.

A entrada dos propagandistas da Liga Pangermânica nas chamadas “colônias alemãs” do sul do Brasil coincidiu com o período de afirmação de uma etnicidade teuto-brasileira, em grande parte construída por uma elite interessada na plena participação política dos descendentes de imigrantes. Exigiam um estado pluralista, com o conseqüente reconhecimento das diferenças de ordem étnica, assim como a plena cidadania brasileira, traduzindo-se essa posição na própria categoria de identificação. Apesar de construir essa identidade por oposição aos outros brasileiros — como são construídas, em geral, as identidades étnicas — a partir de critérios etnocêntricos de superioridade racial, bem ao estilo pangermanista, foi possível para esta elite considerar as especulações sobre o “perigo alemão” como fantasiosas, porque a cidadania brasileira estava suficientemente privilegiada. O confronto com o nacionalismo brasileiro, porém, se tornou inevitável, menos pela inspiração de ordem racial da ideologia teuto-brasileira e mais pela insistência nas diferenças étnicas, que contrariava os ideais assimilacionistas da nação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ABRANTES, Visconde de. Memória sobre os meios de promover a colonização. *Revista de Imigração e Colonização*, v.2, n.2/3, 1941.
- 2 ALEMÃES no Brasil. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1905.
- 3 ASSIER, Adolphe d'. *Le Brésil contemporain*. Paris: Durand & Lauriel, 1867.
- 4 BANTON, Michael. *The idea of race*. London: Tavistock, 1977.
- 5 BARTH, Fredriè. *Ethnic groups and boundaries*. London: Allen and Unwin, 1969.
- 6 BAYMA, Celso. *Colonização alemã em Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Typ. Norte, 1919.
- 7 BLUMENAUER ZEITUNG, n. 15, 9 abr. 1887.
- 8 BURROW, L.W. *Evolution and society: a study in Victorian social theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.
- 9 CARNEIRO, J.F. *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Filosofia, Cadeira de Geografia, 1950.
- 10 CARVALHO, Augusto de. *Estudo sobre a colonização e a imigração para o Brazil*. Porto: Typ. Commercio do Porto, 1874.
- 11 CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 29. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.
- 12 DUTOT, S. *France et Brésil: notice sur Dona Francisca* par M. Aubé. Paris: Garnier, 1859.
- 13 EXPILLY, Charles. *La traite, l'emigration et la colonisation du Brésil*. Paris: Guillaumin, 1865.
- 14 GLAZER, N.; MOYNIHAN, D.P. *Ethnicity: theory and experience*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1975.
- 15 GOBINEAU, Arthur de. *Essai sur l'inégalité des races humaines*. Paris: Firmin Didot Frères, 1853.
- 16 HANDELMANN, H. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.
- 17 HANKINS, F.H. *La race dans la civilisation*. Paris: Payot, 1935.
- 18 HARRIS, Marvin. *The rise of anthropological theory*. New York: Harper & Row, 1968.
- 19 LACERDA, J.B. *O Congresso Universal das Raças reunido em Londres*. Rio de Janeiro: Pap. Macedo, 1912.
- 20 ———. *Sur les métis au Brésil*. Paris: Impr. Devouge, 1911.
- 21 MARCHANT, Alexander. Writings in English, French, Italian and Portuguese concerning the German colonies in Southern Brazil. In: *HANDBOOK of Latin American Studies*: 1938. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1939.
- 22 MAUSS, Marcel. *Oeuvres*. Paris: Minuit, 1969. v.3.

- 23 MENEZES E SOUZA, J.C. **Theses sobre a colonização do Brasil.** Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1875.
- 24 MUNHOZ, Alcides. **A teutophobia do dr. Sylvio Romero.** Curitiba: Liv. Econômica, 1910.
- 25 OLIVEIRA VIANA, F.J. **Evolução do povo brasileiro.** São Paulo: Nacional, 1938.
- 26 ———. **Populações meridionais do Brasil.** 5.ed. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1952.
- 27 POLIAKOV, Leon. **O mito ariano.** São Paulo: Perspectiva, 1974.
- 28 REYBAUD, Charles. **Le Brésil.** Paris: Guillaumin, 1856.
- 29 RODRIGUES, R. Nina. **Os africanos no Brasil.** 5.ed. São Paulo: Nacional, 1977.
- 30 ———. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil.** São Paulo: Nacional, 1938.
- 31 ROMERO, Silvio. **O allemanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar.** Rio de Janeiro: H. Ribeiro, 1906.
- 32 ———. **O elemento português no Brasil.** Lisboa: Typ. Nacional, 1902.
- 33 ———. **História da literatura brasileira.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1943.
- 34 SEYFERTH, Giralda. **A antropologia e a teoria do branqueamento da raça no Brasil.** *Revista do Museu Paulista*, N.S., São Paulo, v.30, 1985.
- 35 ———. **Colonização e conflito: estudo sobre motins e desordens numa região colonial de Santa Catarina no século XIX.** *Comunicação*, São Paulo, n. 10, 1988.
- 36 ———. **Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão bibliográfica.** *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 25, 1988.
- 37 ———. **Nacionalismo e identidade étnica.** Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
- 38 SKIDMORE, T.E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- 39 DER URWALDSBOTE, Blumenau, 1901-1913.

PRECONCEITOS DE SANGUE

RENÉ E. GERTZ

Professor do Departamento de História, PUC/RS e UFRS.

RESUMO

O texto defende a tese de que a situação nas regiões de colonização alemã no sul do Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, nas décadas de 1930/40, só pode ser entendida se levarmos em conta os preconceitos contra "alemães" enraizados na tradição brasileira. A historiografia sobre o assunto incorporou em parte estes preconceitos e só alguns trabalhos historiográficos deram tratamento adequado ao tema.

Um capítulo de *Sacralização da política*¹, de Alcir Lenharo, fornece ao mesmo tempo o título e um "gancho" para algumas considerações em torno da história e da historiografia sobre a situação política e cultural nas chamadas regiões de imigração e colonização do Rio Grande do Sul nas décadas de 1930/40. Em seu livro *O fascismo no sul do Brasil*² e em outros textos menores tenho estudado a situação nas regiões de colonização alemã sob a perspectiva da presença do germanismo, do nazismo e do integralismo no período pré-Estado Novo e tenho afirmado que a importância de germanismo e de nazismo tem sido super-estimada e que a presença do integralismo pode ser explicada em grau muito satisfatório sem recurso à variável étnico-cultural, que domina todos os escritos sobre o tema. Variáveis sócio-eco-

1 LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus: Unicamp, 1986.

2 GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

nômicas e políticas permitem explicar a situação, podendo-se abstrair do fato de as populações destas regiões terem, em grande parte, sobrenomes alemães ou possuírem cabelos loiros e olhos azuis. Penso que, de fato, muitas vezes não é fácil, mesmo para autores que não costumam alimentar preconceitos, deixar de recorrer à variável étnico-cultural para explicar o que acontece nas décadas de 1930/40 nas regiões de colonização alemã, mas estou convicto de que, além de fatores objetivamente observáveis, esta tendência deriva de profundos preconceitos enraizados na tradição brasileira.

E neste sentido tomo a liberdade de discordar de Lenharo, quando destaca para o período citado a presença de preconceitos contra negros, judeus, japoneses, mas afirma que “aos alemães não são negados rasgados elogios pelo vigor de sua raça, apreciações que apenas arrefecem e moderam-se durante o período da guerra.”³

Isto pode ser válido em algum grau quando se lêem apenas textos produzidos fora dos estados sulinos e em instâncias próximas do governo federal. Utilizei o termo “ambivalência” para caracterizar a postura de muitas autoridades federais. Muitos políticos — e aí se inclui sem dúvida o próprio Vargas — viam os fantasmas à solta no sul do Brasil. Para eles, os imigrantes alemães que vieram ao Rio Grande do Sul a partir de 1824 já naquela época eram portadores de instruções incisivas para que se distribuíssem estrategicamente pela região, que interligassem suas residências com túneis secretos e doutrinassem seus descendentes para sabotar a nação brasileira — tudo para facilitar o trabalho do messias que viria uns 110 ou 120 anos depois. O diabo é que, ao mesmo tempo em que estes fantasmas povoavam as cabeças dos políticos brasileiros, eles tinham um projeto político-econômico com a Alemanha, desencadeado no início da década de 1930 e que corria sério risco caso fossem tomadas medidas contra as populações de origem alemã no

3 LENHARO, p.113.

sul do país — daí os elogios e as bajulações que Lenharo encontrou.

Sem conhecimento específico, arrisco a opinião de que as mesmas concepções fantasmagóricas em torno das populações de origem japonesa puderam alçar vôo livre, porque não existia um projeto, ao menos de importância significativa, que envolvesse o relacionamento do governo brasileiro com o governo japonês.

Bastaria, porém, a Lenharo olhar para os textos e as manifestações surgidas muito antes da guerra em Santa Catarina para certificar-se do erro de sua avaliação. Mostrei no meu livro que, entre muitas outras razões, isto tem a ver com um “dualismo estrutural” sócio-econômico em Santa Catarina, onde há um confronto de longa data entre as regiões latifundistas e as regiões caracterizadas pelo binômio manifúndio/indústria. No Rio Grande do Sul este dualismo parece ter sido menos acentuado até a década de 1930, começando, porém, neste momento um fenômeno que, *mutatis mutandis*, se assemelha ao de Santa Catarina, como procurei mostrar em um pequeno texto mais recente⁴.

Algum tempo atrás assisti a uma palestra do Prof. Jeff Lesser, do Occidental College de Los Angeles, o qual se dedica ao problema da imigração judaica e do anti-semitismo neste mesmo período. Desculpando-se pelo seu português, disse que em torno da questão da entrada e da presença de contingentes judeus no Brasil reinava uma grande “confusão”. Respondi-lhe que o termo, mesmo que soasse pouco acadêmico, reproduz muito bem o que acontecia também em relação às populações de origem alemã. Por um lado não havia como negar a contribuição destas populações para a colonização e o desenvolvimento econômico do sul do país e ainda os grandes interesses em jogo no crescente relacionamento diplomático e econômico com a Alemanha. Por outro lado

4 GERTZ, René E. Nazismo, fascismo, integralismo e o apoio das oligarquias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina ao Estado Novo. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v.14, n.1, p.21-30, 1988.

havia a convicção enraizada do caráter antibrasileiro destas mesmas populações, o que teria favorecido a infiltração maciça de agentes de “credos alienígenas”.

Parece que mesmo pessoas de confiança que apontavam para uma realidade diferente não conseguiam modificar muita coisa nesta visão. O escritor alemão Wolfgang Hoffmann-Harnisch havia escrito um livro laudatório chamado *O Brasil que eu vi: retrato de uma potência tropical*, prefaciado por Lourival Fontes⁵. Antes de se lançar a um livro sobre o Estado Novo resolveu, segundo ele próprio conta, estudar mais profundamente o Rio Grande do Sul, para conhecer o ambiente dentro do qual foi gestada a figura máxima do regime, o presidente Vargas. Deste seu estudo resultou um extenso volume sobre *O Rio Grande do Sul: a terra e o homem*⁶, onde relata suas observações feitas em longa viagem pelo Estado. A certa altura reproduz uma conversa com uma pessoa que fora durante anos professor em Estrela, um dos municípios típicos de colonização alemã. Hoffmann-Harnisch reproduz as palavras desta pessoa entre aspas:

‘Já pelo ano de 1930, ou pouco depois, o português era empregado quase exclusivamente como língua de ensino. Os alunos da cidade falavam o vernáculo correntemente, ao passo que os das colônias dos arredores perguntavam, por vezes, pela significação dessa ou daquela palavra, que a gente lhes traduzia em alemão. O que mais repetidamente sucedia, e é bem característico este particular, é que, durante o ensino religioso, que era ministrado exclusivamente em alemão, os alunos da cidade (vila, naquele tempo) perguntassem ao professor o sentido de certas expressões, pedindo lhas explicasse em português, pois não as entendiam em alemão. A grande maioria dos alunos da cidade só dominava as expressões e frases mais primitivas da conversação diária no idioma dos pais. Entre si falavam só o português. Entretanto, o português dominou quase por completo todas as camadas sociais. Veja, por exemplo, aquele senhor de idade que vai caminhando

5 HOFFMANN-HARNISCH, Wolfgang. *O Brasil que eu vi: retrato de uma potência tropical*. São Paulo: Melhoramentos, 1938.

6 HOFFMANN-HARNISCH, Wolfgang. *O Rio Grande do Sul: a terra e o homem*. Porto Alegre: Globo, 1941.

ali! Chegou aqui faz meio século. Fala hoje ainda melhor o alemão do que o português. Mas os filhos dele — e são dez —, dos quais diversos freqüentaram minha escola, não vão muito no alemão. Atrapalham-se. Quando em grande número de escolas da região chamada alemã o professor ensinava em alemão, regularmente, — em Estrela era preciso dominar, perfeitamente, ambas as línguas. Constitui, por certo, uma vantagem; mas tem também sua face desfavorável, como é óbvio (sic, quanto às duas últimas frases — REG). Sempre o Senhor poderá reparar o seguinte: se se dirigir às pessoas em alemão, responder-lhe-ão em alemão; mas logo que a palestra enveredar para assuntos mais abstratos, quando for preciso expressar algum pensamento mais complicado, inconscientemente passam para o português, porque é a língua que lhes corre melhor, mais fluentemente. E mesmo nas zonas rurais já se poderá verificar a mesma coisa. É verdade que nas cidades as famílias de elite e de destaque social, principalmente as da classe comercial, fazem questão que seus filhos aprendam e saibam a língua germânica. É o que, aliás, também acontece nas famílias de origem inglesa, que instam pelo cultivo do inglês. Lá como cá dizem a mesma coisa: uma língua a mais — uma vantagem a mais na luta pela vida! E por motivos de ordem prática que a gente faz questão de ser poliglota; e interesses comerciais e sentimentos nacionais fundem-se em estranha ideologia. Mas, para as camadas médias e inferiores do povo, para a grande massa de operários e trabalhadores, o que vale é a lei sociológica: — A língua é uma consequência do Estado, e não uma pressuposição. Vá que a língua esteja inseparavelmente entrelaçada com o indivíduo — para as massas, porém, e no decurso das gerações, ela é determinada pelas condições e circunstâncias práticas da vida real'.⁷

Reproduzo este texto, apesar da extensão, por (independente de as palavras serem textuais de uma pessoa realmente entrevistada ou inventadas por Hoffmann-Harnisch a partir de suas observações) refletirem uma impressão contemporânea e por incluírem diagnósticos a que cheguei através das minhas investigações em outras fontes, antes de conhecer este texto. Não é preciso forçar uma leitura nas entrelinhas para concluir que o texto descreve uma sociedade

7 HOFFMANN-HARNISCH, O Rio Grande do Sul, p.371-372.

absolutamente normal em região de colonização alemã, uma sociedade em que permanecem traços culturais determinados pela origem — e se não os houvesse, caberia perguntar com urgência pelas razões desta anomalia ao reverso —, traços lingüísticos, por exemplo, mas que não permitem a ninguém concluir pelo monolitismo desta sociedade condicionado por uma firme solidariedade étnica, pois há três grupos bem distintos: os camponeses, onde se mantém a língua, por razões óbvias, sem que isto, no entanto, decorresse de uma vontade expressa, de uma decisão baseada em algum valor; a classe média, onde os traços físicos (eventualmente cabelos loiros e olhos azuis) certamente se mantêm por razões genéticas, mas que cada vez mais se afasta dos traços culturais, como a língua; e a elite, onde se encontram pessoas que cultivam de forma consciente a sua germanidade. Interessante que neste último caso o autor avance uma explicação econômica a que — apesar de tê-la sugerido — nunca me aventurei, por considerar que me faltava um embasamento empírico mais consistente, pois existem também casos notórios de famílias de elite que abandonaram e até renegaram a sua germanidade.

Claro, não seria um breve texto de Hoffmann-Harnisch que destruiria preconceitos acumulados em muitos decênios e além disso é preciso admitir que havia os ideólogos do germanismo fazendo a sua propaganda, aqui e ali podia ver-se até algum uniforme nazista desfilando pela rua ou bandeiras nazistas em festas e solenidades, e mais, em Santa Catarina os integralistas haviam tomado o poder nos principais municípios do vale do Itajaí, em Joinville e em São Bento. Neste sentido não teria adiantado que algum observador mais atento chamasse a atenção para o fato de que nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul só tivessem feito um minguado vereador em Novo Hamburgo.

Não trato, portanto, esta questão a partir de uma perspectiva normativa. Admito que para os contemporâneos não era fácil achar para tudo isto uma explicação outra que o fato de as pessoas se chamarem Schmidt ou Schneider. Pre-

tendo apenas mostrar alguns exemplos de concepções preconceituosas e seus efeitos. Por outro lado, porém, penso que os preconceitos foram, muitas vezes, internalizados por cientistas que se debruçaram como estudiosos sobre este assunto e pretendo também neste sentido apresentar exemplos, estes sim com a intenção normativa de desmontá-los, pois sou de opinião que como cientistas não somos imunes aos preconceitos, mas temos a obrigação de procurar conscientizar-nos deles, minimizá-los e desmontá-los.

Passemos então a alguns exemplos que denotam a presença de preconceitos enraizados e que, claro, se manifestaram de forma mais incisiva durante a guerra. Começamos pelo interventor do Rio Grande do Sul, Cordeiro de Farias. Em suas memórias conta, além das coisas que todo mundo contava sobre separatismo, infiltração nazista etc., que tentou ajudar esta massa abrasileira também na área da saúde, pois

O problema era curioso. Vinham da Alemanha pessoas com curso de enfermagem, massagistas etc. e, entre os descendentes de alemães, passavam por médicos. Como eram incompetentes, atraíam os médicos brasileiros recém-formados ou sem clientela própria para operar no lugar deles. O doente entrava na sala de operações e encontrava um alemão em quem confiava. Assistia àquela encenação toda, lavagem de mãos, preparação dos instrumentos, roupa especial etc. Mas depois da anestesia quem operava mesmo era o médico brasileiro, que recebia uma parcela dos honorários do falso médico alemão. Evidentemente, esta situação aberrante criava entre os brasileiros uma grande revolta e por isso mesmo forneceu muitos aliados à nossa causa.⁸

Estudo há vários anos a história da imigração alemã no Rio Grande do Sul e nunca ouvi qualquer referência a este respeito como fenômeno generalizado — é claro que um fato isolado desta natureza pode ter ocorrido, dando origem à lenda. Mas se o próprio interventor acreditava neste tipo de

8 CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walter de (ed.). *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. p.274.

lenda, é de pressupor que ela fosse tacitamente aceita por muita gente que tivesse menos acesso a informações objetivas do que o governador do estado.

Cordeiro de Farias acreditava sinceramente no que dizia. Sentia pena das populações que não tinham tido a sorte de serem “brasileiras” como ele:

Mas não são eles tão felizes como nós. Aquela velha política de liberdade em relação aos seus costumes e à sua língua, que se justifica na época para com os ascendentes, prosseguiu sem razão em face dos descendentes, que, brasileiros de fato, e de direito, permaneceram em grande parte separados de nós pelo idioma e pelos hábitos.⁹

Como Cordeiro de Farias enxerga aqui um Rio Grande do Sul verdadeiro, “nosso”, ao qual contrapõe o “outro”, o falso, são tomadas medidas dos mais diferentes tipos e entre elas a de trazer anualmente meio milhar de “coloninhos” para passarem a semana da pátria em Porto Alegre, na casa de boas famílias de “velha cepa lusitano-açoriana-paulista” para assim se integrarem ao verdadeiro Rio Grande do Sul e Brasil. Não estou inventando. Num livro publicado a respeito do assunto em 1940 a Prof.^a Olga Acauan Gayer, diretora geral da instrução pública, diz textualmente sobre os objetivos da vinda dos “coloninhos” para Porto Alegre:

Na intimidade de lares genuinamente brasileiros, ao calor da afetividade característica de nossa gente, há de surgir espontânea uma compreensão recíproca, propiciando a adesão consentida ao passado e aos destinos da nacionalidade.¹⁰

O efeito deste tipo de discurso foi a liberação dos preconceitos, sobretudo depois da entrada do Brasil na guerra, e Cordeiro de Farias recebeu uma carta de Taquara assinada pelo prefeito, pelo juiz de direito, pelo delegado de polícia,

9 FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. **Nacionalização**: dois discursos. [s.l. : s.n.], 1941.

10 LENZI, Branca Regina (org.). **Os coloninhos**: Semana da Pátria, 1940. Porto Alegre: Globo, 1940. p.48. O grifo é meu.

pelo promotor público, pelo juiz municipal, por toda a diretoria municipal da Liga de Defesa Nacional e por outros cidadãos, nos seguintes termos:

No momento em que o Brasil reconhece o estado de guerra com o Eixo, o povo deste município reclama com veemência e justiça, a mudança do nome do Grupo Escolar Rudolf von Ihering, desta cidade, para que nada lembre ou evoque a Alemanha. Vimos respeitosamente à presença de V. Excia. pedir a substituição do dito nome por outro, genuinamente brasileiro, a critério do digno governo do Estado.¹¹

Imagine-se a caçada que devem ter sofrido no município os cidadãos de carne e osso que se chamassem Schmidt ou Schneider se até o espírito do velho cientista era caçado com tanto ardor. Cordeiro de Farias, para não liberar ainda mais os instintos contra “eles”, teve de dar um basta! Respondeu:

Estes dias de conscientes e supremas responsabilidades para o Brasil são de tal grandeza e de tamanha transcendência histórica, que não é lícito lhe venha turvar a magnitude as pequeninas vozes da suspeita, da discórdia e do dissídio entre patrícios. O patriotismo dos brasileiros é um longo estuário de amor à Pátria e de tal empenho em prol da nossa soberania, onde confluem os contingentes de todas as origens, todas as crenças, todas as latitudes. (...) Andar joieirando, com absurdo critério, na grafia dos apelidos o bom do mau brasileiro é mais que uma insensatez, é um crime. Quem ousará riscar das crônicas do nosso passado heróico os nomes de Mallet, Garibaldi e Niederauer? ... Assim considerando, mantenha-se na escola da cidade de Taquara o nome do ilustre filho desse município, Rudolf von Ihering.¹²

Cordeiro de Farias considerou prudente levar ao próprio Vargas sua preocupação com a política de liberação e incentivo aos preconceitos praticada até então: “O caso de Taquara

11 DAUT, José Carlos. *Brasileiros de cabelos loiros e olhos azuis*. Porto Alegre: [s.n.], 1952. p.12.

12 DAUT, p.14.

deu ensejo a que o Governo do Estado traçasse uma norma geral de conduta, que teve a mais ampla repercussão.”¹³

Interessantemente leio num relatório das atividades de 1943 da Liga de Defesa Nacional no Rio Grande do Sul que o orador oficial do núcleo da mesma em Novo Hamburgo era Alfredo Marotzky.¹⁴ Era um cidadão de sorte! Chamava-se Marotzky (e não Schmidt ou Schneider) e seu discurso sempre tinha sido profundamente patriótico, como cabia a um destacado ex-integralista, que durante os anos de 1936/37 fora um dos editores do jornal integralista *Der Kampf*, publicado naquela cidade. Ter sido integralista não era perigoso — desde que não fosse “alemão”!

Bastam estes exemplos para ilustrar o que pretendo dizer. Os fatos citados refletem preconceitos profundamente arraigados, que têm sua origem na virada do século, ou antes, quando iniciou o discurso sobre o “perigo alemão”, bem antes da Primeira Guerra, o que pode ser exemplificado por textos como o de Sylvio Romero sobre *O allemanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjugar*, seguidos na época da guerra por outros como *O pangermanismo no sul do Brasil* de Raul Darcanchy. Mais próximo da Segunda Guerra constituem exemplos marcantes os escritos de Gilberto Freyre em defesa do lusitanismo, em expressa posição de combate ao germanismo.¹⁵

Passemos então para alguns exemplos de trabalhos acadêmicos, para ver como esta questão vem sendo tratada na bibliografia científica.¹⁶

Creio que nesta categoria de textos não há nenhum que tenha qualquer intenção maldosa, mas alguns incorporaram

13 Carta de Cordeiro de Farias a Getúlio Vargas, 2 set. 1942. (CPDOC).

14 PIMENTEL, Fortunato (org.). *Liga de Defesa Nacional: atividades de 1943* (Diretório Regional do Rio Grande do Sul). Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1944. p.201.

15 ROMERO, Sylvio. *O allemanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjugar*. Rio de Janeiro: H. Ribeiro, 1906. DARCANCHY, Raul. *O pangermanismo no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1915. FREYRE, Gilberto. *O mundo que os portugueses criou*. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1940. FREYRE, Gilberto. *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

16 Farei referência apenas a trabalhos não analisados em meu livro *O fascismo no sul do Brasil*.

os preconceitos correntes, quase sempre por utilização acrítica da documentação. Alguns autores simplesmente recorrem a documentos como os citados e, sem qualquer crítica interna ou confronto com documentos alternativos, elevam uma fonte policial tendenciosa e parcial, por exemplo, ao status de verdade “pesquisada”.

Qualquer pesquisador ao utilizar as fontes policiais deve partir de alguns pressupostos. Para o Rio Grande do Sul são decisivas nesta categoria de fontes as milhares de páginas de Aurélio da Silva Py. A documentação é importante e não há porque duvidar de sua autenticidade, mas toda pessoa que vai utilizá-la deve partir do pressuposto, por exemplo, de que um delegado de polícia nomeado para o interior do estado com o objetivo específico de combater as hordas nazistas não pode — até sob pena de perder seu emprego — chegar ao local e fazer um relatório dizendo que no município não há nenhum nazista e muito menos hordas de nazistas. Se eles não existem, precisam ser inventados, ou ao menos serem inventados indícios de sua existência, para justificar o salário. E, encontramos nos livros de Py relatórios deste tipo. O subdelegado de Pindorama (Cruz Alta) descobriu que o pastor Strothmann estava, numa picada a 15 km do local, “doutrinando, em idioma alemão, um grupo de 15 crianças, de idade variável entre 11 e 14 anos, todas **brasileiras**, embora filhas de pais de **origem teuta**”. Encontrou com as crianças literatura muito comprometedora (*Religionsbuch für Evangelische Schulen in Brasilien* e *Gesangbuch für die Evangelische Kirche in Württemberg*),¹⁷ que foi apreendida. O pastor apresentou documentos, inclusive assinados pelo titular do DOPS no Estado, protestando absoluta legalidade dos seus atos, e a autoridade policial ficou em dúvida: “A experiência da minha vida funcional me aconselha — para prevenir dissabores — a não interpretar, no seu espírito, os textos baixados pela alta administração policial.” O que procurava fazer era seguir os “objetivos aprovados pela mi-

17 Livro de religião para escolas evangélicas no Brasil e Hinário para a igreja de Württemberg, respectivamente.

nha consciência de cidadão brasileiro que, quanto mais observa o ambiente em que se encontra, mais convencido se torna da necessidade de 'abrasileirar' recantos como este." Portanto, em Pindorama não havia nazistas e muito menos hordas de nazistas e conseqüentemente o delegado deveria inventar algo que justificasse sua permanência e seu salário. Na ausência das hordas nazistas inventa outro serviço: vai "abrasileirar" esta gente.¹⁸

O pesquisador que se der ao trabalho de ler os escritos de Py com atenção e espírito crítico verá que no mínimo a metade dos fatos arrolados aconteceu antes da decretação do Estado Novo, sendo públicos e notórios e impossíveis de serem caracterizados como ilegais, pois não eram proibidos. Da metade restante talvez mais de 90% são fatos semelhantes ao acima relatado de Pindorama, práticas usuais de caráter cultural e religioso, práticas com uma tradição de muitas gerações. Apenas um percentual mínimo dos fatos apresentados representa casos de desobediência civil. Nenhum dos casos arrolados de desobediência civil ou de reação contra determinações governamentais tem, porém, caráter coletivo.

Recentemente foi publicado um extenso trabalho de Maria Luíza Tucci Carneiro sobre *O anti-semitismo na era Vargas*.¹⁹ Em certo trecho do livro a autora se refere ao integralismo e em especial ao anti-semitismo de Gustavo Barroso. Depois de descrever a obra anti-semita deste ideólogo integralista a autora se preocupa com a origem desta postura diagnosticando: "A gênese anti-semita das obras de Gustavo Barroso pode ser identificada a partir dos seguintes fatos: (...)." A seguir são arrolados três fatores que explicariam o anti-semitismo de Barroso. O segundo e o terceiro são, respectivamente, "a familiaridade com o conteúdo de obras tipicamente anti-semitas" e "a correspondência mantida por Gustavo Barroso com os dirigentes do nazismo

18 PY, Aurélio da Silva. A 5.ª coluna no Brasil. Porto Alegre: Globo, 1942. p.246-248.

19 CARNEIRO, Maria Luíza Tucci. O anti-semitismo na era Vargas, São Paulo: Brasiliense, 1988.

alemão". Penso que estes dois argumentos são argumentos tipicamente "circulares", mas não vou discutir isto aqui. Interessa-me o primeiro argumento, que na sua íntegra é o seguinte: 'Gustavo Barroso era filho de uma alemã de Württemberg, o que lhe valeu o sobrenome Dodt.'²⁰

O que faz a autora? Ela simplesmente eleva ao status de científico o que críticos e opositores de Barroso faziam ao chamá-lo pejorativamente de "João Dodt". Mas isto explica alguma coisa? Não conheço a biografia de Barroso em detalhes, mas (se não me falha totalmente a memória) ele conta em algum lugar que a mãe veio ao Brasil com 16 anos — ainda no século XIX e portanto um bom tempo antes de Adolf iniciar suas estrepolias pela Alemanha —, casou com alguém que não pertencia a nenhuma "colônia alemã" e não deve ter tido muito zelo pela sua germanidade, pois o filhote Gustavo não sabia nem dizer "água" em alemão e ainda desenvolveu um ódio visceral contra as "minorias étnicas" do sul do Brasil, como se pode constatar em escritos seus anteriores a 1935. Quando — contra sua expectativa — viu que boa parte destas abomináveis "minorias" de Blumenau e Joinville simpatizaram com o integralismo, suspendeu este discurso e possivelmente decorou algumas frases em alemão, que utilizava como *captatio benevolentiae* ao iniciar alguma arenga naquelas cidades. Mas existe alguma validade científica, empírica ou lógica, no estabelecimento da correlação entre o fato "A" (mãe nasceu em Württemberg) e o fato "B" (filhote é anti-semita)?

Devo confessar em defesa de Tucci Carneiro que fiz uma experiência: submeti as duas páginas e meia de texto em que é tratado este assunto a vários colegas e perguntei se alguma coisa lhes chamava a atenção ou se discordavam de algum ponto do texto. Nenhum julgou que devesse fazer qualquer ressalva. Só quando lhes apontei o fato de que ali se encontrava uma afirmação preconceituosa, concordaram comigo.

20 CARNEIRO, p.356.

Isto mostra como internalizamos certas “verdades” ou certas “lógicas” e perdemos a capacidade de distanciamento crítico.

Há pouco também foi defendida na Universidade Federal Fluminense uma dissertação de mestrado intitulada *O governo federal e o partido nazista no Brasil*, de autoria de Esther Cohen. Como indica o título, a autora visa sobretudo caracterizar as medidas e a ação do governo federal frente ao partido nazista e suas bases de sustentação. Este assunto é tratado no terceiro capítulo e em várias passagens a autora procura mostrar o seu distanciamento crítico em relação ao que foi feito ou dito por fontes oficiais, colocando aspas, como para sinalizar que esta é a opinião do governo ou das autoridades, mas não necessariamente a da autora. Em certo trecho até alerta para a necessidade de cuidados com as fontes:

Devemos, no entanto, ficar atentos para as informações fornecidas pelos relatórios feitos na época pelos órgãos de segurança brasileiros, que, segundo alguns historiadores, davam informações fantasiosas a respeito do número de nazista no país.²¹

Apesar deste alerta, a autora arrola e utiliza para seus dois capítulos iniciais esta bibliografia como fonte primária e aí resvala à toda hora para a incorporação acrítica de informações fornecidas por esta bibliografia, como se fossem verdades definitivas. Assim a autora sabe que,

Os colonos alemães do sul do Brasil mantiveram contato com a economia, a cultura e a vida política alemãs, tornando, assim, mais fácil as possibilidades de sofrerem eles o condicionamento da ideologia nazi. Com isto após a entrada do Brasil na guerra “o Partido Nacional-Socialista, fortemente representado pela grande comunidade alemã residente no sul do país, representava um perigo evidente, principalmente, porque, naquele momento, os alemães passaram a ser, geralmente, espiões, sabotadores e

21 COHEN, Esther. *O governo federal e o partido nazista no Brasil*. Niterói, 1988. p.29. Dissertação.

traidores". (p. 24 e 131). E na conclusão: "A bibliografia de origem política e policial da época, juntamente com algumas análises de estudiosos do assunto, indicaram que a maior parte da população de origem alemã era de alguma forma ligada, filiada ou simpatizante do Partido Nazista no Brasil, embora nos seja difícil apresentar dados precisos sobre a veracidade desta afirmação. (...). Independente das incertezas em relação ao número preciso de adeptos da causa nazista, não tivemos dúvida de que esta teve grande expressividade e importância, principalmente no seio da comunidade de origem germânica". (p. 186-187).

O trabalho de Esther Cohen, no afã plenamente compreensível de alertar para as manifestações neonazistas no mundo e no Brasil, não consegue distanciar-se das suas fontes e procurar fazer, em primeiro lugar, um trabalho científico — que é o que esperamos de um trabalho acadêmico. Com isto não estou desmerecendo o trabalho, que representa uma contribuição significativa, em especial naqueles trechos em que — com base em fontes inéditas de arquivo — revela a ação legislativa e policial do governo federal contra o que considerava ações subversivas pró-Eixo. Mas o número de páginas dedicado à análise do contexto, isto é, à situação nas regiões de colonização alemã é tão significativo que não se pode simplesmente dizer que não constituam parte importante do trabalho.

A dissertação de Esther Cohen, sobretudo as passagens em que fala de espões, sabotadores e traidores, pode ter servido de "base científica" para um "Globo Repórter" da TV Globo (27-10-1989). Este programa — último de uma série sobre a Segunda Guerra Mundial — tratou dos reflexos da guerra sobre o Brasil. Um dos blocos do programa foi dedicado à espionagem nazista no país e se compunha de duas cenas. Na cena 1 foi focada a cidade de Blumenau e os telespectadores foram informados de que ali praticamente todo mundo era nazista; os poucos que não o eram inscreviam seus filhos na juventude hitlerista para não despertar reações desfavoráveis dos vizinhos. A cena 2 iniciou focando uma casa no Leblon (Rio de Janeiro), onde foi preso

um espião nazista; seguiram-se entrevistas com policiais da época sobre este espião e sobre a espionagem alemã em geral. Para que a cena 1 tivesse algum sentido dentro do programa o telespectador teve de estabelecer forçosamente uma relação entre as duas cenas, ou seja, na sua cabeça, assim que a guerra começou, os bandos de nazistas de Blumenau se transferiram em massa para os pontos estratégicos previamente destinados a cada um, principalmente as cidades portuárias, para espionar e para — como um jornalista da própria emissora ironizou — transmitir sinais a navios e submarinos nazistas com lanterninhas de pilha ou até lâmpadas de querosene. Se formos consultar os livros das autoridades policiais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina não encontramos ali nenhum caso que envolvesse cidadãos das chamadas “colônias” em atos de espionagem. Também nos estudos de Stanley Hilton sobre a espionagem nazista no Brasil não aparece nenhum Schmidt ou Schneider de Blumenau envolvido nem espiões que tivessem estabelecido suas bases de operação nesta cidade. O que Hilton comprovou foi que alguns cidadãos de nomes brasileiríssimos colaboraram com a espionagem nazista.²²

A utilização acrítica de documentos policiais, por exemplo, num trabalho acadêmico presta o perigoso desserviço de sacramentá-los como verdade definitiva, elevando-os ao status de ciência, sem que o sejam.

E não é preciso ser assim. Algum tempo atrás escrevi uma resenha da historiografia sobre o Estado Novo. Quase ao final dediquei um pequeno espaço à questão da “nacionalização” no campo da educação:

Sobre a nacionalização da rede escolar privada no sul existem duas teses de doutorado não publicadas e uma de mestrado publicada. (...). Talvez todos estes trabalhos sofram, em maior ou menor grau, do defeito de estarem demasiadamente apegados aos dados e à visão do próprio regime.²³

22 PY, op. cit. SANTA CATARINA. Departamento de Organização Política e Social. *O punhal nazista no coração do Brasil*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1944. HILTON, Stanley E. *Suástica sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

23 Resenha bibliográfica para um livro organizado por José Luiz Werneck da Silva, sob o título *O feixe e o prisma*, publicado por J.Zahar.

Numa nota de rodapé cito as teses de Richard O. Dalbey, de César Paiva e a dissertação de Jaecyr Monteiro, publicada em livro.²⁴ O pouco espaço de que dispunha para tecer comentários mais extensos e precisos fez com que o trabalho de César Paiva caísse na vala comum e fosse injustiçado, sem que esta fosse minha intenção. Como o próprio Paiva não pode mais defender-se, penitencio-me neste ponto, de público, pelo meu deslize.

A tese de Paiva é uma resposta à tese de Dalbey. Este analisa a situação em Santa Catarina e sua conclusão central é a de que as assim chamadas “escolas alemãs”, mesmo as das picadas mais distantes, foram instrumentos de maquiavélicas tramas nazistas para subjugar o Brasil ao totalitarismo hitlerista. Vários anos após a feitura do texto o autor declarava em entrevista:

Depois da ascensão de Hitler, em 1933, os nazistas do Brasil não perderam tempo e tomaram a direção de 2500 escolas alemãs. Já que as colônias alemãs ainda estavam ligadas a todos os ramos da vida econômica, cultural e política alemã, não é de se estranhar que as escolas se tornaram um dos meios mais importantes através dos quais a organização do partido nazista podia doutrinar a população local de língua alemã. As escolas alemãs foram imediatamente organizadas em ligas escolares urbanas e estatais (sic — REG) sob a Organização de Professores Nacional-Socialistas, que por sua vez era ligada à Organização Estrangeira da NSDAP na Alemanha nazista. De 1933 em diante, somente os professores treinados na ideologia nazista e aprovados pela NSDAP poderiam ensinar nas escolas. O material didático importado para uso nas escolas refletia a mudança no pensamento social da “nova” Alemanha, ao introduzir o ensinamento de que o III Reich tinha a missão de “alemanizar” o mundo e suplantará a lealdade ao Brasil pela lealdade à Alemanha nazista.²⁵

24 DALBEY, Richard O. *The German private schools of Southern Brazil during the Vargas years*. Indianapolis, 1970. Tese (Ph.D.) Indiana University. PAIVA, César. *Die deutschsprachigen Schulen in Rio Grande do Sul und die Nationalisierungspolitik*. Hamburg, 1984. Tese, Hamburg Universitaet. MONTEIRO, Jaecyr. *Nacionalização do Ensino*. Florianópolis: UFSC, 1984.

25 DALBEY.

César Paiva confronta-se com esta tese, estudando a situação no Rio Grande do Sul e chega à conclusão de que o trabalho de Dalbey é “lamentável” e cheio de “afirmações fantasmagóricas”.²⁶ Temos aí um exemplo de seriedade e distanciamento que deve caracterizar o trabalho de um cientista. Não tenho condições de avaliar adequadamente o capítulo inicial, onde o autor elabora os pressupostos teóricos de seu trabalho, baseados em Antônio Gramsci, um autor com cuja obra não tenho nenhuma familiaridade. Mas o restante do trabalho eu assinaria sem receio, pois minhas discordâncias são mínimas e nunca atingem a essência daquilo que Paiva afirma. Em alguns momentos até pensei que fora plagiado, mas depois me convenci de que Paiva não conheceu os meus trabalhos, pois além da ausência de evidências concretas de plágio, não há razões lógicas para que tivesse utilizado meus trabalhos e não os citasse. Escrevi, por exemplo, que o relacionamento do governo gaúcho com as regiões de colonização alemã durante a República Velha pode ser caracterizado como um “acordo tácito”; e lá está na tese de Paiva que este relacionamento pode ser caracterizado como “*still-schweigendes Abkommen*” (p. 68), o que é exatamente a mesma coisa, como a indicar que um exame adequado das fontes conduz necessariamente a esta conclusão.

Infelizmente não tenho dados biográficos sobre César Paiva. Apenas vejo pelos poucos dados que, de acordo com a tradição acadêmica alemã, constam na última página do texto que ele nasceu no Rio de Janeiro, frequentou uma escola primária de nome “Rio Grande do Sul”, mas que provavelmente também se localizava no Rio de Janeiro, e depois estudou na Universidade Federal Fluminense.

Constitui, por isso, uma agradável surpresa o excelente uso que faz das fontes, o rigor com que as trata. Se numa fonte policial são reproduzidos atos ou palavras de um professor, padre ou pastor, Paiva não aceita estes dados como verdade definitiva. Pelo contrário, segue as pistas, procura

26 PAIVA, p.197 e 224.

obter dados em outras fontes para poder reconstruir o contexto dentro do qual o ato ou as palavras foram produzidos, para poder avaliar adequadamente seu significado real.

Inversamente, trata com o mesmo rigor crítico as fontes alemãs e teuto-brasileiras. Assim, a ideologia do germanismo ou do teuto-brasileirismo (*Deutschtum/Deutschbrasilianertum*), por exemplo, tem sido apresentada em teses acadêmicas produzidas no Brasil como uma ideologia que perpassa toda a população das regiões de colonização alemã, mais ou menos no sentido de que basta a pessoa chamar-se Schmidt ou Schneider para estar disposta a morrer por esta ideologia. César Paiva detecta corretamente que ela é produto de alguns intelectuais e que justamente na década de 1930 ela recebe sua formulação mais marcante em teses de doutorado, onde se lamenta a desgermanização das populações de origem alemã. Paiva sabe que o colono da picada não sabe o que são teses de doutorado e não tem nada a ver com as idéias nelas desenvolvidas (pág. 158 e seg.).

Outro aspecto importante a destacar no trabalho de Paiva é que na sua análise, as regiões de colonização alemã não se localizam no vácuo, mas dentro do Brasil. Sabe, evidentemente, que a presença dos germanistas desde longa data, e mais recentemente a existência de núcleos nazistas constituíram fatores objetivos para as medidas “nacionalizadoras” do governo brasileiro, mas

a nacionalização das “escolas estrangeiras” constitui um momento do processo de expansão e diferenciação das funções do Estado no Brasil. Além de suas atividades repressivas o Estado começou na década de 1930 a preocupar-se com a criação, a ampliação e a centralização de instrumentos para o controle intelectual e moral da população. Esta intervenção estatal no âmbito cultural tinha a ver com a construção de uma dominação urbano-industrial no Brasil. (p. 186).

Portanto, alguém que aparentemente não tem nada a ver com o sul do Brasil optou por realizar um trabalho acadêmico sobre um tema desta região e demonstrou que um bom

trabalho pode ser realizado com uso adequado das fontes. Não constitui nenhuma garantia de bom trabalho científico o fato de que alguém conheça as regiões de colonização por ter nascido e se criado nelas e inversamente não constitui garantia de distanciamento se alguém “aterriça” de fora. O que importa é a postura de cientistas, tão bem exemplificada no trabalho de Paiva.

Apesar de não tratar das regiões de colonização alemã — mas sim da italiana —, considero necessário fazer neste ponto uma referência rápida à tese de doutorado defendida há pouco por Loraine Slomp Giron na PUC-SP.²⁷ Por não possuir conhecimentos próprios sobre o assunto, devo ser cuidadoso no meu juízo, mas penso que o trabalho se inclui entre aqueles que devem ser lidos por quem queira estudar com seriedade a situação nas regiões de imigração no sul do Brasil nas décadas de 1930/40. Positivo no trabalho já é o fato de a autora afirmar na introdução que

o fascismo italiano na Região Colonial não pode ser tratado apenas como uma questão de valores comuns... (...). Fundamental para o entendimento da questão parece ser o processo histórico, que possibilitou o surgimento do fascismo italiano, e as condições sócio-econômicas existentes na Região Colonial. (p. 12).

E neste sentido o trabalho deixa claro que não existem “os italianos” de Caxias do Sul; a população está dividida por questões doutrinárias e pela estratificação social.

Pessoalmente esperava que o trabalho aprofundasse a presença integralista e o seu relacionamento com o fascismo. Mas esta questão é tratada com relativa superficialidade. Nas eleições municipais de 1935 os integralistas de Caxias do Sul foram campeões de votos no Estado, fazendo três dos sete vereadores do município. Infelizmente este momento de disputa, no qual talvez fosse possível surpreender mais cla-

27 GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio: o fascismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul*. São Paulo, 1989. Tese, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ramente as clivagens na sociedade local, não é aprofundado. Mesmo assim os dados apresentados apontam para uma direção muito semelhante à que detectei nas regiões de colonização alemã, pois a italianidade e o fascismo têm maior sucesso entre a elite; os camponeses acompanham em parte esta postura, mas sem nenhuma convicção; e a classe média é integralista. É claro que nem sempre as linhas são tão nítidas, mas nem mesmo o mais ferrenho antiweberiano consegue apreender a realidade social sem recurso a um tipo-ideal, que sempre é um pouco “forçado”.

Mas o trabalho de Giron apresenta um aspecto que tem a ver diretamente com o assunto aqui tratado: o preconceito “anti-alemão”. A autora se refere à repressão durante o Estado Novo, mas comparado com a repressão nas regiões de colonização alemã, a repressão nas regiões de colonização italiana foi relativamente branda. Basta citar o fato de que as autoridades policiais do Rio Grande do Sul não publicaram nenhum livro sobre o “quinta-colunismo” na região de colonização italiana. Mas a serem corretas as informações da autora a subversão fascista era certamente maior do que a subversão nazista nas regiões de colonização alemã, entre outros, pelo simples fato de que o fascismo levava onze anos de vantagem sobre o nazismo. Ou seja: objetivamente havia mais subversão fascista em Caxias do Sul do que nazista em Santa Cruz do Sul, por exemplo, mas como os “italianos” eram considerados, por definição, menos anti-brasileiros do que os “alemães”, os santacruzenses sofreram mais que os caxienses.

Concluindo. Retomar a história e a historiografia sobre as regiões de colonização no sul do Brasil nos anos 1930/40 não constitui apenas um exercício acadêmico. A unidade e homogeneidade do Brasil não é um capítulo encerrado. Minorias sociais, raciais, étnicas, culturais, religiosas estão reivindicando seu espaço. Por outro lado a intolerância é um elemento sempre presente. E a ausência de cuidados adequados pode gerar conflitos desnecessários. Quero ilustrar. Em

Porto Alegre surgiu uma editora (Editora Revisão) especializada em publicar textos “revisionistas” sobre a Segunda Guerra Mundial. Já publicou, entre outros títulos, *Holocausto: judeu ou alemão?*, *O judeu internacional* de Henry Ford, *Protocolos dos sábios de Sião*. O proprietário da editora (e autor do primeiro livro citado) é Siegfried Ellwanger.

Recentemente o vereador Flávio Koutzy apresentou na câmara municipal de Porto Alegre uma moção de repúdio a Ellwanger, que acabou sendo declarado *persona non grata*. Nos debates em torno da iniciativa o vereador Luiz Braz — bem-intencionado — criticou a medida e “os que ficam apenas com a história contada pelos vitoriosos”, defendendo o direito de Ellwanger, “descendente de alemães, divulgar a sua versão dos fatos.”²⁸

Infelizmente o noticiário da imprensa reproduziu apenas poucas palavras textuais deste discurso, mas o que foi transcrito sugere que o vereador Luiz Braz estava preocupado em resguardar a “minoridade de descendentes de alemães”. Se esta era sua intenção, estava equivocado. Os Schmidt e os Schneider de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, como tais, não têm nada a ver com o holocausto e com a divulgação de bibliografia racista e totalitária por parte de Siegfried Ellwanger (que — entre parênteses — deve ter aumentado consideravelmente suas vendas de livros com a iniciativa da Câmara Municipal de Porto Alegre e a conseqüente publicidade gratuita). Aceitando-se a lógica de relação, descendentes de alemães/holocausto/Ellwanger, o vereador Flávio Koutzy teria o direito de apresentar amanhã uma moção de repúdio ao sem-terra “alemão” Edvino Schmidt, acampado na Encruzilhada Natalino, por responsabilidade vicária pelos baixos salários que o “alemão” Wolfgang Sauer paga na Autolatina.

28 ZERO HORA, Porto Alegre, 18 ago. 1989. Os rumos que este tipo de discurso imprime no imaginário do grande público podem ser aferidos pela frase inicial de uma reportagem sobre o assunto em uma conhecida revista de circulação nacional: “Apesar do nome quase impronunciável, o engenheiro Sigmundo (sic - REG) Ellwanger é cidadão brasileiro” (*Isto É Senhor*, n.º 1051, de 8-11.1989, p.60).

Como historiadores muitas vezes somos impotentes diante da insensatez que grassa no mundo, mas o mínimo que podemos e devemos fazer é procurar evitar que nossos trabalhos sejam invocados como “base científica” para fundamentar a insensatez. — E mesmo assim sou procurado com frequência para opinar na qualidade de “especialista em racismo alemão”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 APESAR do nome quase impronunciável, o engenheiro Sigmund [sic-REG] Ellwanger é cidadão brasileiro. *Isto É/Senhor*, São Paulo, n. 1051, p. 60, 8 nov. 1989.
- 2 CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walter de (ed.), *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- 3 CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- 4 COHEN, Esther. *O governo federal e o partido nazista no Brasil*. Niterói, 1988. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Fluminense.
- 5 DALBEY, Richard O. *The German private schools of Southern Brazil during the Vargas years*. Indianápolis, 1970. Tese (Ph.D.) Indiana University.
- 6 DARCANCHY, Raul. *O pangermanismo no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1915.
- 7 DAUDT, José Carlos. *Brasileiros de cabelos loiros e olhos azuis*. Porto Alegre: [s.n.], 1952.
- 8 FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. Carta a Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2 set. 1942. (CPDOC)
- 9 ———. *Nacionalização: dois discursos*. [s. 1. : s. n.], 1941.
- 10 FREYRE, Gilberto. *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.
- 11 ———. *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1940.
- 12 GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- 13 ———. *Nazismo, fascismo, integralismo e o apoio das oligarquias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina ao Estado Novo*. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 14, n. 1., p. 21-30, 1988.
- 14 GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio: o fascismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul*. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

- 15 HILTON, Stanley E. **Suástica sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- 16 HOFFMANN-HARNISCH, Wolfgang. **O Brasil que eu vi: retrato de uma potência tropical**. São Paulo: Melhoramentos, 1938.
- 17 ———. **O Rio Grande do Sul: a terra e o homem**. Porto Alegre: Globo, 1941.
- 18 LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus: Unicamp, 1986.
- 19 LENZI, Branca Regina (org.). **Os coloninhos: Semana da Pátria, 1940**. Porto Alegre: Globo, 1940.
- 20 MONTEIRO, Jaecyr. **Nacionalização do ensino**. Florianópolis: UFSC, 1984.
- 21 PAIVA, César. **Die deutschsprachigen Schulen in Rio Grande do Sul und die Nationalisierungspolitik**. Hamburg, 1984. Tese, Hamburg Universität.
- 22 PIMENTEL, Fortunato (org.). **Liga de Defesa Nacional: atividades de 1943 (Diretório Regional do Rio Grande do Sul)**. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1944.
- 23 PY, Aurélio da Silva. **A 5.^a Coluna no Brasil**. Porto Alegre: Globo, 1942.
- 24 ROMERO, Sylvio. **O alamanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar**. Rio de Janeiro: H. Ribeiro, 1906.
- 25 SANTA CATARINA. Departamento de Organização Política e Social. **O punhal nazista no coração do Brasil**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1944.
- 26 SILVA, José Luiz Wernecw da (org.). **Resenha bibliográfica para livro organizado pelo autor, sob o título O feixe e o prisma**, publicado por J. Zahar.
- 27 ZERO HORA, Porto Alegre, 18 ago. 1989.

1955: O VOTO “VERDE” EM CURITIBA*

DÉCIO ROBERTO SZVARÇA

MARIA LÚCIA CIDADE

Estudantes do Mestrado em História do Brasil,
UFPR.

RESUMO

Partindo do resultado, em Curitiba, da eleição presidencial de 1955, que proporciona uma expressiva votação em Plínio Salgado, procura-se entender primeiramente, quais os elementos do discurso integralista recorrentes nas propostas do candidato a presidente. Constatando-se a permanência do caráter autoritário em ambas as formulações discursivas, o estudo dirige-se para a sociedade paranaense da década de 1950 e nela procura localizar situações privilegiadas para a aceitação de propostas autoritárias. Complementando, analisa-se a formulação do discurso da imprensa em relação ao candidato, e a repercussão do desempenho deste no embate eleitoral na capital paranaense.

3 de outubro de 1955. O eleitorado brasileiro escolhe, pelo voto direto, o novo Presidente do país.

É um dos momentos em que se considera a plena expressão da cidadania brasileira. Nele manifestam-se expectativas

* Uma primeira versão deste texto foi apresentada à disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa Histórica IV, do curso de História da UFPR, como trabalho de conclusão do bacharelado, sob orientação das professoras Maria Ignês Mancini de Boni, responsável pela disciplina e Ana Maria Burmester, cujo entusiasmo e envolvimento com o tema muito nos motivaram.

Está em andamento pesquisa sobre o mesmo tema à nível de mestrado, realizada por Maria Lúcia Cidade. Foi localizada nova e abundante documentação sobre Plínio Salgado, à qual não tivemos acesso durante a elaboração deste texto, o que permitirá o enriquecimento das reflexões aqui desenvolvidas.

Agradecemos particularmente a Francisco Moraes Paz, coordenador do projeto de História Política do IPARDES, pela leitura crítica da primeira versão e sugestões, cuja incorporação ou não ao presente trabalho, desnecessário dizer, é de nossa inteira responsabilidade.

de grande parcela da população, podendo significar uma reação ao estado de coisas vigentes no país, a confirmação deste, apenas a manifestação de uma simpatia pessoal ou mesmo um deboche, negação ao próprio processo político instituído... As mais diferentes tendências estão presentes neste ato.

A tragédia misturam-se o drama, a farsa, a comédia. O suicídio de Vargas, os pronunciamentos de militares, a "dança" dos candidatos, a ameaça de golpe, o custo de vida...

A campanha eleitoral desenvolve-se em todo o país. Os candidatos não param, voam de norte a sul, de leste a oeste. Juscelino Kubitschek pelo Partido Social Democrata — PSD, Adhemar de Barros pelo Partido Social Progressista — PSP, Juarez Távora pelo Partido Democrata Cristão — PDC e Plínio Salgado pelo Partido de Representação Popular — PRP.

No Brasil, a maioria dos votos elege Juscelino. No Paraná, Adhemar é quem obtém a maioria e em Curitiba, Plínio Salgado, ex-chefe nacional da Ação Integralista Brasileira — AIB¹, expressão acabada do pensamento autoritário aqui produzido, é o candidato mais votado, inclusive em vários municípios do interior, recebendo ponderável votação no Estado.

O que tornou possível essa opção no Paraná e em especial em Curitiba, é uma indagação constante a quem quer que tome conhecimento do fato.

Afinal, que representa votar na pessoa de Plínio Salgado para o homem paranaense nesse momento? Forçosamente muitas coisas estão imbricadas neste voto; entretanto, para analisá-lo torna-se necessário antes investigar, mesmo que de forma sucinta, a trajetória do pensamento político formulado por Plínio na década de 30 e sua reformulação posterior.

1 Sobre a estrutura, organização e origem da militância da Ação Integralista Brasileira ver, TRINDADE, Héglio. *Integralismo : o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel/UFRGS, 1974.

Para esta análise utilizou-se o *Manifesto Integralista de 32* e o *Programa do Partido de Representação Popular de 46*,² onde procurou-se dar no seu tratamento a oportunidade para que este expressasse por si mesmo a renovação desse pensamento autoritário. Também é discutida a participação da imprensa e a produção de um outro discurso.

1. RENOVA-SE O PENSAMENTO AUTORITÁRIO

A força das idéias autoritárias na década de 30 vincula-se diretamente ao contexto fascistizante porque passa o mundo no período. Neste momento rearticulam-se com vigor componentes autoritários presentes constantemente no imaginário social, aflorando com toda a sua força e dando margem à formação dos mais exacerbados totalitarismos na modernidade. É neste contexto que veremos o desenvolvimento do nazismo na Alemanha, do fascismo na Itália, do stalinismo na União Soviética, entre outros tantos no mesmo período.

No Brasil, o Estado Novo, sendo gerado desde o início da década não foge à regra. Paralelamente a este uma outra vertente do totalitarismo está se formando, com características próprias, porém muito semelhantes em seus componentes básicos: *o integralismo*.³

Esse movimento, que se propõe independente da estrutura partidária da época, cuja essência se consubstancia no Manifesto Integralista de outubro de 1932, tem Plínio Salgado como seu “chefe” maior e principal inspirador.

A declaração inicial desse documento resume eloquentemente os princípios integralistas.

2 Manifesto e Programa. In: CHAVON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discursos e prátis de seus programas*. Brasília: UNB, 1985. p.333-8 e p.467-78.

3 A análise que segue não acompanha pari passu o mesmo método, porém, inspira-se em CHAUÍ Marilena. *Apostamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira*. In: CHAUÍ, Marilena & FRANCO, M. Sylvia de Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978. 1978. p.29.

Para outras interpretações além da obra já citada de Hélgio Trindade, ver, CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978. 663p.; VASCONCELOS, Gilberto. *A ideologia curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979; TRINDADE, Hélgio. *Integralismo: teoria e praxis política nos anos 30*. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano, 3.º v., Sociedade e Política (1930-1964), São Paulo : Difel, 1983. pgs. 335.

Deus dirige os destinos dos povos. O homem vale pelo trabalho, pelo sacrifício em favor da família, da pátria e da sociedade. Vale pelo estudo, pela inteligência, pela honestidade, pelo progresso nas ciências, nas artes, na capacidade técnica, tendo por fim o bem-estar da nação e o elevamento moral das pessoas. A riqueza é um bem passageiro, que não engrandece ninguém, desde que não sejam cumpridos pelos seus detentores os deveres que rigorosamente se impõem para com a sociedade e a pátria. Todos podem e devem viver em harmonia, uns respeitando e estimando os outros, cada qual se distinguindo nas suas aptidões, pois cada homem tem uma vocação própria e é o conjunto dessas vocações que realiza a grandeza da nacionalidade e a felicidade social.

Os homens e as classes, pois, podem e devem viver em harmonia. É possível ao mais modesto operário galgar uma elevada posição financeira ou intelectual. Cumpre que cada um se eleve segundo sua vocação. Todos os homens são suscetíveis de harmonização social e toda superioridade provém de uma só superioridade que existe acima dos homens: a sua comum e suprema finalidade. Este é um pensamento profundamente brasileiro, que vem das raízes da nossa história e estará no íntimo de todos os corações. (p. 333)

Com um discurso personalista, emotivo e envolvente, que estabelece uma identidade entre o emissor e o receptor, o Manifesto Integralista delineia o conceito de nação, entidade máxima e inquestionável acima das classes e, portanto, distante das tensões e conflitos sociais.

Esse discurso utiliza-se fortemente de imagens e símbolos porque, segundo Chauí,

as imagens são um espelhamento ampliado e iluminado da experiência imediata, dotadas da capacidade de unificar aquilo que nesta última aparece fragmentariamente. Unindo o disperso, a imagem, espelho dos dados imediatos, **exclui a reflexão** e, simultaneamente, cria a ilusão de conhecimento, graças ao seu aspecto ordenador. (p. 46) (grifo nosso).

O recurso discursivo de estabelecer associações harmônicas de elementos dispersos no social, fortalece a cons-

trução ideológica de uma proposta política totalitária, corporificada em uma experiência prática eficaz. Alcir Lenharo⁴ ressalta:

A nação, por exemplo, é associada a uma totalidade orgânica, à imagem do corpo uno, indivisível e harmonioso; o Estado também acompanha essa descrição; suas partes funcionam como órgãos de um corpo tecnicamente integrado; o território nacional, por sua vez, é apresentado como um corpo que cresce, expande, amadurece; as classes sociais mais parecem órgãos necessários uns aos outros para que funcionem homogeneamente, sem conflitos; o governante, por sua vez, é descrito como uma cabeça dirigente e, como tal, não se cogita em confluência entre a cabeça e o resto do corpo, imagem da sociedade. (p. 16-7)

O nacionalismo, colocando a nação como corpo uno e espiritual, acima das diferenças sociais, surge, assim, como elemento capaz de aglutinar as forças pelas quais se garantirá ao Estado sua concretude e capacidade de realizar o bem comum.

A instrumentalização do conceito de família, reforçado a partir do pensamento católico, ao qual o integralismo sistematicamente recorre, tem como um dos seus objetivos a disciplinarização dos corpos e mentes dos indivíduos. Restringindo o sexo à reprodução no interior da família monogâmica, canaliza a energia sexual para a manutenção e reprodução, pelo trabalho, da ordem vigente. Nesse sentido, o incentivo à educação física visa o corpo sadio, higienizado e disciplinado do trabalhador, procurando desenvolver a aptidão e o esforço concentrado, tanto físicos como mentais, exigidos pelo processo de trabalho e o aumento de produtividade⁵.

Ao declarar no Manifesto "a Nação precisa organizar-se em classes profissionais", o pensamento político de Plínio dá o tom corporativo de sua pregação. Descaracterizando a

4 LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986. 216 p.

5 Os argumentos desenvolvidos neste parágrafo são analisados na obra de LENHARO... p.44.

organização política, substituindo-a por uma organização profissional, acaba por propor o "Partido Único que é a concretização de todas as classes profissionais" (p. 334). Assim, com a cooperação de todos, a nação, corpo uno e indivisível, dirigido pelo cérebro de suas elites, deverá ser forte, poderosa, rica, próspera e feliz...

A construção da nacionalidade brasileira, nesse pensar autoritário passa também pelo enfoque eugênico, pois como negador da diversidade impõe-se ao totalitarismo a afirmação de uma só raça.

Temos de nos afirmar como um povo **unido e forte** que nada mais poderá dividir. O nacionalismo para nós não é apenas o culto da Bandeira e do Hino Nacional, é a profunda consciência das nossas necessidades, do caráter, das tendências, das aspirações da Pátria e do **valor da raça**. (p. 335) (grifo nosso).

Assim, faz-se necessário resgatar o que há de "útil e belo no caráter e costumes brasileiros" (p. 333). Valendo-se para isto das características caboclas e sertanejas, reservas puras de brasilidade, identidade original e verdadeira, imprescindível no esforço de construção de "uma cultura, uma civilização e um modo de vida brasileiros" (p. 335).

À concretização da nação idealizada, opõe-se o cosmopolitismo, donde para os integralistas "a influência estrangeira é um mal de morte para o nosso nacionalismo" (p. 334). Toma forma no interior do discurso integralista a noção de perigo, a imagem de crise eminente que só sua ação eficaz pode erradicar. Essa ameaça, que vem de fora, pode ser tanto a influência estrangeira nos costumes, descaracterizando esse ideal, quanto o comunismo, fragmentando-o.

O comunismo, internacionalista por princípio, é visado no integralismo como sendo desagregador do Estado-Nação, ao qual se opõe por ser materialista e negador da estrutura familiar. "O comunismo destrói a família, para melhor escravizar o operário ao Estado; destrói a personalidade humana,

para melhor escravizar o homem à coletividade; destrói a religião, para melhor escravizar o ser humano aos instintos(...)” (p. 336).

A manipulação da imagem de crise liga-se diretamente ao apelo que faz aos segmentos intermediários da sociedade, nos quais, segundo a análise de Marilena Chauí, as promessas de **propriedade, trabalho e liberdade** veiculadas pelo discurso integralista, encontram ressonância positiva. No Manifesto de 32 encontramos:

A questão social deve ser resolvida pela cooperação de todos, conforme a justiça e o desejo que cada um nutre de progredir e melhorar. O direito de propriedade é fundamental para nós, considerado no seu caráter natural e pessoal. (...) Pretendemos dar meios a todos para que possam galgar, pelas suas qualidades, pelo seu trabalho e pela sua constância, uma posição cada vez melhor, tanto na sua classe, como fora dela até no governo da Nação. (p. 336)

Essa ressonância é dada na medida em que prega a ascensão social pelo mérito, em uma sociedade harmonizada e livre de conflitos, unida pelo amor à pátria e onde a moralidade religiosa e a capacidade intelectual são anunciadas como elementos vitais à construção da nação. A esses segmentos é assegurada a condição de mentores da sociedade na medida em que lhes são conferidas as funções de governo e administração, de defesa e da justiça do país. Profissionais liberais, oficiais das forças armadas, burocratas do setor público e privado e pequenos proprietários urbanos e rurais encontram no credo integralista o seu lugar ao sol.

2. O PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR E O AUTORITARISMO

Quando da reorganização político-institucional do país no pós-guerra, o Partido de Representação Popular — PRP, é fundado por Plínio Salgado e seus seguidores.

Por fazer parte de um espaço onde o populismo⁶ é um componente político-ideológico importante, o PRP tem necessidade de apresentar as suas propostas de resolução imediata dos problemas colocados no momento econômico e social em que se encontra o país.

Assim, no seu Programa de 46, o PRP propõe o combate à inflação; a criação de órgãos públicos tais como Ministério da Saúde, Banco Central...; construção de escolas, intensificação do ensino técnico; campanhas de combate à moléstias endêmicas. E a "consagração e permanência do regime democrático representativo segundo as tendências políticas do momento (p. 478).

Por outro lado, os elementos marcantes encontrados no Manifesto Integralista com suas promessas de **trabalho, liberdade e propriedade** dirigidas às "classes médias e submédias", não deixam de constar implícita e explicitamente, nas formulações desse Programa, já em seu preâmbulo.

Além de empregar todos os meios políticos que estejam a seu alcance, a fim de que sejam postos em prática e se tornem efetivos os preceitos contidos em sua "Carta de Princípios", referentes:

- à intangibilidade e liberdade da pessoa humana;
- à manutenção do direito de propriedade privada, com seu uso condicionado pelo bem comum;
- à dignidade do trabalho;
- ao respeito e amparo à família, ao grupo profissional e ao Município;
- à unidade e à independência, à soberania e ao prestígio internacional do Brasil;
- à subordinação de toda política ao conceito espiritualista da vida;

e, conseqüentemente, rejeitando e combatendo, pelos processos legais, todas as doutrinas de caráter totalitário ou extremista que, ferindo os direitos fundamentais do homem e da Nação, se oponham a tais preceitos... (p. 467).

6 Na acepção de Weffort, uma aliança tácita entre setores de diferentes classes sociais onde a hegemonia sempre se encontra ao lado dos interesses que não podem realizar-se sem atender a algumas aspirações básicas das classes populares. WEFFORT, F. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978. 181p.

A construção da nacionalidade brasileira, segundo o PRP, requer o resgate na história da “personalidade nacional”, mesmo que para tanto tenha-se que atravessar o Atlântico e encontrá-la já em formação no Portugal do século XII (p. 477). O raciocínio racista “esquece-se” da história das outras etnias formadoras da população, apreciando a possibilidade de que o tipo característico brasileiro, miscigenado, venha a ser depurado pela própria miscigenação, porém tendo como parâmetro o elemento branco. Assim o PRP propugna a “execução de um plano nacional de defesa da saúde pública, a fim de melhorar as **condições físicas de nossa raça** e combater, de modo definitivo, os padecimentos patogênicos do nosso povo” (p. 468) (grifo nosso).

O enfoque eugênico do PRP abrange, além disso, medidas de erradicação das endemias frequentes em nosso país, objetivando a constituição de uma “raça sadia e forte”. Tal esforço visa também “a educação sanitária e criação do Instituto Nacional de Nutrição, que terá por fim pesquisar a composição dos alimentos e ensinar ao povo as normas científicas e práticas de alimentação racional” (p. 470).

Ainda, à nacionalidade liga-se a moral religiosa, a ser mantida e transmitida no seio da família:

Reconhecimento dos efeitos civis do casamento religioso e dos de indissolubilidade do matrimônio. Instituição em todo o território nacional, de “Escolas de Mães”, onde a mulher brasileira aprimore seus dotes morais e adquira todos os conhecimentos indispensáveis à criação e educação dos filhos e os referentes à economia doméstica (p. 468).

Estes, juntamente com a “instituição do voto familiar, pelo qual o chefe de família pode dispor, além de seu voto pessoal, nas eleições para os cargos públicos, de um número de votos igual ou proporcional ao número de pessoas de que tem a guarda” (p. 468), são exemplos de como o totalitarismo se propõe a interferir nas mais finas relações da teia social.

Ao estado perrepista cabe também a tutela da educação, pois embora propugne a “autonomia das universidades”, esta é restrita “através de cartas de direitos e deveres, em que se definam a responsabilidade e as prerrogativas dessas entidades a criar uma atmosfera intelectual e moral de liberdade, compreensão, respeito humano e cultura, a **serviço dos ideais nacionais**” (p. 468) (grifo nosso).

A “intensificação do ensino técnico” prende-se à valorização do ideal de trabalho, propiciando o incremento da mão-de-obra qualificada. A ênfase no aumento da produtividade é sentida quando da proposta de uma

campanha nacional pela melhoria dos produtos agrícolas e industriais do País, tanto de exportação como de consumo interno, cada vez maior, do volume dessa produção, com o um dos meios de baratear o custo de vida, enriquecendo a Nação e favorecendo o povo, especialmente o proletariado, hoje iludido por um aumento de salários que não corresponde ao preço das utilidades (p. 472-3).

Ao mesmo tempo em que desvincula a melhoria das condições econômicas e financeiras da remuneração do trabalhador, o PRP enfatiza a “manutenção da atual legislação trabalhista”, — Consolidação das Leis do Trabalho — CLT — fruto do corporativismo implantado pelo Estado Novo nas relações capital-trabalho (p. 470).

Como os outros partidos, o de Representação Popular não se furta ao debate sobre reforma agrária, porém, restringe-a às terras do Estado (p. 472).

A investida contra o “credo vermelho” transparece na proposta de “leis que proíbam toda influência de governos, instituições ou partidos estrangeiros na orientação de partidos nacionais”. E, na “conciliação da política exterior brasileira com a dos Estados Unidos da América, hoje empenhados na consolidação da paz mundial e na defesa do nosso hemisfério, contra novas formas de imperialismo totalitário” (p. 476-7).

Ao estabelecer a defesa da propriedade, o PRP explicita o destinatário de suas idéias,

no sentido de assegurar à família, não só dos operários, mas das **classes médias e submédias**, maior espaço de acomodações domiciliares, de sorte a atender aos reclamos de uma vida sadia e bem disposta, assim como às necessidades decorrentes do aumento da prole (p. 467-8) (grifo nosso).

No corpo de representações que faz do real, o pensamento autoritário de Plínio Salgado articula ao nível do discurso, elementos que permeiam o campo das relações sociais: o nacionalismo, o anticomunismo e a eugenia. Estes elementos, conjugados de forma a montar uma imagem de crise, tão real quanto imaginária, tem como destinatário um agente social característico das relações historicamente dadas nesse momento: a classe média.

A leitura crítica dos documentos que guiaram esta análise, permite verificar que apesar da "democracia e liberdade que constituem fundamento de toda a política do Partido de Representação Popular" (p. 478), tanto este quanto a AIB, organizações inspiradas e chefiadas por Plínio Salgado em dois momentos distintos da vida política brasileira, não deixam de produzir um discurso que, ao variar de forma e de tom segundo determinações conjunturais, mantêm-se em sua essência autoritário.

3. CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO

O Brasil começou lá em cima. Há um século estava quase todo lá. E nós o estamos continuando agora no Sul. Um Brasil que tem suas peculiaridades. É mais frio. O seu elemento humano que aos poucos começa a predominar é de origem européia mais recente. E nós, os mais antigos, os estamos incorporando à gente brasileira. Estamos vencendo a batalha da aculturação. Estamos construindo um aspecto novo do Brasil que com o tempo, já se vai tornando tão caracteristicamente brasileiro quanto seu aspecto tradicional.

(Bento Munhoz da Rocha Netto.
Paraná Econômico, 05/1953).

No Paraná dos anos 50, o crescimento vertiginoso da população alimenta e é alimentado pelo impulso econômico desencadeado pelo café duas décadas antes.

O ritmo de crescimento natural da população implica no aumento da demanda de bens que, por sua vez, requer novos e ampliados contingentes de mão-de-obra. Assim, produção e população aparecem como duas variáveis articuladas entre si — uma vez que esta cresce, aquela deve crescer e para a produção crescer o mesmo deverá ocorrer com a população.⁷

Fruto da ação colonizadora espontânea, empresarial e oficial para a ocupação de todo o território do Estado, este crescimento que para a década, segundo os censos do IBGE, é de 101%, repercute intensamente na vida da sociedade paranaense.

A chegada de grandes levas de migrantes ao Paraná, notadamente gaúchos e catarinenses de origem alemã e italiana, no sudoeste; e nordestinos, mineiros e paulistas no norte. incorpora produtivamente estas regiões ao Estado.

A presença desta nova população, atraída pela promessa de terra fácil e fértil, implica na alteração da estrutura fundiária dessas regiões. Porém, na tentativa de realizarem suas expectativas, os colonos, ao "apossar(em)-se abruptamente das melhores terras devolutas do Estado, assentando benfeitorias, desordenadamente a mais das vezes, em terras já tituladas ou comprometidas",⁸ acabam por se contrapor à expectativa dominante, de encontrar neste migrante apenas um trabalhador laborioso e disciplinado, mão-de-obra para as propriedades já comprometidas do Estado. Concretamente, o clima de instabilidade reinante nas terras do sudoeste e a "guerra" de Porecatu no norte, manifestam a tensão social gerada no interior desse conflito.⁹

7 Ver, INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL — IPARDES. História política do Paraná. Versão preliminar. Curitiba, 1987. p.85.

8 Ver a Mensagem do governador Moysés Lupion de 1948, In: IPARDES. História 1988. p.55.))

9 COLNAGHI, M. Cristina, Colonos e Poder, a luta pela terra no Sudoeste do Paraná. Curitiba, 1984. Dissertação, Mestrado, UFPR.

expulsar, dali a influência comunista que intentava uma experiência de conquista de áreas rurais; (e, ao provocar) o fracasso dessa tentativa, conseguiu a polícia restabelecer, em toda a sua extensão, o princípio de autoridade, sem o uso da força, sem o emprego de violência desnecessária, readquirindo assim a confiança na solução justa que aos interessados, ofereceu o Governo.¹⁰

O gerenciamento e a disciplinarização da população, exigem uma interferência cada vez maior no cotidiano de seus governados, o que implica na intensificação e ampliação da ação de governo. Esta prende-se aos mais variados aspectos da vida em sociedade, concretizando-se em práticas dirigidas às áreas de saúde pública, saneamento, educação, transportes, segurança e trabalho.

Fazer das novas regiões colonizadas pólos geradores de divisas para o Paraná, é uma necessidade que a ação de governo vincula àquela de manter-se o controle da população. Até então, o distanciamento viário do norte do Paraná para com o "Paraná Tradicional" dificultava o escoamento da produção via capital e porto de Paranaguá. Disto resultava a ligação do norte cafeeiro, tanto política quanto economicamente com São Paulo.

A construção do Centro Cívico no governo Bento Munhoz da Rocha Netto (1950-55) simboliza a materialização de Curitiba pensada como centro de poder no Estado. Representa, juntamente com a construção de outras obras públicas (Biblioteca Pública do Paraná, Praça do Centenário, Teatro Guaíra, etc.) as transformações físicas e políticas que ocorrem na capital paranaense para o cumprimento desse papel.

Tanto quanto o Paraná nesse período, sua capital é invadida por uma nova população de diferentes origens e com diferentes expectativas. Com um mercado de trabalho em expansão,¹¹ torna-se também pólo atrativo de migrantes. No

¹⁰ Ver a mensagem do governador Bento Munhoz da Rocha Netto de 1952, In: IPARDES. História... 1988. p.89.

¹¹ BALHANA, A. et alii. História do Paraná. Curitiba: Grafipar, 1969. p.248.

período, a população da capital tem um aumento percentual de 98,78%, passando de 180.575 almas em 1950 para 356.830 no ano de 1960.¹²

A Curitiba da década de 50 altera sua trajetória de pacata capital de província. Centro do "Paraná Tradicional", com tradições campeiras e extrativistas, defronta-se com um novo ritmo de vida, que interfere no seu mundo tido como conhecido e seguro.

Esse novo elemento, o migrante, passa a simbolizar os problemas decorrentes ou não dessas transformações. Nele são identificados os males da sociedade: ele é o aventureiro, o desordeiro, o subversivo, o doente, o preguiçoso... Para a população da tradicional Curitiba o trabalhador disciplinado e higienizado quase sempre esfuma-se diante da realidade.

Este novo que surge no cotidiano de Curitiba acaba por interagir com elementos já presentes nesta sociedade, o que nos permite localizar alguns exemplos dessas relações contraditórias.

Esse clima de tensão verifica-se em outros movimentos. Em estudos monográficos sobre o período encontramos, de um lado, segmentos sociais femininos organizando-se principalmente em torno de instituições de caridade e obras assistenciais vinculadas, em geral, à Igreja, neste momento caracteristicamente conservadora e elitista.¹³ Por outro lado, ao movimento contra o preço da carne organizado por donas-de-casa em 1953, agregam-se outros setores da sociedade, representados por suas entidades: sindicatos, centros acadêmicos, partidos políticos... Como o custo de vida, a carência e os baixos salários são constantes da vida econômica do país, o movimento estende-se a outras capitais, chegando ao clímax, em Curitiba, no terceiro dia de manifestações, com o fechamento de vários açougues e "quebra-quebra" generalizado no centro da cidade, "obrigando" à intervenção do Exército.

12 IBGE. Censos demográficos. 1950-1960.

13 SCHINEMANN, F. & HOFFMANN, S. A vermelha greve branca. TEDESCHI, H. O ideal de mundo da igreja católica., MARTINS, A.P. Mulheres, luta, e poder; a organização do movimento de mulheres em Curitiba.

Ainda nesta década de 50, a ampliação da ação de governo torna necessária a contratação, por parte deste, de novos quadros para gerir o Estado. Moysés Lupion constata que "ao final de seu primeiro mandato (1950) o funcionalismo público compunha-se de treze mil pessoas, aproximando-se de trinta e duas mil quando reassumiu" (1956).

Curitiba, "erigida em centro de poder", concentra os (novos) órgãos da administração pública, e conseqüentemente grande número desse funcionalismo público; na "Cidade Universitária" a classe média¹⁴ tem numérica e socialmente peso significativo na sustentação e reprodução de um discurso autoritário, que ao utilizar-se de imagens de crise a tem como destinatário.

Também constituem este cenário de "crise", as tentativas de conferir uma identidade regional ao Paraná. No início do século a presença do imigrante implicava na necessidade de caracterizar "nossa gente". Segundo Romário Martins, "daí provêm a nossa gente. A gente do Brasil. Do índio puro, do caraíba puro e dos seus mestiços. Essa gente e os seus descendentes foram os que fizeram Curitiba, que fizeram o Paraná, que fizeram o Brasil."¹⁵

Na década de 50 são os migrantes que obrigam a se pensar um novo perfil do homem paranaense:

O símbolo perfeito do homem paranaense é nesse particular, aquele alfaiate Antonio Pospissil, que a 8 de março de 1863, deixava sua cidade natal de Romêrstadt, burgo austriaco solidamente arraigado em terra firme, para a grande aventura transatlântica que o traria a Curitiba.¹⁶

Passando do índio e português ao imigrante europeu de outras etnias, tenta-se sempre conformar a identidade paranaense de tal maneira a fortalecê-la diante do "outro", do

14 Segundo Marilena Chauí: "mediadora entre Estado e as demais classes através da função de governo, da administração e da justiça que protege as pessoas e a propriedade privada" p.58.

15 MARTINS, R. Terra e gente do Paraná. p.75.

16 MARTINS, W. Um Brasil diferente. p.9.

"novo", para que este se integre à ela, para que haja a "aculturação" desses novos elementos. Para Wilson Martins, autor de *Um Brasil Diferente*,

Em 1950 e pouco, quando me surgiu a idéia de escrever esse livro sobre o Paraná (...), eu percebo agora, que tinha um sentimento instintivo de que **aquele Paraná estava desaparecendo**. (...) Na época, eu não tive consciência dessa idéia, tive agora justamente percebendo que nós, hoje, vivemos já num Paraná diferente deste Paraná.

(...)

Aqueles extratos iniciais de imigração européia sobretudo, de colonização estrangeira, os fenômenos todos da aculturação já se tornaram a matéria mesma do Paraná. E, em cima deste (...) "desta camada geológica" do primeiro Paraná está, agora, sedimentando-se o segundo Paraná das migrações internas, que já é uma imigração, por um lado, brasileira convencional, do pessoal do norte e o do nordeste do Brasil que vem para o norte e o noroeste do Paraná e assim por diante.¹⁷ (grifo nosso).

Porém, estas tentativas são o esforço derradeiro de conservação e manutenção da ordem estabelecida em uma sociedade que está em acelerado processo de transformações.

Muito longe de se constituir um movimento restrito à elite intelectual curitibana, o esforço de conceber uma identidade ao Paraná e ao homem paranaense, se traduz cotidianamente na imprensa e na própria ação do governo, elegendo signos e símbolos que circulam no imaginário popular como representativos de sua personalidade: o pinheiro, o céu azul, a pinha... ou, por outro lado as grandiosas comemorações do centenário da emancipação política do Estado promovidas pelo governo.

"Um Brasil Diferente", "O Paraná Vivo"*; a utopia paranaense se realiza neste "vivo" e neste "diferente", conferindo uma identidade "regional" ao Paraná.¹⁸

17 MARTINS, W. *Um Brasil diferente*. Palestra publicada na revista "Fundação", editada pela Fundação Cultural de Curitiba, abrij, 1980. p.66.

18 BURMESTER et alii. *Paranismo em questão*... p.24.

* Um Brasil Diferente e Paraná Vivo são títulos de obras feitas para a comemoração do centenário de emancipação política do Estado, em 1953.

4. A PEÇA DOS ELEITORES

Um Simples Equívoco

O sr. Gustavo Corção, em artigo estampado domingo na imprensa do Rio e de São Paulo, comentando o último pleito nacional lamentou o que classifica de “epidemia de estupidez” verificada em nosso Estado, com a chocante votação aqui obtida pelo sr. Plínio Salgado.

Segundo o conhecido e acatado jornalista e escritor católico durante longos anos estaremos cobertos de ridículo, por termos sido a unidade brasileira “onde o integralismo obteve a melhor colocação”.

Não há dúvida de que, de fato, nós paranaenses nos estamos sentindo paradoxalmente bastante “esquerdos”, desde que os cálculos das urnas nos revelaram que o sr. Plínio obtivera a maioria simples dos sufrágios em nossa Capital e em umas poucas outras cidades, tendo, inclusive, conseguido em todo o território estadual disputar o pleito em condições de igualdade com seus competidores, embora batido por dois deles. Nossos sentimentos democráticos efetivamente não se coadunam com os quase cem mil votos dados ao sr. Plínio em nossa terra, esse sr. Plínio que, seja qual for a nova pele em que tenha se metido, será sempre para nós o que é para o Brasil — o chefe do fascismo indígena. Mas daí a afirmar que por longos anos ficaremos “cobertos de ridículo” por força desse eventual sucesso eleitoral entre nós do candidato repudiado pela esmagadora maioria do povo brasileiro, vai um passo muito grande. Afinal, não é justo que todo o Paraná seja condenado por culpa do pronunciamento equivocado de **escassos 24%** dos seus eleitores que foram às urnas em 3 de outubro. Mesmo, porque, nem mesmo os sufrágios desses 24% podem confirmar sequer a afirmativa de que o integralismo foi muito votado no Paraná.

Com efeito, se é verdade que o sr. Plínio inesperadamente chegou em 1.º em Curitiba, Ponta Grossa e outras cidades nossas, não menos certo é que os candidatos municipais de seu Partido foram unanimemente repelidos em todos os nossos municípios, mesmo na Capital, onde a agremiação registrada pelos antigos integralistas não conseguiu fazer sequer um Vereador. Quer isso dizer que, de certo modo, a votação dada ao sr. Plínio não foi de fato votação dada ao integralismo. Seria, antes, fruto de um equívoco de grupos pouco politizados, descontentes com a situação político-econômica do País, uma espécie de votos

"do contra", que, somados aos poucos milhares de sufrágios efetivamente político-partidários dos remanescentes do integralismo e de filhos de estrangeiros simpatizantes de outros fascismos, deram em consequência aquela volume de cédulas que tão desagradavelmente nos impressionou, a nós e ao sr. Corção.

Um equívoco, sem dúvida, mas, afinal, um simples equívoco num País de ainda escassa experiência democrática e dentro de uma conjuntura econômico-política de fato desnorteante e propícia a tais enganos. Aliás, o sr. Corção não precisaria andar muito para descobrir equívocos de tal sorte: ainda no ano passado, e justamente num 3 de outubro o eleitorado carioca — o eleitorado da Metrópole do País — não deu 150 mil votos batidos ao sr. Carlos Lacerda, o mais anti-democrático dos políticos nacionais? (grifo nosso).

(Editorial d'O Estado do Paraná — 18/10/55).

Em Curitiba, o debate político levado a efeito pela imprensa durante a campanha eleitoral, gira em torno principalmente das candidaturas ao governo do Estado, cuja eleição deu-se concomitantemente à de Presidente da República. Nessas eleições, os candidatos ao governo estadual foram: Moysés Lupion pelo Partido Social Democrata — PSD, coligado com o Partido Democrata Cristão — PDC e o Partido Trabalhista Nacional — PTN; Mário Baptista de Barros pela coligação Partido Trabalhista Brasileiro — PTB e Partido Republicano — PR; Othon Mader pela União Democrática Nacional — UDN; Luiz Carlos Tourinho pelo Partido Social Progressista — PSP e Carlos Amoreti Osório candidato do Partido Socialista Brasileiro — PSB.

Com o acirramento da luta pelo voto, a polarização das posições leva os jornais abrirem cada vez mais espaço às questões e pronunciamentos favoráveis ao candidato por eles apoiado, da mesma maneira em que procuram denegrir em todos os sentidos a candidatura contrária, tentando "não rebaixar o nível ético da campanha".

Quanto à campanha presidencial, além da propaganda paga, por vezes de página inteira, favorecendo os candidatos dos partidos que têm concorrentes à governança estadual, os

jornais curitibanos trazem em suas matérias o reflexo da campanha desenrolada em outros pontos do país, reproduzindo em geral, notas e artigos da grande imprensa paulista e carioca. Estes dados acabam por produzir um destaque das candidaturas de Juscelino, Juarez e Adhemar.

A candidatura de Plínio Salgado porém, quando não ignorada, é tratada com flagrante menosprezo. O analista político do jornal O Estado do Paraná comenta em sua coluna:

Para ganhar eleição, a presença no páreo do nome do Sr. Plínio Salgado é apenas simbólica e merece aquele respeito que os democratas sempre nutriram pelas opiniões alheias, mesmo quando elas parecem constituir séria ameaça à sua própria opinião. (grifo nosso).

(21/06/55, p.3)

Este posicionamento constante de desdém manifesto pela imprensa, acentua-se com a proximidade do pleito e também em função dos resultados de algumas prévias realizadas, onde o ex-líder “camisa verde” recebe significativo número de votos, sem contudo ameaçar os primeiros colocados.

A reação a este fato vem com a denúncia dos antecedentes integralistas do candidato perrepista, vinculando-o ao fascismo totalitário. Plínio é acusado de conservador e retrógrado, com propostas e soluções idênticas às de 1932 (O Estado do Paraná, 12/07/55, p. 3). Assim como divulga-se o sentimento de revolta contra a sua candidatura de vários segmentos da sociedade, inclusive de ex-pracinhas que consideram-na “uma afronta aos mortos e mutilados da gloriosa FEB” (O Estado do Paraná, 18/09/55, p. 4). Ainda neste contexto é noticiada a reprodução pelo jornal O Estado de São Paulo, de página do diário do italiano Conde Ciano, onde afirma terem os integralistas sido financiados pelo fascismo italiano nos anos de 37 e 38 (O Estado do Paraná, 23/09/55, p. 4).

Procura-se também, vincular Plínio Salgado à parcelas das elites brasileiras:

Segundo a imprensa juarezista carioca, o Sr. Plínio Salgado, de todos os candidatos é o que mais está gastando em sua propaganda. O ex-chefe nacional integralista estaria gastando os tubos reunidos através de "vaquinha" de industriais paulistas e cariocas interessados em pô-lo no poder para reduzir a zero toda a legislação trabalhista (O Estado do Paraná, 17/09/55, p. 4).

O comentário reforça a notícia publicada neste mesmo diário a 8 de julho, na qual informa-se que dos três candidatos participantes da mesa redonda promovida pelas Associações Comerciais do Brasil, no Rio de Janeiro, só Plínio teria idéias satisfatórias para estas, com relação às questões da participação dos empregados nos lucros das empresas e da exploração estatal de petróleo.

Esta atitude de pouco caso não se altera, apesar da constatação pela totalidade dos jornais diários, de que o comício de Plínio Salgado, a 5 de setembro, foi o mais concorrido de todos os realizados na capital paranaense:

O Sr. Plínio Salgado, de todos os candidatos que, na atual temporada eleitoral, ocuparam o já clássico palanque da Avenida João Pessoa, incontestavelmente foi o que conseguiu reunir mais público para o seu comício oficial de propaganda. **Muita gente, de fato muita**, esteve ontem no centro da cidade para ouvir o quarto candidato ao Catete, o homem que seus partidários afirmam marcará a surpresa de 3 de outubro. **É de se acreditar que a maioria ali esteve por simples curiosidade**, pois a convicção geral e pacífica continua a ser a de que o Sr. Salgado não escapará do quarto lugar no próximo pleito. Mas, com a honestidade com que vimos aferindo a concorrência aos comícios da Avenida João Pessoa, temos de registrar aqui que o do ex-chefe nacional integralista bateu, e com bastante folga, o de seus competidores Juscelino Kubitschek, Juarez Távora e Adhemar de Barros. A mesma honestidade, todavia, leva-nos ao registro de que o volume dos aplausos obtidos pela oratória do Sr. Plínio -- sobremodo cansativa, aliás -- esteve muito longe de corresponder ao volume da massa popular presente ao ato (O Estado do Paraná, 06/09/55, p.4 — grifos nossos).

No jornal *O Dia* justifica-se a presença de grande número de pessoas no comício de Plínio pela sua força de erudito e líder nacional, que embora decadente ainda é capaz de fazer um “show em regra”. “O renitente líder fascista brasileiro não deixou de ser um motivo de atração para comícios: se mais não fosse ao menos pela legendaria verve oratória pelos transe em que cai ao propagar, messianicamente, a sua doutrina”.

A seguir comenta-se nesta mesma matéria a visita a Plínio, de Othon Mader e Ruy Itiberê da Cunha, respectivamente candidato à sucessão estadual e presidente do diretório regional da UDN, para agradecer o apoio que Othon vinha recebendo de elementos filiados ao PRP. “Aqui os entendimentos entre fascistas e udenistas são abertos” (*O Dia*, 07/09/55, p. 4). Cabe esclarecer que este jornal presta-se como um dos principais instrumentos de propaganda de Moysés Lupion, que concorre pelo PSD ao governo do Estado. Porém, não se deve descartar a tentativa de um acordo à nível nacional entre UDN e PRP, a julgar por notícias encontradas em diversos momentos da campanha, veiculadas por outros jornais. Contudo, Juarez Távora, candidato presidencial da coligação PDC-UDN, desmentindo qualquer acordo com os integralistas, em maio “admite apenas ter conversado com Plínio em um retiro espiritual” (*O Estado do Paraná*, 27/05/55, p. 4 — grifo nosso).

Já Belmiro Valverde, líder integralista em 1938, apela aos integralistas através da imprensa para votarem em Juarez, uma vez que considera Plínio indigno de confiança, pois este faltou à verdade ao negar ter-lhe autorizado promover o Movimento de 38¹⁹ (*Gazeta do Povo*, 11/09/55, p. 1).

Cumprе lembrar que as alianças e fidelidades partidárias nacionais não se reproduzem necessariamente nos arranjos políticos à nível estadual. Como exemplo é ilustrativo o caso do PDC no Paraná. Neste Estado, coligado ao PSD e PTN

19 Sobre o movimento integralista de 38 ver, SILVA, H. *Terrorismo em Campo Verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

apóia para o governo a candidatura de Moysés Lupion, que tem como maior concorrente o candidato da UDN, Othon Mader. Nacionalmente, entretanto, o PDC coliga-se à UDN na sustentação da candidatura presidencial de Juarez Távora.

O esforço da imprensa curitibana em desconsiderar as chances do candidato "verde", ao mesmo tempo em que o vincula às expressões maiores do conservadorismo e autoritarismo existentes no país, parece ficar restrito a ela própria e ao eleitorado já comprometido com algum dos outros candidatos.

Cabe aqui indagar os limites da imprensa enquanto formadora de opinião. As pessoas vivem as suas vidas, suas rotinas e pequenos dramas diários, reproduzindo cotidianamente as representações que fazem do social, onde permanecem latentes componentes autoritários, de certa forma independentes da posição manifestada pela imprensa. É nesse cotidiano de relações contraditórias que se deve buscar a ressonância de propostas autoritárias onde, segundo análise de Chauí, a eficácia prática suplanta a coerência teórica.

Nesse sentido o resultado da votação de 3 de outubro, dando maioria de votos a Plínio Salgado, em Curitiba, é surpreendente.

NOME DOS CANDIDATOS

N.º da Zona		Plínio Salgado	Adhemar de Barros	Juarez Távora	Juscelino Kubitschek	Votos em Branco	Votos Nulos	Votantes
1.ª	Curitiba	6.827	4.238	3.349	2.177	227	120	16.938
2.ª	Curitiba	7.284	4.591	2.580	2.504	329	248	17.536
3.ª	Curitiba	6.203	4.494	2.304	2.766	259	155	16.048
4.ª	Curitiba	8.617	5.535	3.644	3.916	397	120	22.229
TOTAL		28.931	18.858	11.877	11.363	1.212	643	72.751

Fonte: Paraná Eleitoral, 30/11/55, p. 6.

Percebe-se por estes dados a significativa vitória de Plínio Salgado em Curitiba. O percentual de 39,76% de votos por ele recebido em relação ao total geral, mantém-se em cada uma das quatro zonas eleitorais, demonstrando um equilíbrio na receptividade a suas propostas, manifesta nas diferentes regiões da cidade.

É possível concluir deste dado que o eleitor de Plínio não se restringe a um só segmento social, apesar de seu discurso ter como destinatário privilegiado a classe média. Pois, a crise de identidade do homem paranaense, tanto os mais antigos quanto os migrantes, crise social e econômica, sentida e imaginada nos vários setores da sociedade curitibana, amplia a repercussão das propostas plinianas.

No resultado da votação em Curitiba, Adhemar aparece em segundo lugar com 25,92%, Juarez na terceira colocação com 16,32% e Juscelino em quarto lugar com 15,61% do total de votos.

Os candidatos à Vice-Presidência, João Goulart (PSD-PTB), Miltom Campos (PDC-UDN) e Danton Coelho (PSP) obtiveram em Curitiba os seguintes resultados: o udenista "histórico" Miltom Campos é o mais votado com 30.701 votos, obtendo pequena vantagem sobre João Goulart, segundo colocado com 29.048 votos e Danton Coelho teve 5.183 votos ficando em terceiro lugar.

Na eleição para o governo do Estado, em Curitiba obteve-se o seguinte resultado:

NOME DOS CANDIDATOS								
Zonas	Moysés Lupion	Mário Baptista de Barros	Othon Mäder	Luiz Carlos P. Tourinho	Carlos Amorety Osório	Votos em Branco	Votos Nulos	Votantes
1. ^a	6.617	3.705	4.021	1.595	70	473	93	16.938
2. ^a	6.099	4.939	3.597	2.147	42	528	184	17.536
3. ^a	5.730	3.654	3.204	2.912	40	427	81	16.048
4. ^a	8.508	5.591	4.376	3.018	61	610	65	22.229
TOTAL	26.954	17.889	15.198	10.036	213	2.038	423	72.751

Fonte: Paraná Eleitoral, 30/11/55.

Na análise dos resultados eleitorais demonstrados nos quadros acima, surpreende a aproximação significativa do número de votos dados nas quatro zonas eleitorais para Plínio Salgado e Moysés Lupion.

Uma primeira hipótese para tal aproximação, apesar da impossibilidade de se confirmar concretamente qual eleitor de Plínio é o mesmo de Lupion, vem da própria campanha deste, que graças a divergências políticas com Juscelino Kubitschek não vincula a sua candidatura a do candidato presidencial do PSD, deixando aberto o espaço político para os outros candidatos à Presidência.

Outro aspecto a ser analisado é o possível acordo entre UDN e PRP no Paraná, o que também explicaria a vitória em Curitiba do candidato udenista Miltom Campos à Vice-Presidência e que o "Sr. Othon Mader parecia ter assegurado o posto (2.º lugar) graças ao que se afirma à substanciais votações de muitos dos que votavam em Plínio para presidente" (O Estado do Paraná, 07/10/55, p. 4).

Ainda com relação à Vice-Presidência, a expressiva votação de João Goulart em Curitiba, pode estar relacionada ao fato de que o candidato à governança pelo PTB, Mário de Barros, segundo mais votado, tenha feito campanha para seu correligionário.

Outro dado que surpreende nesta análise das eleições de 1955 em Curitiba, é o PRP não ter eleito nenhum dos seus candidatos a vereador, bastando para tanto 10% dos votos recebidos pelo seu candidato à Presidência.

Com a divulgação do resultado do pleito a surpresa marca as páginas dos jornais: “Quem, por exemplo, salvo um integralista em pleno transe, poderia calcular que o Sr. Plínio Salgado iria obter em nossa capital e em em nosso estado a votação que obteve?” (O Estado do Paraná, 09/10/55, p. 4).

As explicações encontradas para o fato, “um simples equívoco”, desconsideram a história da capital paranaense, que nos anos 30 foi importante reduto integralista, inclusive com militantes da AIB fazendo parte de sua Câmara de Vereadores²⁰.

O esforço jornalístico é exatamente no sentido contrário. Tentando descaracterizar Curitiba como integralista, a imprensa ressalta a inexpressividade do Partido de Representação Popular, demonstrada no desempenho de seus candidatos a vereador:

O mais interessante, porém nisso tudo, é que apesar de o Sr. Plínio Salgado ter obtido trinta mil votos em Curitiba, seu partido atual, o PRP, não conseguiu arrastar para seus candidatos a vereança municipal curitibana nem um quinto dessa votação, continuando municipalmente valer tanto quanto antes: quase nada (O Estado do Paraná, 07/10/55, p.4).

20 Ver. PARANÁ Político-Econômico; homenagem aos eleitos para os governos municipais, elementos de real projeção dos partidos políticos do Estado; 1935-36. Edição especial do Anuário Sul Brasil.

A "legendária verve oratória" e "força de erudito" do "renitente líder fascista" parece, então, ter tido peso significativo na opção de voto do eleitorado curitibano.

A análise da votação de Plínio Salgado nos municípios do Estado em que obteve 1.º e 2.º lugares nas eleições presidenciais de 1955 (*), demonstra que no litoral não houve repercussão eleitoral considerável às suas propostas. Na região de Curitiba e Campos Gerais, "Paraná Tradicional", o voto verde aparece em número ponderável, porém não permite estabelecer uma relação mecânica entre um e outro.

Além, no norte do Estado, o ex-chefe integralista recebe significativa quantidade de votos a partir de Jacarezinho até Londrina - Maringá. Note-se que é nesta região onde as contradições analisadas anteriormente, desenrolam-se com a intensidade febril da corrida do "ouro verde".

Quando dirige-se o olhar para o oeste-sudoeste, encontra-se aí municípios nos quais Plínio também registrou expressiva votação.

O interior do Estado, na época com 152 municípios, dos quais Plínio obteve o primeiro lugar em 18 e o segundo em 25, parece corrigir assim, "a impressão de 'esverdeamento' do Paraná, que foi dada pelo resultado de Curitiba, desbancando Plínio do primeiro lugar e passando à frente Adhemar de Barros e Juscelino Kubitschek" (O Estado do Paraná, 13/10/55, p. 4).

* Ver Mapa anexo.

Contudo, pode-se ponderar esta afirmativa observando-se o quadro abaixo (*), onde aparecem 17 municípios do Estado, excluída a capital, com mais de cinco mil votantes e a posição conquistada por Salgado em cada um.

N.º	Município	Votantes	PLÍNIO SALGADO	
			Colocação	N.º Votos
01	Ponta Grossa	17.769	1.º lugar	5.937
02	Londrina	12.924	2.º lugar	2.814
03	Guarapuava	10.264	4.º lugar	1.849
04	Arapongas	7.021	2.º lugar	2.043
05	Apucarana	6.702	3.º lugar	1.246
06	Campo Mourão	6.668	4.º lugar	897
07	Rolândia	6.546	2.º lugar	1.849
08	Jacarezinho	6.253	2.º lugar	1.758
09	Paranaguá	6.163	3.º lugar	767
10	Cornélio Procopio	6.075	2.º lugar	1.469
11	Maringá	5.549	2.º lugar	1.107
12	Irati	5.479	4.º lugar	1.010
13	Campo Largo	5.441	3.º lugar	1.202
14	Rio Negro	5.315	1.º lugar	1.797
15	Cambé	5.289	1.º lugar	1.661
16	Lapa	5.245	1.º lugar	1.728
17	S. A. da Platina	5.089	4.º lugar	128

* Os dados do quadro, assim como os do mapa do Estado referem-se ao MAPA TOTALIZADOR — Eleição majoritária para PRESIDENTE DA REPÚBLICA — Circunscrição Paraná; localizado no período Paraná eleitoral, 30/10/55, p.6-9.

Nestes municípios, de considerável representatividade eleitoral, o candidato perrepista obtém quatro primeiros lugares, somando 11.123 votos. Repare-se que este fato ocorre também em Ponta Grossa, maior colégio eleitoral do interior. Em seis destes municípios Plínio alcança o segundo lugar, com um total de 11.040 votos. Aqui é Londrina, segundo maior colégio eleitoral do interior, o exemplo a ser ressaltado.

4. CONCLUSÃO

A história política brasileira, com seus raros momentos democráticos, faz da eleição, pelo voto direto, do Presidente da República, um momento privilegiado de estudo. É quando afloram à superfície social projetos políticos, sensações, sentimentos, expectativas e ações que podem permanecer submersos em outros momentos da vida em sociedade.

Procurou-se demonstrar neste trabalho que Plínio Salgado, candidato à Presidência, articula em suas propostas elementos discursivos que mantêm a essência autoritária do pensamento do chefe integralista de 1932.

O incrível aumento populacional do Estado do Paraná e de sua capital, introduzindo todo um contingente de pessoas diferenciado entre si e daquele tipo ideal paranaense, com o qual os da terra identificam-se; os conflitos pela posse de terras, ações governamentais tentando enfeixar em suas mãos o controle das novas regiões e novos habitantes do Estado. Estes são elementos que vão compondo relações sociais que permitem aos seus agentes imaginar e perceber como real uma crise que se prenuncia, criando um campo de ressonância à propostas autoritárias como as do Sr. Plínio Salgado.

O descaso da imprensa em promover um debate político com as diferentes propostas apresentadas pelos candidatos, veiculando posições distorcidas e deturpadas pela paixão político-partidária de seus proprietários e articulistas, impe-

de, por sua vez, o aparecimento de um espaço público necessário para a identificação clara do autoritário, e o combate a este se faz desordenadamente e de maneira estéril. Assim, quando começa a divulgação dos resultados, a surpresa é grande. E, novamente, as explicações são apressadas e o “equívoco” é remetido à incompleta formação social da “nossa gente”.

Componentes autoritários estão presentes e circulam no imaginário social brasileiro. A vinculação destes a aspectos concretos da realidade propicia, no Paraná da década de 50, solo fértil para a aceitação desta tendência. Porém, seria tornar a-histórico o voto dado a Plínio Salgado, em Curitiba nas eleições presidenciais de 1955, compreendê-lo como representativo da população curitibana em todos os tempos.

A busca de uma identidade para o Paraná dos anos 50, pensada por suas elites, que o integre na modernidade universalizante dada pela industrialização, pode vir a representar um novo elemento de análise deste período. Além disso, a eleição de Plínio Salgado como um dos quatro deputados federais mais votados no Estado nas eleições de 1958, coloca novas questões para a compreensão do processo contraditório e indeterminado do fazer-se dos diversos agentes sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ARAÚJO, M. CELINA S.D. **O segundo governo Vargas, 1951-1954; democracia, partidos e crise política.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 172p.
- 2 ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo.** Rio de Janeiro: Documentário, 1975. 175p.
- 3 BALHANA, Altiva P.; MACHADO, Brasil P.; WESTPHALEN, Cecília M. **História do Paraná.** Curitiba, Grafipar, 1969. 1.º v. 277p.
- 4 BURMESTER, Ana M.; MAGALHÃES, Marionilde D. B. de; PAZ, Francisco M. **O Paranismo em questão: o pensamento de Wilson Martins e Temístocles Linhares na década de 50.** Texto apresentado no I Encontro Regional de História — "Cultura e Sociedade", promovido pela ANPUH. Mimeo. Curitiba, outubro de 1986. 24p.
- 5 BURMESTER, Ana M. **Pensando o Paraná... algumas reflexões de intelectuais paranaenses nos anos 50.** Mimeo. Curitiba, s.d. 8p.
- 6 CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros; discursos e práxis de seus programas.** 2.ª ed. Brasília: UNB, 1985. 739p.
- 7 CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado; forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio.** São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978. 663p.
- 8 CHAUI, Marilena & FRANCO, M. Sylvia de C. **Ideologia e mobilização popular.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 209p.
- 9 COLNAGHI, Maria Cristina. **Colonos e poder, a luta pela terra no Sudoeste do Paraná.** Curitiba, 1984. Dissertação, Mestrado, UFPR.
- 10 FAUSTO, Boris (coord.). **O Brasil republicano; sociedade e política (1930-1964).** São Paulo: Difel, 1981. v. III. 604p.
- 11 FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 5.ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. 295p.
- 12 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA; **Censos Demográficos e Econômicos.** Rio de Janeiro, 1955 e 60. 496p.
- 13 INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **História Política do Paraná.** Versão preliminar. Curitiba, 1987. 394p.
- 15 LENHARO, Alcir. **Sacralização da política.** Campinas: Papirus, 1986. 216p.
- 16 MARANHÃO, Ricardo. **O governo Juscelino Kubitschek.** 4.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- 17 MARTINS, Alfredo Romário. **Terra e gente do Paraná.** Curitiba: Diretoria Regional de Geografia, 1944. 303p.
- 18 MARTINS, Ana Paula. **Mulheres, luta e poder; a organização do movimento de mulheres em Curitiba, 1952-1966.** Monografia de Bacharelado em História. Mimeo. Curitiba, UFPR, 1986.

- 19 MARTINS, Wilson. Entrevista. Curitiba, IPARDES, 22 de outubro de 1986.
- 20 ———. **Um Brasil diferente; ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná.** São Paulo: Anhembi, 1951. 506 p.
- 21 PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** São Paulo: Hucitec, 1981. 235p.
- 22 PARANÁ Político-econômico; Homenagem aos eleitos para os governos municipais, elementos de real projeção dos partidos políticos do Estado; 1935-1936. Edição especial do anuário "Sul-Brasil".
- 23 PEIXOTO, Nelson Brissac. **A sedução da barbárie; o marxismo na modernidade.** São Paulo: Brasiliense, 1982. 207p.
- 24 REICH, Wilhelm. **Psicologia de massas do fascismo.** São Paulo: Martins Fontes, s.d. 369p.
- 25 RIBEIRO, Luiz C. **Paranismo e Desenvolvimento.** IN: PAZ, Francisco (coord.). **PR: Economia e Política.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987 — no prelo.
- 26 SCHINIEMANN, Fernando & HOFFMANN, Siumara. **A vermelha greve branca.** Monografia de Bacharelado em História. Mimeo. Curitiba, UFPR, 1986.
- 27 SILVA, Hélio. **Terrorismo em Campo Verde.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. 421p.
- 28 TEDESCHI, Harriete. **O ideal de mundo da Igreja Católica.** Monografia de Bacharelado em História. Mimeo. Curitiba, UFPR, 1986. 29p.
- 29 TRINDADE, Héglio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30.** São Paulo: Difel/UFRGS, 1974.
- 30 VASCONCELOS, Gilberto. **A ideologia curupira; análise do discurso integralista.** São Paulo: Brasiliense, 1979. 207p.
- 31 VEYNE, Paul. **Como se escreve a história.** Lisboa: Edições 70, s.d. 350p.
- 32 WEAFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 181p.

A EXPERIÊNCIA REPUBLICANA: INSTITUIÇÕES, POLÍTICA E PODER

UMA IGREJA NO ESTADO LIVRE: O DISCURSO DA HIERARQUIA CATÓLICA SOBRE A REPÚBLICA

EUCLIDES MARCHI

Professor do Departamento de História, PUC/SP e
Coordenador de Treinamento do Instituto Para-
naense de Desenvolvimento Econômico e Social —
IPARDES, Paraná.

RESUMO

A instalação da República no Brasil em 1889, redefiniu as relações entre a Igreja e o Estado. Pelo decreto 119-A de 7/01/90, o governo implantou o Estado leigo e organizou um governo secular pondo fim à longa e histórica presença do padroado.

O episcopado brasileiro, sem condições de reverter o processo de separação, posicionou-se através da Carta Pastoral coletiva de 19/3/1890, na qual, apesar de manifestar seu respeito ao poder constituído, estabelecia os parâmetros da relação com o governo republicano.

A Constituição de 1891 incorporou alguns princípios laicizantes e, em desacordo com as teses do episcopado, forçou a Igreja a buscar novas formas de ação e a redefinir sua identidade, sem a “proteção sufocante” do Estado e sem poder usufruir dos privilégios de religião oficial, porém com a obrigação de garantir que o Brasil continuasse uma “potência católica”.

A tarefa de reconstruir a trajetória das relações entre a Igreja Católica e o Estado, na transição do Império para a República, exige que se estabeleçam os parâmetros mínimos da compreensão dos agentes sociais dessa relação.

Igreja é um termo cuja polissemia envolve aspectos institucionais, teológicos, salvíficos e transcendentais. Suas atividades buscam o divino e o religioso, que se realizam entre os homens, numa sociedade historicamente situada, em contato com indivíduos, associações e instituições. Na sua auto-

compreensão, externada através da palavra da hierarquia e dos teóricos católicos, os planos histórico e teológico se entrecruzam formando uma unidade indissolúvel e indissociável. Essa dupla dimensão — temporal e espiritual — inseparável no plano das relações sócio-políticas e legítima no plano teológico, torna-se a chave-mestra para se compreender sua atuação entre os homens e entre as instituições, de modo especial com o Estado.

Por seu turno, Estado também é um termo portador de complexidade conceitual o que leva, para efeito deste trabalho, a concebê-lo como uma instituição historicamente situada, representando interesses de determinada classe social que atua no plano do temporal, buscando articular, no âmbito político-institucional, elementos legais que viabilizem uma convivência equilibrada entre as diferentes classes sociais, instituições, partidos e as múltiplas formas de organização da sociedade civil.

Na tentativa de uma compreensão simplificada desses dois conceitos — Igreja e Estado — ambos serão considerados como instituições situadas exclusivamente no nível social e dentro de uma formação histórica concreta, específica e comum. Isto é, uma Igreja e um Estado formados por cidadãos que ocupam graus diferenciados na sua estrutura hierárquica interna, os quais pertencem a diferentes classes sociais, participam de categorias profissionais no plano do trabalho e possuem uma compreensão própria da instituição e da sociedade da qual são parte. Trata-se, portanto, de duas instituições básicas da sociedade brasileira, de caráter e âmbito nacional, compostas por pessoas com dupla qualificação: cidadãos e católicos.

Todavia, se a nível institucional podem ser observadas semelhanças ou aproximações organizacionais, o mesmo não ocorre no nível da representação. De um lado a Igreja caracteriza-se como uma instituição que perpassa pelas classes sociais, enquanto o Estado identifica-se explicitamente com os interesses dominantes. Na sua formação social, Igreja e

Estado detêm em seu corpo orgânico o conflito, administrado de forma específica. A Igreja busca o equilíbrio pelo discurso escatológico no qual a fé é o elemento de superação das diferenças materiais e temporais, enquanto o Estado tenta administrar os conflitos sociais mediante uma articulação permanente entre os interesses da dominação, inviabilizando possíveis questionamentos através de propostas permeadas pela ideologia do bem-estar e do interesse coletivo.

As semelhanças institucionais e as diferenças substanciais contribuíram para que ao longo da história do Brasil se estabelecessem relações nas quais predominasse uma convivência, senão plenamente pacífica, ao menos amistosa. Ressalte-se que a adoção do catolicismo como religião oficial, incorporado à Constituição Imperial e a subsistência do regime de Padroado, garantiu à Igreja privilégios exclusivos e, ao Estado, direitos de intervenção nos negócios da religião. Tradicionalmente, essas relações são vistas pela historiografia como amigáveis, de submissão e até atrelamento, com registro de episódios conflituosos pontuais, cada qual com suas justificativas, resultados próprios e circunscritos. Na verdade, porém, uma observação mais criteriosa revela que os homens públicos brasileiros, detentores do poder político, pouco primaram pela dedicação ao catolicismo e devotamento às suas crenças. Uma legislação regalista manteve a Igreja vinculada aos interesses do Estado. Uma política de ampliação dos poderes de intervenção centralizados na figura do imperador, acompanhada de um enfraquecimento e quase extinção das ordens religiosas, um descrédito generalizado em relação ao clero e o esfacelamento das práticas do catolicismo definiam os espaços de atuação das duas instituições.

Uma aparente aceitação dessa realidade provocou interpretações e conclusões nas quais a Igreja Católica, naquele período, aparece aceitando, cordeirescamente, as imposições do governo imperial, assinalando-se apenas um único episódio conflituoso mais significativo, provocado pelos dois bispos — D. Vital Maria de Oliveira e D. Antônio de Macedo Costa — que se opuseram à presença maçônica nas irman-

dades. Esse conflito exigiu a intervenção do poder público, o qual assumiu o papel de juiz e teve como resultado a condenação dos dois prelados. Por tais interpretações, a Igreja aparece como uma instituição estática, tolerante e paciente com os desmandos e interferências governamentais em matéria de religião e culto.

Todavia, é importante lembrar as considerações de George Boehrer para o qual a teoria da coexistência pacífica é excessivamente simplista, de modo especial porque desconsidera as transformações provocadas quando, na segunda metade do século XIX, parcela significativa da hierarquia e do clero aderiu ao ultramontanismo.¹ Enquanto o Império manteve-se preso aos princípios regalistas, a Igreja passou por uma transformação interna que levava essa mesma hierarquia e o clero a afastar-se do governo e da sociedade. As reformas no corpo clerical, nas práticas litúrgicas e nas opções pastorais, acrescidas de uma reação subterrânea externada no atrelamento a Roma, aos princípios do Concílio de Trento, aos ensinamentos de Pio IX e ao Concílio Vaticano I provocaram um desgaste nas relações com o Estado. Por seu turno, as lideranças políticas, identificando nessas atitudes ranços de “jesuitismo”, antiprogressismo e reacionarismo, passaram a atacá-la e desestabilizar-lhe a força política.

Dessa forma, a série de episódios pontuais que envolveram nomeações de vigários e bispos, abolição dos noviciados das ordens religiosas, as críticas ao comportamento intelectual e moral do clero, a crise com os bispos D. Vital e D. Antônio, representam o progressivo divórcio entre a Igreja e o Estado. A hierarquia e o clero gradativamente abandonaram o regalismo e perderam o apoio da elite intelectual e política brasileira.² A submissão ao Imperador e o respeito à placitação não somente eram inoportunas como anti-católicas e

1 BOEHRER, George C.A. A igreja no segundo reinado. In: KEITH, Henry; EDWARDS, S.F. (org.). *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p.134-167. MONTEIRO, Douglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FAUSTO, Bóris (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1967/1984. t.3; O Brasil republicano, v.2, p.39-92.

2 BOEHRER, p.150.

restritivas ao trabalho do episcopado e à promulgação dos documentos pontifícios.

Os propósitos reformistas da hierarquia romanizada que implicavam na centralização das decisões de caráter administrativo, doutrinal e pastoral, fundamentados na moralização dos costumes, na espiritualidade do clero, no seu desligamento das questões políticas e econômicas, foram acrescidos de um combate incansável aos erros do mundo moderno, especialmente o liberalismo. A Igreja Católica a partir do pontificado de Pio IX, especialmente a partir da publicação da encíclica "Quanta cura" acrescida do "Sílabo de erros" centralizou suas preocupações contra os "efeitos perniciosos" da modernização, da urbanização e da presença das novas idéias que provocaram a liberalização dos costumes, a mudança de mentalidade e o abandono das práticas religiosas. Essa postura católica despertou uma polêmica com os liberais que viam na penetração do reformismo ultramontado um retrocesso em relação ao regalismo e um afrontamento dos princípios constitucionais. O episódio dos bispos e a postura da hierarquia geraram constrangimentos nas relações entre Igreja e Estado. A reação veio principalmente daqueles que, assumindo o governo passaram a defender um Estado liberal, leigo e secularizado. Entre eles destacam-se os maçons, anticlericais, positivistas e livre-pensadores, defensores de um Estado sem Deus e de um governo sem religião.

A partir dessa situação, já não se pode pensar em um confronto esporádico com as doutrinas modernas, mas na maneira como Igreja e Estado vão disputar seu espaço na sociedade brasileira. Os limites de atuação definidos pela legislação já não respondem aos anseios da hierarquia que se considera prejudicada pelas interferências indébitas do Estado nos assuntos de caráter religioso e sente a Igreja transformada em simples repartição pública. A crise entre os reformistas católicos e os políticos liberais reflete as discordâncias em relação a que poder a Igreja do Brasil deveria prestar obediência: à Roma ou ao governo brasileiro. A

definição do impasse representava a continuidade do preceito constitucional ou a separação da Igreja e Estado.

A queda da monarquia criava as condições para a formação de um Estado leigo e a instalação de um governo secular. O decreto 119 — A, de sete de janeiro de 1890, punha fim ao sistema de padroado e declarava a separação entre Igreja e Estado. Fundava-se um estado não confessional, no qual, teoricamente, a presença de Deus era dispensada nos atos políticos exteriores e os símbolos religiosos retirados dos edifícios públicos. O regalismo imperial, que tantos entraves e embaraços criara à Igreja, estava definitivamente abolido por decreto e ela, equiparada às demais confissões religiosas, livre para atuar na sociedade brasileira, conforme estabelecia sua organização interna e seu caráter universal. A Igreja conseguia, “sem fazer força”, sua autonomia em face das ingerências do Estado³ e o catolicismo deixava de ostentar o “status” de religião oficial: Igreja e Estado alforriavam-se mutuamente.

Estava encerrado o período de Padroado, afirmava-se a ideologia liberal laicizada, dava-se autonomia à Igreja. O Estado recusava a ingerência na política e dispensava a mediação católica na busca de seus objetivos.⁴ A separação foi um ato unilateral e à Igreja coube apenas aceitá-lo. Nem por isso conformou-se com o estar fora do governo e perder o poder. Utilizou-se das artimanhas que dispunha para garantir sua presença em todos os níveis e manter seu esquema doutrinário, frustrando os esforços para a construção de uma sociedade laica e anticlerical. O Estado era declarado leigo, mas a sociedade continuaria católica.

Traçado o perfil das relações entre o Estado e a Igreja durante a segunda metade do século XIX, cabe então analisar o posicionamento do episcopado brasileiro quanto à mudança da forma de governo: de monárquico para republi-

3 LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A presença da Igreja no Brasil*. São Paulo: Ed. Giro, 1986. p.48.

4 SEVERINO, Antonio Joaquim. *Educação, ideologia e contra-ideologia*. São Paulo, EPU, 1986. p.65-66.

cano. Ressalte-se de pronto a ausência da Igreja no debate que precedeu a essa mudança, o que contribuiu para a redução de sua influência e interferência no processo e nas alterações propostas, ficando política e socialmente marginalizada, confinada, ostensivamente atacada e acusada de retrógrada, ultramontana, anticientífica, entravadora do progresso e da modernização. Por todas essas razões, o episcopado, como de resto toda sociedade brasileira, pouco teve sobre o que se manifestar quanto à proclamação da República, até porque a Igreja sempre procurou manter-se indiferente à forma de governo. Preocupava-se sim, com os homens que compunham o governo, os quais, exceto o Marechal Deodoro, eram seus adversários, defensores da secularização do Estado, propugnadores da separação entre o poder civil e o religioso, adeptos de um Estado sem Deus e sem religião, e, embora alguns cultivassem amizade com membros do clero, politicamente defendiam a separação entre Igreja e Estado.

Por sua vez, os bispos também atuavam de forma individualizada, não existindo entre eles nenhuma articulação mais consistente, ou conferência do tipo CNBB, que pudesse representar formal e oficialmente a palavra e a força da hierarquia católica. Ressaltam-se algumas lideranças, como as de D. Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará, D. Luís Antônio dos Santos, arcebispo da Bahia, D. Pedro Maria de Lacerda, bispo do Rio de Janeiro, os quais nada puderam fazer senão saudar o novo regime ou externar suas preocupações com os rumos das relações entre a Igreja e o Estado. As possibilidades de aproximação foram atropeladas pela promulgação do Decreto 119-A, sem a participação da Igreja na sua discussão e sem qualquer alteração para reverter o processo. Essa ausência está confirmada na carta de D. Antônio de Macedo Costa ao Conselheiro Rui Barbosa, Ministro da Fazenda do Governo Provisório, quando diz:

Está se propalando por boca pequena, que a separação da Igreja do Estado vai ser decreta de acordo com o clero, como o bispo de Pará e cooperação dele (...). Não desejo

a separação, não dou um passo, não faço um aceno para que se decrete no nosso Brasil o divórcio entre o Estado e a Igreja. (...) Fico inativo, nada movo absolutamente, em relação ao gravíssimo passo que vai dar.⁵

A carta do prelado revela, de modo especial, sua preocupação em garantir o respeito aos direitos da instituição, às suas propriedades, ao culto e sobretudo à liberdade de atuação. Sugere uma posição conciliatória dizendo: "Parece-me que se poderia muito bem dar liberdade à Igreja Católica e aos outros cultos, sem se chegar ao divórcio, à separação com essa Igreja a que pertence quase todo o povo brasileiro."⁶

A palavra oficial do episcopado brasileiro sobre a República e a conseqüente separação entre a Igreja e o Estado, pode ser analisada através de três documentos básicos:

1 — Carta Pastoral do Episcopado Brasileiro ao Clero e aos fiéis da Igreja do Brasil, publicada em 19 de março de 1890.

2 — Reclamação do Episcopado Brasileiro dirigida ao Exmo. chefe do Governo Provisório, escrita em 06 de agosto de 1890.

3 — Reclamação do Episcopado Brasileiro ao Congresso Constituinte, escrita em 06 de novembro de 1890.

A Carta Pastoral de 1890 representa o primeiro documento escrito coletivamente pelo episcopado brasileiro no exercício de sua missão de pastores e mostra uma posição conjunta perante um fato inédito vivenciado pela Igreja Católica do Brasil. O documento contém uma introdução e três partes, cada qual respondendo a uma pergunta: O que pensar da separação? O que pensar da liberdade de todos os cultos? Que fazer em função da nova situação?

No primeiro parágrafo, os prelados fazem uma advertência contundente sobre a crise que atravessa a Pátria:

5 COSTA, Antonio de Macedo. Carta à S. Excia. o Snr. Conselheiro Ruy Barbosa. In: COSTA, Francisco de Macedo. *Luctas e victorias*. Salvador: Est. Dois Mundos, 1916. p.101 e seg.

6 COSTA, p.111.

crise para a vida ou para a morte — “(...) para a vida se o progresso social for baseado na Religião; para a morte se não o for.”⁷ No bojo dessa crise, o trono afundou no abismo que princípios dissolventes lhe cavaram à sua própria sombra. O trono caiu e o altar permanece de pé, amparado pela fé do povo e pelo poder de Deus.⁸ É desse altar que os bispos se propõem a dizer à nação a verdade que poderá salvá-la. A causa que defendem não é somente a da fé católica, mas a da Religião, a causa de Deus. O princípio é o da união de toda a sociedade, dirigentes e povo, para que respeitem, amem e não se separem da Religião. A preocupação é a de saber se a sociedade permanecerá cristã ou se o nome de Deus e de Cristo serão banidos dela. A obediência aos dez mandamentos será a base de toda a estabilidade política.

Na primeira parte do documento — o que se pensar da separação? — constatam que a religião católica era alvo de todos os ataques da impiedade moderna. Em nome dos princípios de uma falsa ciência, negava-se todo e qualquer ensinamento da Igreja, desmentia-se os seus livros santos, impugnavam-se os seus dogmas, deturpava-se a moral, caluniava-se a sua história, menosprezavam-se os sacramentos, ridicularizava-se o seu serviço e em nome do clericalismo apontava-se a Igreja como uma temerosa inimiga da qual a sociedade deveria se livrar. Eram os que assim pensavam que faziam todo o esforço para se apoderar dos negócios públicos e dominar o Estado para, em seguida, impor tais princípios à toda a sociedade e declarar um combate direto ao catolicismo, à Igreja e à toda a sociedade cristã. Esse não era um problema exclusivamente do Brasil, mas de toda a Europa e das Américas, ameaçando deturpar e subverter todas as instituições, as leis, a religião e a sociedade.

O que os defensores desse radicalismo moderno pretendiam, segundo o episcopado, era uma Igreja livre no Estado livre. Ambos atuando e exercendo seu poder de forma livre

7 IGREJA CATÓLICA. Bispo. *Episcopado brasileiro ao clero e aos fiéis da Igreja do Brasil*. São Paulo: Typ. J. Secle, 1980. p.3.

8 Id., *ibid.*, p.3.

e separada. O mundo social nada teria a ver com a religião. Igreja e Estado atuando como se sequer se conhecessem mutuamente. Essa fórmula dava por resolvido o problema das relações entre a Igreja e o Estado.

Nada mais natural que o episcopado reagisse veementemente a essas propostas, declarando que a doutrina liberal era inaceitável e inadmissível, devendo ser condenada. Nessa proposta estava inserida a questão do poder, especialmente no que diz respeito à sua dualidade: poder eclesiástico e poder civil, ou seja, Igreja e Estado. A distinção está nos fins a que ambos se propõem, pois enquanto o Estado busca um fim natural que se realiza aqui na terra, com a promoção da ordem, da paz e da prosperidade, a Igreja busca um fim sobrenatural, cuja realização, embora preparada aqui na terra, somente ocorrerá, plenamente, no céu. Na sua auto-compreensão ela considera que recebeu esse mandamento de Jesus Cristo, o que a faz depositária das verdades eternas e a investiu do tríplice poder: legislativo, judiciário e penal, exercido sem nenhuma dependência ou limites pelo papa, pelos bispos e pela Igreja, que, no exercício de conduzir os homens ao fim eterno, não devem a mínima submissão ao Estado. Contudo, se no exercício de seu fim, reclama do Estado plena autonomia e liberdade de ação, proclama também a independência da sociedade civil na órbita de suas atribuições temporais, recomendando, expressamente, a submissão aos poderes constituídos.

Contudo, para os bispos, independência não poderia ser confundida com separação. A sociedade religiosa e a civil, embora independentes e distintas, contatam-se na identidade do súdito que cada uma encaminha para um fim que lhe é próprio; é o mesmo súdito sujeito à dupla jurisdição — obedecer às leis do Estado e às da Igreja —, cuja separação se torna impossível na prática. O conflito entre eles levaria à desordem, à perturbação da paz social e à inquietação das consciências. Em função desses argumentos, o episcopado não aceita a união de incorporação ou absorção, próprias do regalismo, mas a união onde os negócios temporais fossem

da responsabilidade do Estado e os espirituais da Igreja. União que resulte de acordo e harmonia, sem aquela subordinação que torna o Estado o árbitro supremo de todas as questões religiosas e considera a hierarquia religiosa subalterna do poder civil.

A segunda carta pastoral não trata especificamente das relações com o Estado, mas da liberdade de todos os cultos e da igualdade da Igreja com as demais “seitas adventícias” (expressão usada na carta pastoral). Por razões de conteúdo não se tratará dessa pastoral neste texto; apenas adverte-se para a oposição em relação à essa medida que o decreto também contempla.

Finalmente, na terceira parte — o que fazer? — os bispos reconhecem que a separação é um fato consumado, para o qual não contribuíram, e que estão frente à frente com um governo laico e secularizado. Reafirmam que a Igreja deve ter o direito à proteção e à liberdade. Tiraram-lhe a primeira, e o Brasil já não é mais uma potência católica. Apesar disso recomendam aos fiéis de todo o Brasil que apreciem a liberdade em si e aquela conferida pelo decreto. A opressão exercida pelo Padroado foi uma das principais causas do atrofamento da Igreja. As intromissões do Estado regalista nos domínios da Igreja provocou o abandono das dioceses, oprimiu os institutos religiosos, obstou o trabalho de reforma do clero e do culto e, além disso, estava sempre pronto a se apoderar dos bens das ordens religiosas que eventualmente fossem extintas. Apontam no decreto os artigos que asseguram a liberdade para a Igreja, clero, fiéis e culto, segundo os quais, o governo não poderá expedir leis, regulamentos ou atos administrativos sobre a religião: dará liberdade de culto particular e público; garantirá liberdade religiosa aos indivíduos e à Igreja; extinguirá o Padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas; estatuirá personalidade jurídica à todas as Igrejas e confissões religiosas com o conseqüente domínio de seus bens: manterá a cônica de sustentação aos atuais serventuários do culto e subvencionará, por um ano, as cadeiras de ensino nos seminários.

Os prelados fazem votos que a liberdade proposta no decreto seja cumprida na prática e alertam para os possíveis extremismos e perseguições que, a exemplo da França, poderão ocorrer também no Brasil e recomendam aos fiéis o cumprimento dos deveres cristãos na nova etapa que se abre para o catolicismo no Brasil. A gravidade daquele momento justificou a reunião do episcopado cujo objetivo, entre outros, foi o de conclamar clero e fiéis para uma ação conjunta e unificada no sentido de defender, restaurar e fazer florescer a religião e salvar a pátria.

Em relação ao Estado, reafirmam que não haverá conflito por parte da Igreja contanto que ele se mantenha na sua esfera. Nesse caso, não só não haverá conflito como, pelo contrário, a ação da Igreja será muito salutar e os seus fiéis serão os cidadãos mais dedicados à pátria. Antecipando-se à elaboração da Constituição republicana, recomendam para que não conste nela nenhuma palavra que possa ofender a liberdade de consciência religiosa, nem aos direitos de crença e de praticar atos religiosos, nem, muito menos, criar dificuldade às vocações religiosas, à posse e administração dos bens e não obriguem os sacerdotes ao exercício das armas.

Dessa forma, a partir das posições assumidas na primeira carta pastoral coletiva, de 19 de março de 1890, ficam estabelecidos os parâmetros da relação Igreja e Estado. O episcopado aceitou a separação por não ter como reverter o processo, manifestou seu respeito ao poder constituído, aplaudiu, muito discretamente, a nova ordem e acenou para uma possível conciliação com a forma de governo. A questão da liberdade e os ataques ao Padroado tem significado duplo: de um lado mostram a sua posição de vítima durante a vigência daquele regime e, de outro, estabelecem os limites da relação com o governo republicano. Em nenhum momento, respeitadas as balizas, deixará de colaborar dentro do espaço que lhe é próprio.

Algumas das esperanças externadas na Pastoral de 1890 foram frustradas alguns meses depois, quando da elaboração

do projeto da Constituição republicana a ser discutido pelo Congresso Constituinte. Tornado público em 22 de junho de 1890, o projeto estabelecia a sujeição dos bens da Igreja à lei de “mão morta”, reconhecia a obrigatoriedade do casamento civil, a laicização do ensino público, secularização dos cemitérios, era contra as subvenções governamentais a qualquer culto religioso, proibia a abertura de novas ordens religiosas, especialmente a companhia de Jesus, estabelecia a inelegibilidade dos clérigos e religiosos de qualquer confissão para o Congresso Nacional.

Imediatamente, o episcopado manifestou-se através de um documento enviado ao chefe do governo provisório, produzido na reunião de 06 de agosto de 1890. Nesse documento os bispos ponderavam que: “(...) não só foram deixados à margem (...) os direitos e as tradições (...) desta nação católica, mas positivamente atacados e alvo da mais injusta guerra, pontos essenciais da fé e da disciplina da nossa Religião.”⁹ Estavam desapontados sobretudo porque meses antes asseguraram ao clero e aos fiéis que nada constaria na nova Constituição que ferisse a liberdade da Igreja e dos católicos, nem que o novo regime ousasse reprimir as consciências religiosas. Agora, pelo projeto da Constituição, sentiam a Igreja completamente excluída de qualquer atividade que envolvesse o Estado, bem como de todos os atos políticos. Foi contra essa exclusão que os bispos afirmam que “(...) levantamos, não contra a República, mas contra esse ateísmo legal, as nossas reclamações até o poder supremo, como desagravo à consciência pública oprimida.”¹⁰ No rol das reclamações fazem um diagnóstico com todos os pontos contrários à Igreja, ao clero, ordens religiosas e fiéis e apelam ao Marechal para que interfira com o intuito de suprimir do projeto constitucional as cláusulas contrárias aos direitos da Igreja.

9 IGREJA CATÓLICA. Bispo. Reclamação do Episcopado brasileiro dirigida ao Exmo. Sr. Chefe do governo provisório. In: COSTA, p.205.

10 COSTA, p.210.

Apesar da característica pacífica, o documento traz uma ameaça de oposição velada ao governo republicano. Nele o episcopado afirma que "(...) a perseguição religiosa (...) cria para um país inteiro uma situação violenta, e por isso anormal. Não pode ser este o ideal que devem procurar para a nossa Pátria os estadistas chamados a colaborar com V. Exa. grandiosa de sua reconstrução política e social."¹¹ No final do documento fica clara a disposição do episcopado de lutar contra toda e qualquer afronta que venha a ser imposta à Igreja.

Três meses depois, 06 de novembro de 1890, outro documento era enviado, agora ao Congresso Constituinte, insistindo no esbulho dos seus direitos e prejuízo de suas relações com o Estado. O documento insiste na defesa dos direitos dos católicos e pede para que os Constituintes eliminem da Constituição tudo o que venha a prejudicar a Igreja e tenha um caráter anti-católico. Na verdade, esse era o último recurso, dado que o Marechal, como Chefe do Governo provisório, pouco fizera em prol das reclamações do episcopado. Nesse documento os bispos são mais específicos. Solicitam "(...) ao primeiro Congresso Nacional que, nesse trabalho de reconstrução política e social em que vai empenhar toda a sua solicitude, não fiquem ignominiosamente espezinhadas as nossas crenças religiosas, nem os direitos dos católicos do Brasil. Sem o respeito à religião de um povo, nenhuma reconstrução durável se poderá operar (...)." ¹² O documento termina com certo cetismo e externa a preocupação dos prelados que se nada for feito, "(...) sobre outros cairá a responsabilidade da agitação religiosa a que o sistemático esquecimento de nossos direitos vai forçosamente condenar o país."¹³

Contudo, apesar desse esforço, a Constituição Republicana de 1891, continha, no dizer do Pe. Desidério Deschand,¹⁴

¹¹ COSTA, p.219.

¹² IGREJA CATÓLICA. Bispo. Reclamação do Episcopado brasileiro ao Congresso Constituinte. In: COSTA, p.224 e seg.

¹³ COSTA, p.226.

¹⁴ DESCHAND, Desidério. *A situação actual da religião no Brasil*. Rio de Janeiro : Libreiro Ed., 1910. p.22-23.

uma série de artigos atentatórios aos direitos superiores da religião e da consciência católica. Isto significa que o episcopado não foi atendido em todos os seus reclamos, porém, os bens da Igreja não foram atingidos, as ordens e congregações religiosas obtiveram ampla liberdade para se estabelecer no Brasil. Mesmo as questões relativas à subvenção, gradativamente, foram sendo regulamentadas e reinterpretadas sobretudo em relação às obras de beneficência. Os católicos se acomodaram perfeitamente ao estabelecido pelos preceitos constitucionais, e pelo que consta, em nenhum momento esboçaram qualquer reação coletiva organizada.

A análise dos documentos episcopais revela que, no seu conjunto, articulou-se uma oposição da Igreja Católica ao regalismo imperial, às intervenções do poder temporal nos assuntos religiosos, à placitação e à outras exigências do padroado. Contudo, abolidos esses entraves, a Igreja quis manter os privilégios que o mesmo regalismo lhe havia outorgado. Entre eles estava a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas, a não-secularização dos cemitérios e o casamento religioso. Parte da hierarquia e do clero conservador sentia dificuldade em observar as medidas secularizadoras adotadas com a mudança na forma de governo. O mesmo não ocorreu com o povo católico, o qual, mantendo a atitude de sempre, não se envolveu na controvérsia. Dessa forma, conforme ressalta Francisco Catão,

A República trouxe a separação entre a Igreja e o Estado no Brasil, para alívio de todos, dos políticos e dos eclesiásticos. Foi talvez o único caso em que a separação da Igreja decretada pelo Estado foi por ela acolhida como libertação. Os políticos, certos de que a religião estava ultrapassada na era positiva da ordem e do progresso, acreditava estar escrevendo o epitáfio da Igreja. Os eclesiásticos, podendo respirar em liberdade, sem a "proteção" sufocante do Estado, viam renascer uma esperança de restauração.¹⁵

15 CATÃO, Francisco. *O que é teologia da libertação*. São Paulo : Nova Cultura :

A Constituição de 1891 confirmou o espírito de reformulação política projetada durante a segunda metade do século XIX¹⁶ e representou um ponto de estabilidade das relações entre as duas instituições. Ambas acreditavam que o respeito à lei e a submissão à ela representaria o equilíbrio social e a garantia da liberdade e da coexistência social pacífica e equilibrada. O episcopado, sentindo o peso das barreiras impostas pelos homens públicos que ocupavam o Governo na República, optou por um silêncio que aparentemente não representava, de forma alguma, a derrota. O preço da liberdade representava ter de enfrentar os problemas internos e externos de maneira independente e autônoma. O período de adaptação mostrou que, politicamente, ninguém encarou a separação como derrota, mas como busca de novas formas de ação, de identidade e de influências. A oposição ao Estado leigo e ao liberalismo estava dentro dos limites estabelecidos pela política oficial de Pio IX e seus sucessores. Conforme assinala Sérgio Micelli, "O processo de construção institucional da Igreja brasileira ao longo da República Velha (1890-1930) se prende, de um lado, às novas diretrizes e empreendimentos da Santa Sé, durante a segunda metade do século XIX e, de outro lado, aos desafios organizacionais e condicionantes políticos que teve de enfrentar no interior da sociedade brasileira."¹⁷ As posturas da Santa Sé e as do governo republicano contribuíram para uma acomodação das partes e uma reaproximação "cautelosa" do clero e dos homens públicos; assimilando as situações criadas pela nova religiosidade e reinterpretando as questões que geraram polêmicas e atritos no início da República, optaram por uma atitude mais cordial, insistindo na importância das boas relações entre Igreja e Estado.

Abandonando a questão política propriamente dita, sem contudo deixar de reivindicar seus direitos, a Igreja percebeu que sua força residia na organização de uma base popular

16 ARAÚJO, José Carlos de Souza. *Igreja católica no Brasil*. São Paulo : Ed. Paulinas, 1986. p.47.

17 MICELLI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro : Bertrand, 1988. p.11.

sólida, voltando-se para o seu interior, despertando, gradativamente, para as questões pastorais e para a ação social, de modo especial para a emergente questão social. No processo de reestruturação, a base do poder eclesiástico centrou-se na figura dos prelados que passaram a ter poderes significativos no âmbito de suas dioceses. Com isso, a tendência descentralizadora do regime republicano expressa, gradativamente, na política dos governadores, teve seu paralelo na “estadualização”, via dioceses, do poder eclesiástico. A situação de confronto produzida a nível federal, pelo processo de separação, não se refletiu a nível local, mantendo-se a aproximação entre o poder político e o religioso, com alianças entre bispos, padres e as elites locais, tidas como católicas confessas. Essas alianças garantiram os espaços necessários à penetração em todas as esferas da sociedade local, esvaziando as pretensões dos liberais republicanos que pretendiam limitar a atuação da Igreja ao campo restrito da ação religiosa.

Por sua vez, essa mesma Igreja estava ciente de que, a nível de Governo Federal, o divórcio era uma situação de fato, consolidado pela Constituição da República, promulgada em 1891, na qual se formalizara a apostasia, não se mencionava sequer o nome de Deus e nada se previa quanto à sua participação nas atividades do Estado. A hierarquia evitou se manifestar de modo conjunto e buscou direcionar sua atividade para outros objetivos como os de consolidar as reformas internas da Igreja e das dioceses. No entanto, em 1890, no quarto centenário da descoberta, o episcopado das duas Províncias — Setentrional e Meridional — reuniu-se em Mariana e redigiu uma Carta Pastoral na qual, fazendo uma retomada dos momentos significativos da História do Brasil, voltou a fazer referências às suas relações com o Estado. Nela se lê “Não fomos adverso ao regime passado, nem o somos ao que atualmente nos rege. Nos magistrados que regem a Nação reconhecemos depositários da autoridade divina, e somos obrigados a respeitá-los e obedecer-lhes,

quando seus preceitos não vão de encontro aos de Deus.”¹⁸ Reconhecem que a separação da Igreja do Estado deixou-a mais livre, porém não devolveram o que lhe tomaram e até negaram-lhe um escasso subsídio, arrecadado dos bens que lhe haviam subtraído. No entanto as considerações do episcopado não passam de reclamos contra tudo o que o governo republicano lhes tirara ou lhes negara. Considera que o fato de nada quererem com a Igreja, com Deus e com Jesus Cristo, revela a ingratidão dos homens que governavam o Brasil, e explica muitos dos males que ocorriam na Pátria. Confirmando essa postura afirmam que “Não é de admirar, amados filhos, que tantos males hajam desencadeado sobre nossa pátria. Quiseram nossos chefes que ela se constituísse de todo independente de Nosso Senhor Jesus Cristo, protestaram nada querer, nenhuma relação com Jesus, nem com sua Igreja (...) e Jesus Cristo (...) nos vai mostrando o que vale um país sem Deus.”¹⁹

Nessa pastoral, o episcopado não esconde sua preocupação com os rumos da nova legislação que estava sendo elaborada, solicitam aos católicos que se dirijam aos representantes supremos da Nação dizendo que não querem ser uma nação sem Deus e sem religião e que não querem ter um governo ateu. Este deve ser o primeiro passo para a reconversão após onze anos de apostasia. Embora não proponha uma aliança entre Igreja e Estado nos moldes do Padroado, nem que se formalize qualquer ato oficializando a religião católica como religião do Estado, reafirma que quer “(...) que o Brasil seja a República de Jesus e que de Jesus sejam todos os brasileiros (...).”²⁰

A pastoral, na verdade, deixa uma imagem de que a hierarquia cultivava uma nostalgia do Império quando a religião católica era oficial e a Igreja estava integrada ao Estado. O Império pode não lhes ter dado a liberdade, mas

18 IGREJA CATÓLICA. Bispo. *Pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao clero e aos fiéis das duas Províncias Eclesiásticas do Brasil*. Mariana: Typ. Episcopal, 1900. p.15.

19 Id., *ibid.*, p.20.

20 Id., *ibid.*, p.30.

garantiu-lhes a proteção. A República deu-lhe a liberdade mas negou-lhe a proteção. Agora a Igreja deveria caminhar sozinha, com suas próprias forças e, sem o respaldo do Estado, garantir que o Brasil continuasse uma “potência católica”. Dessa forma, observa-se que em 1900 a hierarquia ainda não cessara de criticar a separação entre a Igreja e o Estado. Considerava que a maioria da população continuava católica e que o Estado leigo usurpava os direitos dessa maioria.

A grande dificuldade da Igreja centra-se na absorção dos dispositivos constitucionais incorporados à Constituição de 1891, destacadamente o que estabelecia o ensino leigo nas escolas públicas. Por ele, a Igreja perdia um dos principais espaços de penetração popular bem como o acesso às elites.

No entanto, a maioria dos princípios laicizantes nela propostas não chegaram a se efetivar na prática. A população brasileira continuava a pensar o mundo dentro dos parâmetros católicos, embora os homens do governo insistissem em pensá-lo de forma leiga e secularizada. O governo republicano tirou da Igreja o papel de organizadora da vida coletiva, sem entretanto substituí-la por alguém capaz de desempenhar o mesmo papel.²¹ Foi neste vácuo que a Igreja articulou as suas forças, organizou um amplo sistema de ensino, montou uma rede de escolas, construiu hospitais, trouxe da Europa várias congregações e ordens religiosas que contribuíram para redefinir sua ação pastoral com o intuito de garantir sua presença paralela ao Estado, no meio de todas as categorias sociais, perpassando pelos governantes e governados, elites e povo. As primeiras décadas da República representaram um esforço constante para recuperar o espaço perdido que, por direito, considerava seu. Embora os bispos valorizassem a liberdade nas suas relações com o Estado e defendessem sua independência face ao governo republicano, não deixavam de insistir na necessidade do apoio do Estado e lutavam para reconquistar o poder político e recuperar sua influência junto ao poder público.

21 OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. Religião e denominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis : Vozes, 1985. p.271.

Tudo isso, no entanto, não conseguiu evitar que durante a primeira República a Igreja fosse excluída da vida pública e do apoio do Estado.

Na década de vinte iniciava-se outra história. As relações entre Igreja e Estado não voltaram a ser oficiais, mas sem dúvida assumiram um caráter de oficiosas. Aos poucos, a Igreja reconquistaria os direitos que julgava seus. Os homens de governo não mais tinham para com ela uma atitude hostil como os do início da República. Nascia uma era de harmonia entre Igreja e Estado, sobretudo porque o poder público procurava aplicar a Constituição de forma menos ofensiva ao catolicismo. Uma ação coordenada e prudente por parte dos bispos, a participação de católicos convictos no governo e nos postos da administração pública e a presença de intelectuais como os que formavam o Centro D. Vital, todos esses fatores contribuíram para que governo e católicos, Igreja e Estado passassem a viver uma fase de cooperação e harmonia. De uma atitude de benevolência dos homens de governo, passou-se para a de incorporação das reivindicações católicas na legislação. Era a constituição definitiva de “uma Igreja livre no Estado livre”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ARAÚJO, José Carlos de Souza. **Igreja católica no Brasil**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1986.
- 2 CATÃO, Francisco. **O que é teologia da libertação**. São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1986.
- 3 COSTA, Francisco de Macedo. **Luctas e victorias**. Salvador: Est. Dois Mundos, 1916.
- 4 DESCHAND, Desidério. **A situação actual da religião no Brasil**. Rio de Janeiro: Libreiro Ed., 1910.
- 5 FAUSTO, Bóris (org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1967/1984. O Brasil republicano, t. 3, v.2.
- 6 IGREJA CATÓLICA. Bispo. **Episcopado brasileiro ao clero e aos fiéis da Igreja do Brasil**. São Paulo: Typ. J.Secle, 1890.
- 7 ———. **Pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao clero e aos fiéis das duas Províncias Eclesiásticas do Brasil**. Mariana: Typ. Episcopal, 1900.
- 8 KEITH, Henry; EDWARDS, S.F. (org.). **Conflito e continuidade na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- 9 LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A presença da Igreja no Brasil**. São Paulo: Ed. Giro, 1986.
- 10 MICELLI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.
- 11 OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. **Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- 12 SEVERINO, Antonio Joaquim. **Educação, ideologia e contra-ideologia**. São Paulo: EPU, 1986.

IGREJA VERSUS GOVERNO — OPÇÕES POLÍTICAS NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA

CRISTIANO GERMAN

Professor e Pesquisador do Centro de Estudos
Latino-Americanos da Universidade Católica de
Eichstaet, Alemanha.

SUMMARY

The paper discusses five fields of conflict between the Catholic Church and the "New Republic" under President Sarney from 1985 to 1988. The analysis of the areas National security, the Indian question, censorship, mass communication and religious sects (the increase of which is also explained by social causes) shows a marked dissent in attitude as to the view of the quality of the democratization process. The Catholic Church clearly favoured an active, progress-oriented position whereas the government was rather passive and socio-conservative. The Constituent Assembly, which played a special role during the years under examination, and its attitude was included into the analysis of the fields of conflict. It was found that in the five areas mentioned the "Constituintes" — inspite of manifold attempts of lobbying — were able to come to moderate and reform-oriented statements in the Constitution. The respective articles of Brazil's new 1988 Constitution show — as yet theoretically — a kind of middle way between the positions of the Catholic Church and the Sarney government, the arguments of the Church possibly having, in the end, been proved to be more convincing for the "Constituintes".

1. INTRODUÇÃO

Segundo as pesquisas de opinião, no final do ano de 1987, aponta-se um quadro sombrio sobre a confiança da sociedade brasileira contemporânea nas autoridades e instituições do país. Dessa tormenta, só a Igreja Católica ficou ilesa.

Em comparação com a imprensa, líderes sindicais, o presidente da República, o ministro da Fazenda, todos esses considerados de credibilidade relativa, a Igreja continua sendo a instituição em que os brasileiros mais acreditam. Segundo as estatísticas, sofrem de descrédito público em primeiro lugar, os políticos e constituintes, seguidos pelos empresários e militares. entre outros.

O alto prestígio da Igreja Católica no Brasil se reflete a partir dos seguintes dados: 39,4% dos entrevistados pelo IBOPE afirmam que a Igreja “tem falado só a verdade” e 33,5% acreditam que ela “tem falado mais verdades que mentiras.”¹

Embora essa confiança mais alta registrada chegue somente a 39,4%, mostrando bem a incredulidade do povo perante as instituições, fica clara a grande preferência de que a Igreja goza, ainda mais quando se comparam os resultados, dela com a classe política. Essa conta apenas com uma credibilidade absoluta de 2,1%.

Se for aceito incluir nesse quadro de confiança relativamente positivo as opções políticas da Igreja, então ela seria também vencedora nessa área sobre o governo da “Nova República”.

TABELA 1
O POVO E AS INSTITUIÇÕES

Em %	A	B	C	D	E
Igreja Católica	39,4	33,5	14,3	4,1	8,7
Imprensa	13,6	40,1	30,4	6,9	9,1
Pres. José Sarney	10,1	31,2	32,2	17,8	8,9
Líderes sindicais	9,4	36,9	24,4	11,3	18,1
Constituintes	5,9	26,5	33,8	16,6	17,3
Ministro da Fazenda	5,9	23,3	34,1	20,3	16,4
Empresários	5,3	23,6	34,9	18,6	17,6
Políticos	2,1	11,8	48,8	30,7	6,7

A: Tem falado só a verdade B: Tem falado mais verdades que mentiras C: Tem falado mais mentiras que verdades D: Tem falado só mentiras E: Não sabe / não respondeu.

Fone: IBOPE (ISTO É, 25.nov.1987)

1 COMEÇA a corrida. Isto É, São Paulo, p.22 25 nov. 1987.

As posições da “Igreja Católica” analisadas nesse estudo, partem dos documentos oficiais da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) e de seus órgãos. Seu diálogo com o governo é interpretado, igualmente, a partir dos documentos que este elabora.

Meu argumento é de que apesar de esforços econômicos e políticos certamente apreciáveis do governo José Sarney, a Igreja Católica, dentro da sua área de interesses, continua a ter quase sempre os melhores argumentos, além da maior vontade política e responsabilidade em favor de um processo amplo de democratização. A Assembléia Constituinte mostrou perante às demandas progressivas da Igreja e das reações conservadoras do governo uma posição moderada e reformista. O governo se limitou a administrar uma democracia política formal, enquanto que a Igreja se preocupa não apenas com as mudanças institucionais mas também com a realidade atual da vida do povo carente. Ela não só exige como consequência da democratização política a urgente democratização social, mas tenta realizar essas suas demandas concretamente pela ação pastoral.²

Existem obviamente no Brasil grupos políticos e econômicos de força destacada, que defendem um “status quo”, caracterizado pela mais alta taxa de desigualdade econômica do mundo,³ para conservar assim os seus privilégios. Esses grupos, por consequência, tornam-se contrários à toda a instituição que defenda posições políticas semelhantes às da Igreja Católica. Por outro lado, não se pode esquecer que certos agentes do governo, da administração pública e da classe política aceitam ou pelo menos apreciam boa parte das suas ações. Apesar da semelhança de certos postulados, tais grupos não concordam que a Igreja assuma tal papel. Para estes, a política é somente um assunto de políticos, onde a

2 CNBB. Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil, 1987-1990. São Paulo: Paulinas, 1987. (Documentos da CNBB 38). GERMAN, C. Problemas fundamentais de la democracia en Latinoamérica : tres casos : Argentina, Uruguay y Brasil. Valparaíso : Edeval 1988. p.41.

3 JAGUARIBE, H. et al. Brasil 2000 : para um novo pacto social. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986. p.18.

Igreja não tem de intervir. Essa é também a opinião da ala conservadora da Igreja brasileira e do Vaticano.

Assim, interesses econômicos, políticos e pastorais diversos se encontram por acaso reunidos contra as posições políticas da Igreja, na qual participam ainda outros atores, como por exemplo, segmentos influentes da imprensa nacional. No período autoritário a situação era bem mais fácil em termos de identificação dos adversários da Igreja.⁴ Esses em geral estavam ligados ao governo militar.

O dilema institucional que surge na transição democrática brasileira é compreensível: para a população, a insatisfação diante da política se deve à lentidão dos processos da transição democrática, à falta de consenso democrático e de seriedade política, entre muitos dos outros aspectos. Assim permanecem os velhos ou surgem novos tipos de auto-defesa popular, da qual a Igreja Católica faz parte natural, pela sua direta convivência com o povo, este com problemas econômicos permanentes.

Como as autoridades políticas não parecem querer reformar fundamentalmente a situação sócio-política, dois terços da população brasileira de baixa ou sem nenhuma renda, continuam procurando um auxílio de caráter imediato, o qual a classe política não pode oferecer. Tal auxílio, suprido pela Igreja Católica, em termos de ajuda e assistência social, favorece o caminho da reforma e não da ruptura revolucionária; também as demais religiões de caráter apolítico e atenuador de conflitos, como o espiritismo e pentecostalismo, concorrem igualmente para a diminuição das tensões sociais. Sem todas essas forças compensatórias, surgiria a possibilidade de uma revolução da esquerda, a partir de um esquema marxista, o qual alguns dos inimigos da "corrente progressista" da Igreja nela enxergam tal tendência, misturando ou confundindo esta postura com as ações pastorais a favor da justiça social.

4 BRUNEAU, T.C. *The political transformation of the Brazilian Catholic Church*. Cambridge : Cambridge University press, 1974. p.177 e seg.

2. ÁREAS CONFLITIVAS ENTRE IGREJA E GOVERNO

Depois de um curto período de cordialidade entre a Igreja e o governo Sarney, nos primeiros seis meses de seu governo, o cenário de entendimento e cooperação deu lugar à antipatia e a críticas recíprocas.⁵ Algumas das múltiplas áreas em que os pensadores da Igreja Católica entraram em conflito com as opções políticas do governo foram as cinco seguintes, independentemente de hierarquização.

2.1. O Conselho de Segurança Nacional

Em março de 1988 foi publicado em Paris no hebdomadário DIAL (Difusão de Informação sobre a América Latina, 31/3/88) a tradução de um documento confidencial e inédito no Brasil, da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional sobre a "Atuação da Igreja Católica no Brasil". Datado de 3 de junho de 1986, esse documento demonstra a situação incômoda que algumas pessoas do governo provavelmente sentiram face às opções políticas e à atuação da Igreja para encaminhar a produção desse estudo, logo apresentado ao Presidente da República. O conteúdo desse dossiê e de outras pastas sobre o trabalho político e social do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), já foi publicado em síntese em novembro de 1987 pelos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*. O CSN enviou doze estudos à uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Essa comissão investigava a atuação do CIMI depois de acusações sérias do jornal *O Estado de São Paulo* contra a Igreja no Brasil.⁶

Na pasta 07, Estudo N.º 008/86, a Igreja Católica no Brasil é considerada como a mais importante instituição religiosa em atuação no país. Duas grandes entidades, a CNBB e a Conferência Nacional dos Religiosos do Brasil (CRB) formam um potencial organizado e disperso por todo o país

5 BRUNEAU, T.C. *The church in Brazil : the politics of religion*. Austin : University of Texas Press, 1982. p.32.

6 CNBB. CIMI. *Os povos indígenas e a igreja missionária neste crucial momento histórico*. Brasília, 1988. p.11. Veja a parte 2 — A Questão Indígena.

com 352 seminários, 2.559 colégios e cursos, 143 faculdades, 1.344 hospitais, casas de saúde e postos médicos, 150.000 Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e diversos meios de comunicação social (veja a parte 3.MCS).

Cento e vinte (30%) dos aproximadamente 400 membros da CNBB são identificados como pertencentes da “corrente progressista”, ocupando todos os postos de direção do organismo. Entre esses, cerca de 40 seriam ativistas radicais de esquerda. A CNBB pertence 27% de estrangeiros, enquanto que a CRB, que em geral reúne os demais sacerdotes e religiosos, conta com 39%.

As oito áreas que parecem ser de maior preocupação governamental, por motivar as atividades sócio-políticas da Igreja, são as seguintes: a questão fundiária, o movimento sindical, a questão indígena, o campo dos direitos humanos, a área educacional, os segmentos sociais mais carentes, a política partidária e a nova Constituição.

Com a ajuda financeira de 43 entidades estrangeiras e uma estrutura bem organizada, a CNBB alcança em todo o país todos os níveis da sociedade. Ao “clero progressista”, embora minoritário, é atribuída grande influência nas ações pastorais. As suas atividades contrárias ao interesse do governo e dos militares parecem inúmeras. A seguinte lista não mostra um programa de um conselho governamental que se preocupa pelo bem-estar da população ou pelas condições básicas de um processo de democratização, antes revela de maneira cínica a vontade de agir contra as seguintes “ingerências da Igreja nos negócios do Estado”:

- 1) Consolidação da Central Única dos Trabalhadores (CUT);
- 2) Organização da União Nacional dos Estudantes (UNE);
- 3) Implementação da “Educação Popular” no país;
- 4) Estabelecimento de um novo sistema de Comunicação Social ajustado aos interesses das classes populares;
- 5) Formação de lideranças sindicais, rurais e urbanas;
- 6) Formação, criação e apoio aos movimentos populares;

- 7) Consolidação do Partido dos Trabalhadores (PT);
- 8) Organização e apoio aos trabalhadores rurais e aos “Sem Terra”;
- 9) Combate à seca do Nordeste, particularmente, em oposição aos programas governamentais para a região;
- 10) Contra os grandes projetos governamentais, especialmente os relacionados com a construção de barragens e o Projeto “Grande Carajás”;
- 11) Formação de lideranças estudantis;
- 12) Formação de lideranças para o PT e para as CEBs;
- 13) Contra a proliferação das seitas, do espiritismo e dos cultos afro-brasileiros;
- 14) Pelo engajamento dos capelães militares às diretrizes da CNBB;
- 15) Em favor das minorias: negros e índios;
- 16) Campanha Nacional pela Implantação da Reforma Agrária;
- 17) Campanha de Fraternidade (CF-86), também dedicada às questões da terra;
- 18) Campanha pela Assembléia Nacional Constituinte.

Para impedir essas atuações que provocariam movimentos de massa e mudanças rápidas e radicais, o CSN sugere um prosseguimento e ampliação dos programas sócio-econômicos do governo, como maneira eficaz de contestar os principais pontos das campanhas da Igreja. Outras propostas do CSN para o governo foram a busca de um diálogo com a Igreja Tradicional, esclarecimento da opinião pública sobre as manipulações dos problemas nacionais pelo clero, mobilização dos que apóiam o governo e finalmente, como medida mais delicada, a criação de adequados mecanismos de controle de atuação das organizações religiosas no Brasil. As informações necessárias, inclusive sobre o ingresso de recursos do exterior, seriam fornecidas por um grupo especial e confidencial formado de representantes do Serviço Nacional de Informações (SNI), da Secretaria Geral do CSN e do Itamaraty.

O presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, reagiu de maneira clara contra os estudos do CSN, dizendo que percebe neles “a apresentação de um Estado marcado pelos famosos objetivos nacionais, pela doutrina da segurança nacional, que contrasta com a imagem de um Estado que para nós deveria ser democrático”. Numa outra entrevista, constatou que “o CSN exerce atribuições que não lhe são devidas e que pareciam superadas, porque recordam tempos de autoritarismo e arbitrariedade.”⁷ Além disso, Dom Luciano, acompanhado pelo secretário-geral da CNBB, Dom Antônio Celso de Queiroz, teve uma audiência com o presidente José Sarney para manifestar a sua “estranheza” pelos documentos do CSN.

Para a opinião pública fica desconhecido se, efetivamente, já foram adotadas as sugestões do CSN pelo presidente Sarney. Pela nova Constituição o CSN foi substituído por dois novos órgãos de assessoria ao Presidente da República: o Conselho da República (Art. 89/90) e o Conselho de Defesa Nacional (Art. 91). Esse último herdou algumas competências do CSN, mas não tem mais a tarefa de estabelecer os objetivos nacionais permanentes e as bases para a política nacional.

2.2. A questão indígena

Um conflito sério entre Igreja e governo da Nova República nos anos 80 surgiu quando a 24.^a Assembléia Geral da CNBB aprovou a Declaração Pastoral *Por uma Nova Ordem Constitucional*, em abril de 1986. No item 3.2.2. sobre as “Exigências Concretas”, especialmente a “Promoção e defesa dos direitos de todos, a partir dos mais necessitados” (p.29-30), começa a discordância com os conceitos do governo. Algumas partes das seguintes declarações da Assembléia provocaram uma grande polêmica:

7 Folha de São Paulo, 6 e 7 nov. 1987, respectivamente.

Art. 81 Dada a existência de povos indígenas no Brasil, secularmente submetidos a todo tipo de espoliação, é necessário que a Constituinte reconheça a pluralidade étnica da sociedade brasileira, garantindo a auto-determinação desses povos, respeitando-lhes a cultura e acolhendo suas organizações tribais, como povos minoritários dentro da sociedade brasileira.

Art. 82 Para a sobrevivência destes povos e a preservação de sua cultura, a Constituição deverá garantir-lhes o domínio e a posse coletiva inalienável e exclusiva das áreas por eles habitadas, com usufruto de todas as suas riquezas, inclusive o subsolo. Estas áreas deverão ser imediatamente demarcadas.

Tais demandas são analisadas pelo CSN nos dossiês acima mencionados, entre abril e junho do ano de 1986, por envolver questões da soberania nacional. Os quatro pontos de maior divergência dos conceitos são:

- 1) A nacionalidade indígena própria (nações índias, não incorporadas à sociedade nacional);
- 2) A propriedade do solo e não apenas o usufruto;
- 3) O domínio do subsolo;
- 4) A auto-determinação dos índios.

O CSN considera na sua avaliação em 1986 que as opções da política indigenista da Igreja comprometem a integração nacional, a integridade do patrimônio nacional, o progresso, a paz social e finalmente a soberania do Brasil.⁸ É interessante constatar que a mesma linha de argumentos do estudo de caráter confidencial surge durante uma pesada campanha do jornal *O Estado de São Paulo*, a partir de 9 até 15 de agosto de 1987, contra o CIMI. O órgão anexo à CNBB é acusado de servir, junto ao Conselho Mundial de Igrejas Cristãs, a interesses estrangeiros para limitar a soberania do Brasil. O conceito de soberania restrita sobre as terras indígenas

⁸ CSN em documento confidencial propõe controle sobre a Igreja. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1988. p.12.

ajudaria à internacionalização da Amazônia e dificultaria as possibilidades do país para exportar minérios, especialmente o estanho.

Uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI de 17/9/87 a 18/3/88) com a finalidade de apurar as denúncias contra a Igreja e especialmente contra o CIMI, recebeu a certa altura, a pedido do deputado Gerson Peres (PDS-PA), os dossiês confidenciais do CSN sobre a atuação da Igreja no Brasil. Estes dossiês chegaram à imprensa, como era previsível e, revelados com exclusividade pela *Folha de São Paulo* no começo de novembro de 1987, parecem justificar as denúncias do *Estado de São Paulo*.

Mas o *Estado de São Paulo* não revela os documentos chave que poderiam provar a autenticidade de suas denúncias, todas rejeitadas pela Igreja por serem inequivocamente falsas. A CPMI acaba sendo extinta, isentando o CIMI das acusações, mas sem esclarecer os motivos ou verificar as denúncias do poderoso jornal.⁹

Entre as várias medidas que a Igreja tomou contra a campanha do *Estado de São Paulo* e as matérias reproduzidas, no todo ou em parte, por outros jornais do país, encontra-se uma nota da Presidência da CNBB entregue à imprensa no dia 14 de agosto de 1987. Essa nota mostra, com clareza, a posição da Igreja, por exemplo no item 7:

É lamentável que o jornal "O Estado de São Paulo", desrespeitando os princípios fundamentais da moral se tenha prestado a essa campanha, assumindo os interesses das empresas de mineração em detrimento das populações indígenas. É inadmissível o recurso à argumentação difamatória, deturpando fatos, manipulando e forjando documentos, sem escrúpulos, a ponto de acusar os missionários de conspiração contra a soberania e a unidade do país e afirmar, de modo gratuito e descabido, que a Igreja pretende vantagens econômicas em sua ação evangelizadora.¹⁰

9 CNBB. CIMI. A verdadeira conspiração contra os povos indígenas: a Igreja e o Brasil. Brasília, 1987.

10 Comunicado Mensal, Brasília, n.36, p.1074/1075, ago. 1987.

Para responder ao documento da SG/CNS, a CNBB entrega um fascículo de 51 páginas à CMPI com o título *A Verdadeira Conspiração contra os Povos Indígenas. A Igreja e o Brasil*, explicando ponto por ponto a sua visão contrária às suspeitas do Conselho.

Toda essa discussão chegou também a provocar um acidente talvez único na história das relações entre Igreja e o governo. O CIMI e outras entidades encaminharam em agosto de 1987 ao projeto de Constituição uma Emenda Popular que dispõe sobre nações indígenas. Nessa proposta são repetidas em forma mais jurídica as idéias de uma República plurinacional, da nacionalidade própria dos membros das Nações Indígenas, distintas entre si e da nacionalidade brasileira, sem prejuízo de sua cidadania brasileira.¹¹

Além disso, é relevado novamente pela campanha do *Estado de São Paulo* uma “emenda”, que na verdade só é uma manifestação de solidariedade, assinada por aproximadamente 47.000 jovens austríacos, pela proteção dos índios. Em carta entregue ao relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, pelo embaixador da Áustria no Brasil em julho de 1987, a Juventude Católica Austríaca pediu aos Constituintes

que reconhecessem o direito territorial dos povos indígenas, o direito exclusivo dos índios ao solo e subsolo de suas terras e que fosse reconhecida e respeitada a organização social e cultural daquelas populações nativas.¹²

Esses dois eventos provocam duras críticas por parte do Ministro da Justiça, Paulo Brossard. O ministro considera as propostas da Igreja na Emenda Popular como “uma agressão ao Brasil”, “um escárnio”, afirmando que isso significaria o princípio da divisão do país.¹³ Em uma primeira visita realizada ao Ministro Brossard, no dia 25 de agosto de 1987, o novo presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida,

11 Notícias, Brasília, n.34, 20 ago. 1987. Encarte.

12 CNBB. CIMI. *A verdadeira conspiração...*, p.26.

13 Correio Braziliense, Brasília, 29 e 31 ago. 1987.

tinha a intenção de apresentar os documentos falsificados sobre as denúncias contra o CIMI, entre outros assuntos. Num dado momento da entrevista, Brossard se descontrolou e começou a gritar com o bispo, de modo que em algumas salas vizinhas se podia ouvir as suas queixas. Referindo-se às denúncias do *Estado de São Paulo*, nas quais ele possivelmente acreditava ou das quais se aproveitava, o Ministro se manifestou veementemente contra o conceito da plurinacionalidade, e contra os austríacos, que segundo ele “nunca puseram os pés no Brasil”. Conforme o ministro,

É evidente que existe uma organização atuando e procurando interferir na soberania brasileira. Organizações como esta não faltam, até porque recebo diariamente cartas de todas as partes do mundo, com o mesmo teor. Será que isso é obra do Divino Espírito Santo, padre?¹⁴

A hipótese de uma conspiração de poderosos grupos econômicos estrangeiros contra o “progresso” do Brasil, a quem a Juventude Católica Austríaca e o CIMI estariam ligados, foi uma das denúncias ridículas e nunca provadas pelo jornal. O que não significa que interesses desse tipo possam existir em outro contexto, mas sem a participação da Igreja Católica. Sob o ponto de vista da Igreja Católica, a política indigenista do governo conduz ao desaparecimento das comunidades indígenas. O conceito de “integração” ou “incorporação dos silvícolas à comunhão nacional” da antiga Constituição (Art. 8, XVII, o, Constituição de 1967), junto com os decretos presidenciais 94.945 e 94.946, promulgados em 23 de setembro de 1987, são criticados por terem um “caráter aberrantemente etnocida, já que estabelecem para os índios um único destino: deixar de ser índio, dotados de especificidades culturais próprias e irreproduzíveis.”¹⁵

Todas as tentativas de influenciar os Constituintes contra ou a favor de certos aspectos da questão indígena, saíram

14 *Correio Braziliense*, Brasília, 26 ago. 1987.

15 CNBB. CIMI. *Os povos indígenas...*, p.6-7.

bem equilibrados na redação final do texto. Os índios mereceram pela primeira vez num texto constitucional brasileiro, um capítulo específico (Título VIII, Capítulo VIII). A distinção rejeitada pelo CIMI entre “índios não aculturados” e “em elevado estágio de aculturação” dos decretos presidenciais acima mencionados, que restringiam bastante os direitos desses últimos, principalmente com relação à posse de terra, foram derrubadas.

Com referência aos quatro pontos de maior divergência de conceitos entre o CSN e a Igreja pode se constatar que a nacionalidade própria não foi concedida aos índios. Por outro lado, são reconhecidos constitucionalmente aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições (Art. 231). Em relação à propriedade do solo e o domínio do subsolo, eles recebem os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos seus bens. Essas terras são destinadas à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas dos solos, rios e lagos nelas existentes. A pesquisa e a lavra das riquezas minerais somente serão efetuadas com autorização do Congresso Nacional, depois que as comunidades afetadas forem ouvidas, assegurando-lhes participação da lavra (na forma da lei). Conforme a nova Constituição, a pesquisa e a lavra dos recursos minerais só poderão ser exercidas por empresas brasileiras (Art. 176). Assim, depois de um prazo transitório de quatro anos, o capital estrangeiro é obrigado a associar-se minoritariamente às empresas nacionais ou passar a industrializar no país o mineral que produz. Essas providências foram provavelmente um resultado da discussão descrita acerca de poderosos interesses econômicos estrangeiros sobre a Amazônia.

Na questão da auto-determinação dos índios, além dos reconhecimentos já mencionados no Art. 231, eles ganham autonomia, deixando de ser considerados incapazes e passam a se constituir uma parcela da população com direito de entrar na Justiça em defesa de seus direitos e interesses.

2.3. A Censura

Numa reportagem de capa bem crítica, com o título “Igreja. O Esforço para Controlar o Brasil. Por que Sarney Vai Falar com o Papa”, a revista *VEJA* (9.jul.1986, p.20-27) revelou três dos caminhos, que, segundo lhe parece, são escolhidos pela CNBB para fazer valer os seus interesses.

O primeiro exemplo seria a reivindicação da Igreja Católica pela proibição do filme “Je Vous Salue, Marie” do cineasta Jean-Luc Godard, que mostra a Virgem Maria nua em algumas cenas. Nesse caso, os bispos teriam escolhido a tática do combate direto, pedindo pessoalmente ao presidente Sarney, no Planalto, a interdição da fita. O filme acabou vetado por ordem do presidente José Sarney em 1985. Mas a versão divulgada pela *VEJA* e outros meios, de que a CNBB agiu nos bastidores do governo para conseguir a censura da fita, é rejeitada pelos bispos.¹⁶ Uma terceira variante supõe que Sarney possa ter proibido o filme com o objetivo de conquistar as boas graças da Igreja na fase inicial do seu governo.¹⁷

Outro episódio trata das tentativas da Igreja de mudar o final da famosa novela “Roque Santeiro” para impedir que um personagem (Padre Albano) que fazia o papel de um padre da ala progressista se casasse com uma das protagonistas da novela (Tânia), com quem ensaiou um romance. Nesse caso, os bispos teriam bombardeado Roberto Marinho, o presidente das Organizações Globo de Televisão com telefonemas; em outras oportunidades, teriam recorrido ao Departamento de Censura Federal.

A terceira estratégia seria a mais utilizada e talvez a mais eficiente. Os bispos e padres pedem nas missas aos fiéis para protestarem contra determinados livros, filmes e até comerciais de televisão. Em ações organizadas, toneladas de cartas,

¹⁶ Folha de São Paulo, 30 ago. 1988. *Correio Braziliense*, Brasília, 25 ago. 1988. p.17.

¹⁷ BRUNEAU, T.C. O papel da Igreja na transição brasileira. *Dados*, Rio de Janeiro, v.30 n.1, p.29-43. 1987.

telegramas e telex de protesto chegaram ao Palácio do Planalto, ao Ministério da Justiça e ao próprio Departamento de Censura. Os remetentes enviaram muitas vezes, por desinformação, as próprias instruções recebidas e até o modelo do texto sugerido pelo padre ou bispo.

Apesar desses exemplos sobre caminhos para influenciar o governo ou os meios de comunicação, a Igreja mesma mudou de conceitos. No passado, ela combatia, por exemplo, filmes eróticos e proibía os cristãos de assisti-los sob pena de cometerem pecado. Mas em 1988, na discussão sobre o filme "A Última Tentação de Cristo", de Martin Scorsese, que mostra um Jesus Cristo que se casa com Maria Madalena, fica viúvo, casa-se de novo e finalmente comete adultério, a CNBB exibía uma atitude bem mais moderada. Numa nota de quatro linhas, distribuída pela entidade, fica esclarecido:

"Diante do filme blasfemo, que contraria os evangelhos e a história, conclamamos os cristãos e pessoas de boa vontade a se absterem de qualquer tipo de apoio e difusão, em respeito à Paz, à Fé e aos sentimentos de nossa gente.¹⁸

Por outro lado, qualquer tentativa de proibição teria sido inútil, tendo em vista que a nova Constituição, em vigor desde 5 de outubro de 1988, prevê apenas a censura classificatória por faixa de idade. Na discussão sobre a nova ordem constitucional, a CNBB se dizia em princípio contra a censura, mas favoreceu uma aplicação concreta de normas éticas nos meios de comunicação social. Também rejeitou a censura política, salvas as exigências da lei e da convivência pacífica.¹⁹ Nessa matéria, a Constituição acabou garantindo nos seus Artigos 5 e 220 mais liberdades do que a Igreja Católica teria exigido.

18 CNBB. Conselho Permanente. 20. Reunião ordinária. Brasília, 1988.

19 CNBB. Por uma nova ordem constitucional : declaração pastoral. São Paulo : Paulinas, 1986. (Documentos da CNBB 36. Art. 148, 149 e 151.

2.4. Os Meios de Comunicação Social (MCS)

Nessa área deve ser mencionada a acusação da Igreja de outorgas de concessões de rádio e TV como moeda de barganha política pelo presidente Sarney, para ganhar os aspirados cinco anos de mandato pela Constituinte. O último presidente militar, João Figueiredo, em seus seis anos outorgou 634 emissoras enquanto José Sarney em menos de três anos até janeiro de 1988 outorgou 524 concessões. Foi favorecida entre outros, a ala protestante do Congresso, que votou pelos cinco anos. Uma semana depois da aprovação dos cinco anos de mandato presidencial pela Constituinte, o deputado federal Matheus Iensen (PMDB-PR), membro da igreja Assembléia de Deus, recebeu a concessão para outra emissora de rádio. Seu colega da bancada evangélica, o pastor batista Fausto Rocha (PFL-SP), conseguiu obter uma rede de TV. Outros integrantes do bloco foram recompensados com altos cargos administrativos.²⁰

O bloco evangélico de 34 deputados, dos quais somente 22 podem ser considerados ideologicamente coesos, votou em geral com a ala conservadora no congresso. Assim, eles participaram também na derrota da proposta da reforma agrária, favorecendo a inclusão de um dispositivo que proíbe a desapropriação de terras produtivas (Art. 185 II), sem definir quando uma propriedade pode ser enquadrada na categoria de produtiva. A Igreja Católica sempre se manifestou em favor à reforma agrária, e pela desapropriação até do latifúndio produtivo, para dar a todos o direito à terra.

Finalmente, a demanda constitucional da Igreja para tratar os meios de comunicação social como bem social, sem monopólio e sem controle do poder econômico, não foi realizado pelos Constituintes.²¹ Os Bispos do Brasil elaboraram e aprovaram na sua 25.^a Assembléia Geral no dia 30 de abril

20 Missiondienst, Bonn, out. 1988. RODRIGUES, L.M. *Quem é quem na Constituinte: uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: Oesp-Malteze, 1987.

21 OS DEPUTADOS de Deus. *Veja*, São Paulo, 1 jul. 1987. p.48. CNBB *Curso de pastoral da comunicação*. Brasília, ago. 1988. p.5. Mimeografado.

de 1987 as diretrizes gerais da ação pastoral no Brasil para o quadriênio 1987-1990. Como primeiro destaque eles escolheram os Meios de Comunicação, considerados como área de séria preocupação.

Entre os principais MCS, o rádio atinge cerca de 90% da população, a televisão cerca de 70% e os jornais cerca de 10%. E esses meios são também os mais importantes sob o aspecto econômico, tendo em vista que o rádio e a televisão reúnem quase 70% da totalidade das verbas publicitárias do Brasil. Na opinião dos bispos brasileiros os MCS não cumprem as suas funções sociais:

Constata-se que os Meios de Comunicação Social (MCS) não têm desenvolvido sua missão de informar corretamente. Isto, em grande parte, porque estão a serviço de interesses de grupos de pressão detentores do poder econômico e político. A Comunicação Social não está a serviço da superação de injustiças sociais e sim da promoção da sociedade de consumo, da exploração dos sentimentos, das paixões e especialmente do sexo. São veiculadas pelos MCS aquelas mensagens que respondem aos interesses de seus proprietários: o lucro, o poder. Os MCS tornaram-se grandes empresas onde a comunicação se transforma em bem de consumo lucrativo.²²

Por outro lado vale destacar, que a Igreja Católica também possui influentes MCS, onde os bispos e padres têm o direito de escrever o que bem quiserem. Cite-se como exemplo o caso de Leonardo Boff, que assim o faz, mesmo sem a aprovação do Vaticano.

Os dados fornecidos pela CNBB revelam a existência de 110 emissoras de rádio e aproximadamente 60 jornais e revistas. A revista *VEJA* informa que a Igreja controla uma considerável fatia dos MCS e conta 33 jornais, 35 revistas, 200 boletins mensais, 14 editoras e 125 emissoras de rádio. A terceira versão que existe é do Conselho de Segurança Nacional. No seu relatório sobre a atuação da Igreja Católica

22 CNBB, *Diretrizes gerais*..., p.117-128.

no Brasil ele alega 143 emissoras de rádio, 82 jornais como diversas editoras e centros de publicação.²³

Com a nova Constituição, o Congresso Nacional dará a palavra final sobre as concessões de emissoras de rádio e TV, aprovando ou não as decisões do governo. Por consequência acaba a competência exclusiva do governo, que sempre aproveitou esses direitos para retribuir o apoio que recebia de parlamentares. Nessa nova situação, o Setor de Comunicação da CNBB agora enfrenta outros grandes desafios: a questão ética em plena liberdade concedida pela nova Carta Magna, a organização da Campanha da Fraternidade em 1989 sobre a Comunicação e a campanha mundial "Lumen 2000" do Vaticano que propõe a evangelização pelo rádio e pela TV de 1990 até o ano 2000.²⁴

2.5. Igreja Católica e as demais religiões no Brasil

Além do contínuo crescimento do protestantismo tradicional, a Igreja Católica observa uma multiplicação inquietante de seitas religiosas dos mais variados tipos no Brasil. Uma equipe da CNBB identificou em 1983, num estudo sobre o crescimento do pentecostalismo e de outros "movimentos religiosos independentes", três tipos de causas:

- 1) Aspectos internos da Igreja Católica: as pessoas simples não encontram respostas para suas inquietações, nas celebrações eucarísticas; ouve sermões intelectualizados, envolvendo até mesmo desprezo pela religiosidade popular.
- 2) Causas próprias aos grupos evangélicos: esses oferecem mais espaço para a valorização das pessoas.
- 3) Causas sociais e políticas: o contingente pentecostal e dos novos movimentos religiosos aumenta, justamente, em função da situação de miséria e desespero e do interesse do sistema político por uma religião alienante.²⁵

A esses fatores deve-se acrescentar a ligação decisiva entre religião e cura. A cura da aflição física é considerada

23 CNBB. *Diretrizes gerais*... , p.121. Veja, São Paulo, 6 jun. 1984. p.24. L'EGLISE vue par le Conseil National de Sécurité. Diffusion de l'Information sur l'Amérique Latine, Paris, n. 1294. 31 mar. 1988.

24 CNBB. Assembléia dos Bispos do Regional Sul, 1., Itaci, jun. 1988. *Motivação para Pastoral da Comunicação*. Itaci, 1988. Mimeografado.

25 *Folha de São Paulo*, 16 mar. 1986.

como o início mais comum do acesso inicial a estes grupos. Assim surge outro argumento da CNBB contra o governo, atribuindo a multiplicação das seitas religiosas também à inadequação dos serviços de saúde no país, e insistindo numa reforma dos serviços públicos de saúde.²⁶

TABELA 2

INDICADORES DEMOGRAFICOS					
População recenseada e distribuição segundo a religião					
	1940	1950	1960	1970	1980
População em milhões	39,18	48,56	65,33	85,47	105,9
Em %:					
Católica romana	95,01	93,48	93,08	91,77	88,95
Protestante	2,61	3,35	4,03	5,17	6,63
Espírita	1,12	1,59	1,40	1,27	1,29
Outra religião	0,80	0,79	0,94	1,03	1,24
Sem religião	0,21	0,53	0,50	0,75	1,64
Sem declaração	0,25	0,26	0,05	0,01	0,25

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil — 1984,74/150

Os dados do Anuário Estatístico do Brasil do último censo, em 1980, demonstram que a porcentagem de católicos romanos caiu continuamente durante as décadas de 1940 até 1980 de 95% para 89%. Isto significa, tendo em vista o número de habitantes num país com as dimensões do Brasil, uma perda relativa de aproximadamente seis milhões de fiéis nos últimos quarenta anos. Mas esses dados também não são autênticos, considerando uma porcentagem desconhecida, mas estimada como alta, de seguidores de religiões espiritualistas (Kardecistas, Cultos Afro-Brasileiros) que se declararam oficialmente católicos, além dos problemas gerais do "catolicismo no popular."²⁷

Um exemplo típico foi o da famosa Mãe de Santo do Candomblé baiano, a "mãe" Menininha do Gantois, que se decla-

26 FRY, P.H., HOWE, G.N. Duas respostas à aflição : umbanda e pentecostalismo. *Debate & Crítica*, São Paulo, n.6, p.89, jul. 1975. *Correio Braziliense*, Brasília, 26 ago. 1987.

27 BRUNEAU, The Church in Brasil, p.21 e seg. SUSS, G.P. *Volkskatholizismus in Brasilien: zur Typologie und Strategie gelebter Religiosität*. München: Kaiser/Grunewald, 1978. p.46 e seg.

rou “católica” ao pesquisador do IBGE. Em Salvador da Bahia, a cidade famosa das 365 igrejas, existiam em 1984 1.262 terreiros de Candomblé e mais de 100 de Umbanda. A religião dos orixás empolga, segundo cálculos (certamente exagerados demais), até 30 milhões de pessoas no Brasil, contando 300.000 terreiros no território nacional com uma média de 100 fiéis cada um.²⁸

Também os Pentecostais, que somam 70% dos protestantes em aproximadamente 37 seitas diferentes, estão avançando segundo estimativas com 8,5 milhões de fiéis e 26.000 templos no país. O seu crescimento global no Brasil entre 1970 e 1980 foi de 209,33%, o que seria, segundo a fonte, uma média anual de mais de 20% em relação à população total do país²⁹. As duas igrejas do protestantismo clássico, representadas pela “Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil” (IECLB), essa fundada por emigrantes alemães, e a “Igreja Evangélica Luterana do Brasil” (IELB), somam juntas 1,2 milhões de adeptos (Veja, 15 dez. 1982, p.91).

Segundo os dados oficiais do Anuário Estatístico-1984 os protestantes em geral cresceram durante 1940 e 1980 com um total de 4%, o que significaria um aumento de quatro milhões. Em 1980 só existiam oficialmente 143.743 e até os fins da década de 80 é previsto um número acima de 10 milhões. Mas os dados reais, especialmente sobre o pentecostalismo brasileiro, são desconhecidos.

TABELA 3

**O AVANÇO DO PENTECOSTALISMO NO COMEÇO
DA DÉCADA DE 1980
(Estimativas)**

Pentecostais em total	8,5 milhões
Assembléia de Deus	2,5 ”
O Brasil para Cristo (SP)	1,0 ”
Congregação Cristã do Brasil	0,9 ”
Evangelho Quadrangular	0,5 ”

Fonte: Veja, 7 out. 1981, p.56-64.

28 Veja, São Paulo ,7 jan. 1981. p.40; 8 fev. 1984, p.62.

29 FERNANDES, R.C. As missões protestantes em números. **Cadernos do ISER**, São Paulo, n.10, 1981.

30 Veja, São Paulo, 15 dez. 1982. p.91.

Todos esses grupos religiosos têm em comum, o fato de oferecerem quase exclusivamente uma assistência espiritual. Nesse sentido, os numerosos programas sociais dos evangélicos são usados para reformar o indivíduo, fazendo-o crer na Bíblia, e não para conscientizá-lo politicamente.

Enquanto que as relações entre a Igreja Católica e o governo continuam tensas, até hoje nenhum desses movimentos religiosos aqui mencionados teve qualquer problema de natureza política e muitos são cortejados pelos políticos.

Com respeito à crítica da Igreja Católica sobre a inadequação dos serviços de saúde no Brasil, como uma das causas para o crescimento das seitas religiosas, a nova Constituição nessa área também tentou uma reforma. A saúde como dever do Estado passará a ter um sistema único e regional e as instituições privadas só poderão participar seguindo as diretrizes do sistema único, mediante contrato de direito público ou convênio (Art. 196-200).

3. REFLEXÕES FINAIS

Nas quatro áreas de conflito tratadas por esse artigo durante o período de 1985, com o começo da presidência de José Sarney até a promulgação da nova Constituição brasileira em 1988, três posições políticas podem ser destacadas: 1) A posição ativa e progressiva da Igreja Católica; 2) A posição passiva e conservadora do Governo; e, 3) A posição moderada e reformista da Constituinte.

Em todas as quatro áreas de conflito existiam distintos deficits institucionais e políticos, heranças do Estado autoritário militar, das quais o governo se aproveitava em vez de superá-los.

Isso foi o caso da Atuação do CSN, no qual os militares conservaram o seu monopólio sobre as questões da segurança nacional e elaboraram os estudos sobre o CIMI e a CNBB com sugestões sobre a criação de adequados mecanismos de controle de atuação das organizações religiosas no Brasil. A Igreja se manifestou com ênfase contra esses métodos da

herança militar e a Constituinte conseguiu quebrar o monopólio dos militares sobre a Segurança. Mas a aprovação dos novos Conselhos substitutivos pode ser considerada a única derrota dos militares na Carta Magna.

Na questão indígena, as demandas da CNBB e do CIMI acerca da nacionalidade própria das Nações Indígenas, como o usufruto natural das riquezas do seu subsolo, seriam à primeira vista exageradas demais para qualquer Estado. Só que essa solução muito provavelmente continua sendo a única chance de sobrevivência, se o Estado brasileiro não se mostrar disposto e capaz de responder aos atuais problemas existenciais dessa minoria. Todas as medidas (não) tomadas pelo governo Sarney ou anteriormente pelos governos militares, não deixam lugar para uma avaliação otimista desse assunto. Ao contrário, a destruição sistemática da floresta Amazônica a favor de projetos governamentais questionáveis demonstra de maneira assustadora a falta de responsabilidade pela sobrevivência da vegetação, da fauna e finalmente do homem.³¹ Nesse sentido, o Estado brasileiro não poderá recorrer por muito mais tempo ao conceito da "soberania", causando danos graves e irreversíveis à ecologia nacional, regional e mundial, mostrando-se ainda conceitualmente e efetivamente incapaz de resolver esses seus problemas. E como os povos indígenas vivem por dentro dessas zonas afetadas, eles fazem parte da agonia diária. A Constituinte tentou resolver vários desses problemas com as possibilidades da lei, e nesse sentido os índios saíram vitoriosos, considerando as poderosas forças no país que se tinham reunido contra eles.

No terceiro caso da censura à Igreja, tirou proveito, igual ao governo, dos poderes herdados pelo militarismo e se mostrou conservadora. A diferença entre as posições da Igreja e do governo consiste na noção da primeira, de que a liberdade de expressão cultural e informação encontra seus limites nas normas éticas que visem à preservação do bem comum da

31 GERMAN, C. "Meio ambiente" als Problemereich brasilinischer Innenpolitik. In: KOHLHEPP, G., SHCRADER, A. (hrsg.) *Ökologische Probleme Lateinamerikas*. Tübingen, Geographisches Institut der Universitaet, 1987. p.279-292.

sociedade democrática por um lado, rejeitando a possibilidade de uma censura política, por outro lado. A saída do dilema da ampla liberdade dos MCS, garantida pela nova Constituição, é um auto-controle dos meios por compromissos mútuos no sentido das idéias da Igreja, em parte já realizados no país.

A denúncia da Igreja Católica contra o abuso de outorgas de concessões de rádio e TV pelo poder executivo como moeda da barganha política, foi em parte resolvida pelos dispositivos da nova Constituição. Mas um segundo ponto criticado pela CNBB, que se refere ao tratamento dos Meios de Comunicação Social como bem social, sem monopólio e sem controle do poder econômico, continua sendo ilusório dentro das estruturas existentes. Nessa área, a Igreja tem a possibilidade de atuar de modo exemplar nos seus próprios MCS e preservar assim o seu alto prestígio na sociedade.

O possível melhoramento das condições dos serviços de saúde no país pelas providências constitucionais, certamente não vai tocar decisivamente nas origens múltiplas do crescimento das seitas religiosas no Brasil. Como uma equipe da CNBB demonstrou, vários aspectos internos da Igreja Católica também devem ser incluídos para explicar as possíveis causas do alheamento de muitos crentes.

Como foi mencionado na introdução a esse estudo, um problema básico dos conflitos aqui tratados consiste na demanda do governo que a Igreja não interviesse nos seus assuntos. Nesse sentido, o ministro Paulo Brossard se manifestou sobre a Reforma Agrária. As suas palavras certamente podem ser entendidas também de maneira mais ampla: "... é uma questão do Estado, a ser resolvida pelo Estado, sob a responsabilidade do Estado, segundo critérios do Estado e por ninguém mais."³²

Talvez seja exatamente por essa razão que a Igreja Católica do Brasil precise continuar na política. O ministro não é obrigado a prestar contas. O ministro sai, a Igreja fica.

32 Folha de São Paulo, 15 jun. 1986. p.12.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. 1984. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.
- 2 BRASIL. Constituição. **Constituição da República federativa do Brasil**: 24 de janeiro de 1967. Brasília: Câmara dos Deputados, 1979.
- 3 BRUNEAU, T.C. **The church in Brazil: the politics of religion**. Austin: University of Texas Press, 1982.
- 4 ———. O papel da Igreja na transição brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v.30, n.1, p.29-43, 1987.
- 5 ———. **The political transformation of the Brazilian Catholic Church**. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.
- 6 CNBB. **Curso de pastoral de comunicação**. Brasília, 1988. Mimeografado.
- 7 ———. **Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil: 1987-1990**. São Paulo: Paulinas, 1987. (Documentos da CNBB 38).
- 8 ———. **Por uma nova ordem constitucional: declaração pastoral**. São Paulo: Paulinas, 1986. (Documentos da CNBB 36).
- 9 CNBB. Assembléia dos Bispos do regional Sul, 1., Itaiçi, 1988. **Motivação para Pastoral da Comunicação**. Itaiçi, 1988. Mimeografado.
- 10 CNBB. CIMI. **Os povos indígenas e a igreja missionária neste crucial momento histórico**. Brasília, 1988.
- 11 ———. **A verdadeira conspiração contra os povos indígenas: a Igreja e o Brasil**. Brasília, 1987.
- 12 CNBB. Conselho Permanente. **20.ª reunião ordinária**. Brasília, 1988.
- 13 COMUNICADO MENSAL. Brasília: CNBB, n.36, p.1074-1075, ago.1987.
- 14 CORREIO BRAZILIENSE, Brasília, 26 ago.1987, 29 ago.1987, 31 ago. 1987, 25 ago.1988.
- 15 DIFFUSION DE L'INFORMATION SUR L'AMERIQUE LATINE, Paris, n.1294, 31 mar.1988.
- 16 O ESTADO DE S.PAULO, 9-15 ago. 1987.
- 17 FERNANDES, R.C. As missões protestantes em números. **Cadernos do ISER**, São Paulo, n.10, 1981.
- 18 FOLHA DE SÃO PAULO, 16 mar.1986, 15 jun.1986, 6-7 nov.1987, 30 ago.1988.
- 19 FRY, P.H., HOWE, G.N. Duas respostas à aflição: umbanda e pentecostalismo. **Debate & Crítica**, São Paulo, n.6, p.75-94, jul.1975.
- 20 GERMAN, C. "Meio ambiente" als Problembereich brasilianischer Innenpolitik. In: KOLHEPP, G., SCHRADER, A. (Hrsg.) **Ökologische Probleme Lateinamerikas**. Tübingen, Geographisches Institut der Universität, 1987. p.279-292.

- 21 ———. **Problemas fundamentales de la democracia en Latinoamerica: tres casos: Argentina, Uruguay y Brasil.** Valparaiso: Edeval, 1988.
- 22 ISTO É. São Paulo, Ed.Três, 25 nov.1987.
- 23 ISTO É/SENHOR. São Paulo, Ed. Três, n.995, 1988.
- 24 JAGUARIBE, H. et alli. **Brasil 2000: para um novo pacto social.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- 25 JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 28 ago.1988, 3 set.1988.
- 26 MISSIONDIENST, Bonn, out.1988.
- 27 NOTÍCIAS. Brasília, CNBB, n.34, 20 ago.1987.
- 28 RODRIGUES, L.M. **Quem é quem na Constituinte: uma análise sócio-política dos partidos e deputados.** São Paulo: Oesp-Maltese, 1987.
- 29 SÜSS, G.P. **Volkskatholizismus in Brasilien: zur Typologie und Strategie gelebter Religiosität.** München: Kaiser/Grünwald, 1978.

O JACOBINISMO NOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA: SEUS ÓDIOS, SUAS RAZÕES E A CRIAÇÃO DE UMA IDÉIA DE NAÇÃO*

GLADYS SABINA RIBEIRO

Professora do Colégio D. Pedro II, Rio de Janeiro.

RESUMO

Na primeira década republicana, o Jacobinismo estava estreitamente ligado à consolidação do novo regime. Buscava-se a civilização e o progresso, encarnados na República, e esta busca dava-se pela afirmação do que não deveria ser, ou seja, pela negação do estatuto de Colônia e pela procura de uma saída nos padrões europeus. É o nacionalismo pelo avesso. O ideal é o não-Império e a não-Colônia, o ideal era a Europa e o imigrante europeu. A nacionalidade, “em via de constituição”, deveria contar com a contribuição preciosa do imigrante europeu, cuja vinda para o Brasil deveria ser incentivada.

Através da análise de alguns jornais da época, tais como O JACOBINO, O NACIONAL e A BOMBA, procura-se apreender qual a visão de República que Deocleciano Martyr e seus seguidores tinham, bem como suas razões e “antipatias”. A preocupação principal foi explicar o Jacobinismo do ponto de vista político.

Bom e mau povo. Boa e má nação. Estes são binômios recorrentes na documentação coligida. Bom povo e boa nação eram sinônimos de “brasileiro com amor incendiado à República”, nacionalista e florianista. Mau povo e má nação seriam principalmente os portugueses, vinculados ao atraso e monarquistas. A representação do imigrante, principalmente do português, era dúbia. Se por um lado poderia constituir o atraso e a ameaça de retorno à Monarquia, por outro lado, como elemento trabalhador branco, poderia levar à civilização.

* Originalmente, este texto faz parte da Dissertação de Mestrado da autora, “Cabras” e “Pés-de-chumbo”: os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro. (1890-1930). Niterói, UFF, 1987 (mimeografado).

Já havíamos quase de todo esquecido os acontecimentos históricos que fizeram do luso e do brasileiro, nestas plagas da América (e isso durante quatro séculos), dois gatos desavindos e assanhados, dentro do mesmo saco (...). E amigos, de mãos dadas, cabras e pés-de-chumbo viviam sem prevenções e sem receios, quando um fato profundamente lamentável veio sustar essa cordialidade.¹

O século XIX, após a proclamação da Independência, foi marcado pela busca contínua e vívida da formação do Estado Imperial. O final do século trazia novas questões a serem resolvidas. Proclamada a República, a preocupação básica e fundamental do governo, e das classes dominantes, passou a ser a constituição da nacionalidade. A década de 1891 a 1900 ressuscitou o nacionalismo, e com ele as perguntas, ou antes as respostas, de como deveríamos ser como nação, qual seria o modelo a ser seguido e em que direção se daria a nossa transmutação.

Uma passada de olhos rápida e superficial pelo período, poderia levar-nos a concluir, com Luiz Edmundo, que finalmente a “cordialidade” entre colonizadores e colonizados havia sido conquistada e que, por teimosia e infelicidade, igualmente havia sido quebrada por Custódio de Melo em 1893. Dentro desta perspectiva, o nacionalismo aparece em cena de um modo meio mágico e até mesmo a-histórico. Teria sido a Revolta da Armada que levava à combustão de ânimos e mexera com os fulguerosos brios nacionais. Porém, uma visão mais detalhada se impõe e é preciso entender de que nacionalismo se fala, em que direção aponta e, fruto em processo de amadurecimento, quais as questões que o geraram. É certo que as rivalidades entre portugueses de Portugal e os habitantes da Colônia sempre existiram. Faz parte do nosso chamado ensino de História a Guerra dos Emboabas, a Revolta de Beckman, a dos Mascates, e outras. Só a formação de um Estado com os seus pactos de poder, entretanto, levaria ao problema da constituição da nacionalidade e da cidadania. Os anos noventa do século passado viram surgir um nacionalis-

1 EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1957. v.5, p.993.

mo profundamente ligado à valorização do sistema republicano recém-instalado. Do mesmo modo que a República confunde-se com o federalismo, tão ambicionado pelas “classes produtoras” de São Paulo, igualmente o sistema republicano passa a confundir-se com um certo tipo de nacionalismo, como veremos, e este constituiu-se numa espécie de mola mestra da consolidação republicana.

No primeiro número do jornal *A Bomba*, publicado no Rio de Janeiro no dia 1.º de setembro de 1894, o editorialista identifica a República com a Pátria, e esta constitui o lugar dos brasileiros ou dos estrangeiros com amor à República. Nacionalismo é não somente dedicação à pátria, é também “entranhado amor aos ideais republicanos.”² É a República a detentora do verdadeiro nacionalismo. Nela “avigora-se a consciência do espírito de nacionalidade e o sentimento nobre do patriotismo acrisola-se nos corações e varre os preconceitos.”³

A luta contra o estrangeirismo, no entanto, deveria ser feita sem

um exagerado nativismo exclusivista e que não tolera exceções, pois o Brasil não é nenhum Tombueru impenetrável, perdido nos areais africanos e sim uma nação grande e moderna, iluminada pelo facho resplandescendente da democracia e aberta ao mundo e à ciência; pois o Brasil não é nenhum bonzo idiota, estatelado ao admirar as perfeições do próprio umbigo e sim romeiro que caminha a passos de gigante para Meca dos sublimes ídolos do bem, do belo e do justo.⁴

Neste trecho, enquanto a África era tida como lugar do “exclusivismo” e “perdição”, de certa forma associada ao atraso, o Brasil deveria perseguir ideais nobres de uma nação moderna e aberta ao mundo e à ciência (ideal europeu).

2 A BOMBA, Rio de Janeiro, n.1, set. 1894, p.1. O jornal *A Bomba* foi editado durante o ano de 1894. Era um jornal bisemanal e se auto definia como órgão de propaganda contra o clericalismo, o sebastianismo e o estrangeirismo. O redator-chefe era Aníbal Mascarenhas.

3 A BOMBA, n.1, p.1.

4 A BOMBA, n.1, p.1.

O mundo certamente seria sinônimo, nesta época, de Europa, e a ciência seria entendida como o seguimento dos ditames do ser civilizado e portador do progresso. Estes eram os modelos. A busca da nacionalidade dava-se prioritariamente pela busca da civilização e do progresso, que seriam encarnados na República. A busca do que era nosso dava-se pela afirmação do que não deveria ser, ou seja, pela negação do estatuto de Colônia e pela procura de uma saída nos padrões europeus. É a afirmação do negativo. É o nacionalismo pelo avesso. Neste sentido, nas duas primeiras décadas da República, o ideal é o não-Império e a não-Colônia, o ideal era a Europa e o imigrante europeu. A nacionalidade, “em via de constituição”, deveria contar com a contribuição preciosa do imigrante europeu, cuja vinda para o Brasil deveria ser incentivada. Este aspecto é abordado com clareza pelo jornal *O Paiz*, de 23 de abril de 1893.⁵

O artigo, intitulado “Nativismo”, aponta como solução para a questão da nacionalidade, o fomento da imigração. A boa nação seria formada com o elemento já existente e com outros deixados pelas imigrações européias, de acordo com a seleção darwiniana. A imitação da Europa começava por reproduzir aqui uma nação com a boa índole européia.

O português, o espanhol, o italiano e o chinês são moradores, em geral, pacíficos, gente de ordem e de trabalho, pouco afeita, portanto, aos desconcertos e às bravatas quixotescas da corja indígena.

Ora, os primeiros, mais ou menos disciplinados e tranquilos, evitam sempre, como podem, o incendimento nacional. Não são, porém, de cera. Nem de gelo. Em dado momento os provocados, humanamente, reagem. É quando se arma o rolo, não raro degenerado em conseqüências lamentáveis. Um verdadeiro inferno. (grifo nosso).⁶

Luiz Edmundo, apesar de xenófobo, e especialmente antilusitano, apontava o imigrante como a solução para a ordem entrelaçada ao bem trabalhar, e, neste caso, apresentava

5 Cf. *O PAÍZ*, Rio de Janeiro, 23 abr. 1893. p.1.

6 EDMUNDO, v.2. p.398.

como modelos os europeus, incluindo, pasmem, o português e uma nacionalidade asiática, o chinês, que ao que parece, também trabalhava arduamente.

Os imigrantes europeus eram morigerados, pacatos e progressistas. Eles seriam os responsáveis por engendrar no país os germens de uma nação vinculada ao trabalho. A civilização, sinal da modernidade, seria conseguida pelo trabalho. O nacionalismo, então, seria uma reação ao atraso cultural, na época, identificado em Portugal. O português era o estereótipo do bom trabalhador, que levaria à boa nação, porém não era sinônimo de boa nação. É neste sentido que o jornal *O Jacobino*, um dos maiores propaladores do antilusitanismo no Rio de Janeiro do final do século XIX, reconhece os portugueses como “gente do trabalho” e percebendo as “necessidades” de um “país que está nascendo para a civilização”, admite “sem distinção de qualidade, todo o elemento estrangeiro para povoar o nosso território”, tolerando inclusive o português.⁷

Não deixa de ser curioso que um jornal contra o estrangeiro, principalmente contra o português, transmita este tipo de idéia, porém a ideologia do progresso, conseguido pelo trabalho e via Europa, impregnava toda a sociedade, e o jornal citado não poderia estar incólume a este tipo de questão.

Bom e mau povo. Boa e má nação. Estes são binômios recorrentes na documentação coligida nos jornais. Bom povo ou boa nação eram sinônimos de brasileiro com amor incendiado à República, nacionalista e florianista. Mau povo ou má nação seria principalmente o português, vinculado ao atraso e monarquista. Assim, a representação do imigrante, principalmente do português, era dúbia. Se por um lado poderia constituir o atraso e a ameaça da volta à monarquia, por outro lado, como elemento trabalhador branco, poderia levar à civilização.

7 O JACOBINO, Rio de Janeiro, n.11, 20 out. 1894. p.1 e n.29, 19 jan. 1895. p.1

Não é à toa que Lilia Moritz Schwarcz, em recente trabalho,⁸ aponta as mudanças nas ênfases nas imagens com que os negros são representados a partir de 1890; as imagens mudavam pouco, ou continuavam as mesmas, porém não eram articuladas da mesma forma. É nesta época que se dá a recriação do preconceito, e cresce a idéia da suspeição sobre o negro. A ênfase passa a ser na sua representação como degenerado, incapaz, e passa a ser desqualificado pessoal e profissionalmente. A imagem do negro é constituída como incivilizado e não trabalhador, logo, restringe-se o seu direito à cidadania e à nação. Dentro desta mesma perspectiva, há uma reconstrução do antilusitanismo na República Velha, revestido inicialmente do Jacobinismo dos anos noventa. Assim sendo, parece bastante elucidativo que Raul Pompéia, na sua introdução ao livro *Festas Nacionais*, atribua o preconceito contra o negro ao português. Tudo de mal que ocorria no país, era por conta do português. Recriou-se o preconceito contra o negro e contra o português e, naturalmente, um quase que alimentava o outro, pois ao preconceito contra o português, que existia por parte das camadas populares da cidade, principalmente entre os negros e pardos, correspondia o preconceito do português contra o brasileiro, mormente se fosse trabalhador de cor.

O português poderia conduzir ou não a nação. Como introdutor do preconceito racial seria novamente associado ao atraso. E é neste contexto de diversas imagens do português que situamos o Jacobinismo, vinculado ao nacionalismo. Quer fosse através do preconceito racial ou do preconceito forte contra o português, o nacionalismo, na época, parece relacionado a um projeto de dominação de classe e à formação de um novo pacto de poder, responsável pelo estabelecimento da nova ordem burguesa.

O nacionalismo da última década do século XIX confundiu-se com o Jacobinismo, que foi o antilusitanismo levado ao paroxismo. O Jacobinismo desenvolveu-se no governo de

8 SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O retrato em preto e branco: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do séc. XIX* São Paulo: Companhia das Letras, 1987 p.150 e seg.

Floriano Peixoto, teve como marco principal a Revolta de Armada, de 1893, como propaladores os jornais *A Bomba*, *O Nacional* e *O Jacobino*.⁹

Através das leituras dos jornais, podemos detectar um discurso jacobino em três pessoas distintas: “o outro” — o português, a quem se ataca veementemente; “o nós” — jacobino — e o “eles” — brasileiro ou povo brasileiro. Do ponto de vista político estas três pessoas são claramente definidas pelos jornais. O português é representado como monarquista, sebastianista, povo colonizador, inimigo fidagal da República, infenso à República, ofensor da pátria, neutro, anti-florianista, anti-Exército, anti-positivista e anti-emancipacionista. A imagem do jacobino é representada em oposição à imagem do português. Aquele é o patriota nacionalista, filho dedicado, brasileiro nato, batedor legionário do porvir de uma nova Pátria que anseia pela completa independência; não são guardas pretorianos dos interesses estrangeiros; são mocidade brasileira, republicanos intransigentes e fervorosos, defensores da lei, legião de combatentes válidos e sentinelas vigilantes dos nossos brios e da nossa honra. O brasileiro, ou povo brasileiro, aparece como uma espécie de “vítima” que deve ser defendida. É a população genuinamente nacional, que sofre nas mãos dos portugueses e que pode apodrecer em contato com eles.

A definição do que são portugueses e jacobinos, corresponde uma associação de comportamentos, atitudes e hábitos. Enquanto os portugueses são considerados “adesistas”, “intrometem-se na hospitaleira terra”, “acendem uma vela a Deus e outra ao Diabo”, “dançam conforme a música”, “dizem o que bem lhes apraz sobre a verdade histórica dos fatos”, são “servilistas”, não expõem seu modo de pensar livre-

9 O jornal *O Jacobino* circulou no Rio de Janeiro de 1894 a 1897 e teve como redator Deocleciano Martyr. Auto definia-se como órgão dos brasileiros, defensor do republicanismo e do florianismo. Era publicado de 3 em 3 dias. O jornal *O Nacional* substituiu o jornal *A Bomba*. A mudança ocorreu no segundo ano de publicação. Saía de 3 em 3 dias e fechou as portas em 1896. Um novo jornal *O Nacional* apareceu em 1901. Circulou no Rio de Janeiro de 10-01-1901 a 29-06-1901. Saía de 3 em 3 dias. tinha como redator-chefe A.J.Barbosa Lima e era órgão do Partido Republicano Nacional Estamos considerando o Jacobinismo, tanto na década de 90 quanto no limiar dos anos 20 deste século, um acirramento do antilusitanismo que perpassa toda a República Velha. Estudos sobre o jacobinismo estão comentados no Anexo.

mente e alimentam rancor contra a ordem; os jacobinos são vistos como “bons”, “honestos”, “civilizados”, capazes de serem “sacrificados”, “francos” e “leais”. Eles, os jacobinos, estavam num posto arriscado e altamente honroso. Eram capazes de estar alerta, não dar trégua, acautelarem-se, protestarem, gritarem e tomarem providências contra os portugueses, assim como fazerem cair a máscara dos “amigos ursos”.

Desta forma, os jacobinos colocavam-se amplamente ao lado da República, consideravam-se os seus consolidadores e responsáveis pela construção da nacionalidade, na direção anteriormente analisada. Como garantidores da ordem e fervorosos adeptos da República, “mais do que nunca a Pátria precisava de filhos dedicados.”¹⁰ Os jacobinos

precisam velar e resguardar nossa honrosa Pátria e a imaculada República dos botes gananciosos e traiçoeiros de seus pretensos ofensores, e daqueles para quem a Pátria é a barriga, a lei, a moeda e a forma de governo indiferente (...)

É chegada portanto, a ocasião de fazermos valer os nossos sagrados direitos e excluirmos o mal que nos tem ceifado a vida e a honra da Pátria! Refiro-me aos estrangeiros portugueses! (...)

É contra os renegados adesistas que nos aviltam e pretendem dar noções de civismo e amor-pátrio, que nos revolta o coração de brasileiros!¹¹

Além de considerarem-se os consolidadores da República, os jacobinos associavam esta à necessidade da implantação de uma ordem militar. A República deveria ser capaz de abrigar, como verdadeiro caminho, uma ditadura patriótica; só assim seria sólida. É comum encontrarmos, nos jornais, a República forte e verdadeira como sinônimo do culto ao Marechal Floriano, o único capaz de conduzir a Pátria e a na-

10 O JACOBINO, Rio de Janeiro, n.2, 19 set. 1894, p.1 Cf.

11 O JACOBINO, n.2, p.1. Relacionando o Jacobinismo com a consolidação da República podemos ainda encontrar material nos seguintes jornais: A Bomba, n.8, 29 set. 1894; O Nacional, n.124, 10 dez. 1985; O Jacobino, n.2, 4-5, 7, 10-11; 16, 24, 33, 43, 19 set. 1894-26 out. 1895, entre outros.

cionalidade aos seus verdadeiros caminhos de prosperidade e livrá-la do atraso e exploração dos portugueses.

Em artigo publicado no jornal *O Jacobino*, n.º 24, de 8 de dezembro de 1894, na p. 2, faz-se uma defesa clara e explícita do militarismo e de Floriano atacando-se os bacharéis que estão no Congresso Nacional. A condenação dos chamados bacharéis dá-se pelo não posicionamento dos mesmos contra os estrangeiros que dominam todo o país. Para o articulista, só Floriano e o militarismo são depositários dos interesses da nação, e os bacharéis são espúrios porque não elaboram um Código Civil que proteja os nacionais e nem se posicionaram contra a Revolta da Armada. Floriano é tido como “o mais glorioso soldado do Brasil, o mais digno de seus filhos porque, herói nos dias mais aflitivos para a Pátria, e nobre de uma nobreza inigualável, cheio de abnegação, tendo por si a Nação que o idolatra e a força armada que o adora (...)”. Os militares são considerados “a classe mais unida, mais solidariamente ilustrada e poderosa”, capazes de derrubarem o bacharelismo que predominou no Império. O Exército representava, no discurso do jornal, a força armada da nação e era responsável pela soberania da mesma.¹²

Esta identificação do Exército com o povo é bem característica do final do século XIX, da pregação positivista. O recrutamento dos praças no final do Império era feito nas classes mais baixas da população, o que permitia uma identificação entre “povo” e “tropa”. Na mesma época, os oficiais deixaram de ser recrutados na aristocracia criando, assim, um divórcio entre o Exército e a elite política civil. O sentimento reinante dentro do Exército era de marginalização. A teoria do soldado-cidadão, que embasaria o intervencionismo militar daí em diante, seria amplamente aceita. O soldado seria o cidadão armado responsável pela pureza da República e pela sua defesa, como tal, seria também cooperador e garantidor do progresso. Desta forma, o militarismo era amplamente defendido pelos jacobinos, e pode-se mesmo fa-

12 Argumentações semelhantes à estas são encontradas ainda no jornal *O Jacobino* n.2, 4, 11, 56, 93-94, 101, 19 set. 1894-19 jun. 1897, entre outros.

lar de um jacobinismo militar entre as patentes médias e inferiores do Exército.¹³

Se o Exército tinha uma atuação política adequada aos interesses da Pátria, deveria defendê-la contra o “mal que nos tem ceifado a vida e a honra”, ou seja, os portugueses. Portugueses, Portugal e associações portuguesas eram vistos como uma ameaça, restauradores, recolonizadores e conspiradores contra a República. O discurso jacobino sobre o português é bem exemplificado no editorial do jornal *O Jacobino*, n.º 11, de 20 de outubro de 1894:

O português foi a monarquia.

Hoje o português é o sebastianismo.

Reconhecida a insuficiência mental desse povo, o mais inepto e desastrado de todos os povos colonizadores, nem pode mesmo, por desgraça sua e nossa, ser outra coisa senão a asa negra da nossa civilização...

Os seus ódios especiais são característicos: odeia a República; odeia o Marechal Floriano; odeia o Exército; odeia os positivistas; toda e qualquer instituição enfim; ou individualidade, ou princípio, ou propaganda, que tenham em vista realizar honradamente a emancipação política e social de nossa Pátria...

Cumprе dominá-lo, cumprе vencê-lo e arredá-lo.¹⁴

Os portugueses e suas associações não eram confiáveis. Contra elas deveria ser travada uma guerra sem trégua nas ruas. Imorais e torpes, os portugueses tinham formas típicas de atuação política que são descritas pelos jornais das seguintes maneiras:

1) *manipulação*: apoderam-se quase que exclusivamente da imprensa e dirigem a opinião;

13 Cf. CARVALHO, José Murilo. As forças armadas na Primeira República : o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (ed.). *História geral da civilização brasileira*, 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1978, t.3, v.2, p.184-234 e *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987; COSTA, Wilma Peres. *Notas preliminares sobre o Jacobinismo brasileiro*. Trabalho apresentado no Seminário Rio Republicano, Rio de Janeiro, out. 1984.

14 Estas associações feitas ao português são encontradas também nos jornais *A Bomba*, n.1 e n.13, 6 nov. 1894; *O Nacional*, n.68, 19 maio 1895; *O Jacobino*, n.5, 7, 10, 12, 15-16, 20, 42, 45, 77, 93, 29 set. 1894-17 abr. 1897, entre outros.

2) *conspiração*: ameaça à ordem e à República; conspiraram abertamente contra as instituições; pretenderam embaraçar a marcha da propaganda republicana; lutaram pela restauração monárquica; desacreditam na República deprimindo o seu crédito pela baixa do câmbio; conspiração cotidiana contra a ordem política; conspiram por meio do boato, da intriga e da depravação; em 06 de setembro fez-se brasileiro e guarda-nacional para nos atrair ao momento dado; maiores fatores de todas as conflagrações por que tem passado as novas instituições de 89 para cá, já auxiliando pecuniariamente, já fornecendo elementos materiais; armar o braço dos mais brasileiros saudosos da dinastia;

c) *contra a emancipação do Brasil*: ensanguentar esta Pátria quando os seus filhos sonharam com a separação e promoveram a sua independência da metrópole;

d) *contra a emancipação dos escravos*: embaraçou sistematicamente a libertação dos negros escravizados;

e) *neutraliza-se para prostituir a urna eleitoral*;

f) *intromete-se na comunhão social, política e administrativa*;

g) *pretende dar noção de civismo e amor pátrio*.¹⁵

O português é visto como um empecilho à República, um obscurantista que atrapalha o progresso do país. Associado à Colônia e à Monarquia, aparece como o grande responsável pelo atraso econômico que fazia da cidade uma “evocação perfeita daqueles centros que a Civilização esqueceu e que o civilizado só visita, de quando em quando, de Baedeker no

15 Foram analisados todos os editoriais de O Jacobino que continham uma mensagem explicitamente antilusitana. Destes, sobretudo os editoriais dos n.1 (13 set. 1894) 2 (19 set. 1894), 11 (20 out. 1894), 12 (24 out. 1894), 27 (30 dez. 1894), 77 (26 dez. 1896), 43 17 abr. 1897). Aplicamos a metodologia de análise categorial proposta por Laurence BARDIN no seu livro *Análise de Conteúdo* (Lisboa: Ed. 70, 1977) e recorremos à abordagem dos campos semânticos descrita por Régine ROBIN. *História e linguística*. (São Paulo: Cultura, 1973). Gostaria de observar que, embora trabalhando apenas com editoriais, ou seja, com o emissor, consideramos também valiosa a recepção da mensagem, embora isso fuja ao nosso alcance. Partindo também do princípio que o editorial de um jornal é uma mensagem situada, ou seja, foi produzido por alguém e endereçado a alguém, chamamos a atenção para o problema da intertextualidade, colocada por Eliseo VERON, no livro *A produção do sentido* (São Paulo, Cultrix, 1981): “Trabalha-se sempre sobre vários textos, quer se saiba ou não, já que as operações em ação na matéria significante são, por definição, intertextuais.”

bolso e um chapéu-de-sol branco aberto, ou debaixo do braço, para arrancar-lhe do grotesco a diversão que o espírito *blasé* das correrias do Progresso, muitas vezes, reclama.”¹⁶

Nas batalhas, os jacobinos utilizam contra os portugueses todo e qualquer tipo de arma, desde “meetings” e manifestações, até o incentivo à agressões. Promove-se uma guerra constante ao representante de Portugal no Brasil, Thomaz Ribeirão de Mello — novo secretário da delegação portuguesa após o reatamento com Portugal, rompido devido à Revolta da Armada em 1893; caricatura-se perfis portugueses nos jornais; conta-se piadas e listas de desgraças ocorridas com portugueses no Rio são publicadas como motivo de felicidade.

O Jacobinismo na última década dos anos 1800 é especificamente contra o português. O grito de morte aos portugueses repete-se com constância nos textos jornalísticos, o ódio ao estrangeiro é o ódio ao “galego”. Os portugueses, de acordo com o jornal *O Nacional*, n.º 138, de 24 de dezembro de 1895, chegam a formar um “partido intervindo por meios misteriosos em todos os atos de nossa vida social e atuando sempre no sentido de impedir a individualização da nossa nacionalidade”. A guerra contra o estrangeirismo existe, porém o estrangeirismo é especificamente contra os portugueses, “enquanto às outras nações da Europa devemos qualquer coisa (...).”¹⁷

Não era só do ponto de vista político que o português era pernicioso e considerado um atraso. Sua pessoa e atuação social eram adjetivadas com termos duros e pejorativos. Na leitura dos jornais encontramos os portugueses como “desastrados”, “ineptos”, “ignorantes”, “sórdidos”, “covardes”, “ingratos”, “corruptos”, “corruptores”, “usurpadores de todos os dias”, “exploradores de sempre”, “sebosos”, “mi-

16 EDMUNDO, v.1. p.45-46. As idéias de progresso e do português vinculado ao atraso podem ser encontradas nos jornais *O Jacobino*, n.4 (29 set. 1894), 15 (7 nov. 1894), 20 (24 nov. 1894), 29 (19 out. 1895); *A Bomba*, n.8, 29 set. 1894, entre outros.

17 *O Nacional*, Rio de Janeiro, n.138, 24 dez. 1895. p.1. O anti-estrangeirismo como sinônimo de Jacobinismo e o Jacobinismo como guerra ao português pode ser encontrado, ainda, entre outros, nos seguintes jornais: *O Estrangeiro*, n.8, 11 out. 1894, n.9, (out. 1894); *O Paiz*, n.4327, 13 jun. 1894; *O Nacional*, n.114, 27 out. 1895; *A Bomba*, n.8, 28 set. 1894; *O Jacobino*, n.4-5, 7, 10, 16, 33, 58 e 75, 1894-1896.

seráveis”, “intrusos”, “cínicos”, “rebotalhos”, “bandidos”, “loucos”, “desorientados”, “canalhas”, “sugadores do nosso sangue e da nossa seiva”, “gatunos”, “vagabundos”, “inimigos”, “falsos amigos”, “proteus”, “ínfimos vendilhões”, “personagens imundos”, “grunhidores rouquenhos”, “homenzinhos”, “trapos arvorados nos topes das circulares e manifestos tradicionais”, “micróbios venenosos”, “vampiros sociais”, “renegados adesivos”, “elementos retrógrados”, “asas negras da nossa civilização”, “elementos dissolventes da família devido a alimentar e desenvolver a prostituição”, “incapazes de sentirem-se atraídos pela mulher por seus sentimentos e formas”, “caftens”, “indivíduos sem lar”, etc. Aos portugueses eram atribuídos todos os males sociais, desde a prostituição até a má qualidade de vida na cidade do Rio de Janeiro. Seus comportamentos, atitudes e hábitos, segundo os mesmos jornais, representavam o que havia de pior, a ruína e a dissolução da sociedade. Eram tidos como sem educação, sem pundonor e sem dignidade. Aonde se encontravam socialmente, não tinham compromisso com a ordem e “emporcalhavam” os cargos que exerciam. Com relação ao casamento, eram avessos à idéia; quando muito eram atraídos pelo dote, porém, não hesitavam em abandonar à penúria sua família e não raro esqueciam a mãe-pátria e os irmãos.¹⁸ Assim, a imagem do português propalada pelos jacobinos era a pior possível do ponto de vista político e social, no seu sentido mais amplo.

A figura do português no período é vista de diversos ângulos, colaborando ou não para a questão da nacionalidade. De um certo prisma, o português é o atraso, a ameaça, o antiprogresso, a anti-república; este é o português alvo do Jacobinismo, sendo os brasileiros o fator esperançoso da modernidade e civilização do novo regime republicano. De outro prisma, os europeus, inclusive o português, eram elementos do trabalho e do embranquecimento, ambos fatores que levavam ao progresso.

18 O português como engendrador dos males sociais diversos da República aparece nos seguintes jornais, entre outros: *O Nacional*, n.138, 24 dez. 1895. p.1; *A Bomba*, n.8, 29 set. 1894; *O Jacobino*, n.7, 11-12, 29, 77 e 93, 1894-1897.

Esta visão do nacionalismo, nos seus vários sentidos e associado ao progresso, é magistralmente criticada por Lima Barreto no livro *O triste fim de Policarpo Quaresma*. Possivelmente a República que este autor almejava não era aquela que se mesclava com o nacionalismo e com o culto ao militarismo e a Floriano. É elucidativo examinar a lista de livros que Policarpo Quaresma tinha em sua biblioteca. Só aí já há uma crítica ao Brasil visto pela Europa através da citação das obras dos diversos viajantes que por aqui estiveram no século XIX: a visão de exaltação do Brasil de Policarpo era a exaltação do país feita por autores estrangeiros. O Major Policarpo Quaresma, literato fracassado, ao longo do livro torna-se também um republicano e um nacionalista fracassado. Lima Barreto é claro ao apontar o fim que teria o nacionalismo exacerbado, construção típica de uma época e servidor dos interesses ligados à consolidação de um determinado tipo de República, certamente não aquela República que ele desejaria.

Assim, o Jacobinismo nacionalista dos anos de 1890 estava ligado à consolidação da República, ao nacionalismo e à implantação de uma ordem militar. O Jacobinismo voltou-se contra o português, visto como “explorador” do ponto de vista político. Num certo sentido, era o atraso, a Colônia e o Império, enquanto o brasileiro era a República e a modernização. A Pátria Republicana era o lugar do cidadão republicano. O Estado deveria intervir instado a diminuir o conflito causado por ser o português “explorador”, dentro da ideologia de fortalecimento do Estado autoritário, típica do início da República.

Segundo José Murilo de Carvalho, em *Os Bestializados*, a República não teve o apoio dos pobres, principalmente dos negros; muito pelo contrário, foi proclamada numa época em que a Monarquia atingia o seu maior índice de popularidade, acentuado pela questão da abolição.¹⁹ Assim sendo, para as massas pobres que não haviam participado da proclamação

19 CARVALHO, *Os bestializados*.

e que apoiavam a Monarquia, o Jacobinismo, ou mesmo o antilusitanismo, era um meio de alcançar a participação; era mesmo incentivado enquanto abria espaço e “oferecia” participação, que era limitada e não “dada” por aquela República, que sofria internamente a luta pelo controle do poder. Desta forma entendemos o apoio dado pelos governantes aos jacobinos, ao longo da última década do século XIX. Este foi apontado diversas vezes, na época, e o jornal *O Paiz*, em alguns números, questionava a condescendência com que o movimento era tratado:

Que um especulativo, no seu gabinete, tenha fabricado a teoria jacobina, compreende-se: o papel suporta tudo, e homens abstratos, simulacros vasos. Títeres filosóficos, como os que ele inventa, prestam-se a todas as combinações. Que um maníaco, na sua célula, adote e pregue esta teoria, também explica: está obcecado de fantasmas, fora vive do mundo real e assim, nesta democracia incessantemente perturbada, é ele o eterno denunciador, o provocador de todas as desordens, o instigador de todos os crimes, quem se torna o árbitro de todos os destinos e o verdadeiro soberano (...).

Mas que políticos, legisladores, homens de Estado, ministros e chefes de governo, sustentem a teoria; que a abracem com mais fé a proporção que ela se vai tornando mais destruidora; que todos os dias no espaço de três anos tenham visto a ordem social desabar sob os seus golpes, peça por peça, e nunca enxergassem nela o instrumento de tanta ruína (...) eis o que indubitavelmente é estranho: uma tal aberração de espírito e um tal excesso de orgulho não se encontram nunca e para os produzir foi necessário um conjunto de circunstâncias, que só se reuniram uma vez no mundo.²⁰

Para aqueles que, como o jornal *O Paiz*, eram contra o Jacobinismo, era este que desacreditava a República, desestabilizava o regime e as classes conservadoras. Porém, a lógica dos acontecimentos, num primeiro momento, não parecia ser esta. A participação oferecida no espaço do Jacobinismo era “dirigida” e vinculada à construção de uma boa

20 *O Paiz*, n.4327, 13 jun. 1894. O mesmo tipo de protesto pode ser encontrado nos n. 4328, 14 jun. 1894, 4329, 15 jun. 1894 e no n. de 15 jun. 1897.

imagem da República e do resgate desta frente as camadas populares. Os jornais lançavam a culpa do atraso e dos erros do país nos portugueses, que eram sinônimos de Colônia e de Império, como já vimos. O problema não seria a República, era sim os portugueses. Portanto, o problema era também a Monarquia e o que ela havia legado porque os portugueses eram considerados monarquistas. A Monarquia seria ruim porque os portugueses não prestavam e eram exploradores e causadores do atraso. Os portugueses aparecem em cena como uma espécie de “bode-expiatório” e, desta forma, tenta-se não só preservar a República como ganhar adeptos para a mesma, principalmente identificando-a com os militares. Neste sentido, o Jacobinismo, neste primeiro momento, aparece alinhado ao militarismo contra o predomínio das oligarquias e suas formas de poder.

Entretanto, na briga militares versus oligarquias dos primeiros tempos republicanos, os militares perdem. Estabilizando-se o regime, era preciso diminuir o poder dos militares e do povo, de um modo geral. O governo republicano tinha que neutralizar a influência da capital, espaço privilegiado dos militares e das manifestações populares na política nacional. Um novo pacto de sustentação do poder precisava ser formado, e isto aconteceu com o fortalecimento dos diversos estados.

Apesar da chamada “política dos governadores” só ter se firmado com Campos Sales, a assunção de Prudente de Moraes já indicava as oligarquias como vencedoras e os militares como perdedores. Desde o primeiro momento do governo de Prudente de Moraes, os jacobinos firmam cerrada oposição contra o novo presidente.²¹ Pelos anos de 1896 e 1897 as manifestações jacobinas exacerbam-se e tornam-se motivo de constantes conflitos na rua, colocando em ameaça a nova ordem formada. Assim, o jacobinismo serviu para a solidificação da República, porém, vencedor o projeto das

21 A oposição a Prudente de Moraes pode ser encontrada, entre outros, nos seguintes jornais: **O Nacional**, n.68, 19 maio 1895; **O Jacobino**, n.23, 5 dez. 1894, n.33, 20 abr. 1895 e n.41, 12 out. 1895.

oligarquias ligadas ao comércio e à indústria, era este projeto da República que deveria permanecer. Um bom pretexto para acabar com o movimento jacobino foi o atentado organizado contra Prudente de Moraes, em 1897.²² A partir desta data, o jornal *O Jacobino* foi fechado e os líderes do movimento processados e perseguidos. Era preciso reprimir o Jacobinismo enquanto movimento organizado, porém o antilusitanismo permaneceu vivo ao longo de toda a República Velha.

* * *

Examinando com cuidado o período, não havia somente um tipo de nacionalismo, como também não havia só um modo de participar. Como dizia Raul Pompéia, em frase famosa: “Aqui há povo; há mais que povo: há povos”. Não existia somente o nacionalismo veiculado pelos jornais e respirado nos quatro cantos da cidade, nos cafés, nas confeitarias e no Parlamento, nacionalismo empunhado pelos fraques e cartolas, e que muitas vezes assumia o tom e a coloração jacobinos. Estes nacionalismos não eram os mesmos que brotavam nas ruas da cidade, na vivência do cotidiano. Através da leitura dos processos criminais, podemos apreender um jacobinismo e um nacionalismo que eram construídos nas lutas da rua. Havia uma guerra das ruas, cujas batalhas eram também travadas por questões políticas, porém a “política” de que se fala era a da sobrevivência. Portanto, para as camadas populares, o antilusitanismo, ou o nacionalismo, eram sinônimos de participar tomando posse da Terra e das questões ligadas à sobrevivência.

Não é por acaso que o jornal *O Estrangeiro*, n.º 9, de 1894, estampa um artigo, sob o título “Onde vamos?”, incriminando o povo das ruas, que resiste ao imigrante e o persegue aos gritos de “morte aos portugueses; fora os estrangeiros!”:

22 Sobre o atentado contra Prudente de Moraes recomendamos a leitura do livro de SEABRA, J.J. *O atentado de cinco de novembro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898 e NEIVA, Vicente. *Relatório do Dr. Vicente Neiva — 1.º Delegado auxiliar em diversas peças do inquérito: o atentado de cinco de novembro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

Os órgãos da soberania nacional apoiam a imigração do elemento europeu! uma parte do povo não só não o quer; mas o hostiliza, o odeia, o persegue.

Assim, o nacionalismo das ruas, identificado na maioria das vezes com o antilusitanismo, é constante e significa resistência e participação.

Após a repressão ao Jacobinismo, podemos dizer com relação ao português o mesmo apontado por Lilia Schwarcz com relação ao negro,²³ ou seja, que a partir de um determinado momento as representações são assumidas pela população. O antilusitanismo passa a ser assimilado através de representações dispersas e consensualmente aceitas. Nega-se a guerra nas ruas e o problema fundamental é a nossa especificidade enquanto nação, é a noção construída de democracia racial em que todos, apesar dos pesares, seríamos irmãos.

23 SCHWARCZ, p.224-226.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1977.
- 2 A BOMBA, Rio de Janeiro, n. 1-13, 1894.
- 3 CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987.
- 4 ———. As forças armadas na Primeira República: o poder de-sestabilizador. In: FAUSTO, Boris (ed.). **História geral da civilização brasileira**. 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1978. t.3, v.2, p.184-234.
- 5 COSTA, Wilma Peres. **Notas preliminares sobre o Jacobinismo brasileiro**. Trabalho apresentado no Seminário Rio republicano, Rio de Janeiro, out. 1984.
- 6 EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Conquista, 1957. v.1-2, 5.
- 7 O ESTRANGEIRO, Rio de Janeiro, out. 1894.
- 8 HAHNER, June. Jacobinos versus Galegos: urban radicals versus Portuguese immigrants in Rio de Janeiro in the 1890's. **Journal of Interamerican Studies & World Affairs**, Coral Gables, v.18, n.2, May 1976.
- 9 O JACOBINO, Rio de Janeiro, n.1-102, 1894-1897.
- 10 O NACIONAL, Rio de Janeiro, 1895-1896.
- 11 NEIVA, Vicente. **Relatório do Dr. Vicente Neiva — 1.º Delegado auxiliar em diversas peças do inquérito: o atentado de cinco de novembro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.
- 12 O PAIZ, Rio de Janeiro, 1893-1897.
- 13 QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- 14 ROBIN, Régine. **História e lingüística**. São Paulo: Cultura, 1973.
- 15 SCHWARCZ, Lília Moritz. **O retrato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do séc. XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- 16 SEABRA, J.J. **O atentado de cinco de novembro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.
- 17 SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Zahen, 1984.
- 18 TOPIK, Steven. Middle-class Brazilian nationalism 1889-1930: from radicalism to reaction. **Social Science Quaterly**, Austin, v. 59, n. 1, June 1978.
- 19 VERON, Eliseo. **A produção do sentido**. São Paulo: Cultrix, 1981.

ANEXO

Este assunto é pouco estudado pela historiografia. Sobre o Jacobinismo da década de 90, diga-se de passagem, o único considerado como movimento em si, há análises pobres em obras de caráter mais geral, que tendem a incorporar a visão que os jacobinos possuíam de si mesmos. Recentemente, June Hahner, em seu artigo "Jacobinos versus Galegos: urban radicals versus Portuguese immigrants in Rio de Janeiro in the 1890's." (*Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Coral Gables, v. 18, n. 2, May 1976), Wilma Costa em *Notas preliminares sobre o Jacobinismo Brasileiro* (apresentado no Seminário sobre o Rio Republicano, out. 1984), Steven Topik em *Middle-class Brazilian nationalism 1889-1930: from radicalism to reaction.* (*Social Science Quarterly*, Austin, v. 59, n. 1, June 1978) e Suely Robles Reis de Queiroz, no seu livro *Os radicais da República* (São Paulo: Brasiliense, 1986) fizeram uma análise mais pormenorizada do assunto.

Nossa análise difere na essência daquelas realizadas por Suely de Queiroz e Steven Topik. Suely de Queiroz pretende uma análise do Jacobinismo mais ampla em termos territoriais, a autora não se atém aos limites do Rio de Janeiro. Além disto, seu enfoque pode ser situado com estreitas ligações àquele de Nelson Werneck Sodré. Na sua *História da burguesia brasileira*, Sodré faz algumas considerações a respeito dos anos de 1890, do início do período republicano. Para ele, os interesses da burguesia, dos setores médios da população e dos militares, eram os mesmos. Seriam a favor da emancipação econômica do Brasil, contra a economia ligada ao liberalismo imperialista e contra o estrangeirismo; é por isto, segundo Sodré, que estes segmentos sociais apoiariam Floriano, governante particularmente interessado no desenvolvimento industrial do país. Em oposição a estes, estariam o latifúndio associado ao imperialismo e aos comerciantes estrangeiros.

Suely de Queiroz retoma a argumentação de Sodré em vários trechos de seu livro, assim como dá a mesma ênfase

à figura do Marechal Floriano. Situando seu estudo dentro da “história política”, Floriano é exaltado em suas ações nacionalistas e como consolidador da República. A autora associa o Jacobinismo apenas ao momento de passagem da Monarquia para a República e defende a República como “ruptura revolucionária”, levada a cabo pelos militares, pelos setores urbanos e pela burguesia (cf. p. 11, 80, 108, 117, 121, entre outras).

Não fica claro, ao longo da leitura do livro, o porquê do Jacobinismo no período de 1890. Este é descrito de acordo com o discurso dos contemporâneos, havendo, no máximo, uma identificação do Jacobinismo com Floriano e, talvez aí a sua origem e fortalecimento. Os populares, jacobinos ou não, deixar-se-iam guiar e entusiasmar pelas ações de Floriano, Glicério ou Prudente. Assim, jacobinos num dia, após o atentado a Prudente, passionalmente tomariam o lado deste e empastelariam a *Folha da Tarde* e *O Jacobino* (p. 61). Aqueles que sucedem os jacobinos nas ruas são chamados pela autora de “reacionários” (p. 63).

Discordamos da abordagem de Suely de Queiroz e Sodré por vários motivos. Se por um lado não podemos dizer que o setor agrário e industrial das classes dominantes são convergentes em todos os seus interesses, por outro lado não podemos tampouco dizer que são divergentes e dissociados. Quanto aos militares, através da pesquisa de José Murilo de Carvalho, sistematizada no artigo “Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”, publicado na *História Geral da Civilização Brasileira*, sabemos que estes eram recrutados mais entre as classes populares e que, portanto, não se identificavam com os “setores médios” e possuíam uma ideologia autoritária e reformista, com base nas idéias da “salvação nacional”, do “soldado-cidadão”. O movimento jacobino valorizava os militares e estes encontraram aí um espaço de participação política. Além disto, os portugueses não eram “imperialistas”, no sentido específico da palavra e no Rio de Janeiro o Jacobinismo não era contra o estrangeiro em geral, era contra especificamente o português. Ti-

nha-se medo da recolonização. A linguagem contra o comércio estrangeiro, no concreto, circunscrevia-se ao comércio português. A medida que a nova ordem burguesa triunfa e implanta-se ao menos na cidade do Rio de Janeiro, serão realizadas obras em benefício do grande comércio, como as de Pereira Passos, e se abafará o Jacobinismo.

Steven Topik também associa a “classe média” ao Exército e à indústria. Como já vimos, este argumento é de difícil assimilação. Além do mais, é complicado perceber os limites destes chamados setores ou classes médias.

Já o artigo de June Hahner parece oferecer uma explicação melhor para o Jacobinismo. A autora situa o movimento no contexto político-econômico dos anos de 1890 e evita associar o Exército às classes médias. Esta autora faz a distinção pertinente entre o jacobinismo do período e o antilutitanismo que, do nosso ponto de vista, permeia a República Oligárquica.

* * *

A PROPÓSITO DE CAPISTRANO

DENISE G. BOTTMANN

Professora do Departamento de Filosofia, UNICAMP.

RESUMO

A partir da estruturação interna da obra historiográfica da maturidade de Capistrano de Abreu, faz-se aqui um esboço do modelo conceitual adotado por este historiador, em polêmica com os que o qualificam como positivista estranho às categorias privilegiadas pelas correntes historicistas do final do século XIX e início do século XX.

Neste pequeno artigo, retomo e trato de maneira mais definida uma parte de um estudo meu de alguns anos atrás, sobre a concepção histórica, o método historiográfico e o alegado positivismo de Capistrano de Abreu (1853-1927). Historiador, antropogeógrafo, etnólogo, linguísta de origem cearense, radicado desde o fim da adolescência no Rio de Janeiro, ele pertence à chamada “geração dos anos 70”, um dos “mosqueteiros intelectuais”, na expressão de Nicolau Sevcenko (1983).

São inúmeras as questões que podem ser levantadas acerca de sua biografia e papel intelectual nas últimas décadas do século passado e primeiras décadas do atual. Desde, em termos mais tradicionais, os subsídios que deixou para a fundamentação de uma teoria da história regional, como sugere Brasil Pinheiro Machado¹, até a indagação dos fios que o ligariam indiretamente, através de Paulo Prado, ao Movimento Modernista dos anos 1920: lembro-me que, tendo certo dia

¹ PINHEIRO MACHADO, Brasil. Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v.8, n. 14-15. p.194-195, 1987.

procurado o saudoso Alexandre Eulálio para consultá-lo sobre uma bibliografia acerca de Capistrano, ele sugeriu uma possível e curiosa influência subterrânea do pessimismo, aliás notório, desse historiador sobre o “anarquismo antropofágico” de Oswald de Andrade... Ou até a profunda ressonância de suas abordagens no tratamento sociológico que o jovem Gilberto Freyre viria a usar em *Casa Grande e Senzala*; como dizia José Lins do Rego, G.Freyre estava iniciando o que Capistrano não quisera concluir.² Ou ainda a ênfase sobre o papel dos rios na formação histórica do Brasil, particularmente o Tietê e o São Francisco, compartilhada mais tarde por Sérgio Buarque de Hollanda, por exemplo em *Monções*. E ademais a proposição do conceito de *mestiçagem*, de formulação bastante complexa, como a principal categoria histórica da identidade nacional. E é este o ponto que me parece de extrema importância na empreita intelectual de Capistrano: como “intelectual da modernização” (Richard Graham), ele está profundamente engajado na busca — ou construção — dos traços que definiriam a brasilidade, o caráter nacional das gentes desta terra.

Felizmente, parece-me já distante a época em que podíamos nos contentar em designar meio século de produção historiográfica no Brasil, aquele que vem estacar à soleira dos anos 1930, como “positivista” *tout court*, expressão apenas de uma dependência cultural a “vínculos externos excessivamente pesados”.³ Já há alguns anos, vêm-se desenvolvendo trabalhos diversos de análise dos mais variados aspectos da historiografia brasileira — desde autores, relatos de viajantes, projetos intelectuais como o do IHGB, sem a fácil complacência do recurso aos rótulos estereotipados que elucidam muito pouco e confundem muito mais. Dois bons exemplos dessa via mais desassombrada são Roberto Ventura e Francisco Moraes Paz. Por meu lado, a proposta que eu me estabelecera havia sido uma leitura de tipo “epistemológico”, isto

2 REGO, José Lins do. O próximo livro de Gilberto Freyre. In: FREYRE, G. *Casa-Grande e senzala*. 22ed. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1983. p.xxxi.

3 MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. 3.ed. São Paulo: Atica, 1977. p.25.

é, de desconstrução analítica dos argumentos e conceitos utilizados por Capistrano de Abreu em sua obra madura, particularmente em seu livro *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*.

Neste breve ensaio, gostaria apenas de apresentar o papel geral de minhas reflexões, recortando — a partir da apresentação global da estrutura *formal* da obra citada — questões de fundo, cujo desenvolvimento, porém, escapa inevitavelmente ao âmbito de um artigo.⁴

Assim, procedo agora a um esboço de análise daquela que pode ser considerada a obra-síntese de Capistrano, tanto pela sua abrangência temporal como pela coesão e densidade interna: os *Capítulos*, escritos entre 1906 e 1907, por encomenda de Vieira Souto.⁵

1. CAPÍTULOS E CAPÍTULOS

A primeira coisa que salta à vista do leitor é a chave semântica que religa os *Capítulos* do título aos próprios capítulos em que se ordena a obra.

Os Capítulos não são apenas as seções ou divisões usadas para a distribuição interna do texto; não são apenas capítulos no sentido usual da palavra. São realmente Capítulos, não da obra, mas da própria História (com *H*, como preza Capistrano) do Brasil. É a História já articulada a partir das histórias episódicas (que, por si sós, não passariam de “contas de um rosário” tal como, dizia ele, eram mecanicamente

4 Este desenvolvimento das questões de fundo aqui recortadas está sendo elaborado como um ensaio mais abrangente, a ser publicado como livro. Os materiais foram reunidos e passaram por uma análise inicial sob a forma de minha dissertação de mestrado, *Padrões explicativos da historiografia brasileira*, Unicamp, 1985.

5 Quanto ao caráter sintético e o propósito grandioso da obra, ver, primeiro e indispensavelmente, a própria obra; a seguir, RODRIGUES, J.H. *Introdução e Explicação*. In: CAPISTRANO DE ABREU, J. *Capítulos de história colonial: 1500-1800 e Os caminhos antigos e o povoamento do do Brasil*. Brasília: UnB, 1982. p.3-37; PRADO, Paulo. Capistrano. *O Estado de S.Paulo*, 26 set. 1928; CANNABRAVA, Alice. Roteiro suínto do desenvolvimento da historiografia brasileira. Separata de: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS BRASILEIROS, São Paulo, 1972. *Anais*. São Paulo: IEB, USP, 1978. p.17. Por outro lado, quanto às suas dimensões reduzidas e sua estrutura “didática”, ver CAPISTRANO, em especial suas cartas a Guilherme Studart (*Obras*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976-1977. v.1, p.171-8. Quanto à ocasião de preparação, publicação e reedição revista dos *Capítulos*, ver J.H. RODRIGUES. Aqui eles serão citados conforme a edição UnB, 1982.

debulhadas pelo estilo historiográfico de Frei Vicente do Salvador). Essa História, compondo-se a partir delas, supera-as enquanto empreita historiográfica, mas também, e sobretudo, enquanto totalidade real dotada de sentido. Essa História é realizada na prática pelos homens, ao longo do tempo, a partir de suas ações e muitas vezes à sua revelia.

No entanto, para Capistrano, a construção efetiva, isto é, no real, dessa História depende de certas condições e de determinado tipo de ação humana. À frente, tratarei dessas condições e requisitos, mas adianto a grosso modo: quanto às condições, significa um certo tipo de relacionamento dos homens com seu *meio ambiente*; quanto à ação, para que ela crie história, há de ser consciente, voluntária, deliberada, guiando-se pela “força de vontade” para sobrepujar condições favoráveis ou excessivamente favoráveis do meio.

Constituída a História, pois, não seria possível tratá-la episodicamente, em suas “histórias” particulares: tal procedimento historiográfico decompositivo deixaria escapar o cimento, o fio que une esses eventos empíricos e consolida-os numa totalidade significativa. Daí o estatuto não meramente classificatório dos Capítulos: são eles, a nível interno da obra, os correspondentes das instâncias e níveis tematicamente destacados, em ordem de complexidade crescente, da suposta realidade que Capistrano pretende reconstruir.⁶

Assim, na medida em que uma acepção recobre e ultrapassa a outra, o que seriam capítulos do índice de uma obra historiográfica converte-se, a partir do próprio título geral do livro, nos Capítulos da estruturação efetiva da História Colonial.⁷

6 Daqui por diante, passo, de modo geral, a eliminar as cláusulas que condicionam e relativizam minha interpretação do que seja a atividade historiográfica. Assim, no texto, a realidade não será mais “suposta”, sua reconstrução não mais “presumida” e assim por diante. Com isso, espero não sobrecarregar o texto e respeitar a intenção do autor, supondo que o senso crítico do leitor não lhe permitirá ver aí uma adesão pessoal às teses comentadas. As expressões entre aspas, mesmo quando não acompanhadas de referências, são as usadas por Capistrano, salvo indicação em contrário.

7 Por essa razão, o leitor notará o uso variado de **Capítulos**, **capítulos** e **capítulos**, conforme o contexto. Pela mesma razão, os nomes dos capítulos dispensarão aspas, e a palavra “*história*” virá ora com **H**, ora com **h**, conforme se refira mais estritamente à concepção pessoal de Capistrano ou seja usada em outros contextos.

Lembra bem Pedro de Alcântara Figueira que o título de uma obra não é casual. No caso de Capistrano, segundo ele, os *Capítulos de História Colonial* já atestariam, por si sós, da “manipulação ideológica” que os constitui, gritando bem alto as intenções de escamoteamento do real que estariam movendo o autor — em contraste, por exemplo, com o título mais materialista e explicitamente econômico (e por extensão, segundo Figueira, menos ideológico) do livro de Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*⁸.

Não é este o meu ponto de vista, ao inquirir do título e do ordenamento das matérias do *Capítulos*. Ainda assim, creio que eles podem dar margem a algumas reflexões.

Se nos lembrarmos de que: (a) era uma preocupação comum à geração intelectual a que se filiava Capistrano de Abreu, nos cinquenta anos que intermediam os séculos XIX e XX, a construção de um passado histórico brasileiro, principalmente quanto aos traços e costumes de sua gente, como contribuição intelectual para a constituição e definição de uma identidade nacional, fosse ela positiva ou negativa; (b) não era, e continua a não ser, incomum a apresentação da história do Brasil a partir do movimento geral europeu de expansão ultramarina, independentemente das divergências de interpretação que possam existir entre os autores.

O que se destaca de imediato, na ordenação dos *Capítulos*, é a precedência, por ordem de entrada, dos Antecedentes Indígenas. Quanto à razão disso, podemos pensar em algumas pistas. A primeira delas se encontra na observação de D’Avezac, comentada por José Honório Rodrigues⁹: D’Avezac, em suas *Considerações geográficas sobre a História do Brasil*, havia criticado a ordem dos capítulos, iniciando-se com a Europa, que Varnhagen dera à primeira edição de sua *História Geral do Brasil*. Considerando justa a crítica, Varnhagen, na segunda edição, altera a disposição dos capítulos, e passa a abrir com a “Descrição do Brasil”. Capistrano de Abreu, ao

8 FIGUEIRA, Pedro de Alcântara, *Historiografia brasileira: 1900-1930*. São Paulo, 1973. Tese, Doutorado, Universidade de São Paulo.

9 RODRIGUES, p.33.

que parece, e também segundo J.H.Rodrigues, não ficou insensível à observação. Essa sua receptividade, porém, muito provavelmente devia-se a fortes razões conceituais. Por ora, limitemo-nos a sugerir que elas diziam respeito ao papel de base, fundante, quase trivial em sua auto-evidência, desempenhado pelo meio físico: cenário indispensável para que se dê qualquer fenômeno, efetue-se qualquer ação, ocorra qualquer episódio. Além desse aspecto quase acaciano de inevitável e necessário espaço onde se sucedam as coisas, Capistrano atribui um peso, já não tão trivial ou evidente, às influências e determinações, igualmente básicas e fundantes, do meio, “elemento essencial para a compreensão do processo histórico” (Emília Viotti da Costa, 5). Por que o é para nosso autor, veremos a seguir.

2. NATUREZA E HISTÓRIA

Aos Antecedentes Indígenas, seguem-se os Fatores Exóticos.

O que ocorre a nós, leitores, é que, entre o que antecede e o que é exterior, há um vazio, um espaço em branco, que logo nos leva a perguntar: “antecedentes de quê? exteriores em relação a quê?”. A fácil resposta — “mas claro... à História Colonial do título!” — é útil para sabermos do que se trata num livro quando o pegamos na estante. Indo um pouco mais à frente, já não é tão esclarecedora. Pois a questão é justamente que, a partir de uma matéria-prima mais ou menos parecida (fontes, arquivos, documentos etc.), executam-se diferentes construções historiográficas, resultando em obras de diferentes vieses interpretativos. E esse processo de construção não é manifesto, não se faz patente na textura da obra pronta. Além do mais, seria perfeitamente legítimo imaginarmos outros ordenamentos plausíveis da matéria, se se modificasse um ou outro critério do “partido arquitetônico” escolhido.

Assim, ao primeiro contato, sabemos que aquele “quê” implícito é a *terra brasilis*. Todavia, ela só é dita, adquire

nome e torna-se *algo* quando é descoberta. Retomando a clara resposta que dá J.H.Rodrigues: “a história (nos *Capítulos*) começa com essa gente que chega e transforma a terra, e não com o indígena e seu *habitat*.”¹⁰ Por ora, até o final do segundo Capítulo, ainda não se trata da história brasileira. Até o terceiro Capítulo, que é quando chegam Os Descobridores, temos de um lado uma naturalidade que se furta ao histórico e, de outro, uma historicidade ainda exógena que, ao longo de décadas, prepara europeiramente sua arribação ao futuro Brasil.

Dessa forma, a primeira questão que podemos levantar, quanto à boa vontade de Capistrano em atender à já referida crítica de D’Avezac a Varnhagen, seria: abrir uma História do Brasil com dois Capítulos que apontam cegamente (mas apenas até certa medida, como veremos) para algo ainda “fora da história” corresponderá à convicção de que aqui se forjará historicamente uma identidade nacional?

Ora, é esta a questão fulcral de Capistrano. Desde seu primeiro Capítulo, ele dera as pistas sobre o ciclópico empreendimento de construção da brasilidade: este será o produto de uma mescla entre o natural e o exótico. Porém, atenção: aqui esta mescla se refere menos às raças — o índio, o branco e o negro que ulteriormente comporão o suporte empírico e material da *mestiçagem*, enquanto principal característica da brasilidade —, e mais ao estatuto de *historicidade* atribuído aos diversos elementos humanos que se encontrarão e se cruzarão a partir do terceiro Capítulo. A mescla entre esses elementos é apresentada como uma fusão entre o natural, entendido não só como o ali-nato, mas como aquilo que *ainda não* ascendeu à ordem do histórico, e o exótico, que conjuga tanto o branco como o negro. Quanto ao exótico, o estatuto de historicidade se distribui desigualmente entre seus dois componentes. O luso é que é o portador de história, e por isso tem uma história a ser contada: ocupa mais de 7/8 do Capítulo. O africano ocupa o restante final

10 RODRIGUES, p.33.

do Capítulo, e não por ter uma história a ser contada, mas por ser “igualmente alienígena”, carreado para ocupar o lugar material da história que o meramente natural não supriria: o trabalho (p.54).

3. A HISTÓRIA CONSTITUÍDA

Depois de ingressados na História, isto é, do terceiro Capítulo em diante, é interessante notar que, dentre os onze que a compõem, o Capítulo de longe o mais extenso é O Serão: ocupa mais de 1/3 do total da obra. Diga-se de passagem que *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil* partilham igualmente a tarefa de apresentar a empresa pioneira de desbravamento das matas e ocupação do interior, para além do “tênue fio litorâneo”.

Aliás, a exigüidade das costas brasileiras e sua insuficiente articulação é um tema a que Capistrano alude desde o início dos Capítulos. Claro está para ele que a força desse país que ama, admira e do qual espera realizações¹¹ encontra-se na conjugação do vasto território que se expande continentalmente — e não pelo litoral — com os núcleos do povoamento que adentraram as regiões interiores. Tal conjugação território-povoamento, desde a fundação de Piratininga, significa para Capistrano a força da vontade humana, capaz de vencer a inércia provocada pela subordinação do homem ao meio físico (p. 70, 113). Trata-se da epopéia que envolve

11 Esta é uma frase famosa sua, escrita em carta a Urbano Duarte de Oliveira, em 7-9-1895 (Obras, v.1. p.63). Comentando a situação política da República, Capistrano expressa sua descrença numa “sociedade melhor”. Em pós-escrito acrescenta: “Ao pôr a data, arrependi-me do que tinha escrito. Amo, ...”. Para Cruz Costa, essa declaração serve como prova contra seu pessimismo, igualmente famoso: Era Capistrano um pessimista? Apparentemente era. Mas quem disse, como ele, ‘amo, admiro o Brasil e espero dele’ poderia ser verdadeiramente pessimista? (Correspondência de Capistrano de Abreu, *Revista de História*, São Paulo, v.6, n.21/22, p.543, jan./jun.1955. Grifo do autor. O que Cruz Costa não comenta são as razões da confiança de Capistrano, aduzidas logo a seguir na mesma carta: “Afiml, os maus brasileiros passam, o Brasil fica”. Não por acaso, a enorme admiração de Capistrano por Antonil deve-se a que este teria revelado o segredo do Brasil aos brasileiros: a natureza com suas potencialidades. Nesse sentido, amar ao Brasil apesar dos brasileiros remete a uma certa ambigüidade de fundo.

os combates e as vitórias sobre a geografia do território. Por isso o sertanejo vai aparecer como retrato ideal do novo tipo étnico brasileiro — mas como *resultado* histórico-ideal. E por isso ainda — por ser resultado efetivado —, vai interessar a Capistrano retrazar os rumos e os movimentos que, a nível dos fatos empíricos, levam à possibilidade de elaboração de uma síntese histórica duradoura.

Esses rumos e movimentos, Capistrano encarna-os no jesuíta e no bandeirante. Que não surpreenda o elogio épico dessas figuras nos *Capítulos*. O primeiro é o próprio fundamento (nos termos subjetivos de seus projetos e ações) da História do Brasil; o segundo é a causa eficiente do desbravamento da natureza. Se, por um lado, a ocupação das terras cobra um alto preço com os horrores da violência bandeirante (p. 116), por outro, ainda que fracassada, a obra missionária lança sementes de heroísmo patriótico (p.85, 102).

A partir disso, os dois problemas que se levantam para a análise são: em primeiro lugar, que para a constituição dessa História seja necessário um eixo estruturador supracircunstancial; em segundo, que tal eixo seja formado por grupos humanos, em relação ativa com o território.

Assim, quando Capistrano aborda O Sertão e dedica-lhe mais de um terço do livro, é porque vê aí a mais completa expressão das lutas e conflitos que compõem sua história nacional. O povoamento interior deixa a ocupação da costa na sombra, a todos os respeito (p. 113). E, tal ênfase sobretudo porque é assim que vão se formando os contornos efetivos do território, é assim que se poderá, do jogo dinâmico entre as forças do meio e as forças da vontade humana, definir-se a forma institucional da nação. São os contornos da ocupação *de facto* que, posteriormente, serão reconhecidos *de jure*, pelo princípio do *uti possidetis* (p. 175, 180), a valer nos tratados internacionais de demarcação das fronteiras coloniais em disputa entre Portugal e Espanha.

A Formação dos Limites, que se segue a O Sertão, ilustra a distância entre o trabalho prático (e cruento) de povoamento das terras e os longínquos interesses de Portugal (defendidos em “debates inanes” (p. 181), ao mesmo tempo em que aponta a estreita vinculação entre ambos. Distância, em primeiro lugar, acentuada pelas cores dramáticas e exaltan-

tes com que Capistrano descreve detalhadamente a ocupação do território, em oposição às cores neutras das pinceladas gerais com que traça a disputa das fronteiras coloniais entre Portugal, Espanha, França e Holanda. Vinculação, em segundo lugar, por ser o povoamento, afinal, do máximo interesse para Portugal, em virtude do restabelecimento do direito de *uti possidetis* como princípio a reger os tratados.

O Sertão precede de fato e de direito à Formação dos Limites: a nova psicologia do colono, imbuído de “espírito patriótico” e “nacional” (p. 97, 111), que nas Guerras Flamingas já decidira a favor de Olinda contra Holanda, prepara n’O Sertão a base concreta — a ocupação efetiva — que permitirá a legal definição do contorno do país para a metrópole. Mas o que importa fundamentalmente a Capistrano é que, para além desses elos vigentes entre a colônia e a metrópole, assim se estabelece não só o perfil da futura nação, mas, e acima de tudo, a têmpera cívica de seus homens.

4. A HISTÓRIA MONTADA

Gostaria de ressaltar que a ordenação dos Capítulos, como vimos vendo até aqui, temática antes que cronológica, não é indiferente. Insisto neste ponto, em contraposição à interpretação de J.H.Rodrigues, para quem neste ordenamento “se trata mais de distribuição de matéria do que de periodização” (THB, 136). Continua ele: “É claro que a divisão (dos *Capítulos*) não obedeceu ao intuito de periodizar (...). Ele (...) perceberia que o quinto e o sexto capítulos obedecem a um critério quase exclusivamente político-administrativo, o primeiro a um juízo mais geográfico, os outros a dados históricos, sendo o último apenas um título e nada

mais.”¹² Vale lembrar que, para J.H.Rodrigues, “pensar a história já é certamente periodizar”, e o ofício do historiador atinge sua culminância “filosófica” quando procede a periodizações; enquanto que, por outro lado, “limitar-se” a distribuir a matéria é uma falha e uma insuficiência no *métier* (p. 125-44). Assim, embora ele seja o mais enfático em reconhecer em Capistrano o maior historiador brasileiro e o melhor periodizador da história do Brasil (p. 133, 134, 135, 136, 144), não é nos *Capítulos* que se evidenciaria esta sua segunda qualidade.

O ponto em discussão é que, no entender de J.H.Rodrigues, para que um determinado ordenamento temático seja significativo, é necessário um critério uniforme que aponte para uma síntese periodizada (p. 134-7). O que eu defendo é que o ordenamento de *Capítulos de História Colonial* não é um alinhavamento mais ou menos casual, mais ou menos intercambiável, de matérias díspares. Pela própria exigência de concisão a que Capistrano se vira obrigado nesta obra, o ordenamento temático deveria permitir a montagem de um painel coeso, coerente, capaz de, na conclusão, mostrar o efetivamente realizado, a real História do Brasil-Colônia, conforme ela se lhe afigurava.

A ordem das matérias — “os andaimes levantados”, como diz Capistrano — pretende-se referida, de modo mais ou menos direto, às instâncias e planos empíricos que, tratados his-

12 RODRIGUES, J.H. Teoria da história do Brasil. 5.ed. São Paulo: 1978. p.136. Note-se pois, que o que J.H. Rodrigues chama de “periodização” em Capistrano não está ausente dos *Capítulos*. Na constituição da identidade nacional, a primeira fase seria caracterizada pelo “transoceanismo”, isto é, a aversão dos portugueses aqui residentes à terra brasileira, a ansia de enriquecer e voltar logo para Portugal, a nostalgia pelo solo natal, estendendo-se até o começo do século XVII (ver Franceses e espanhóis, As Guerras Flamengas). A segunda fase se define quando se manifesta o sentimento de superioridade em relação à metrópole, que prossegue até o começo do século XIX. Não creio que essa descrição de J.H. Rodrigues esclareça o conteúdo fundamental da periodização empregada nos *Capítulos*; nestes, o que importa no primeiro período da história colonial é o grande grau de dispersão, a ausência de iniciativas integradas, o alto particularismo dos interesses individuais e sociais, sendo a única exceção os jesuítas. A partir das Guerras Flamengas, manifesta-se um sentido de unidade coletiva na defesa de Olinda contra o domínio holandês. Capistrano vê aí não especialmente a defesa dos interesses da Coroa portuguesa, mas sim da própria terra brasileira. Há um início de “solda” da identidade nacional e uma consciência mais autônoma, isso lhe permite avaliar o grau de historicidade do povo que, aos trancos e barrancos, vinha construindo sua história, da qual só se apercebe ao enfrentar o inimigo externo.

torioraficamente, conferem sentido ao aglomerado da realidade. Dessa forma, a “distribuição de matéria”, de fato desigual e heterogênea, obedece a uma hierarquização temática em escala crescente, conforme o grau de importância atribuída aos elementos. Essa hierarquização, por sua vez, agrupa-se internamente por linhas cronológicas, finalmente coroada por um balanço sintético do resultado histórico que se apresenta por volta de 1800. Em outras palavras, é precisamente este, e não outro hipotético ordenamento, que permite a Capistrano, dentro desses critérios, apresentar os elementos de síntese para a sua História, *extraindo-os* como *resultantes* (e não pressupondo-os como dados) da realidade empírica tratada. Dificilmente poder-se-ia conceber outra distribuição dos Capítulos sem prejuízo para o tipo de inteligibilidade pretendida para esta História, nos seus nexos com o Capítulo precedente e o subsequente, nos seus próprios nexos internos e nos seus nexos com o conjunto global da obra.

Mesmo os Capítulos iniciais, que parecem se manter em compasso de espera até que se inaugure a História do Brasil com seu descobrimento, mostram-se necessários como divergentes pontos de partida que confluirão para o mesmo alvo. De um dos pontos, passa-se da natureza para a história. Do outro, um deslocamento espacial transporta o projeto prometeico de transformação histórica da natureza. Num, passa-se da terra de ninguém à terra que finalmente recebe o nome Brasil, que andava disponível à busca de um destinatário (p. 60). Aqui, a tarefa civilizatória se assemelha à tarefa adâmica: dar nomes às coisas. Noutro, está-se a cumprir um plano histórico: andar sempre a Poente para chegar ao Levante (p. 54, 47, 61, 100).

E não é de surpreender que alguns Capítulos se movam apenas ao longo de algumas décadas, ao passo que outros recobrem séculos, e algum seja eminentemente imóvel. Tampouco admira que essa heterogeneidade temporal por vezes oscile num vai-e-vem cronológico: o tempo físico está subordinado à constituição temporalmente irregular dos traços especificamente brasileiros. Talvez alguém se decepcione ao

buscar, Três Séculos Depois, o fecho de ouro dessa história. Terá aí certamente mais que “apenas um título”, mas será a sùmula enxutissimamente articulada da obra de trezentos anos: grupos étnicos moldados pelo meio físico e com pequena margem de autonomia em relação a ele, ligados entre si por instituições culturais mais ou menos comuns a todos, com sentimentos coletivos a uni-los superficialmente na sua aversão ao estrangeiro, mas insuficientes para soldá-los internamente numa unidade homogênea (p. 199-200). Essa composição particular do esquema geral fundado no tripé meio-raça-instituição é, por sua vez, apresentada como indicador do precário desenvolvimento propriamente histórico do país, tingida como está de irredutíveis elementos naturais dispersadores.

5. MESTIÇAGEM E CIVILIZAÇÃO

Aqui introduzo em linhas gerais um dos principais pontos de discussão acerca do alegado positivismo de Capistrano de Abreu. Trata-se do modelo explicativo com que ele opera.

Num encontro que me parece resumir emblematicamente o debate sobre a historiografia brasileira do período 1870-1920, E.V.Costa afirmava: “Para os historiadores desta fase a trilogia: o meio, a raça e as instituições parece fecunda como esquema de interpretação”¹³. Simetricamente inversa era a oposição de Alice Cannabrava: “Parece claro que a trilogia meio, raça e instituições, ainda não fecunda a mente dos historiadores, no século XIX, como esquema de interpretação”¹⁴. Segundo esta autora, Capistrano, visto como o principal nome da época, não teria lançado mão de tal esquema, por dois aspectos de sua obra: seu tratamento das instituições não teria ultrapassado o plano empírico, e a propósito das raças seria também “significativo que (nos *Capítulos*) nem um capítulo fosse dedicado ao negro e ao índio”. Creio que, a este respeito, cabem algumas observações.

13 COSTA, Emilia Viotti da. Anotações à margem do Relatório de História. Separata de: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS BRASILEIROS, p.4.

14 CANNABRAVA, p.17.

De fato, se tivermos de falar em categorias explicativas ou interpretativas predominantes em Capistrano, muito provavelmente elas não coincidirão com categorias contemporâneas, mesmo que formuladas e aplicadas com finalidades análogas — quando menos, pela própria distância temporal mais que secular em que se encontram as primeiras obras, e quase secular as últimas, deste autor. Afora essa nota trivial sobre o risco constante do anacronismo em nossos juízos de avaliação, cabe lembrar que as categorias de Capistrano não se fixam necessariamente no plano das relações políticas e econômicas juridicamente regulamentadas.

Quanto às instituições, a própria possibilidade civil de legalidade e formalização jurídica, para Capistrano, já é uma forma institucional. Quase poderíamos dizer que seus frutos, ainda que possam apresentar maior grau de legitimidade social, são instituições racionalizadas de segundo grau, tingidas, para o gosto dele, com excessiva frequência de corrupção, venalidade, parasitismo e ineficiência. As instituições primárias propriamente ditas, ele as vê — o “plano empírico” a que se refere A. Cannabrava — nas relações de cooperação, associação, divisão de trabalho não necessariamente formalizadas, na língua, religiões, formas práticas de partilha temporal e espiritual do poder, sistemas de defesa, etc. O fato de serem mesmo pré-sociais ou exclusivamente privadas (p. 199), não diminui seu peso determinante na formação do caráter nacional (p. 48-9, 54, 62, 93, 111, 159-60).

Quanto ao papel ambíguo, intermediário, variável, das raças, elas importam enquanto dados físicos que permitirão a formação compósita de tipos humanos específicos. São os tipos humanos (e não cada raça em si mesma), como resultado complexo da trilogia meio-raça-instituição segundo uma dinâmica singular, mas ao mesmo tempo como agentes de manutenção e reprodução dessa dinâmica, que constituem o foco principal da atenção do autor. A questão delicada é que essa trilogia se apresenta de maneira indissociável, e nenhum de seus elementos é tratado isoladamente. Por isso a importância do tipo humano para Capistrano, como chave de inte-

ligibilidade de sua história: pois é ele que encarna e expressa uma determinada, e não qualquer, relação interna entre os três termos meio-raça-instituição. No caso do Brasil, esta formação complexa me parece ser a principal categoria, a síntese histórica em sua quintessência, para Capistrano de Abreu: é ela a *mestiçagem*, não só fisiológica, mas também, e sobretudo, “moral”. Assim, tem razão A.Cannabrava ao dizer que o autor não dedica nenhum capítulo ao índio e ao negro. Mas eu acrescentaria que o livro inteiro é dedicado ao rastreamento da formação dos “grupos étnicos” que compõem a síntese dos trezentos anos estudados, e a eles cabem todos os Capítulos.

Finalmente, quanto ao meio físico: com efeito, talvez à primeira vista se afigure mais patente a conexão que Capistrano estabelece entre o meio e os homens. Mas nota-se que, nesta conexão, os homens em seu meio não são apresentados como meros espécimes de uma raça. Eles já comparecem imersos em sua língua, sua religião, suas relações com o poder, suas atividades econômicas, suas formas de socialidade e arte, em suma, imersos em suas instituições. A influência climática ou geográfica é, para ele, traço primário, dado básico, com grande peso causal, mas não insensível ou invulnerável, longe disso, à ação humana. Pode-se alegar com pertinência que, em especial no que se refere aos grupos indígenas, estes são tratados nos *Capítulos* como raça diretamente subordinada ao meio físico imediato, resultando de tal relação simples e direta instituições pouco articuladas e com fraco índice de coesão social. Isso parece significar antes de mais nada que, se há na indissociável trilogia meio-raça-instituição um elemento primário dotado de maior universalidade, é ele o meio natural. Mas não em si, não apenas enquanto tal: pois, conforme se impõe aos grupos que o habitam, ele se configura desde logo como *território*, composto e afetado pelas condições naturais circundantes, sem no entanto se reduzir a elas. É já local de morada, fonte de subsistência, espaço de dominação e defesa, em suma, é já “humanizado”. Assim, para Ratzel, grande mestre de Capistrano, o território é o “elemento universal”, *locus* onde se estabe-

lece e se firma um determinado conjunto de relações — que, dependendo de sua complexidade interna, podem ser mais ou menos dinâmicas — entre os homens e seu ambiente.

Em outras palavras, concordo com E.V.Costa quanto ao uso da trilogia meio-raça-instituição por Capistrano de Abreu. Parece-me mesmo irrefutável o uso explícito em sua obra, e não só em sua parcela estritamente historiográfica. Por outro lado, porém, tal trilogia se sobrepôs como momento de segundo grau a um patamar conceitual primário. Pois Capistrano não se detém em extrair de uma combinação específica entre os termos da trilogia o resultado que se encarna num tipo humano. Este resultado — o tipo antropogeográfico, como ele o denomina — é invocado como *indicador* e *classificador* do grau de complexidade histórica que o envolve.

Vale notar que são os traços psico-sociológicos que adquirem certa autonomia e maior relevância para a definição do tipo antropogeográfico, como agente dotado de maior ou menor capacidade de se sobrepor às injunções do meio. Caso o tipo em questão mostre uma preponderância de sua vontade combinada às suas faculdades racionais — permitindo uma “ação incorporada e inteligente” não só sobre o meio físico, mas dentro da sociedade —, ele poderá instaurar relações de complexidade crescente com seu ambiente e na sua vida social. A partir de um determinado grau quantitativo de complexidade nessas relações, será possível surgir um tipo *qualitativamente novo* de relações. É o que Capistrano, na esteira de Ratzel, chama de “povo civilizado”. Caso as condições do meio sejam por demais rudes e inflexíveis, ou, pelo contrário, por demais brandas e férteis, os homens serão impelidos compulsoriamente sem margem para iniciativas próprias duradouras, ou, inversamente, não sendo estimulados a nenhum esforço, manter-se-ão numa inércia passiva. Ambos os casos significam uma subordinação imperiosa às exigên-

cias do meio: é o que ele denomina, ainda seguindo Ratzel, “povo natural”.¹⁵

Em suma, há uma dualidade básica constante sobre a qual se ancora a trilogia meio-raça-instituição. O papel específico desse segundo momento conceitual, representado por esta trilogia, é o de fornecer um amplo leque de variações e combinatórias na produção de novos resultados sociais e históricos, a partir de cada tipo antropogeográfico definido. Com isso, tal trilogia passa a ser utilizada como esquema indicador e diferenciador a ser aplicado aos objetos empíricos analisados (os grupos humanos). Estes, assim, tornam-se passíveis de classificação, de acordo com uma escala que os aproxima ou os distancia de um ou outro conceito fundamental (“o povo natural” x “povo civilizado”, “natureza” x “história”, “natureza” x “civilização”, com seus concomitantes “dispersão” x “coesão”, “passividade” x “atividade”, “simplicidade” x “complexidade”, “imobilidade” x “progresso” etc.) para a avaliação e interpretação histórica.

6. TÃO POSITIVISTA ASSIM?

Não nego que seja possível o emprego de tal trilogia — que, como tentei mostrar, não é propriamente singela — por autores que não se remetam a qualquer outro patamar conceitual. É possível considerá-la suficiente como modelo explicativo (e, neste caso, de fato mais explicativo do que interpretativo) das sociedades humanas, com um perfil de aná-

15 Ratzel: “A denominação de ‘povo natural’ não indica um povo que vive na relação mais íntima possível com a natureza, mas antes um povo que, se se nos permite a expressão, vive sob o império desta (...) podemos afirmar que a diferença entre povo natural e povo civilizado deve ser buscada não no grau, mas no tipo de ligação que existe entre o homem e a natureza” (p.83, grifo do autor). E ainda: “a civilização é independente da natureza, não no sentido da completa libertação, mas no de uma ligação mais diversificada, mais ampla e menos imperiosa”. Neste sentido, entende-se por que o sentimento patriótico de uma identidade nacional é, para Capistrano, expressão de um nível superior de civilização, nisso ainda seguindo Ratzel: “Basta verificar que, junto com o progresso da civilização e com o crescimento das populações, vai crescendo a importância da vida econômica, para se convencer de que a libertação frente à natureza não poderá jamais ser absoluta (...) esta relação constitui exatamente um novo elo (...) que liga o povo ao seu território. Pode-se dizer ainda (...) que a civilização traz consigo o fortalecimento de uma ligação mais íntima entre a comunidade e o solo que a recebe” (p.81-82).

lise eminentemente mecânico. Ademais, não creio que a qualificação “mecânico” precisa encerrar necessariamente um conteúdo valorativo, seja de depreciação ou enaltecimento: julgo que existem obras muito percucientes e interessantes, que trabalham com modelos de tipo mecânico bastante refinados e com contribuição inestimável para as ciências humanas. A questão é apenas de precisão: parece-me equivocado ver em Capistrano um autor alheio às discussões do historicismo. Ainda que ele não opere com uma cisão de tipo kantiano ou neokantiano entre natureza e história, sua concepção histórica convive e, a meu ver, de fato funda-se no pressuposto, não de que a história seja livre e autônoma frente à natureza, mas que relações humanas complexas e mediatas com o meio natural são relações propriamente históricas, onde os sujeitos, a partir da razão e da volição, têm uma certa margem de liberdade para construir uma realidade que seja histórica: algo, convenhamos, bastante estranho àquelas correntes positivistas e funcionalistas que, na complexidade crescente das sociedades, não vislumbram senão um maior acúmulo quantitativo de mediações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 CAPISTRANO DE ABREU, J. **Capítulos de história colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: UnB, 1982.
- 2 ———. **Obras**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976-1977. 7 v.
- 3 COSTA, J.C. Correspondência de Capistrano de Abreu. **Revista de História**, São Paulo, v.6, n.21-22, p.541-543, jan./jun. 1955.
- 4 ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS BRASILEIROS, São Paulo, 1972. **Anais**. São Paulo: IEB, USP, 1978. Separata.
- 5 FIGUEIRA, P.A. **Historiografia brasileira: 1900-1930**. São Paulo, 1973. Tese, Doutorado.
- 6 FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**. 22.ed. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1983.
- 7 GRAHAM, R. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- 8 HOLLANDA, S.B. **Monções**. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- 9 MOTA, C.G. **Ideologia da cultura brasileira**. 3.ed. São Paulo: Atica, 1977.
- 10 PINHEIRO MACHADO, B. Esboço de uma sinopse de história regional do Paraná. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v.8, n.14/15, p.177-205, 1987.
- 11 PRADO, P. Capistrano. **O Estado de S.Paulo**, 26 set. 1928.
- 12 ———. **Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira**. 2.ed. São Paulo: Ibrasa, 1981.
- 13 RODRIGUES, J.H. **Teoria da história do Brasil**. 5.ed. São Paulo: Nacional, 1978.
- 14 SEVCENKO, N. **Literatura como missão**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- 15 VARNHAGEN, F.A. **História geral do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1975. 5 v.

CONSCIENTIZAÇÃO HISTÓRICA FRENTE A PÓS-MODERNIDADE: A HISTÓRIA NA ERA DA “NOVA INTRANSPARENCIA”

JÖRN RUSEN

Professor da Universidade de Bielefeld, Alemanha.

SUMMARY

The article analyses the challenges modern historiography faces from recent postmodern tendencies. It points out the deficiencies of these new tendencies, but also suggests that some changes are necessary in current historiography in order to take into account and respond to some valid criticism. According to the article, there is a need for an awakening of reason to correct the mistakes and problems caused by a “sleeping” reason.

“El sueño de la razón produce monstruos”

Goya

1. A PÓS-MODERNIDADE COMO DESAFIO A CIÊNCIA HISTÓRICA

Independente da definição mais restrita que se dê àquilo que sob a designação de “pós-modernidade” inquieta a cabeça dos intelectuais, ela representa um desafio para a Ciência Histórica. No prefixo “pós” está contido um elemento de insatisfação com os padrões culturais que interpretam as atuais condições de vida como “modernidade”. As qualidades do que é moderno estão sendo questionadas. O discurso sobre a pós-modernidade está a sinalizar uma busca por uma nova orientação histórica.

* Na falta de uma solução melhor, optou-se pela palavra “conscientização” para traduzir a palavra *Aufklärung*, só quando explicitamente referida ao movimento iluminista a mesma palavra foi traduzida por “Iluminismo”. Tradução de René E. Gertz (N.T.).

Esta busca de reorientação tem sua origem em experiências com algumas condições de vida da atualidade que representam uma afronta radical à perspectivas usuais de interpretação do mundo e da própria vida subsumidas no conceito de modernidade. Nos modelos culturais consolidados das sociedades modernas aquilo que caracteriza estas sociedades como especificamente “modernas” — aquilo, portanto, que na experiência histórica as distingue qualitativamente de formas de vida mais antigas — é invariavelmente avaliado como positivo. Neste contexto, a categoria de progresso aparece como um conceito histórico básico da moderna consciência histórica. Esta categoria apresenta a gênese histórica de sociedade moderna como um desenvolvimento que merece ser endossado e ao qual se pode e deve dar continuidade. A luz desta orientação histórica o futuro aparece como superação da qualidade de vida já atingida, seja através do domínio sobre a natureza, da riqueza econômica, da participação política, da conscientização cultural. Em oposição à esta qualificação do processo de modernização apresentam-se na atualidade fatos e resultados deste mesmo processo, que o colocam sob outra luz: cresce o potencial de destruição e os riscos de autodestruição da humanidade; os recursos naturais que servem à vida humana são destruídos pelo domínio e pela exploração da natureza via ciência, tecnologia e indústria; as potencialidades culturais, que colocam o homem em harmonia com suas condições de vida, são podadas pela racionalização e pelo desencantamento, que há alguns anos prometiam ao homem, em nome da conscientização, uma relação livre e feliz consigo mesmo sob condições de vida humanizadas. A promessa do Iluminismo de utilizar livremente as forças da razão humana para criar condições de vida humanas, superando as restrições impostas pela credulidade, pelo despotismo, pela desigualdade estamental, pelo atraso econômico, não só não foi cumprida, mas até transformada em seu oposto. A razão, liberta de suas limitações tradicionalistas, criou novos mecanismos de dominação, novas dependências econômicas e conduziu a uma nova insensatez. O Iluminismo como símbolo de mo-

modernidade e como inspiração da modernização é declarado um fracasso: “O sentido supremo da civilização transformou-se na suprema insensatez”, escreve Dietmar Kamper.

A modernidade como uma ameaça é uma experiência que põe em xeque os modelos de interpretação histórica que explicam nossas formas de vida por si mesmas, que as colocam em relação com experiências do passado, que permitem dar uma perspectiva sensata ao futuro e permitem uma orientação temporal ao agir atual.

Se, portanto, “modernidade” não constitui mais uma grandeza adequada para a auto-interpretação cultural de sociedades altamente industrializadas, então — assim ao menos parece — também a História perde importância como possibilidade de estas sociedades constituírem uma imagem de si mesmas através de lembranças e de agirem no sentido de formular o futuro. Juntamente com a perda de prestígio cultural da modernidade, também a História fica ameaçada de perder seu sentido. Em seu lugar aparecem outras possibilidades de satisfazer a busca de orientação temporal do homem, com símbolos que representam a vivência do tempo. Em seu lugar apresenta-se o pensamento mítico ou quase mítico.

Expressão concreta do desaparecimento de uma concepção de História que pudesse dar uma orientação ao nível cultural à ação das pessoas dentro da realidade social atual, é a idéia da **post-histoire**. A idéia da **post-histoire** está intimamente ligada ao discurso da pós-modernidade. Esta idéia nos diz que as atuais condições e vida não só perderam toda vinculação com qualquer orientação histórica, mas “História” não oferece mais nenhuma possibilidade de orientação. O status da própria prática de vida parece incompatível com todas as concepções de transcurso de tempo que dão sentido à História.

A idéia de **post-histoire** é uma expressão do pensamento pós-moderno; ele leva às últimas conseqüências a qualificação do presente como pós-modernidade. Com a retirada do

presente dos horizontes da modernidade desaparece a força orientadora de um pensamento histórico, que via nas modificações temporais do homem e de seu mundo, vindas do passado, passando pelo presente e indo para o futuro, uma direção geral que servia de orientação para a ação e como elemento de criação de identidade. **Post-histoire** constitui um desmentido histórico da modernidade. Ela representa o fim da evolução dentro da qual o passado podia ser apresentado como uma história com sentido e o futuro podia ser elaborado como uma perspectiva de ação com sentido para a criação do novo.

O parâmetro da História frente ao qual a **post-histoire** se torna plausível é o da transformação. Afirma-se que a modificação como conceito do movimento histórico da prática humana há muito se transformou numa catástrofe ou num véu para encobrir uma nebulosa parada geral, onde tudo se movimenta, mas onde a transformação não tem mais nenhum sentido. **Post-histoire** pressupõe que as forças do espírito humano que estão aí para criar algo qualitativamente novo e desejável não têm mais espaço nenhum dentro do automovimento de sistemas racionais em relação a fins, seja porque elas perderam a sua dinamicidade, seja porque perderam sua eficácia e se tornaram supérfluas.

A **post-histoire** é a contrapartida cética frente às visões revolucionárias ou evolucionárias da idéia de progresso, a qual, sob as mais diferentes formas, espera pela libertação definitiva do homem através da transformação do mundo. No lugar da dinâmica do progresso, aparece no pensamento da **post-histoire** uma configuração cultural para a qual anseios da subjetividade por liberdade não só parecem supérfluos, mas que também se submete à violência estrutural de instituições petrificadas ou então se refugia em divagações compensatórias no imaginário. **Post-histoire** é o título sob o qual intelectuais reconhecem sua desilusão diante das possibilidades de melhorar o mundo via modernização e se despedem da idéia de progresso. Como a essência do pensamento histórico sempre esteve ligada à preocupação de cla-

rear as possibilidades de melhoramento do mundo para os sujeitos, através de uma ação premeditada, a ausência destas ações desejadas só pode ser identificada com o fim da História. O sonho do reino da liberdade transforma-se no pesadelo de uma vida nômade para aqueles que reconhecem sem ilusões o crescente deserto de potencialidades, consumidas pela racionalização e pelo desencantamento.

A Ciência Histórica ficaria mal assessorada se rejeitasse estas tendências da cena intelectual contemporânea como simples modismo tolo e não as levasse a sério como desafio ao seu próprio trabalho epistemológico. Afinal, este trabalho epistemológico é alimentado de forma decisiva por questionamentos que se originam em problemas de orientação do presente e que só podem ser retomados de forma engenhosa por quem tenha sensibilidade para aquilo que acontece ao seu redor. A grande historiografia não se origina na rotina da pesquisa, mas em novos questionamentos ao passado: questões que surgem a partir do presente e das incômodas experiência contemporâneas; mas a plausibilidade das respostas históricas depende da racionalidade da pesquisa histórica.

As concepções de pós-modernidade e de **post-histoire** representam um desafio radical ao pensamento histórico. A modernidade deste pensamento pressuõe categorias tão decisivas do conhecimento histórico quanto progresso, desenvolvimento, evolução e, naturalmente, a cientificidade da Ciência Histórica e o papel da racionalidade metodológica das operações narrativas que informam o sentido da consciência histórica. O conceito de **post-histoire** representa uma contestação fundamental ao pensamento histórico como princípio de orientação da existência: ele ainda se justifica (uma justificação que fosse além da reconstrução da gênese de sua própria abolição)? Ou, de forma mais concreta: que perspectivas efetivas para o futuro pode abrir a lembrança histórica produzida pela História como ciência?

Desafios à modernidade e à historicidade como orientações temporais da prática da vida não são novos. O pro-

cesso de modernização esteve acompanhado desde o começo por crises de orientação, onde sob formas diferentes, mas perfeitamente comparáveis, se apresentaram as contracorrentes às promessas emancipatórias, que o acompanharam no campo cultural e que (na medida em que foram levadas a sério) o impulsionaram para a frente. O próprio Romantismo é uma tal contracorrente no período de formação do processo de modernização. Outro exemplo importante é constituído pela crítica generalizada ao capitalismo, ao liberalismo e ao marxismo por parte de intelectuais burgueses na virada do século XIX para o XX; é aqui que se localizam as principais raízes intelectuais do fascismo europeu. Pode-se listar uma série de outros fenômenos culturais que podem ser caracterizados como tentativas de constituir uma compensação para a perda de sentido que a concretização da racionalidade técnico-científica como orientação cultural dominante trouxe para muitos aspectos da vida. Tais tentativas de compensação foram e continuam sendo bem sucedidas, sempre quando e onde progressos na racionalidade não podem ser apresentados convincentemente como esperança para um futuro melhor frente ao pano de fundo de um passado vivenciado como restrito às formas de vida das pessoas e que, pelo contrário, é sentido como um passado no qual houve uma perda no processo de criação de identidade.

A Ciência Histórica pode, com o estabelecimento de relações históricas do tipo descrito, descrever e explicar as peculiaridades e a atratividade das concepções de pós-modernidade e *post-histoire*, mas isto não basta como resposta ao desafio que elas representam. Ela não pode lidar com a pós-modernidade apenas como objeto do conhecimento histórico, pois esta questiona e põe em xeque os próprios princípios deste conhecimento. A Ciência Histórica se defronta consigo mesma numa história da pós-modernidade. A própria auto-avaliação histórica a desafia à uma reflexão sobre seus atuais pontos de vista e estratégias de trabalho com a lembrança histórica. Analisando a retrospectiva de sua própria história, ela pode conhecer alguns problemas com que

hoje novamente se defronta, no momento em que a força dissuasiva das orientações históricas modernas perde força.

Ernst Troeltsch planejou seus famosos trabalhos sobre o Historicismo como reação a um desafio deste tipo. Neles podemos encontrar, como num foco de luz, a direção em que aponta a pós-modernidade ao investir contra as tradições do pensamento histórico. E, neles também encontramos indicações sobre as possibilidades deste pensamento para incorporar e reelaborar os impulsos recebidos: "A destruição da informação histórica e do conhecimento histórico só poderia ser entendido como uma opção pela barbárie e só seria exequível através de um retorno à barbárie também em outras esferas da vida. Mas algo assim não se pode simplesmente nem querer nem intentar (...). Isto seria o legado triste e infundável de culturas envelhecidas e não a feliz liberação da força e do vigor. Temos de continuar carregando o nosso fardo. Podemos examiná-lo e colocá-lo sobre nossas costas. Mas como ele contém todos os nossos bens e instrumentos de nossa vida, não podemos jogá-lo simplesmente fora."

Afrontar a crise de orientação trazida à tona pelas investidas de reorientação temporal representadas pela pós-modernidade e pela *post-histoire* significa, em primeiro lugar, que a Ciência Histórica examine que instrumentos utilizou até agora para fornecer orientação temporal e que hoje são questionados de forma radical. Só então poderá ficar claro onde estão as deficiências de orientação do pensamento histórico que levam à uma reação às suas conquistas no processo de cientificização modernizadora ou que levam o próprio pensamento histórico a ser rechaçado como fator de orientação cultural na vida prática.

Auto-avaliações críticas não são novas. Elas são feitas de tempos em tempos e, dependendo do peso e da plausibilidade das restrições à rotina dominante no trabalho de conservação da memória por parte da Ciência Histórica, ocorrem mudanças mais ou menos profundas nos procedimentos epistemológicos da Ciência Histórica.

Atualmente está se desenrolando na Ciência Histórica da República Federal Alemã uma veemente discussão em torno da interpretação da história alemã mais recente. Esta discussão envolve todos aqueles que se interessam pela História e isto demonstra a importância que continua a ser atribuída à Ciência Histórica na cultura histórica da atualidade (aparentemente não atingida pela relativização em sua função orientadora, que as Ciências Sociais durante algum tempo haviam monopolizado). Face à ressonância e à veemência desta discussão entre os historiadores poderia parecer que aí se encontrassem no foco de um problema central de orientação histórica para os alemães — seu relacionamento com o nacional-socialismo — os problemas apontados pela pós-modernidade e pela *post-histoire* para uma orientação histórica no presente. Mas não é isto que ocorre. As clivagens que separam os historiadores em sua discussão localizam-se todas no lado de cá das críticas e das contradições em que a Ciência Histórica se vê confrontada com o destino de sua modernidade. A discussão entre os historiadores localiza-se totalmente dentro das fronteiras da modernidade; se as inquietações que o pensamento pós-moderno registra das crises do presente aparecem nesta discussão, isto só ocorre de forma muito indireta e superficial, não afetando, portanto, formas de pensamento histórico consagradas. A atual discussão entre os historiadores pode atingir estas formas de pensamento, quando, por exemplo, entram em confronto concepções divergentes sobre cientificidade e sobre a relação entre Ciência Histórica e política e quando o princípio básico da ciência, a argumentação racional, revela algumas deficiências — mas estas formas de pensamento de maneira alguma são superadas, especialmente na intenção dos envolvidos na discussão. A discussão entre os historiadores não representa na cultura histórica da República Federal Alemã uma nova intransparência, já que suas estratégias de argumentação se mantêm dentro dos limites dos paradigmas usuais da Ciência Histórica. As clivagens são claras, as posições podem ser claramente localizadas e caracterizadas na história da Ciência, como destacou recentemente Winfried Speitkamp.

2. A MODERNIDADE DA CIÊNCIA HISTÓRICA

Para compreender e poder enfrentar os desafios que o pensamento pós-moderno representam para a Ciência Histórica, é indispensável esclarecer primeiro o que é moderno na Ciência Histórica. Quais são as potencialidades de interpretação de vivências temporais que o pensamento histórico conquistou ao longo do processo de modernização? Podemos descobrir limites destas potencialidades, limites que devessem ser superados face à atual crise de orientação dentro do processo de modernização?

Se analisarmos o processo de desenvolvimento que o pensamento histórico percorreu desde o início do século XVIII, podemos detectar três etapas de modernização.

A primeira é uma realização do Iluminismo. O Iluminismo colocou a capacidade racional do homem no centro do pensamento histórico, estabelecendo que pelo lado do sujeito do conhecimento histórico a razão seria o parâmetro dos juízos históricos e estabelecendo pelo lado do objeto como centro do interesse, as realizações culturais que o homem pode concretizar através da razão.

A segunda etapa de modernização foi iniciada no final do Iluminismo e amplamente praticada pelo Historicismo. O modelo até então dominante de pensamento histórico, cujo sentido se reflete de forma exemplar no slogan "*historia vitae magistra*", foi substituído por outro, o pensamento genético. Em oposição às tentativas de reduzir processos temporais a elementos de permanência que os perpassam, ou a princípios abrangentes de validade atemporal, o novo modelo destacava o momento da transformação, elevando-o à categoria de elemento fundamental para a orientação do agir humano. Nesta etapa da modernização o pensamento histórico exemplar é substituído pelo pensamento histórico genético.

A terceira etapa de modernização, cujo início coincide mais ou menos com o final do século XIX, consiste no desenvolvimento de um pensamento histórico representado

paradigmaticamente pelo marxismo, pela Escola dos *Annales* e pela história das estruturas e da sociedade (*Struktur-und Gesellschaftsgeschichte*). Nesta etapa o pensamento histórico atinge uma nova dimensão social da experiência histórica. O foco histórico se desvia dos acontecimentos históricos provocados pelo agir humano intencionado e se concentra nas conjunturas que determinam a ação humana e no seu entrelaçamento sistemático, bem como nas transformações que estas conjunturas sofrem no decorrer do tempo.

Todas as três etapas representam períodos de racionalização do pensamento histórico, no decorrer dos quais ele vai adquirindo a forma, a auto-imagem e naturalmente também o prestígio cultural de uma ciência. A História se desenvolve desde o final do Iluminismo e, depois sobretudo no período do Historicismo, como disciplina científica com métodos próprios e com a correspondente institucionalização.

O processo de desenvolvimento destas etapas de modernização até pouco tempo atrás podia ser interpretado, sem maiores problemas, como progresso: o pensamento histórico adquiriu seu status de ciência e desenvolveu padrões de racionalidade que iam se superando nas etapas seguintes e que podiam ser interpretadas como uma linha ascendente de aprofundamento e ampliação da racionalidade metodológica da pesquisa histórica. De uma forma talvez um pouco forçada, poderia dizer-se que este progresso na racionalidade histórica consiste, na primeira etapa, na imposição de parâmetros secularizados na avaliação histórica; na segunda etapa, na generalização da investigação histórica como um procedimento metodologicamente regulamentado para produzir conhecimento; e na terceira etapa, no desenvolvimento de construções teóricas de interpretação histórica específicas para a Ciência Histórica.

Este progresso experimentou rupturas e rejeições. Cada nova etapa de racionalização era construída sobre os defeitos da etapa anterior e produzia, por sua vez, as suas próprias deficiências. Uma análise destes defeitos pode possibilitar que o moderno pensamento histórico abra um espaço

à crítica pós-moderna dos seus padrões de racionalidade e deixar claro se e como pode enfrentar estas críticas.

O final do Iluminismo e o Historicismo reclamavam que o critério racional do Iluminismo apresentava defeitos de temporalidade: era difícil interpretar historicamente a multiplicidade e heterogeneidade dos produtos culturais do espírito humano mediante a perspectiva de uma razão quase-natural. O Historicismo superou estes defeitos através de suas categorias do desenvolvimento e da individualidade, mas não resolveu um defeito referente aos fatores econômicos e sociais que determinam as ações humanas intencionadas. A última etapa de modernização do pensamento histórico apresentou, finalmente, um defeito no que tange à subjetividade, tendo em vista a importância decisiva atribuída às raízes sociais mais profundas da experiência histórica.

A história do progresso da modernização do pensamento histórico pode, portanto, também ser analisada sob a perspectiva dos defeitos ou das perdas: o processo de modernização no pensamento histórico produz, com suas etapas de racionalização, defeitos que correspondem aos respectivos padrões de racionalidade. O desenvolvimento passado do pensamento histórico mostra que estes defeitos foram eliminados com o desenvolvimento de novos processos, que podem ser interpretados como continuação e ampliação da modernização. Isto continua válido hoje em dia? Esta pergunta não é apenas retórica, pois o defeito apontado pelo pensamento pós-moderno atinge um princípio que se mantém através das diversas etapas de modernização do pensamento histórico. Trata-se da racionalidade modernizante do pensamento histórico, isto é, da conscientização e da ampliação do espaço da razão dentro do processo de cientificização. É a racionalidade metodológica (que faz com que a História seja uma ciência) que está sendo contestada em suas bases, independente de suas diversas variantes. É esta racionalidade que é acusada de ser a responsável por — como princípio de orientação cultural da prática humana — ter conduzido a situações dentro desta mesma prática, que ela não mais permite compreender e dominar.

Esta situação pode ser ilustrada com o **Capricho**, de Francisco Goya, que traz o significativo título de “O sonho** da razão produz monstros”. A idéia da racionalidade metodológica como uma concepção modernizante da razão e que também atingiu a Ciência Histórica durante o seu processo de surgimento e cristalização como ciência, não é outra coisa do que um monstro, do qual, face às catástrofes que experimentamos no presente, devemos fugir, para que também no pensamento histórico possamos evitar e sobreviver à nossa autodestruição? É possível reduzir o desafio da pós-modernidade à Ciência Histórica à esta pergunta. O sonho da razão, que a consciência humana começou a sonhar o mais tardar no Iluminismo e dentro do qual a moderna Ciência Histórica se formou, está no fim? É um pesadelo no qual o pensamento progressista forçosamente toma conta dos homens e os conduz à uma situação na qual a irrefletida continuação de progressos passados só pode terminar numa catástrofe? O sonho acabou e precisamos acordar com novas formas pós-modernas de pensamento histórico, para poder-mos sentir-nos não mais diante de uma catástrofe, mas em condições de sobreviver dentro do nosso movimentado mundo?

3. A CRÍTICA À MODERNIDADE E O PENSAMENTO PÓS-MODERNO NA CIÊNCIA HISTÓRICA

A Ciência Histórica até agora enfrentou de várias formas os desafios da pós-modernidade. Podem ser distinguidos dois tipos de reação diante das novas vivências com o tempo e diante dos respectivos novos modelos de pensamento. Por um lado se contorna a pós-modernidade, recorrendo ao tradicionalismo, o qual supostamente apresenta modelos históricos de interpretação eficazes para a solução. Procura-se por “ancoradouros nas cataratas do progresso” (Michael Stürmer). O que se oferece como alternativa são

** Neste parágrafo o autor traduz e interpreta o termo espanhol “sueño” como “Traum”, sonho (N.T.).

orientações históricas que se cristalizaram durante o processo de modernização, se mostraram eficazes e que deverão também resolver e canalizar o desenvolvimento crítico atual. Nesta linha apresenta-se como uma das orientações, a categoria histórica da Nação e com ela um pensamento histórico que enxerga na identidade nacional a única forma estável de auto-afirmação que pode satisfazer a busca de orientação na atual prática de vida. A inquietude do presente pretende ser aquietada com uma referência às longas tradições nacionais; a falta de sentido sinalizada pela pós-modernidade pretende ser compensada pela recuperação de uma cultura milenar das peculiaridades nacionais; a intelectualidade nervosa das correntes críticas pretende ser acalmada com o sedativo do longo arco de tradições culturais. A ruptura do tempo entre modernidade e pós-modernidade é encoberta pela longa duração dos desenvolvimentos históricos e que deram origem à tradições culturais que merecem ser preservadas.

Mas em meio à cataratas não se pode ancorar e a categoria histórica da Nação há muito tempo foi desfeita pelo processo do desenvolvimento político que torna necessárias novas formas de identidade histórica coletiva que ultrapassem o âmbito do nacional, isto se se pretende que as formas supranacionais de dominação política continuem a ter um contrapeso cultural na subjetividade dos dominados e não fiquem restritas aos mecanismos burocráticos com suas dificuldades de legitimação. Por isso é enganosa a promessa de uma quietude tradicionalista diante da tormenta da pós-modernidade.

Mas o pensamento histórico também tomou outros caminhos. Ele não só procurou por pontos de calma dentro do movimento de aceleração da modernização, mas submeteu este próprio movimento à uma crítica pelos critérios de sua própria ideologia do progresso. Ele submeteu à uma crítica histórica as contradições entre as promessas e o resultado da modernização, apresentando os custos e os sacrifícios do processo de desenvolvimento que conduziu às

atuais formas de vida. Uma tal revisão histórica coloca sob a devida luz a crise de orientação atual; ela mostra que e como o tradicional conceito de desenvolvimento e de progresso pode e deve ser submetido à crítica, frente à experiências históricas desviantes. Mas o que este pensamento histórico que se afasta dos modelos tradicionais pode colocar no lugar do conceito criticado de progresso e desenvolvimento e que se mostrava cego diante dos seus custos e de suas vítimas? Só neste nível, onde novas experiências históricas são reelaboradas numa concepção de transcurso temporais sobrepostos, só no nível dos modelos históricos básicos para a orientação histórica contemporânea é que se decide a questão se e como o pensamento histórico deu ou pode dar um passo em direção à pós-modernidade.

Os diagnósticos não são unânimes. A crítica ao progresso pode conduzir à fuga da lembrança histórica diante dos problemas de orientação do presente para contraquadros históricos mais ou menos elaborados. Neste caso se evita, ou se tenta fazer crer que evita, o passo até o pós-moderno através de um passo (para trás) até o pré-moderno. É na origem temporal dos desenvolvimentos que conduziram às atuais condições de vida — no início da era moderna, portanto — que são localizadas e historiograficamente descritas formas de vida que representam uma compensação às crises vividas na atualidade. Assim no livro de Le Roy Ladurie, a aldeia Montaillou nos Pirineus é apresentada como um contraquadro rousseauiano do presente. Desta forma, a perspectiva histórica se desvia da gênese do presente e se fixa fascinado sobre o passado como alternativa. Algo parecido pode-se dizer de descrições historiográficas que nos oferecem uma cultura popular pré-moderna para a identificação histórica, diante da qual as formas atuais de vida aparecem como as alienadas. No moageiro Menocchio, de Carlo Ginzburg, a decepção intelectual sobre o desfecho do movimento de 1968 se condensa numa figura histórica na qual o futuro esperado, mas não realizado, se transforma no passado descoberto nas imediações do ano de 1600. Algo

semelhante é válido para interpretações feministas das bruxas, que no início da era moderna estariam representando a **humanitas**, a qual se teria perdido, ao longo da realização da racionalidade modernizante, nas estruturas de dominação desumanizantes do patriarcado moderno.

Com esta estratégia dos contraquadros o pensamento histórico reforça a crise de orientação do presente, sem poder apresentar uma solução séria. O outro passado é lembrado como o verdadeiro próprio presente, assim que o presente aparece como alienação, como tempo desapropriado. Estes contraquadros históricos só conseguem dar uma orientação negativa diante do presente. Eles não descortinam nenhuma perspectiva futura que possa orientar a ação. Eles apenas contrapõem as deficiências do moderno pensamento histórico às vivências contemporâneas decorrentes da modernização, mas não conseguem eliminá-las. Com eles pode-se apenas suportar o peso das vivências atuais — já que não há caminho de volta à fascinante alternativa histórica, sua descrição historiográfica cobre como um véu as condições atuais e, com isto, as torna imprecisas.

Enquanto esta estratégia historiográfica dos contraquadros pré-modernos contrapostos à atualidade insiste no confronto entre o ontem e o hoje, ela (ainda) não é pós-moderna. Ela coloca sob suspeição o modo genético de pensar, característico do moderno pensamento histórico, mas não o substitui por outra concepção da relação temporal entre passado, presente e futuro. Já existem conceitos que conseguem contornar de forma pós-moderna a proscrição aos conceitos de progresso e desenvolvimento do pensamento moderno? Já existem formas de pensamento que conseguissem enquadrar o presente de forma radicalmente diferente numa concepção de contextualização histórica que não fosse a forma de uma direção das transformações?

Ainda não existe uma construção mental uniforme e facilmente identificável deste tipo. Existem algumas tentativas. A História do Cotidiano, a Antropologia Histórica e a Microistória, representam formas novas do pensamento his-

tórico com alguns traços claramente pós-modernos. O que elas têm de comum é o fato de que não trabalham mais com categorias genéticas de tempo e pretendem substituí-las por uma outra perspectiva histórica. Com a categoria do **cotidiano** a vivência das pessoas atingidas pelas transformações históricas adquire maior importância na interpretação histórica do que as construções analíticas com as quais as transformações são reconstruídas a partir da perspectiva do analista atual. As linhas de evolução das condições objetivas de vida juntam-se num mesmo nó que inclui a participação subjetiva. E a partir daqui, a partir da **vivência** daqueles que, agindo e sofrendo, deram origem às atuais condições de vida, que esta gênese é lembrada. Nesta perspectiva ela perde o sentido de uma direção temporal objetiva e se transforma numa realidade subjetivamente vivida. Para este tipo de explicação os procedimentos analíticos que caracterizavam os padrões de racionalidade da moderna Ciência Histórica mostram-se inadequados.

Se o progresso na racionalização da Ciência Histórica na terceira etapa de sua modernização se caracterizava pela proximidade de seus procedimentos de pesquisa com os das Ciências Sociais, que tematizam as forças propulsoras da modernização e com isto também as impulsionam, se a Ciência Histórica, portanto, estava muito próxima da Economia, da Sociologia e da Ciência Política, são agora a Antropologia e a Etnologia que abastecem a História com suas formas de pensamento. Estas últimas ciências se preocupam com tempos e espaços da vida humana que não se enquadram nas concepções genéticas do surgimento de sociedades modernas. Seus métodos, por isso, são muito adequados para evitar de forma sistemática uma visão histórica sobre as gênese do mundo moderno. Estas ciências trazem à tona aqueles aspectos dos fenômenos até agora interpretados à luz das categorias de progresso e desenvolvimento que justamente fogem à estas categorias, destacando assim, seu sentido independente e fugindo a um enquadramento na pré-história do presente.

Métodos de investigação e formas de representação **microistóricos** são apropriados para este modo de pensar histórico. Eles retiram estes fenômenos do contexto de uma direção temporal abrangente com suas transformações progressivas e destacam seu sentido independente, sentido que eles tinham no horizonte cultural daqueles que dentro dele agiam ou sofriam, em oposição, portanto, à idéia de sentido como parte de um processo temporal geral.

A salvação de um tal sentido independente tem naturalmente seu preço: não raro ela é obtida mediante o abandono de todo tipo de pensamento teórico dentro da interpretação histórica. Os condicionamentos macroistóricos são desprezados em benefício dos fenômenos históricos isolados. O trabalho com um referencial teoriforme na interpretação histórica era tido, até agora, como uma das conquistas importantes da Ciência Histórica no caminho de sua modernização. Tais construções teóricas pretendiam tornar compreensíveis processos temporais globais que perpassam os fenômenos históricos isolados no processo de surgimento do mundo moderno. É dentro destas construções teóricas que foram concebidas as condições macroistóricas que agora são referidas por um pensamento histórico que não tem mais interesse em localizar os fenômenos dentro de direções ou linhas evolutivas. Com o desprezo por construções teoriformes de processos históricos de longa duração, as situações históricas apreendidas por tais construções naturalmente não perdem sua validade e eficiência. Em vez disso, podem transformar-se no pano de fundo não compreendido de uma apreensão histórica que, sem este pano de fundo pode levar à concepções falsas, à uma perda de vivência histórica.

A guinada pós-moderna na Ciência Histórica registra, portanto, ganhos, por um lado, e perdas, por outro. No lado dos ganhos deve-se registrar a ampliação de um sentido histórico intrínseco para o passado. Mas o que está no lado das perdas?

4. DEFICIÊNCIAS DO PENSAMENTO HISTÓRICO PÓS-MODERNO. OU: DE QUE NÃO PODEMOS ABRIR MÃO?

São sobretudo três deficiências que a guinada pós-moderna da Ciência Histórica em direção à História do Cotidiano, à Microistória e à Antropologia Histórica traz consigo: deficiências em termos de vivência da modernização, de racionalidade conscientizadora e de teorização metodológica. Estas deficiências aparecem em vários graus de intensidade, mas elas decorrem basicamente da oposição pós-moderna à teoria e da conseqüente defesa de uma nova compreensão e em oposição a um enquadramento dos fenômenos históricos dentro de direcionamentos temporais globais que apontam em direção às condições atuais de vida.

a) Ao contrário do que faz a Microistória, o pensamento histórico não pode abrir mão da vivência da modernização e da dinâmica temporal que lhe é peculiar. Se localizássemos uma autocompreensão histórica do presente além dos condicionamentos que podem ser comprovados macrohistoricamente no processo de desenvolvimento das formas de vida moderna, esta autocompreensão histórica ficaria privada de dimensões fundamentais da História que confluíram para as atuais condições de vida. Progresso tecnológico, devastação econômica da natureza, armamentismo, aperfeiçoamento da dominação através da administração e da interpretação puramente racional-final das condições humanas de vida, seriam relegados para um limbo de fenômenos naturais, onde eles, livres da crítica e da resistência, poderiam grassar muito mais impunemente. A punctualização do olhar histórico praticado pela Microistória aprofunda a vivência da alteridade histórica. Mas não se pode negar que esta intensificação se dá às custas da amplitude da vivência histórica que abrange a relação do presente com o passado como um todo.

b) A fascinação representada por uma vivência de alteridade intensificada a nível microistórico, a nível de História do Cotidiano ou a nível antropológico-cultural, como a prati-

cada pelas tendências pós-modernas da Ciência Histórica, pode descambar facilmente para uma cultura histórica que supervaloriza os sentimentos e com isto cai no irracionalismo e no misticismo. A metáfora da frieza, utilizada pelos que criticam o uso de teorias históricas na pesquisa, aponta nesta direção. Diante de tais tendências a Ciência Histórica não pode abrir mão do instrumento da razão argumentativa e discursiva. Que outro instrumento poderia ser utilizado se a Ciência tem a tarefa de, numa rede global de comunicação da sociedade planetária em formação, cuidar do entendimento intercultural e intracultural, apesar de uma multiplicidade de identidades históricas? A “frieza” do pensamento histórico moderno consiste em última análise na visão sóbria dos fatos, a qual encara como problemática, como erro de orientação histórica, a procura saudosista por um mundo histórico íntegro. A História que não se dispuser a sacrificar a razão metodológica em favor da febre por contraquadros rousseaunianos às crises do presente, se manterá como um ancoradouro de sobriedade frente à avalanche panfletária dos caçadores de sensações.

c) Diante da fragmentação da vivência histórica em quadros isolados do passado, microistoricamente elaborados, a Ciência Histórica não pode abrir mão do trabalho teórico de apreensão conceitual da vivência histórica como um todo. Em vez de jogar a História de baixo contra a de cima, a pequena contra a grande, a estranha contra a própria, não se deveria esquecer a relação entre elas nem abandonar o trabalho de síntese abrangente. Esta apreensão conceitual e esta criação de uma síntese histórica devem incluir uma referenciação histórica ao presente que seja algo mais do que uma contraposição abstrata entre condições de vida atuais e alternativas lembradas. Os problemas de orientação motivados pela crise do presente só podem ser resolvidos quando o presente é colocado numa relação temporal com aquele passado que, na perspectiva dos críticos da modernidade, é digno de um novo significado histórico. A ausência de uma tal idéia de relação foi apresentada como crítica — justa —

contra a Escola dos **Annales** e ela constitui um argumento que não perdeu nada de sua validade contra as tendências pós-modernas desta escola.

Os procedimentos e as posições do pensamento histórico citados, que não deveriam ser abandonados face às versões pós-modernas, são parte integrante do cânone moderno da Ciência Histórica. Mas este cânone também é suficiente para eliminar aqueles problemas de orientação que têm sua origem na vivência de conseqüências negativas da modernização? O instrumentário tradicional é suficiente para uma conscientização histórica? Frente às novas possibilidades do pensamento histórico, abertas pelas referidas mudanças na Ciência Histórica em razão das formas pós-modernas de pensar, uma resposta negativa a esta pergunta parece adequada. Sem dúvida, a cultura histórica comprometida com os padrões de racionalidade da moderna Ciência Histórica confronta-se com alguns limites impostos pelas vivências que desencadearam a pós-modernidade. Como ela pode superar estes limites? O abandono dos padrões de racionalização conquistados no processo de modernização é tão impossível quanto a limitação às suas possibilidades. Se estas duas alternativas devem ser evitadas, então torna-se incontornável responder se é possível pressupor um desenvolvimento ilimitado do potencial racional desenvolvido nas diferentes etapas de modernização da Ciência Histórica. Que possibilidades tem a razão histórica subjacente ao programa da modernidade para, no futuro, realizar um processo de conscientização em torno de condições contemporâneas de vida através da memória histórica? O citado **Capricho** de Goya pode ser visto como uma pergunta destas: a razão é um sono *** que produz monstros ou ela está apenas dormindo e deveria ser despertada? Com as minhas considerações finais gostaria de defender a idéia de que devemos tentar despertá-la.

*** A partir deste ponto o autor passa a traduzir e a interpretar o termo espanhol *sueño* como **Schaff**, sono (N.T.).

5. O DESPERTAR DA RAZÃO HISTÓRICA

Para não perder-me num jogo de metáforas que a imagem de Goya como símbolo de uma crise de orientação pode desencadear, gostaria de argumentar de forma sistemática em três etapas. Se a razão histórica deve ser “despertada”, então deve-se esclarecer primeiro o que significa “razão” no pensamento histórico (a); além disso deve ficar claro em que consiste seu “sono”, isto é, suas limitações no pensamento histórico (b); finalmente deveria ficar claro como estas limitações podem ser superadas (c).

a) O que se pretende dizer quando se chama de “racionais” processos de interpretação histórica ligados ao trabalho de formação de uma consciência histórica? “Razão” refere-se a pensamento no trabalho de memorização da consciência histórica e abrange momentos formais, de conteúdo e funcionais do pensamento histórico.

Formalmente o pensamento histórico é racional, quando realizado dentro de um determinado tipo de linguagem e comunicação: quando ele se realiza mediante uma conceitualização, está em sintonia com a realidade, possui uma regulamentação metodológica e se orienta em elementos consensuais. “Razão” se refere aqui ao caráter argumentativo do pensamento histórico, indissociável da cientificidade.

Do ponto de vista do **conteúdo**, um pensamento histórico é racional, quando lembra processos e fatos de humanização no passado, quando lembra a eliminação da miséria, do sofrimento, da opressão e da exploração e a libertação de coações naturais ou impostos por outros e a passagem para uma vida de autodeterminação e de participação.

Do ponto de vista **funcional** ou **pragmático** o pensamento histórico é racional, quando nas suas referências ao presente serve de orientação para a vida e a formação de identidade dos sujeitos, quando a lembrança histórica favorece a ação e a formação de identidade.

b) Estas potencialidades racionais do pensamento histórico em geral só se desenvolveram em forma restrita (“dormente”) nas etapas de modernização da Ciência Histórica. Em sentido formal elas muitas vezes tendiam a restringir-se às técnicas e aos procedimentos metodológicos da pesquisa histórica, recusando os importantes critérios do sentido da interpretação histórica como elementos extracientíficos, mesmo que estes estivessem presentes na historiografia, já que sem eles a História nem pode ser escrita. Uma Ciência Histórica que restringe suas potencialidades racionais à tecnologia de pesquisa torna-se indefesa e condescendente com conteúdo que lhe são impostos autoritariamente de fora por parte de ideologias — onde o “de fora” quase sempre significa “de cima”. Profissionalizado como tecnocrata da pesquisa o historiador não tem maiores problemas de assumir o papel de **ghostwriter** da política e de descansar à sombra do poder. is-

Dentro do processo de modernização do pensamento histórico, ao qual a Ciência Histórica deve seus critérios racionais específicos, há, no entanto, também uma outra variante (formal) reivindicando status racional: esta pode apresentar-se como racionalidade onipotente ou ávida por poder, na forma de um sistema perfeito de interpretação histórica a reivindicar caráter científico. O exemplo histórico clássico é o materialismo histórico. A ciência se transforma no órgão que cria o sentido histórico. A reivindicação de cientificidade, neste caso, acaba transformando-se em dogmatismo, em uma visão ideológica de mundo.

Do ponto de vista do conteúdo a razão restringida no processo de modernização consiste no fato de, ao propor a humanização, causar o inverso, podendo conduzir, portanto, a uma dialética cega entre humanização e barbárie. Assim a vivência histórica simbolizada na guilhotina representa o princípio racional da igualdade; o caráter civilizatório da Europa se inverte na barbárie do imperialismo etc. Uma lembrança histórica que não se conscientiza desta dialética sucumbe impotente diante dela. Ela propaga um princípio

racional de organização da vida, sem atentar para a experiência que mostra que em nome deste princípio aconteceram muitos fatos irracionais: opressão, coação, terror, assassinato organizado. Os exemplos de uma tal razão “cega” dentro do processo histórico são incontáveis. Eles sempre são problemáticos, quando em nome da liberdade, entendida como eliminação da dominação, passa a ser exercida uma dominação sem freios.

Em sentido **funcional** a razão modernizadora do pensamento histórico aparece como restringida quando conduz a consensos forçados, quando dentro dos processos de formação da identidade histórica vincula esta identidade à existência de uma relação de inimizade com outra identidade. Neste caso ela desenvolve potencialidades de agressão que condicionam a confirmação da auto-identidade à negação do ser-diferente dos outros. “Negação” significa neste caso um princípio de ação, isto é, uma forma prática de prejudicar ou até de eliminar a identidade dos outros. Exemplos de criação de consensos forçados através do pensamento histórico são representados por todas as formas de identidade nacional que relacionam a auto-afirmação nacional à negação forçada do outro na forma de uma inimizade hereditária ou algo semelhante.

c) Diante destas restrições, que sempre de novo se manifestam ao longo do desenvolvimento histórico do pensamento moderno, quais são as chances de conceber uma razão que possa superá-las (uma razão que esteja “despertada”) e possa abrir novas potencialidades de interpretação histórica?

Em termos **formais** este potencial poderia ser explorado, se a Ciência Histórica incluísse suas potencialidades de argumentação racional — de forma cuidadosa, mas crítica — no próprio processo de criação de sentido na História. Pode-se e deve-se fazer valer a argumentação racional como instância crítica na criação de sentido na História, e isto frente a formas mistificadoras e irracionais de criação de sentido.

Para isto evidentemente é necessário que os padrões de racionalidade do moderno pensamento histórico sejam ancoradas nas e validadas pelas dimensões lingüísticas internalizadas, ou seja, ali onde se cristalizaram os principais pontos-de-vista sob os quais o trabalho de rememoração da consciência histórica transforma acontecimentos em História. Em oposição à teoria histórica pós-moderna, que só enxerga nestas dimensões internalizadas processos retóricos e poético-imaginários de criação de sentido, a modernidade do pensamento histórico e a base racional da Ciência Histórica deve ser constituída, explicitada e fundamentada através de operações narrativas básicas presentes na consciência histórica. Teorias históricas podem, por exemplo, ser explicitadas como construções narrativas e com isto conquistam posições importantes dentro dos processos mentais da narração histórica como expressão de uma racionalidade interna do próprio ato de narrar.

Uma tal teorização não significa que a História como ciência tivesse competência para criar sentido, mesmo que seus princípios racionais formais de argumentação racional não ficassem sem efeito para a utilização de critérios básicos de sentido para a interpretação de transcurso temporais. Cuidadoso frente a pretendentes irracionais que reivindicam competência para criar sentido, o pensamento histórico pode ser sensível à uma abertura para potencialidades extra e pré-científicas. A Ciência Histórica pode acionar sua razão metódica da argumentação para manter viva a lembrança em torno de fatos históricos ligados ao processo de constituição de sentido no passado e suas conseqüências. Neste caso, ela pode colocar em discussão o sentido tal qual ele está na lembrança. Se ela fizer isto, revalida o sentido tal qual ele está na lembrança e não é verdade que tradições prenes de sentido fossem jogadas fora através da racionalidade metódica do pensamento científico. Tradições podem até ser revitalizadas através da argumentação racional com sua razão específica. Os padrões de racionalidade que se incorporam

à História enquanto ciência no decorrer do processo de modernização do pensamento histórico, e que foram conscientemente enraizadas na dimensão narrativa internalizada da criação de sentido para a História, constituem uma condição necessária para que a lembrança histórica não perca sua força persuasiva ao tentar aproximar-se da verdade.

Sob o ponto-de-vista do **conteúdo** o pensamento histórico evita a anti-razão que se verifica na inversão cega de objetivos racionais do agir humano em resultados irracionais, quando ele procura problematizar e abordar esta própria dialética da vivência histórica. Com isto não se abre mão dos padrões de racionalidade que visam a eliminação da fome e da miséria e a conquista de autonomia e discursividade, mas são colocados numa relação fundamental com a vivência histórica. Eles podem funcionar como critérios para juízos históricos críticos, mostrando no passado o que não foi cumprido e o que foi feito errado, abrindo com isto, através da lembrança histórica perspectivas futuras de uma vida humanizada. A história dos Direitos do Homem e do Cidadão, por exemplo, traz em seu bojo um potencial considerável de promessas de humanização não cumpridas ao longo do processo de modernização, as quais, no entanto, continuam sendo consensualmente aceitas.

Sob o ponto-de-vista **pragmático**, finalmente, as restrições representadas pela coação consensual resultante da orientação histórica da vida e pela criação da identidade histórica podem ser superadas, relacionando os efeitos práticos do conhecimento histórico ao princípio comunicativo do reconhecimento recíproco de posições e perspectivas históricas diferentes. Se a capacidade de reconhecimento do ser diferente dos outros e da compreensão do sentido próprio na multiplicidade de culturas temporalmente diferentes fosse transformada em parâmetro para a criação de consenso na cultura histórica de uma sociedade, haveria fortes razões

para falar-se de um progresso na razão histórica. Com este progresso, o mínimo que se alcançaria seria a superação da contraposição entre modernidade e pós-modernidade dentro do pensamento histórico em favor de um movimento que poderia ser reconhecido por todas as partes envolvidas na discussão em torno da modernidade deste pensamento como uma tentativa de contribuir para a cultura histórica.

SOBRE O CONCEITO DE IDENTIDADE NACIONAL*

CRISTIAN MEIER

Professor da Universidade de Munique, Alemanha.

O que é identidade nacional? Fala-se muito deste tema na atualidade, não apenas na Alemanha, mas também, a exemplo, na França, onde Fernand Braudel publicou um livro a respeito, há alguns anos.

A expressão é relativamente nova. Segundo meu conhecimento, o termo “identidade coletiva” foi enunciado pela primeira vez logo após a Segunda Guerra Mundial. O problema que dela decorre deve ter sido apontado de início por Erik H. Erikson. Tratava-se de um período de reorientação da política externa; e, diante das múltiplas dificuldades com que se defrontou a geração que retornava dos campos de batalha para se reinserir na vida civil, abriram-se inúmeros “lugares vazios”, que um grande número da população norte-americana procurou preencher, em parte de maneira artificial, por meio de diversas formas de identificação. Erikson denominou tal fenômeno como “the search of identity”. Em seu conhecido ensaio, publicado em 1974 e traduzido para o alemão em 1975, “Dimensões de uma nova identidade”, ele procura demonstrar como se construiu, nos Estados Unidos do século XVIII, à época de Jefferson, uma identidade totalmente nova, ou seja, uma nova forma de conviver, de realizar as atividades cotidianas, tais como a busca por responder aos mais diversos problemas, a partir de sua própria iniciativa. Esse conhecido “espírito de iniciativa”, com que se caracteriza a sociedade americana até os dias de hoje, teria suas origens nessa experiência.

* Palestra proferida no Encontro sobre “Identidade Alemã”, promovido pelo Instituto Goethe e pelo Departamento de História da UFPr. Curitiba, agosto de 1989. Tradução de Marionilde Dias Brepohl de Magalhães.

Erikson descendia de uma família judia da Dinamarca; tornou-se adulto em Frankfurt e depois migrou para a América; assim, estava obviamente consciente dos problemas que a identidade podia trazer a alguém e, em especial, àquela esfera da identidade que dizia respeito à pertencença à uma coletividade. Coletividade que, sob determinadas condições, podia se sobrepor à identidade individual de seus membros e, sob outras condições, resultar em certos conflitos.

O que é pois identidade? Eu diria — de forma muito grosseira, e para me limitar apenas ao âmbito de seu uso cotidiano — que ela é a resposta à pergunta: “quem sou eu?” Essa resposta persegue o objetivo de preencher uma necessidade, e, ao mesmo tempo, de desenvolver uma determinada força interior. Poder-se-ia defini-la com palavras muito simples, como a força que leva, de alguma maneira, a se manter fiel a si mesmo. Poderíamos defini-la também de forma mais erudita, recorrendo ao termo no latim — “idem” — cujo sentido reflete a força e a necessidade de ser e permanecer o mesmo durante toda a sua vida. Isso não significa que tenhamos de ter sempre as mesmas posições, ou emitir as mesmas opiniões. Todos conhecemos exemplos de pessoas que só são as mesmas quando mudam. Existem até pessoas que encontram sua identidade na fuga de si mesmas, como se estivessem a provar sempre novas roupagens. Tal comportamento deve ter seus limites, sem o que a noção de identidade perde seu sentido. Todavia, tal conceito sugere, para muitos, a concentração em determinadas características, num pequeno núcleo estável; para outros, supõe a exteriorização de múltiplos aspectos do ser, como forma de permanecer fiel a si mesmo. Parece-me evidente, contudo, que mudar em alguns aspectos faz parte de uma identidade normal. Onde tal mudança é rejeitada ou reprimida surgem, na maioria dos casos, conseqüências desastrosas. Sem dúvida, há múltiplas formas de identidade, condicionadas historicamente e pela inserção do indivíduo nas diferentes sociedades e classes sociais. Estas devem desempenhar um papel fundamental na

construção da identidade — e nas formas de ganhar distâncias de si mesmo.

Por todas essas diferenças, alguma coisa deve efetivar em nós o desejo de sermos e permanecermos os mesmos; esse desejo está associado ao fato de sermos conclamados permanentemente por outras pessoas com quem convivemos a sermos de uma determinada maneira, de correspondermos às expectativas; e isso se reveste, às vezes, de um caráter prepotente, onde a exigência para que permaneçamos iguais realiza-se de forma coercitiva.

Jürgen Habermas faz uma distinção entre identidade convencional e pós-convencional. A primeira é aquela que se orienta por determinadas normas sem questioná-las, enquanto a outra, é a que ultrapassa as normas e se baseia em princípios básicos que devem nortear as normas. Assim, tal forma de identidade deve, de certo modo, procurar determinar, num nível mais profundo, o “quem somos” e ao mesmo tempo o que “queremos ser”, dimensão a partir da qual se orienta. Dentre essas distinções, parece-me certo que as pessoas só conseguem efetivamente se livrar de certos laços da própria identidade, quando tentam se colocar num nível mais profundo de hierarquização daqueles aspectos que se queira ou não se queira sustentar. Tenho, entretanto, minhas dúvidas se a questão da identidade refere-se primordialmente à normas e princípios, ou se, pelo contrário, “identidade” deve se referir muito mais aos hábitos adquiridos ou institucionalizados.

Identidade, todavia, não existe apenas no singular, mas simultaneamente no plural. Em outras palavras: não existe apenas a “identidade — eu”, mas também a “identidade — nós”. Cada um de nós vive não apenas na primeira pessoa do singular, mas, ao mesmo tempo, na primeira pessoa do plural. Somos membros de uma família, igreja, partido, nação, e também de “comunidades informais”, como, por exemplo, aquelas que estão comprometidas com os direitos civis e com os direitos humanos. Outros se originam de determina-

das comunidades tribais. Sob determinadas circunstâncias, pertencemos à categoria de empregados ou patrões, grupos profissionais, corporações e, num determinado sentido, pertencemos também às nossas tradições. Até certo ponto, essas filiações podem ser impostas por fatores externos. Fazer parte desta ou daquela associação, pertencer a este ou àquele sindicato e também à uma igreja, pode-nos ser, até certo ponto, indiferente, como algo superficial de nossas vidas, pois tem-se por aceito que tais ligações são determinadas, de um lado, por sua conveniência ou utilidade e, por outro lado, pelas características que são mantidas no decorrer do tempo em virtude das origens do indivíduo. Contudo, independentemente das razões que nos levam a determinadas filiações, as diversas opções de integração podem ter um significado mais profundo para nós, de forma a se introjetar como referência necessária à nossa identidade; como o fato de sermos católicos ou evangélicos, alemães ou franceses, deste ou daquele sindicato, membros de um partido ou de qualquer outro grupo. Se nós nos integramos a eles e com eles nos identificamos, não poderemos compreender a nós mesmos, a não ser no interior dessas comunidades, que representam, também aos nossos olhos, virtudes de nossa personalidade.

Somos, por um lado, um “eu” e, por outro, partes de diferentes “nós” e essas pertencenças se mesclam em nossa consciência, podendo, inclusive, sob determinadas circunstâncias, levar a conflitos de uma com a outra. À guisa de ilustração, imaginemo-nos na situação de um judeu em 1933, que era “alemão” no mais enfático sentido do termo. Naquele momento, tal condição passava a se defrontar, de forma irreconciliável, com sua identidade judia, seja porque ele também passara a se identificar enfaticamente com o judaísmo, seja porque ele fora “remetido” à condição de judeu, condição que ele, há muito tempo, já havia esquecido. Assim, além dos terríveis problemas que afetavam sua existência profissional, sua cidadania e até sua existência física, ele também enfrentava problemas com sua própria identidade.

Os grupos a que pertencemos pressupõem uma determinada identidade, o que nos permite, ao seguir suas normas, orientar nossos comportamentos. Nações, partidos e igrejas devem, de alguma forma, permanecer fiéis às suas raízes. Isso não exclui a possibilidade de que sofram ocasionalmente alguma espécie de reorientação. Quando isso ocorre, é bem provável o surgimento de alguns problemas relativos à identificação do grupo como um todo. Esses podem provocar dissidências e, igualmente, um estranho comportamento alternativo, onde as pessoas, contra suas próprias convicções, não desistam de participar, seja porque aquela pertencença já integre o seu “eu”, ou porque se acreditou mais capaz de incorporar positivamente as mudanças de orientação do que a maioria, de captarem melhor o espírito daquilo que é o respectivo partido, igreja ou nação. Algo como a “velha” Alemanha, à qual se pode colocar de igual modo, como verdadeira; ou o ensino católico “verdadeiro”, como entre os católicos antigos (*Altkatholiken*). Conhecem-se alguns casos em que pertencer a um determinado partido é de tal maneira um referencial para o seu membro que, mesmo que ele vote há muito tempo em outra agremiação, não deixa de estar filiado àquele, por não possuir apenas objetivos políticos, mas por se espelhar ali uma parte de si próprio.

Os interesses convergentes ou denominadores comuns dos partidos, igrejas, associações e nações podem ser muito distintos. Em regra, elas não se limitam apenas ao que está formulado nos seus princípios confessionais ou nos programas. Aliás, essas cartas de princípios não devem estar enunciadas de maneira precisa; em certas circunstâncias, temos de nos perguntar até que ponto tais princípios existem no plano consciente, ou se, antes, fazem parte da esfera do subconsciente.

Todos esses exemplos pretendem ilustrar a importância da “identidade-nós” e o quanto ela pode se constituir em parcelas da “identidade-eu”. Qual o seu significado para cada indivíduo, essa é uma outra questão, que depende de outra, qual seja, o que para ele significa identidade; como ele arti-

cula a necessidade de manter-se fiel a si mesmo com a de alimentar-se, para citar um exemplo elementar, ou com aquela de ter as mais variadas vantagens, ou com o desejo de ser “moderno” ou de se acomodar. Isso varia de caso para caso. Os níveis de diferenciação se encontram também nas fronteiras entre o ser interior e exterior, e até que ponto cada indivíduo se expõe para o outro. Identidade pode facilmente resumir, por um longo período da vida, meramente o que a pessoa é ou faz em sua profissão, família ou outros grupos. Mas ela pode, ao mesmo tempo, constituir-se para cada ser, quando ameaçado, numa fonte de energia ou, em determinadas situações, uma fonte de limitações. Isso não é válido apenas para o que sou “comigo mesmo”, mas para o que sou e pretendo ser enquanto “identidade-nós”.

Se é correto que cada grupo tenha uma identidade comum, o discurso sobre a identidade nacional está carregado inteiramente de sentido. Na verdade, é possível que essa expressão seja utilizada para mascarar alguma coisa que, antigamente, era chamada de consciência nacional e que tornou-se, na Alemanha, desde 1945, um dado extremamente penoso. Mas isso não deve ser assim e, em muitos casos, não o é. Não é improcedente afirmar que essa expressão adquira sentido mais amplo como parte de um vocabulário científico, sem conotações carregadas de um significado mítico, com a finalidade de determinar algo que seja totalmente diferente da consciência nacional. O que é ou deve expressar exatamente o termo identidade nacional, essa é outra questão. Em primeiro lugar, ela se refere às singularidades das nações, em comparação com as identidades correspondentes às comunidades políticas das épocas antigas.

Pretendo levar em consideração uma forma de identidade coletiva à qual corresponde, ao mesmo tempo, a uma forma de unidade política, e que pode ser considerada como uma forma de identidade não-nacional. Refiro-me à sociedade grega, e, em especial, aos atenienses, que desenvolveram desde a fase tardia do século VI a. C., uma outra forma de identidade — a democracia, bem como suas formas primiti-

vas de organização. Ali também se encontra uma forma de identidade voltada para a unidade política, sem que para tanto existisse uma nação. A maior unidade política dos atenienses era a cidade, incluindo o meio rural, de cujas terras eles eram os proprietários. A região perfazia um total aproximado de 2.800 quilômetros quadrados. Esse espaço equivale, nos dias de hoje, ao território do grão-ducado de Luxemburgo. E Atenas, ao lado de Esparta, constituíam-se, de longe, as duas maiores cidades da Grécia.

A singularidade da história grega reside no fato de que na época arcaica, a monarquia teocrática não logrou constituir uma coletividade estável e legítima; em razão disso, uma grave crise econômica e social teria se aprofundado, levando a que os camponeses, tanto quanto possível, tornassem-se cada vez mais sensíveis aos incontáveis engodos e usurpações das elites. Surge daí uma mentalidade que impregnou definitivamente os cidadãos das mais diversas camadas sociais — e eles passaram a reivindicar certos direitos políticos que os protegessem. Essas constituíram as origens do processo que gestou a democracia grega, tal qual a conhecemos na atualidade. E, em virtude de determinadas especificidades, essa ordem pôde, pela ampla, contínua e direta participação dos cidadãos, propiciar o ingresso dos mais diversos indivíduos na política.

Essa instituição pode ser descrita com relativa precisão até os dias de hoje e esse modelo é ensinado nas escolas. Reconhece-se a existência de um conselho de 500 membros, que eram substituídos anualmente; além desse, uma assembleia popular, que se reunia com relativa frequência, contando com a presença de um número significativo de membros. Mesmo que estivessem apenas alguns milhares presentes — o que ocorreu na maioria dos casos —, eram, certamente, mais do que 10% dos cidadãos adultos do sexo masculino. Onde se pode constatar que 10 a 20% da população se reúne a cada doze dias para participar ativamente da política nos dias de hoje? Deve-se realçar que, ao se calcular um conselho de 500 pessoas, cujos membros são substituídos

todos os anos, e onde a cada cidadão é permitida a participação por no máximo duas vezes em toda sua vida, isso significa que, ao longo de uma geração, pelo menos 7.500 cidadãos seriam efetivamente conselheiros. Para uma população de cerca de 35.000 indivíduos, esse número é bastante expressivo; vale dizer, mais de um quinto do total, com o dever de dedicar dois anos de sua vida à política, como conselheiro, sem contar a mera representação popular, o exercício de funções específicas, bem como a função de jurado. No início, era possível uma participação maior no conselho; porém, a inexistência de remuneração para funções dessa natureza restringia, por si só, o número de cidadãos disponíveis a esse exercício.

O funcionamento desse sistema não se explica apenas pelo apelo moral, ligado à responsabilidade coletiva. Uma participação tão efetiva e regular deve ter sido estimulada por outros motivos. Alguns fatores foram, provavelmente, decisivos para que um processo como esse se desencadeasse. A chave explicativa pode ser encontrada na formação de uma forte identidade de cidadão, baseada em múltiplos pressupostos. Tal postura traduz a própria mentalidade dos atenienses, que dividia a vida ativa em duas esferas distintas, quais sejam, a política e a dos negócios privados. Definiam-se, portanto, como cidadãos no sentido político do termo; vale dizer, como membros da pólis. Essa atitude é estranha ao conceito burguês contemporâneo e aproxima-se ao de cidadania da Revolução Francesa, onde o termo "**citoyen**" se afasta radicalmente do "burguês". Essa estrutura mental determinou a participação de todos, que passaram a se entregar, recorrer e exigir o cumprimento dos deveres cívicos. Isso só é possível quando cada um possui essa expectativa com relação ao outro — e quando aquele que deve participar e não o faz, está sujeito a uma sanção negativa, passando a ser menosprezado pelos outros. Segundo as fontes existentes, para a sociedade ateniense, um cidadão que não participasse da política, não seria considerado apenas um inerte, mas um inútil diante dos demais. E Demócrito de Abdera testemunha

que, mesmo em cidades circunvizinhas à Atenas, aquele que não se integrasse, tendo condições econômicas para tanto, teria sua reputação comprometida, podendo inclusive adoecer. Havia, portanto, efeitos psicossomáticos nessa alienação. Identidade de cidadão era, portanto, uma expectativa muito fortemente enraizada e se manifestava como uma força propulsora para as múltiplas atividades comunitárias. Uma sociedade como essa só pôde surgir em pequenos cantões, com um baixo contingente demográfico, como era o caso das antigas pólis. Só uma cidade como Atenas pôde experimentar, em sua plenitude, uma manifestação dessa natureza. E ela passaria a dominar, após as guerras pérsicas, todo o mundo egeu, estreitando seus contatos políticos com a Pérsia e a Sicília, estendendo-se até o mar Negro.

Em síntese, esse foi um modelo de cidadania, o qual estabelece que a pertencença à pólis ocupava um "status" privilegiado na hierarquia social, em detrimento das relações familiares e de vizinhança. Não havia religião que, como entre nós, pudesse se confrontar ao estado e que, sob forma de igreja, atuasse de modo a provocar um outro tipo de identificação dos seus membros. A veneração aos deuses era praticada pelos mesmos cidadãos que realizavam as atividades públicas. Não existiam partidos, apenas constelações diversas entre pessoas que se revezavam nas funções públicas e, ao mesmo tempo, uma ocasional oposição entre ricos e pobres. Não havia grupos profissionais nem corporações que, como nas cidades medievais, lutavam por seus interesses específicos no espaço público. Pelo contrário, fazia parte dessa identidade de cidadão relegar a um segundo plano tudo o que fosse alheio à esfera política, como as atividades artesanais ou agrícolas. Em primeiro lugar estava a cidadania e era como tal que ele se movimentava na pólis; todo o resto era banido da esfera pública e enclausurado na esfera privada. Nela, fazia-se o necessário para garantir a própria sobrevivência e, eventualmente, esforçava-se para se tornar rico. Mas tais atividades constituíam-se em assuntos individuais, talvez relativamente importantes para muitos indivíduos,

mas não eram determinantes para a formação da “identidade-nós”; essas preocupações não chegaram, de maneira alguma, a concorrer com as do cidadão enquanto cidadão. Dessa maneira, podemos concluir que essa identidade era relativamente compacta e, ao mesmo tempo, não se equiparava a nenhuma outra forma, pelo menos até o século IV a. C., quando introduzir-se-iam mudanças mais significativas, as quais não aprofundaremos nesse momento.

Gostaria agora de confrontar a identidade nacional daquela época com a que se apresenta no século XIX, sem a preocupação de definir uma cronologia precisa, tratando-se apenas de esclarecer o conceito em questão. As nações modernas são naturalmente muito maiores do que as antigas pólis. A França, Alemanha, a Itália e até a Espanha são consideravelmente maiores. Toda a Grécia que, na antiguidade estava dividida em inúmeras pólis, é menor do que os países mencionados. Todas as nações ocupam regiões que demandam dias ou mesmo semanas para serem percorridas, se utilizarmos meios de transportes tradicionais. Já a antiga pólis podia ser percorrida em um dia ou em algumas horas. Sobre as modernas nações, sabe-se que elas contam com milhões de habitantes, enquanto na antiga Ática contava-se com apenas cerca de 35.000 cidadãos adultos do sexo masculino e, no total, algo entre 120.000 e 180.000 habitantes. O segmento da população que representava a cidadania podia ser reconhecido em sua totalidade de um só golpe de vista, quando estava reunido em assembléia ou quando estava entrincheirado para a batalha. Dessa maneira, a frase “os homens são a cidade” adquire um sentido concreto.

Nossas nações, ao contrário, não são nem visíveis nem audíveis, com exceção, talvez, em grandes partidas de futebol por ocasião do gol, quando os torcedores, em frente do espetáculo televisivo ou no estádio de futebol, irrompem em júbilo. Dessa forma, só se pode apreender uma nação pelos seus símbolos: a bandeira, brasões e hinos. De resto, elas precisam ser representadas.

As nações abrigam, ao mesmo tempo, consideráveis diferenças. A origem étnica é talvez a mais importante. O que têm os hamburgueses em comum com os bávaros, a não ser o fato de serem cidadãos alemães? Distinções como essas existem na França, Itália e outros países. Além disso, as nações integram membros de corporações que os diferenciam com maior destaque; são profissões ou atividades que distinguem seus membros de acordo com suas especializações. Eles pertencem a determinados setores produtivos da sociedade e pode-se observar que, em parte, cada um deles mantém uma relação de indiferença para com os demais. Para além das diferenciações profissionais, as nações abrigam diferenças de caráter confessional, político-partidário e corporativo. Tais diferenças podem ser incorporadas pela noção de nacionalidade, o que leva a atenuar tensões consideráveis.

No que diz respeito à identidade, parece-me interessante destacar o que ela pode representar para cada indivíduo. Desde o final do século XVIII, surgiram várias associações de pequeno porte, organizadas em comunidades tradicionais, como a aldeia, a vizinhança ou a igreja. Seu papel, entre outros, foi o de reforçar o sentimento nacional. Nelas, as pessoas realizavam-se quase que integralmente, sentindo-se compensadas por delas pertencerem. Para expressar tal sentimento, existem belas formas de linguagem literária, como ilustra a seguinte citação: **"Aspira sempre a totalidade, e se não consegues ser total, transforma-te num elo útil de uma totalidade maior"** *; assim alude um verso de um poema que Goethe e Schiller escreveram juntos. Por meio da pertencença à nação, o indivíduo pode adquirir e intermediar o sentimento de que ele não é tão pequeno como deve lhe parecer, nem tão insignificante e isolado como recorrentemente se sente. A pertencença à uma nacionalidade compensa, portanto, o que se perde com as formas de viver mais complexas, inerentes ao mundo moderno. À ela está associado um sentimento de "estar em boas mãos", no triplo sen-

* No original: "Immer strebe zum Ganzen und kannst du selber kein Ganzes sein, als dienendes Glied schliess an ein Ganzes Dich an".

tido da palavra, como Hegel tão caramente acentuou. Aí reside a efetiva função antropológica da identidade nacional. Compreender sua importância no passado é uma tarefa quase que irrealizável; e esse fenômeno torna-se muito mais interessante nos dias de hoje dada a perda de relevância de tal sentimento. É possível que o sentimento de pertencença se desenvolva em virtude de que toda a mudança implica, de início, um aperfeiçoamento do processo de emancipação em vários setores, pelo equilíbrio entre interesses pessoais e coletivos, resultando no privilegiamento do público em detrimento do privado. Enquanto que nós, hoje, estamos fortemente acostumados a nossa própria pequenez. Jacob Burkhardt afirmou que **“estamos acostumados com a nossa insignificância”**. Naturalmente, não é segredo que hoje, no campo da identidade, vários déficits se abriram, os quais eventualmente estão relacionados com o declínio da “identidade-nós” e não apenas com a identidade nacional. É provável que uma das consequências da Revolução Francesa tenha sido a de provocar uma série de mudanças — a exigência por um sentido da vida transpessoal foi, desde então, especialmente privilegiada. Assim, tornou-se necessário que as pessoas que se filiassem a grupos que representavam um ideal comum tivessem de renunciar à boa parte de seus interesses particulares, enquanto hoje, resignamo-nos ao espaço privado. Tal atitude poderia ser explicada pela insatisfação com a vida material, experimentada no século XIX? Teria ocorrido, neste século, uma onda de necessidade de compensação? Ou a forte consciência nacional do século XIX e da primeira metade deste século foi apenas uma invenção do estatismo das nações européias, que somente com a guerra, ou a ameaça de guerra, despertaria nos cidadãos um sentimento nacionalista? De qualquer maneira, o que se pode afirmar é que a identidade nacional passou a exercer um papel de menor relevância.

Aqui também o antigo modelo grego é instrutivo: enquanto a identificação dos cidadãos com a pólis determina também sua vida cotidiana, a identidade nacional nem sequer

chega perto de um comportamento dessa natureza, a não ser em momentos excepcionais, como é o caso de conflitos militares. Provavelmente, em sociedades com elevado número de habitantes e de espaço territorial extenso, alguns elementos da identidade são mais caros por refletirem um sentimento de pertencença e de comunidade bastante enraizados. Um deles é a língua, a qual somente na Suíça não desempenha esse papel. Mas esse fenômeno se deve à sua situação geográfica; ela está cercada por grandes nações das quais compartilha as diferentes tradições linguísticas. No extremo oposto está a Bélgica. No conjunto, pode-se entretanto afirmar, como regra geral, que as características comuns da língua, construídas pela “literatura nacional” e pela cultura em geral, desempenharam e desempenham um importante papel na consciência dos membros de uma nação.

No que se refere à História, a situação é um pouco diferente. No século XIX era lugar-comum entender-se que as nações se formavam a partir de uma mesma descendência, idéia que assumiu um papel fundamental. Nossos avós e bisavós identificavam-se mais facilmente com os antigos germanos do que com seus vizinhos do outro lado do Reno, além da fronteira alsácio-lorenense, que lhes eram contemporâneos. Uma sociedade de expressões artísticas altamente civilizadas, sentia-se mais aparentada com os germanos vestidos com pele de urso do que com os franceses e ingleses do seu tempo. Certas linhas de interpretação histórica, onde se pode introduzir o conceito de “desenvolvimento”, tendem a estabelecer as características diacrônicas como mais relevantes do que as sincrônicas, aproximando-se, assim, do historicismo. Tanto naquela época, como no nosso século, o aspecto diacrônico ganhou legitimidade maior do que o sincrônico, apesar das limitações que um tratamento dessa natureza possa implicar.

A questão que se coloca especialmente aqui é o papel da identidade nacional na República Federal da Alemanha. Nós sabemos que hoje, em linhas gerais, a necessidade de uma identificação nacional é consideravelmente menor do

que o foi no século XIX; o nacionalismo está em franco processo de decadência em toda a Europa. O significado da identidade para o indivíduo é ainda raramente considerada, principalmente no que se refere às mudanças que ocorreram entre as diferentes “identidades-nós” e entre a “identidade-eu”, por um lado e outros fatores da personalidade, por outro. Isso poderia ser melhor compreendido através de uma observação histórico-comparativa, cujo estudo exigiria um sério e aprofundado trabalho de pesquisa interdisciplinar entre historiadores e psicólogos e requeriria uma investigação de longo prazo.

Nesse momento, eu gostaria de discutir o problema central desta palestra: a especificidade da identidade nacional dos alemães e, particularmente, o problema da divisão da Alemanha em dois estados. Qual nacionalidade pode ser efetivamente a nacionalidade dos alemães? Aquela da República Federal da Alemanha, ou a dos dois estados? Na nossa opinião, a nação é uma só, isto é, a nação alemã está dividida temporariamente em dois estados. Do ponto de vista histórico da nossa identidade, o que se indaga, todavia, é o quanto nos sentimos ainda distantes de uma mudança. Podemos tornar claro tal sentimento através de vários exemplos. Se a “Alemanha”, como se diz, joga uma partida de futebol contra a República Democrática Alemã, mesmo os moradores desse estado torcem pela vitória daquele. Se alguém viaja para a DDR e depois retorna, após os últimos controles de fronteira, experimentando um profundo sentimento de alívio, pode-se ouvir dizer: “Quão bom é estar de novo na Alemanha”. Mas naturalmente, estamos na Alemanha quando viajamos para Leipzig, Magdeburgo ou Rostock. Essa linguagem pode ser recorrentemente utilizada e pode constituir um parâmetro bastante ilustrativo, quando se pretende detectar as pistas desse dilema. Na RFA, podemos assistir um jornalista que esclarece que aqui na “Alemanha” as coisas são dessa ou daquela maneira; aí ele pergunta a um cidadão da DDR, como as coisas funcionam no seu país. Esse dispositivo discursivo só pode contudo constituir um

paradigma indiciário; nem está certo que não estejamos há muito tempo adotando uma identidade de cidadãos da RFA, ao invés de uma identidade “alemã” no sentido convencional. Nesse caso, identificamos a RFA com a Alemanha (**Deutschland**).

É estranho que a divisão da Alemanha não tenha provocado algo que em circunstâncias semelhantes poderia ter ocorrido: a animação do sentido histórico. Se uma determinada nação é repentinamente fraccionada, ela deveria normalmente fazer qualquer esforço para recorrer à memória de seus fundamentos históricos, se ela pretende continuar a ser efetivamente uma nação. Na Alemanha isso não ocorreu, com raras exceções, mas essas não podem ser consideradas como componentes da sociedade como um todo. Ao contrário! Nós temos abandonado a História nas décadas de 50 e 60. Considero injusta a acusação de que alguns ministros da Cultura tenham colaborado para a desvalorização da consciência histórica na década de 70. Sobre essa política, não importa aqui tecer muitas considerações e eu não gostaria de endossar tais ações. No entanto, é evidente que não depende de um decreto ou de uma simples ordem do Ministério da Cultura a decisão pela valorização da História. A consciência histórica não se traduz tampouco como interesse pelas exposições histórico-comemorativas ou por livros de História, de qualquer forma, com o interesse que cada um desses eventos possa despertar; eles não têm nada a ver com a consciência histórica de uma nação. Exposições e livros históricos possibilitam como que uma viagem no tempo; isso pode se tornar mais interessante para quem já viajou para muitos lugares — eu diria que é uma outra forma de turismo, para países exóticos. Assim, atualmente, a Idade Média tem despertado um interesse muito significativo. Mas me parece que de nenhuma maneira pode-se afirmar que a consciência histórica é despertada quando se inaugura um museu histórico alemão. Vejo o problema de forma totalmente diferente e não posso imaginar que por meio de mé-

todos convencionais, ou mesmo com algumas inovações em tais métodos, logremos a tomada da consciência histórica.

Eu sugeriria um teste que, na minha opinião, poderia elucidar mais claramente qual é a nossa atitude diante da História. Deveríamos tentar proceder como nossos avós o faziam, de forma natural: incluir em nossa "identidade-nós", os antigos alemães, na primeira pessoa do plural. Certamente é muito comovente o fato de não haver dificuldade em dizer, como outrora, que "nós", no ano IX a.C. teríamos vencido os romanos na floresta Teutoburgo. Ou, como os franceses, que se identificavam como Vercingetorix ou os italianos, com os antigos romanos. Mas isso não pode ser feito hoje, pelo menos não de uma mesma maneira. De qualquer forma, já não temos mais esse hábito. Não dizemos que em 1871 vencemos os franceses, porque isso nos obrigaria a dizer que em 1939 iniciamos a Segunda Guerra e que de maneira particularmente singular, praticamos atos criminosos. Não quero declarar com isso que nós tenhamos o dever moral de dizê-lo, nem estou seguro a esse respeito; só encontro plausibilidade na tentativa de experimentá-lo mentalmente e até verbalmente. Com toda a probabilidade, uma atitude como essa resultaria na rejeição, por uma boa parte das pessoas, de sua própria história. Mas isso não supõe assumir o que nossos ancestrais fizeram, mas reconhecê-los como nossos, isto é, tratá-los com os olhos da nossa identidade.

Na verdade, as profundas contradições ocorridas na Idade Média por ocasião da Reforma luterana, provocaram nos séculos XVIII e XIX, difíceis contradições, sejam de ordem social, religiosa ou política, assim como os imensos problemas de divergências entre os diferentes estados e ducados alemães, que perturbaram em parte a consciência histórica alemã, mas que não a impediram de existir. Afinal, dadas as tensões ocorridas naqueles períodos, cada região passou a se identificar antes com seu estado do que com uma nação. No entanto, eles nunca deixaram de ter uma consciência histórica alemã. Ademais, nenhuma nação pode incorporar todas as suas contradições, sem que desista de

alcançar um sentido histórico comum mais profundo; a superação das cisões internas é uma condição necessária para a formação de uma consciência histórica comum.

Entre nós, alemães, no entanto, interpõe-se entre passado e presente o período do nacional-socialismo, com todos os seus atos criminosos. Com essa época não podemos nos identificar, seja qual for o sentido que se queira dar a esse termo, mesmo que se trate da história de nossos pais e avós. Essa relação de constrangimento diante da própria história parece-me um dado absolutamente inédito. Não saberia reconhecer um único exemplo da História mundial que se equiparasse à tal experiência. Depararmos-nos com um constrangimento dessa natureza não elimina o passado, ao contrário, agrava-o; e sobre esse tema, já possuímos muitos estudos entre nós.

Estou todavia convencido de que as tentativas de superar nosso passado nazista não lograrão obter o sucesso desejado, se não levarem em consideração até onde os esforços por incorporar essa parte da história alemã podem ser conciliados com a idéia de dignidade nacional. Isso pode levar, segundo meu julgamento, a certos esclarecimentos, ao conhecimento do fenômeno, mas não à uma mudança relevante na sociedade, principalmente quando se enfatiza que a União Soviética stalinista é sua predecessora. Também não “resolve”, por outro lado, explicarmos que tais crimes foram ordenados pelo governo alemão e realizados principalmente por alemães comprometidos com uma ideologia. De fato, de certa maneira isso é verdadeiro, só que a ideologia não pode ser considerada como um “atestado de insanidade mental” (*Jagdschein*) *, para usar um termo jurídico. Ela não nos isenta da responsabilidade histórica. Para ser preciso com o adjetivo histórico, quero qualificar o conceito de responsabilidade, que obviamente não deve estar associado a uma culpa coletiva, pois a maioria dos alemães de hoje não podem ser responsabilizados pelos crimes nazistas de 1933 e 1945, pois

* Atestado que, na Alemanha, pode atenuar ou justificar atos violentos cometidos por pessoas que não façam uso de suas plenas faculdades mentais (N.T.)

eram crianças ou nem sequer tinham nascido. Sem contar que uma culpa como essa não existe. Apenas no sentido histórico é que, de alguma forma, devemos responder por isso, caso queiramos permanecer alemães, antes e depois do **III Reich**. Não existe, portanto, apenas uma questão de ordem meramente jurídica, mas uma responsabilidade histórica. E ideologia dessa ou daquela coloração, o fato permanece o mesmo: tratava-se de crimes alemães. Estes podem ser explicados por meio de diferentes causas e se revestiram, neste intervalo de tempo, de um caráter mítico. Mítico não no sentido de incredulidade, mas como um fato profundamente cravado na memória da humanidade. O que aconteceu naquele período foi de tal forma singular, tão profundamente dirigido contra toda a humanidade, que não é possível esquecer ou mesmo relevar. Só podemos assumi-lo nas suas exatas dimensões. Todas as críticas mesquinhas em torno desse fato são indignas.

É errado também se falar, nesse contexto, em complexo de culpa, ou “o fazer penitência”. Ninguém exija de nós o “mea culpa”; “ninguém atribua culpa aos que não participaram”. “Ninguém nos impeça de andar de cabeça erguida”. Essas são fantasias, senão difamações daqueles que insistem em não recordar dignamente as monstruosidades cometidas por alemães. Nós temos de incorporar esse período, ou não teremos, no sentido enfático, uma história; e aí seremos — para usar uma expressão exagerada — muito mais cidadãos da República Federal da Alemanha do que alemães. Mas tais atitudes refletem também a dificuldade de se lidar, em nosso país, com a questão da identidade nacional e da História, bem como com a definição de qual seja nossa pátria. Tal resposta, dada sua complexidade, ainda não foi respondida. Esses problemas não são superáveis por meio de um ritual de expiação, mas pressupõem um longo período de aprendizado.

Isso não exclui o dever de nos esforçarmos para entender aquilo que aconteceu e que deve ser entendido em sua sincronia. Essa tentativa também não exclui que, no momento,

estejamos comprometidos com um patriotismo “constitucional”. A idéia de que nossa constituição seja nossa pátria, constitui um dado muito honrável — para utilizar mais uma vez a formulação de Dolf Sternberger (e que Habermas só reeditou) — mas enuncia também nosso dilema. Todavia, esse patriotismo constitucional demonstra que nós temos algo do que nos orgulhar: vivemos há 40 anos sob um regime democrático bem sucedido. E um dos motivos de orgulho deve ser também de que, em linhas gerais, nós aceitamos esse terrível episódio de nossa história, o que outros países raramente têm conseguido realizar.

Após um período de transição, o reconhecimento de nossos crimes não foram rejeitados e as pessoas não negam mais o acontecido, nem o caráter criminoso daquele regime. A “controvérsia entre historiadores” não demonstrou tampouco, discordâncias nesse ponto: há um consenso entre todos os segmentos da sociedade, qual seja, o de que as monstruosidades do regime nazista configuraram-se num ato criminoso — mesmo que ainda persistam enormes divergências que não foram resolvidas e que motivaram, ultimamente, esse mordaz e apaixonado debate. *

* O autor refere-se à polêmica dos historiadores alemães, também conhecida como a ‘controvérsia habermasiana’, para quem se deve colocar um ponto final no passado nazista alemão. Sobre essa questão, ver: **REVISTA Tempo Brasileiro**: Jürgen Habermas: 60 anos. Rio de Janeiro, 98:5-21, jul-set 1989, p.12 e seguintes. (N.T.)

**NIETZSCHE E A HISTÓRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE
“DA UTILIDADE E DOS INCONVENIENTES
DA HISTÓRIA PARA A VIDA” ***

JOSÉ BORGES NETO

Professor do Departamento de Linguística, UFPr.

De resto, abomino tudo aquilo que me instrui sem aumentar e estimular imediatamente a minha atividade.

Goethe

1. PREÂMBULO

Há já alguns anos, participei como aluno de pós-graduação de um curso de História da Linguística, lecionado por Michel Lahud, que tinha como uma das leituras indicadas a segunda parte do livro *Considerações intempestivas* de Friedrich Nietzsche, intitulada “Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida”. O texto me impressionou muito, tanto como reflexão filosófica como enquanto instrumental explicativo da natureza das várias “histórias” que encontramos na literatura linguística. A qualidade do texto de Nietzsche, seu rigor e sua atualidade muito me foram úteis e, acredito, muito podem ser úteis a quem, de alguma forma, dedica-se à história, seja à história da ciência, como é o meu caso, seja à ciência da história.

Só agora, no entanto, encontro tempo para escrever umas poucas linhas sobre este texto de Nietzsche, projeto acalentado desde a primeira vez que o li. E escrevo essas linhas com uma dupla finalidade: apresentar as idéias centrais do texto a quem se dedica à história e incentivar o meu leitor a tornar-se também um leitor de Nietzsche, a tornar-se leitor de um texto que, por várias razões, foi muito impor-

* Agradeço à Profa. Anamaria Filizola pela leitura rigorosa e pelas inestimáveis observações sobre a primeira versão deste texto.

tante na minha formação. Em poucas palavras, pela apresentação das teses centrais de Nietzsche sobre a história, quero fazer aqui com o meu leitor o que Michel Lahud fez comigo: abrir horizontes. Como não poderia deixar de ser, dedico a Michel Lahud este trabalho.

Considerando o estilo de Nietzsche, “literário”, rebuscado, nem sempre muito claro, estilo em que a argumentação, embora rigorosa, segue por caminhos sinuosos que dificultam a compreensão e facilitam a distorção do pensamento, vou utilizar na construção de meu texto uma fórmula pouco convencional: ao lado das reflexões que me parecem necessárias e da identificação das teses principais do autor, vai-se encontrar uma “colagem” de trechos do texto original. A idéia é que meus comentários somados aos excertos do texto nietzschiano consigam apresentar ao leitor uma organização, nas suas linhas gerais, do pensamento de Nietzsche sobre a história. A presença de trechos do texto original tem também a vantagem de apresentar ao leitor exemplos do estilo do autor. Não vou me ocupar do texto todo. Restrinjo-me apenas aos capítulos iniciais onde as teses principais são apresentadas. Serei nietzschiano: só recuperarei de seu texto o que me parece fundamental para a vida presente.

Seguindo a tese de Nietzsche de que o homem volta-se ao passado em função de seus interesses e necessidades do presente — **a história está ao serviço da vida** — devo reconhecer que a leitura que faço do texto, bem como a seleção dos trechos que apresento, estão prenhes de subjetividade e outras leituras e seleções são possíveis. É preciso ir ao texto de Nietzsche e fazê-las.

2. A HISTÓRIA ESTÁ AO SERVIÇO DA VIDA

A memória, a lembrança, o retorno ao passado, a história, enfim, são características do homem. O animal é não-histórico, atém-se ao presente. Sem a história, o homem perde sua humanidade e se iguala ao animal. O homem é um ser essencialmente histórico.

Observe-se o rebanho que pasta; ignora o que foi ontem e o que é hoje (p.105).

o animal vive de uma vida **não-histórica**, porque se absorve completamente no momento presente (p.106).

É duro para o homem ver isso, porque se orgulha da sua humanidade quando se compara com o animal, cuja felicidade entretanto inveja. Efetivamente, ele deseja viver como o animal, sem saciedade nem dor, mas, ao querê-lo, não quer como o animal (p.105).¹

A história é consciência. Toda consciência é dor. Daí a inveja que o homem têm do animal. Mas, qual a vantagem de se ser feliz na inconsciência, sem que se tenha a consciência de que se é feliz?²

A história algeima o homem ao passado, que, como um fantasma, assombra e perturba a paz do presente. É fundamental, então, aprender a esquecer — aprender a colocar-se, em alguns momentos, fora da história. Assim como a ausência de história animaliza o homem, o excesso de história o destrói.³

1 Estou usando neste trabalho tanto a edição bilingüe alemão-francês do texto de Nietzsche *Unzeitgemäße und Betrachtungen — Considerations Inastuelles*, Paris: Aubier, 1964) quanto à tradução portuguesa feita por Lemos de Azevedo (*Considerações intempestivas*. Lisboa. Presença: Martins Fontes, 1976). Todas as citações no corpo do trabalho serão transcrições da edição portuguesa cujas páginas serão indicadas junto às citações. Faço a adequação ortográfica dos trechos citados à norma ortográfica brasileira.

2 Este o paradoxo do poeta no poema abaixo: “ELA CANTA, pobre ceifeira, / Julgando-se feliz talvez: / Canta, e ceifa, e a sua voz, cheia / De alegre e anônima vivueze. / Ondula como um canto de ave / No ar limpo como um limiar, / E há curvas no enredo suave / Do som que ela tem a cantar / Ouvi-la alegre e entristece. / Na sua voz há o campo e a lida, / E canta como se tivesse / Mais razões p’ra cantar que a vida. / Ah, canta, canta sem razão! / O que em mim sente ’sta pensando. / Derrama no meu coração / A tua incerta voz ondeando! / Ah, poder ser tu, sendoeu ! Ter a tua alegre inconsciência, / E a consciência disso! Ó céu! / Ó campo! Ó canção! A ciência / Pesa tanto e a vida é tão breve! / Entrai por mim dentro! Tornai Minha alma a vossa semente leve! Depois, levando-me, passai!” (PESSOA, F. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1972. p. 144).

3 O homem que não esquece não vive. Lembremos Funes, el memorioso de Jorge Luis Borges, o homem que era capaz de esquecer; Funes “era casi incapaz de ideas generales, platónicas. No sólo le costaba comprender que al símbolo genérico **perro** abarcara tantos individuos dispares de diversos tamaños y diversa forma; le molestaba que el perro de las tres y catorce (visto de perfil) tuviera el mismo nombre que el perro de las tres y cuarto (visto de frente). (...) Sospecho, sin embargo, que no era muy capaz de pensar. Pensar es olvidar diferencias, es generalizar, abstraer. En el abarrotado mundo de Funes no había sino detalles, casi inmediatos.” (BORGES, J.L. *Ficciones*. In: *Obras completas*. Buenos Aires : Emecé, 1974, p.490).

O homem defende-se do peso progressivamente mais pesado do passado, que o esmaga ou o desvia, que torna pesada a sua caminhada como um invisível fardo de trevas (p.106).

A mais pequena felicidade, se está sempre presente e nos faz felizes, vale mais, sem comparação possível, do que a maior felicidade que se limita a um episódio (...).

Na mais pequena como na maior felicidade, há sempre qualquer coisa que faz com que a felicidade seja uma felicidade: a possibilidade de esquecer (...).

um homem que tudo quisesse ver historicamente seria semelhante àquele que fosse obrigado a prescindir do sono ou ao animal cuja vida fosse ruminar e ruminar sem fim (...).

É possível viver quase sem recordar e viver feliz, como o demonstra o animal, mas é impossível viver sem esquecer (p.107).

há um grau de insônia, de ruminação, de sentido histórico que prejudica o ser vivo e que acaba por destruí-lo, quer se trate de um homem, de uma nação ou de uma civilização (p.108).

Trata-se de saber esquecer a tempo, como de saber recordar a tempo; é imprescindível que um instinto vigoroso nos advirta sobre quando é necessário ver as coisas historicamente e quando é necessário não as ver historicamente. É este o princípio sobre que o leitor deve refletir: **o sentido histórico e a sua negação são igualmente necessários à saúde de um indivíduo, de uma nação e de uma civilização (p.109).**

Para definir o grau e fixar o limite em que é absolutamente necessário esquecer o passado, sob pena de se tornar o coveiro do presente, seria necessário conhecer a medida exata da **força plástica** de um homem, de uma nação, de uma civilização, quer dizer, a faculdade de crescer por si mesmo, de transformar e assimilar o passado e o heterogêneo, de cicatrizar as suas feridas, de reparar as suas perdas, de reconstruir as formas destruídas (p.108).

Não cabe ao homem ser não-histórico: ele perde sua humanidade. Não cabe ao homem ser completamente histórico: ele passa a viver no passado e se anula como um ser

do presente. É preciso dosar história e não-história e cada indivíduo (cada nação, cada civilização) exigirá uma dosagem particular. A **força plástica** do indivíduo é a medida dessa dosagem.

Quanto maior a **força plástica** de um indivíduo, mais ele estará livre do peso do passado, menos ele será esmagado pela história. Quanto maior sua **força plástica**, mais o indivíduo poderá dominar o passado, apoderando-se dele para alimentar o seu agir no presente.

Quanto mais o temperamento do homem está fortemente enraizado nele, tanto melhor saberá apropriar-se de largas porções do passado, ou dominá-las. E se se quisesse imaginar o temperamento mais forte e mais prodigioso, encontrá-lo-famos naquele que tivesse abolido o limite para além do qual o sentido histórico se torna opressivo e prejudicial. Absorveria e transformaria em sangue próprio todo o passado, o seu e o dos outros. O que um tal temperamento não fosse capaz de assimilar, esquecê-lo-ia. O passado já não existe, o horizonte está fechado e completo e nada evoca que, para além, existam homens, paixões, doutrinas, fins (...).

Há homens que têm tão pouca força plástica, que podem morrer de um único incidente, de uma única dor, por vezes de uma leve injustiça, como se se tratasse da abertura de uma veia por onde perdessem todo o sangue. Pelo contrário, há outros a quem as catástrofes mais brutais e mais terríficas e até os seus próprios crimes afetam tão pouco que conseguem, no próprio momento ou pouco depois, reencontrar uma saúde suficiente e uma situação de boa consciência (p.108).

Ao homem histórico, a quem “o espetáculo do passado” dá coragem para viver e para enfrentar as lutas do presente, Nietzsche opõe o homem **supra-histórico**. Este, consegue colocar-se acima da história e observá-la clara e minuciosamente; ele é capaz de detectar e de respirar “a atmosfera não-histórica na qual nascem todos os grandes acontecimentos históricos” e, assim, fazer história sem ser movido por alguma necessidade vital. O homem supra-histórico não coloca a história a serviço da vida e o seu conhecimento tira-

lhe o desejo de continuar a viver e de colaborar na história. A história não pode ser levada a sério pelo homem supra-histórico.

Perguntem a quem conhecerem se gostariam de reviver os últimos dez ou vinte anos e saberão quais são os que estão predestinados a adotar este ponto de vista supra-histórico. Decerto que dirão todos unanimemente que não, mas este não terá motivos bem diversos. Alguns vão dizer: mas os próximos vinte anos são certamente melhores. (...) A esses chamamos nós espíritos históricos ... pensam que o sentido da existência se revela cada vez melhor no decurso da **evolução**, só olham para trás para melhor compreender o presente em função da evolução anterior. Não sabem que, apesar de todo o seu saber histórico, os seus pensamentos e os seus atos são pouco históricos, e até que ponto o seu estudo da história é comandado pela vida e não por uma necessidade de conhecimento puro. (pp. 112-113).

Mas o problema a que quisemos dar uma primeira resposta pode reservar-nos uma outra. E que será novamente um não, mas um não com outra justificação. Será o não do homem supra-histórico, que não vê salvação na evolução, mas para quem o mundo já está completado e atinge a cada instante o seu objetivo. Que poderiam ensinar-nos a mais os dez anos do futuro, de que os dez anos passados não tenham conseguido ensinar-nos? (...)

o passado e o presente são uma única e mesma coisa e, apesar de toda a sua diversidade, conservam a unidade profunda de um mesmo tipo e realizam a onnipresença de tipos indestrutíveis, apresentando uma estrutura estável de valor invariável e de significação sempre idêntica (p.113).

Mas deixemos para os homens supra-históricos o seu pesar e a sua sabedoria. Por hoje, gozemos a nossa loucura e concedamo-nos um pouco de tempo, como se fôssemos pessoas ativas e sempre em progresso, adoradores da evolução. O respeito que temos pelos fatos históricos não passa, talvez, de um preconceito ocidental; que importa, contanto que à sombra de tal preconceito nos seja possível avançar sem nunca nos determos. Oxalá aprendamos a estudar cada vez melhor a história em função da vida. Nesse caso, será fácil conceder que os espíritos supra-históricos são

mais sábios do que nós, conservando nós a certeza de que temos mais vida do que eles. E sendo assim, a nossa ignorância para o sábio, mas não talvez para o que está vivo (p.114).

A história encarada como uma ciência pura, para Nietzsche, não faz sentido. A cultura histórica só faz sentido, só é significativa, ao se inscrever numa corrente de vida.

Um fenômeno histórico puro e completamente conhecido e reduzido a um fato epistemológico, morreu para quem o conheceu, porque nele descobriu a ilusão, a injustiça, a paixão cega e, de uma maneira geral, toda a sombria aura terrestre do fenômeno, ao mesmo tempo que sua importância histórica. E esta importância torna-se impotente para o sábio, mas não talvez para o que está vivo (p.114).

Algumas conclusões. Enquanto um conhecimento a serviço da vida, a história deve subordinar-se a ela. A vida de um indivíduo, de uma nação ou de uma civilização necessitam diferentemente de história porque suas necessidades vitais também são diferentes. Não temos, então, uma história única, objetiva, "científica", verdadeira, mas teremos tantas histórias quantas forem as necessidades de história determinadas pela vida. Nietzsche vai nos falar de três tipos de necessidade fundamentais e de três tipos de história decorrentes.

3. TRÊS RAZÕES E TRÊS HISTÓRIAS

Nietzsche se pergunta sobre os motivos que levam alguém a fazer história e encontra três razões: faz-se história porque se é ativo e ambicioso; faz-se história porque se tem prazer em conservar e venerar; e faz-se história porque se sofre e tem-se necessidade de libertação.

A cada uma destas três razões, Nietzsche faz corresponder um tipo particular de história. O homem ativo e ambicioso retoma o passado em função de suas necessidades vitais, ligadas à ação do presente e à ambição do futuro, e

faz história monumental. O homem que sente prazer em conservar e venerar volta-se ao passado para conservá-lo e para venerá-lo, e **faz história tradicionalista.** O homem oprimido e sofredor volta-se ao passado em busca das razões de sua situação presente e em busca de libertação e **faz história crítica.**

3.1. História monumental

É a história feita por quem busca no passado aliados para lutar as lutas do presente. É a história de quem se encontra num grande combate, de quem tenta impor uma nova idéia, uma nova postura, e que busca no passado legitimação para sua posição. É a história dos heróis, dos grandes vultos, dos precursores. É a história dos vencedores.

A história interessa, antes de mais, ao homem ativo e poderoso, a quem entra num grande combate, a quem tem necessidade de modelos, de iniciadores, de consoladores que não consegue encontrar à sua volta, nem na época presente (p.117).

Em que é que a contemplação do passado monumental, o estudo do que os tempos antigos tiveram de clássico e de raro pode servir ao homem de hoje? Ele conclui que se a grandeza passada foi **possível** ao menos uma vez, **sê-lo-á** sem dúvida possível no futuro. Caminha com mais coragem, porque conseguiu libertar-se da dúvida que o assalta nos momentos de fraqueza e lhe sugere que ele quer o impossível (p.120).

A história monumental **seleciona** aspectos do passado, atribui-lhes uma grandeza perene e os usa como alavanca para um futuro também de grandeza. A história monumental necessariamente violenta o passado para que, no presente, o homem de ação construa o futuro.

Enquanto a história tal como é escrita tiver por centro os grandes **impulsos** que o homem poderoso dela tira, enquanto se apresentar o passado como digno de imitação, como imitável, enquanto se acreditar que pode repetir-se, a história estará em perigo de sofrer um ligeiro desvio, de ser

embelezada e aproximada da livre criação poética. Há mesmo épocas que são incapazes de distinguir entre um passado monumental e uma ficção mítica, porque encontram em ambos idêntico estímulo (...).

A história monumental engana-nos por meio de um jogo de analogias, através de semelhanças enganadoras arrasta o homem corajoso para a temeridade e o entusiasta para o fanatismo (p.122).

3.2. História tradicionalista

É a história do antiquário, do conservador. É a história feita por quem julga que o melhor do presente é o que não altera o passado.

A história é também a riqueza do homem que quer conservar e venerar o passado, daquele que lança um olhar fiel e amoroso para as origens, para o mundo em que cresceu; com este ato de piedade, procura de algum modo pagar a dívida para com o passado. Alimentar com mão piedosa, em proveito daqueles que hão de vir depois, o que sempre foi, as condições em que nasceu, é o seu modo de servir à vida (...).

Tudo o que é pequeno, limitado, adquire importância, porque a alma conservadora e piedosa do historiador tradicionalista transporta-se para esses objetos e neles faz um doce ninho. A história da sua cidade transforma-se na sua própria história; a muralha, a porta levadiça, o regulamento municipal, a festa popular são como que o memorial ilustrado da sua juventude; neles se encontra com o seu vigor, o seu ardor para o trabalho, o seu prazer, a sua sabedoria, a sua loucura e os seus excessos. Vivía-se bem aqui, diz ele para consigo, e uma vez que ainda se vive bem, há de viver-se bem mais tarde; somos tenazes e não nos dobrarão numa noite (p.125).

O sentimento de profundo bem-estar que a árvore sente subir das raízes, o prazer de saber que não se é um ser puramente arbitrário e fortuito, mas que se vem de um passado de que se é herdeiro, flor e fruto, e que por este motivo se está justificado do que se é, a isto podemos nós chamar hoje o verdadeiro sentido histórico (p.127).

Como a história monumental, a história tradicionalista também violenta o passado. Ela não consegue avaliar o passado porque não vê o conjunto, só vê fragmentos e todos iguais, todos merecendo o mesmo respeito. A história da nação, da cidade, da família, tudo tem a mesma importância. A história tradicionalista traz consigo um risco: valorizar o passado por ser passado e repudiar o que é novo, o que está em crescimento; agindo assim, esse tipo de história desserve à vida.

(...) sabe conservar a vida, não sabe fazê-la nascer; é esse o motivo por que deprecia sempre a vida em transformação, porque não têm o instinto do dever, ao passo que a história monumental possui esse instinto (p.129).

Quando a história se põe ao serviço da vida passada a ponto de minar o que pretende sobreviver e, nomeadamente, a vida superior, quando o sentido histórico, longe de alimentar a vida, a mumifica, a árvore envelhece de modo anormal, a partir do cimo na direção das raízes e, a maior parte das vezes, a própria raiz acaba também por morrer. A história tradicionalista degenera logo que a vida presente deixa de a animar e vivificar, a piedade endurece, fica o pedantismo rotineiro, que roda egoísta e completamente à volta do seu próprio centro (p.128).

3.3. História crítica

A história crítica é a história feita pelo homem oprimido, injustiçado, sofrendo, que busca no passado as causas do seu estado presente e que julga esse passado e o condena. É um tipo de história que tenta substituir o passado que foi pelo passado que deveria ter sido para que, liberto do passado que o faz sofrer, o homem consiga libertar-se, e aos que virão, do presente opressor. A história crítica é a história dos vencidos.

Vê-se claramente até que ponto o homem, ao lado do modo monumental ou tradicionalista de considerar o passado, tem frequentemente necessidade de um **terceiro** modo, o modo **crítico**, e isso no interesse da vida. Precisa de ter

força e de usá-la por vezes, de quebrar e dissolver um fragmento do passado, para poder viver. Consegue-o fazendo comparecer esse passado perante o seu tribunal, submetendo-o a um inquérito rigoroso e, no fim, condenando-o. Todo passado merece condenação porque, como acontece com todas as coisas humanas, nele se misturaram a força e a fraqueza do homem (p.129).

(...) por vezes, esta mesma vida que exige o esquecimento tem necessidade de prescindir momentaneamente dele. É então necessário ver claramente até que ponto tal coisa, tal privilégio, tal casta, tal dinastia são injustas e merecem perecer. A crítica vira-se para o antigo, mete-se a enxada à raiz, abstrai-se cruelmente de qualquer espécie de respeito (p.130).

(...) os homens ou as épocas que servem a vida deste modo, julgando e destruindo o passado, são sempre homens e épocas perigosos e em perigo. Porque uma vez que somos o fruto das gerações passadas, somos também fruto dos seus desvios, das suas paixões, dos seus erros e até dos seus crimes. Podemos condenar esses erros e crer-nos isentos deles, mas isso não impede a nossa origem neles. E, na melhor das hipóteses, chegaremos a um conflito entre a nossa natureza herdada e hereditária e o nosso conhecimento, à uma luta entre uma nova e estrita disciplina e o que é inato em nós ou nos foi inculcado pela educação; implantaremos em nós um novo hábito, um novo instinto, uma segunda natureza, que farão morrer a nossa primeira natureza. É uma tentativa de conseguir de algum modo, a **posteriori**, o passado que se gostaria de ter tido, contrariamente àquele donde se vem, tentativa sempre perigosa porque é difícil fixar um limite à esta recusa do passado e porque as segundas naturezas são geralmente mais débeis do que as primeiras (p.130-131).

4. CONCLUSÃO

O leitor deve estar se fazendo algumas perguntas e, à guisa de conclusão, cabe-me respondê-las.

Começemos com a pergunta, muito comum, sobre a possibilidade do estabelecimento de **juízos de valor** sobre os três tipos de história de que nos fala Nietzsche. Sempre se poderia perguntar, por exemplo, se a história crítica é o tipo de

história mais perfeito, mais adequado ao mundo atual, o melhor dos três tipos de história. Sempre caberia a indagação sobre o interesse da história tradicionalista ou da história monumental em nossos dias, e outras questões do gênero.

A resposta que Nietzsche daria a estas perguntas é clara: não é possível valorar diferentemente os três tipos de história a não ser que se assuma, enquanto homem que vive e que precisa da história para sua vida, uma das três posições. Em outras palavras, para o homem de ação a história monumental não só é a melhor história, como é a única que faz algum sentido; para o homem que gosta de venerar e conservar o passado, a única história "verdadeira", a única história adequada é a história tradicionalista; e para o homem que sofre, apenas a história crítica serve. Os três tipos de história servem diferentemente a diferentes tipos de necessidades vitais e só nessa relação entre as necessidades da vida e os serviços que as três histórias prestam à vida é que elas podem ser valoradas. Como diz Nietzsche:

Cada uma das três variedades de história tem um campo próprio e um clima próprio; fora, prolifera numa vegetação parasita e devastadora. Quando o homem que quer criar grandes coisas precisa do passado, usa a história **monumental**. Ao contrário, quem quer perpetuar o que é habitual e venerado de há muito, encara o passado como antiquário e não como historiador. Aquele que é apanhado pela necessidade presente e que se quer ver livre do seu peso, precisará de uma história **crítica**, isto é, que julga e que condena. A transplantação imprudente destas diversas espécies é fonte de muitas desgraças. O crítico sem necessidade, o antiquário sem piedade, o perito sem poder criador são plantas que degeneraram, por terem sido arrancadas ao seu terreno. (p.124).

Esta postura nietzschiana nos leva imediatamente à uma outra questão, que embora já respondida no trabalho merece comentários adicionais: é possível a **objetividade** da história?

A resposta de Nietzsche me parece óbvia: **não**. Por trás da história há um homem que vive, que tem necessidades e

que só se volta ao passado (só faz história) em função dessa vida e dessas necessidades. Ora, as necessidades não são iguais para todos os homens e, em consequência, os modos de voltar ao passado, as experiências lembradas ou esquecidas, os fatos a serem destacados ou a serem ignorados, a distinção, enfim, entre o que é e o que não é pertinente no passado, serão diferentes em diferentes homens. **A história, na medida em que serve à vida, é necessariamente subjetiva.**⁴ Talvez pudéssemos encontrar objetividade no saber do homem supra-histórico, mas este ser ascético, ao se colocar acima da história, coloca-se também acima da vida. A objetividade, além de não interessar a ninguém porque não serve à vida, mata a força vital do homem que a busca.

Finalmente, cabe-me dizer alguma coisa sobre o dinamismo da vida humana e suas consequências para a história. Um indivíduo, uma nação ou uma civilização não são sempre iguais; mudam suas necessidades e, com elas, muda também o tipo de história adequada. A história marxista, por exemplo, surge como história crítica em função da vida de indivíduos que, num lugar e num momento, sofrem com um presente injusto. A sociedade européia da metade do século XIX, com suas injustiças sociais, e a **força plástica** de Karl Marx, impedindo que ele conviva com esse presente e mantenha a boa consciência, são as determinantes da história crítica elaborada por Marx. Como diz Sidney Hook:

At the outset it should be apparent to any sensitive reader that Marx writes primarily as a critic of capitalism, as a man fired with a passionate ideal to eliminate the social inequalities, the poverty, and injustices of his time.⁵

O materialismo histórico surge, assim, como uma história crítica e é de se esperar que seja adequado, enquanto concepção de história, onde quer que se encontrem situações

4 Talvez seja o caso de fazer-se uma pausa e refletir-se um pouco sobre a seguinte estrofe de Fernando PESSOA (Alberto Caieiro): "Esta é a história do meu Menino Jesus. / Por que razão que se perceba / Não há de ser ela mais verdadeira / Que tudo quanto os filósofos pensam / E tudo quanto as religiões ensinam?" (p.212).

5 HOOK, S. An evaluation of Marx's view of history. In: NASH, R. (ed.). *Ideas of history*. New York: Dutton, 1969. v.1, p.130.

semelhantes à vivida pela Europa dos novecentos. O materialismo histórico, por exemplo, foi adequado na Rússia imperial. Mas a **história soviética atual continua crítica?** Provavelmente, não. Provavelmente, a história soviética atual é uma história **monumental**, uma história de grandes vultos do passado que legitimam as ações empreendidas no presente. Não se trata mais de julgar e condenar o passado em nome de uma situação injusta no presente, mas de se encontrar no passado exemplos que justifiquem uma situação presente. E pode-se continuar fazendo materialismo histórico, embora monumental. Uma história crítica, hoje, nos países comunistas dificilmente será uma história marxista; uma história crítica, hoje, nos países comunistas só poderá ser feita por alguém que sofre e que quer julgar e condenar o seu passado de marxismo.

Mas creio que já basta. O melhor é que o leitor vá ao texto original de Nietzsche e tire suas próprias conclusões. Para encerrar, no entanto, devolvo a palavra a Nietzsche.

São estes os serviços que a história pode prestar à vida. Qualquer homem e qualquer nação, segundo os seus fins, as suas forças e as suas necessidades, têm necessidade de um certo conhecimento do passado sob a forma de uma história, que pode ser monumental, tradicionalista ou crítica. Mas não têm necessidade dela à maneira de uma multidão de pensadores puros que encaram a vida de fora, nem como indivíduos ávidos de saber e só de saber. Todas as suas necessidades se orientam para a vida e estão submetidas ao domínio e à alta direção da vida. (p.133).

* * *

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BORGES, J.L. **Obras completas**. Buenos Aires: Emecé, 1974.
- 2 NASH, R. **Ideas of history**. New York: Dutton, 1969. v.1.
- 3 NIETZSCHE, F. **Considerações intempestivas**. Lisboa: Presença: Martins Fontes, 1976.
- 4 ———. **Unzeitgemäße Betrachtungen — Considérations inactuelles**. Paris: Aubier, 1964.
- 5 PESSOA, F. **Obra poética**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1972.

PETER GAY: A EXPERIÊNCIA BURGUESA DA RAINHA VITÓRIA A FREUD

FRANCISCO MORAES PAZ

Professor do Departamento de História, UFFr.

Em *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*, o historiador alemão Peter Gay (1923 -), professor de história da Universidade de Yale (EUA), nos apresenta um novo quadro sobre a sexualidade da era vitoriana.¹ Suas análises retomam as práticas sexuais de 1820 à I Guerra Mundial. Conhecido do público brasileiro desde a publicação de *A cultura de Weimar* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978), Gay vem elaborando trabalhos sobre a experiência burguesa, conceito caro aos historiadores da chamada “nova esquerda”. Assim, centraliza suas análises na questão da cultura, isto é, nos conflitos culturais que permeiam o “triunfo” da ordem burguesa.

A educação dos sentidos (1984) é o primeiro volume desse projeto, seguido de *A paixão terna* (1986), publicados pela Companhia das Letras, respectivamente em 1988 e 1990. Ambos abordam o sexo e o amor nas representações mentais burguesas. Essas, a priori, são vistas a partir dos limites morais dos tempos vitorianos nos quais o aparente recato dos gestos e das roupas muitas vezes é entendido como uma repressão dos costumes.

Essa “economia dos corpos”, contudo, vem sendo explicitada em outras obras que contrariam a chamada “hipótese

1 GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud; a educação dos sentidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; ——— *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud; a Paixão terna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

repressiva" das práticas sociais e, em especial, das práticas sexuais. A produção da norma está muito mais, como nos lembra Foucault em seus exemplares trabalhos sobre a **História da sexualidade**², no ato de dizer e não no de silenciar.

Em vez da preocupação uniforme em escrever o sexo, em lugar do recato geral da linguagem, a característica de nossos três últimos séculos é a variedade, a larga dispersão dos aparelhos inventados para dele falar, para fazê-lo falar, para obter que fale de si mesmo, para escutar, registrar, transcrever e redistribuir o que dele se diz. (...) há uma incitação ao discurso, regulada e polimorfa. (Foucault, 1980:35).

Instrumentalizando-se metodologicamente na psichistória, Peter Gay volta-se ao estudo de épocas, acontecimentos e personagens, apoiado pela psicanálise. E, como fontes, vai dos documentos pessoais que revelam a intimidade dos interlocutores — como diários e correspondências —, aos tratados de sexualidade e teses médicas. Ou seja, discursos que integram a vida privada e discursos que informam o pensar público. Nesse particular, cumpre lembrar que os escritos da intimidade feminina raramente vinham a público até o século XVIII, pois, como nos lembra Angeline Goreau, isso equivalia a violar simbolicamente os princípios da reserva feminina.³

Tomando, assim, os discursos que dizem do pensar o amor e o sexo, o autor volta-se à aventura da dúvida sobre o caráter "vitoriano" da Rainha Vitória ou, "freudiano" de Freud. Melhor dizendo, ousa duvidar das interpretações sobre a "alma oitocentista". (Sim, por que nesse recorte não estão excluídas as duas primeiras décadas do nosso século. A ruptura está mais na I Grande Guerra do que propriamen-

2 FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1980: ——— *A história da sexualidade II: o uso dos prazeres*, Rio de Janeiro: Graal, 1984 ——— *A história da sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro, Graal, 1985.

3 GOREAU, Angeline. *Duas inglesas no século XVII: Notas para uma anatomia do desejo feminino*. In: ARTES, Philippe e outros. *Sexualidades ocidentais*. Lisboa, Contexto, 1983. p.98-110.

te no 1900). E, como afirma Peter Gay, seus personagens marcos "(...) não podem ser responsabilizados pelos mitos tecidos em torno de seus nomes." (1988:13)

O século XIX nos é apresentado em duas de suas mais importantes dimensões. De um lado, como uma era de progresso e confiança no futuro e, ao mesmo tempo, de dúvidas, pessimismos e questionamentos existenciais. De outro, como um século ricamente documentado, porém cheio de questões não respondidas e, o que nos parece pior, nem mesmo levantadas. Portanto, o olhar do autor dirige-se, segundo lentes freudianas, aos elementos básicos da experiência humana: amor, agressão e conflito. Considerando o amor como a expressão madura da sexualidade burguesa, contrapõe-se a concepção vigente da relação marido/mulher. Aquele visto como integrante de um mundo povoado de amantes, prostitutas e crianças corrompidas. Essa, a mulher, circunscrita ao universo do lar, obediente, sexualmente anestesiada e voltada aos filhos e afazeres domésticos.

Nos volumes já publicados, primeiro investiga a sensualidade burguesa e os impulsos libidinosos face às determinações morais (vol. I) para, então, passar às formas de amar das classes médias e às formas de jogar com o erotismo (vol. 2). Embora volumes distintos, são complementares e a "educação dos sentidos" vai de um registro erótico nas experiências burguesas ao contraponto dessas mesmas experiências. E, para os volumes seguintes, Peter Gay já antecipa o tema do conflito, isto é, a experiência interior ao indivíduo. Ou seja, investiga os adversários da burguesia: os remanescentes da aristocracia, partidos operários e movimentos da vanguarda literária. Em suma, o autor busca uma radiografia do mundo privado do século XIX em suas relações com o público. Também, o significado da experiência burguesa na busca da sua própria definição.

Isso, por si só, nos leva a repensar a burguesia como classe triunfante e hegemônica após suas revoluções dos séculos XVIII e XIX. Antes de sê-la (triumfante e hegemô-

nica), ela debatia-se entre a permanência das estruturas sociais dos séculos anteriores e daquelas que foram gestadas no seu próprio interior. Ou seja, diante da aristocracia e do proletariado, a burguesia busca se firmar como sujeito historicamente novo e capaz de impor suas formas de pensar e sentir. Essas formas são exatamente a marca da diferença, capaz de inaugurar um tempo novo e indiscutível. A questão fica, portanto, remetida à necessidade histórica de fazer com que seus oponentes, apesar de oponentes, tivessem o mesmo referencial de mundo que passa pela produção da técnica e pelo avanço da ciência. O burguês define-se mais pela oposição ao aristocrata e ao operário do que pelas suas características comuns. De fato, não havia um burguês típico. Ele variava do empresário inescrupuloso ao engenheiro construtor, do “grand bourgeois” ao “petit bourgeois”. Como traço comum acentua-se a busca da erudição. Suas casas eram incompletas quando não tivessem quadros, música e livros.

Nessa “era do nervosismo” o trem encerra a metáfora da velocidade das transformações. As cidades crescem assustadoramente. As grandes migrações produzem um deslocamento populacional nunca antes visto. Os subúrbios incham. Os campos esvaziam. Tais transformações geram o mal estar da sensação da deriva, da falta de rumo. A rapidez da mudança produz o que Freud chamou de mal-estar na civilização.⁴ E o historiador, de poeta das mudanças passou à condição de cientista que as estuda, embora nem sempre compreendendo que elas mais perturbam do que estimulam.

É nesse contexto que Peter Gay busca “um registro erótico” para investigar as experiências burguesas. A história de Mabel Loomis Todd, que mantinha um caso extra-conjugal com Austin Dickinson (irmão da poeta Emily Dickinson), embora excepcional, contraria a idéia da sexualidade anestesiada em mulheres com a sua formação. Ao

⁴ FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: ————. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v.XXI. p.81-171.

negar as convenções da pacata Amherst (Massachusetts), Mabel Todd mostra a fragilidade dos padrões da moral burguesa. Especialmente ao manter o registro de sua vida erótica, deixando-o intacto.

Criada no interior de uma família de posses médias e que se orgulhava de seus antepassados, aos vinte e dois anos casou-se com o promissor astrônomo David Peck Todd. Como tantas outras donas de casa instruídas, mantinha dois diários. No primeiro registrava seus afazeres domésticos; no segundo, suas reflexões e lembranças, o ardor sexual dos primeiros anos de seu casamento. Mudando-se de Washington (D. C.) para Amherst, Mabel conheceu Austin e, embora casados, tornaram-se amantes contando com uma certa cumplicidade de David, que também mantinha suas relações extraconjugais. A diferença de idade entre os amantes sugere um amor ou complexo de Electra, aliás, atitude nada estranha para as meninas da época, em situação social semelhante. Mesmo que esse romance tenha se tornado público, a sociedade local continuou aceitando os Todd e os Dickinson e Mabel foi tratada como uma celebridade enquanto Austin viveu. Aliás, esse não era o único caso de infidelidade conjugal. Só era mais um. E Amherst nunca foi um poço de libertinagem.

A partir dessa ocorrência, Peter Gay analisa tantas outras, segundo os instrumentos da psico-história, mostrando que a insatisfação sexual no matrimônio não impedia que os cônjuges fossem buscar prazer em outros leitos. Nem que registrassem suas frustrações e prazeres nos diários íntimos. Esses, mais que simples papel, são um amigo confidente. Ou seja, além de buscar prazer sexual, as pessoas não o escondiam inteiramente. De forma sutil, falam em seus orgasmos, ódios e paixões.

Investiga também os receios do parto e do aborto, as altas taxas de mortalidade infantil e os mecanismos de controle da natalidade. Com isso mostra que, a despeito de um “pensar” burguês, há um “pensar” individual que orienta as

experiências particulares. “As publicações sobre o controle da natalidade — para o autor — são janelas que nos permitem vislumbrar a sexualidade burguesa do século XIX, bem como no âmbito restrito de privacidade no qual ela se via obrigada a manobrar”. (1988:199). Modificando suas vidas sexuais e planejando suas famílias, os cônjuges encontraram um acréscimo gratificante em seus relacionamentos sexuais. Embora a moral malthusiana dissesse de uma sexualidade voltada à reprodução, individualmente serviu aos sentimentos de um sexo prazeroso, livre das maldições da gravidez indesejável, das pressões sobre sua sexualidade.

A ignorância ou a inocência sobre a vida matrimonial não impediam que os cônjuges se rebelassem contra os desprazeres da carne, ou, os prazeres não atendidos. Exemplar é o caso Effie Ruskin que, em 1854, conta a seus pais que está se separando do marido pois cansou dos seis anos de longas conversas sobre o sexo sem nenhum exercício prático. Mesmo assim não condena seus pais pela ignorância e despreparo ao casamento. Parte para uma nova relação que, apesar de tumultuada, gerou oito filhos.

As dificuldades familiares no trato da sexualidade não impediram que os médicos desenvolvessem um saber específico, combatendo a masturbação e o homossexualismo. Nem que levassem suas recomendações à essas mesmas famílias. Ao mesmo tempo, a medicação proposta mostra a oposição ao vício solitário, capaz de promover degenerações físicas e morais. Esse saber médico remete à idéia da busca do conhecimento e, conforme Peter Gay, “(...) embora possa ter aliviado os sofrimentos de milhares de leitores, forneceu mais esclarecimentos a respeito da cultura em que estava inserida do que a respeito da sexualidade (...)” (1988:231).

De particular interesse é o capítulo sobre **Conhecimento carnal**, no qual o autor evidencia que esse conhecimento começa pelas solicitações do corpo. Ainda que, a despeito dos ataques à sensualidade, os mais instruídos sabiam mais do que se dispunham a revelar. Na aquisição das informações

eróticas não contribuíam somente as relações traumáticas ou de sedução. Como lembra o autor, não era necessário ser vítima de um estupro nem ser irmão de Flaubert para aprender a respeito do corpo. Nas descobertas inocentes dos monumentos públicos e das expressões artísticas surgiam informações do corpo, o que aparece ricamente registrado num livro mostrando as possibilidades documentais das fontes iconográficas. O conhecimento da carne poderia vir do seio materno exposto à amamentação, dos banhos em lugares públicos ou do material pornográfico. Este, apesar do controle das autoridades, já circulava como qualquer outra mercadoria.

Vê-se, pois, que “o mundo inteiro estava repleto de advertências e convites, de fracassos que fortaleciam as inibições bem como as incitações que as derrotavam”. (1988:290). Ou seja, os sentidos são educados nas muitas lições que a sociedade oferece.

Ao final do seu trabalho, Peter Gay retorna a Mabel Todd mostrando, num percurso circular, exatamente essa educação dos sentidos. Aliás, educação muitas vezes ministrada por “(...) professores da negação que instruíam seus contemporâneos na arte de reticência (...)”. (1988:327). A exemplaridade do percurso, contudo, está muito mais no procedimento metodológico do autor. Mabel Todd, longe de ser um caso singular, é o ponto de partida da sexualidade oitocentista. Na revelação de sua intimidade é iniciado o desvendamento de outras intimidades que, somadas, fornecem um novo quadro dos desejos da carne. E nesse, a protagonista confirma-se como personagem de seu tempo que viu na dissimulação de seus desejos a possibilidade da concretização dos mesmos.

E mais, as evidências empíricas de uma farta documentação destróem o edifício da moral burguesa, construído a partir de um modelo prévio. Como se não bastasse a força argumentativa de um longo e denso texto, como esse que o autor nos apresenta, conclui com o valioso ensaio bibliográ-

fico que serve, no mínimo, para pensar nas questões que ainda não ousamos pensar (sobre o século XIX). Embora Peter Gay parta da experiência burguesa, cremos não ser impróprio concluir sobre a necessidade da experiência da dúvida no "metier" da história.

* * *

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ARIËS, Phillipe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- 2 ——— e outros. **Sexualidades ocidentais**. Lisboa: Contexto, 1983.
- 3 FLANDRIN, Jean-Louis. **O sexo e o ocidente: evolução das atitudes e dos comportamentos**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- 4 FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- 5 GAY, Peter. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- 6 ———. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: a paixão terna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- 7 MACFARLANE, Alan. **História do casamento e do amor: Inglaterra, 1300-1840**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ÍNDICE

v. 9, jun. 1988-dez. 1988

ABASTECIMENTO, n. 16, p. 66-82

ABOLIÇÃO, n. 16, p. 5-37

ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HISTÓRIA, n. 16, p. 220-221

ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL, n. 17, p. 334-359

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de

Batismo da liberdade: os abolicionistas e o destino do negro,
n. 16, p. 38-65

Batalha, Cláudio Henrique de Moraes

A história social em questão, n. 17, p. 229-241

BONAPARTISMO, n. 17, p. 293-304

Boruszenko, Oksana

A imigrante ucraniana em prosa e verso, n. 17, p. 360-365

BRASIL

TRÁFICO DE ESCRAVOS, n. 16, p. 187-219

Capela, José

O tráfico da escravatura nas relações Moçambique-Brasil, n. 16,
p. 187-219

Cesário, Ana Cleide

Recensão

Ferreira, A. C.; Simon, C.G.B. Tensões da modernidade em
Londrina, n. 17, p. 367-370

Chalhoub, Sidney

Visões da liberdade: senhores, escravos e abolicionistas da corte
nas últimas décadas da escravidão, n. 16, p. 5-37

CURITIBA

ESCRavidão, n. 16, p. 83-103

ELEIÇÕES, n. 17, p. 305-333

Encontro Regional de História (2.:1988 out. 5-7: Maringá)

Os caminhos da história, n. 17, p. 229-265

ESCRavidão, n. 16, p. 5-159, 187-219

FAMÍLIA ESCRAVA, n. 16, p. 104-159

Ferreira, Antonio Celso; Simon, Cristiano Gustavo Biazzo

Tensões da modernidade em Londrina: a ferrovia e a nave
n. 17, p. 334-359

Tensões da modernidade em Londrina (recensão), n. 17, p. 367-370

Ginzburg, C. O queijo e os vermes (recensão), n. 17, p. 371-380

HISTÓRIA, n. 17, p. 276-292

CONGRESSOS, n. 17, p. 229-265

HISTÓRIA POLÍTICA, n. 17, p. 305-333

- HISTÓRIA SOCIAL, n. 16, p. 83-103, n. 17, p. 229-241, 360-365
- HISTORICIDADE, n. 17, p. 267-275
- HISTORICISMO, n. 17, p. 267-275
- HISTORIOGRAFIA, n. 16, p. 104-159
- Ianni, Octavio
 O bonapartismo, n. 17, p. 293-304
- IMIGRAÇÃO, n. 16, p. 83-103, n. 17, p. 360-365
- Kula, Marcin
 História e sociologia, n. 17, p. 276-292
- LITERATURA UCRANIANA, n. 17, p. 360-365
- LONDRINA
 URBANIZAÇÃO, n. 17, p. 335-359
- Luca, Tania Regina de
 O trabalho e suas representações em famílias negras de São Paulo (comunicação de pesquisa), n. 16, p. 161-186
- Manoel, Marise
 ver Paz, Francisco Moraes, colab.
- MARX, K. O 18 BRUMÁRIO DE LUIS BONAPARTE, n. 17, p. 293-304
- Mauro, Frédéric
 História, historicidade, historicismo, n. 17, p. 267-275
- MEMÓRIA HISTÓRICA, n. 17, p. 242-250
- MOÇAMBIQUE
 TRÁFICO DE ESCRAVOS, n. 16, p. 187-219
- Motta, José Flávio
 Família escrava: uma incursão pela historiografia, n. 16, p. 104-159
- MUSEOLOGIA, n. 17, p. 251-265
- Nadaf, Mário Antonio Moysés
 ver PAZ, Francisco Moraes, colab.
- NEGROS, n. 16, p. 161-186
- NOVA HISTÓRIA, n. 17, p. 251-265
- Oliveira, Soraya Regina Gomes de
 Recensão
 Ginzburg, C. O queijo e os vermes, n. 17, p. 371-380
 ver PAZ, Francisco Moraes, colab.
- PARANÁ
 ELEIÇÕES, n. 17, p. 305-333
- PARTIDOS POLÍTICOS, n. 17, p. 305-333
- PATRIMÔNIO CULTURAL, n. 17, p. 242-250
- Paz, Francisco Moraes; Manoel, Marise; Rodrigues, Leonidas; Nadaf, Mário Antonio Moysés: Oliveira, Soraya Regina Gomes de
 Eleições e partidos: práticas políticas no Paraná, 1946-86 — projeto de pesquisa, n. 17, p. 305-333
- Pena, Eduardo Spiller
 Escravos, libertos e imigrantes: fragmentos da transição em Curitiba na segunda metade do século XIX, n. 16, p. 83-103
- POLÍTICA ABOLICIONISTA, n. 16, p. 38-65

PROCESSOS DE ALFORRIA, n. 16, p. 5-37

RECENSÕES

O queijo e os vermes, n. 17, p. 371-380

Tensões da modernidade em Londrina, n. 17, p. 367-370

Rodrigues, Leonidas

ver Paz, Francisco Moraes, colab.

Santos, Afonso Carlos Marques de

Memória, história e patrimônio cultural: notas para um debate,
n. 17, p. 242-250

SÃO PAULO

NEGROS, n. 16, p. 161-186

SÉCULO XIX

ESCRAVIDÃO, n. 16, p. 83-103

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da

Produção de alimentos e trabalho escravo no Brasil colonial,
n. 16, p. 66-82

SIMÃO NETO, Antonio

Nova história, novo museu?, n. 17, p. 251-265

SIMON, Cristiano Gustavo Biazzo

ver FERREIRA, Antonio Celso, colab.

SOCIOLOGIA, n. 17, p. 276-296

TEORIA DA HISTÓRIA, n. 17, p. 229-241, 267-292

TRABALHO

REPRESENTAÇÃO, n. 16, p. 161-186

TRÁFICO DE ESCRAVOS, n. 16, 187-219

URBANIZAÇÃO, n. 17, p. 334-359

Composto e impresso na
GRAFICA VICENTINA LTDA.
Al. Cabral, 846 - Tel. 222-1057
Caixa Postal 988
Curitiba - Paraná

História: Questões & Debates é uma revista preocupada com a História como conhecimento, com a História como pesquisa, com a História como instrumento de Educação; preocupada com as relações da História e as demais ciências humanas em particular, e com o valor que a sociedade lhe atribui.

Desta forma, a Revista está aberta não apenas aos associados da APAH e historiadores, mas também aos demais cientistas sociais, aos professores de Ensino Médio, aos que trabalham com a Educação e aos estudantes universitários.

Toda colaboração deverá:

- 1.º — ser inédita;
- 2.º — ser redigida preferencialmente em língua portuguesa; trabalhos em outros idiomas deverão obrigatoriamente incluir resumo em português;
- 3.º — trazer título que corresponde, de modo claro e preciso, à idéia geral do trabalho;
- 4.º — apresentar, em folha à parte devidamente numerada, um resumo de no máximo 250 palavras;
- 5.º — trazer, quando elaborada sob orientação, o nome do Professor orientador;
- 6.º — ser apresentada em três (3) vias datilografadas numa face em papel tamanho ofício, com margem de três (3) centímetros, espaço duplo e numeração no canto superior direito;
- 7.º — apresentar, em folhas à parte devidamente numeradas, as notas de rodapés e as referências bibliográficas. Estas últimas deverão estar de acordo com a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);
- 8.º — trazer os gráficos e/ou ilustrações uma em cada folha, à parte, devidamente numeradas com o título claro, assinando no texto o local em que deverão ser intercaladas.

Os originais deverão ser encaminhados à redação juntamente com carta anexa, autorizando sua publicação. A revisão das provas durante a impressão poderá ser feita pelo autor desde que assim o deseje. O Conselho Editorial somente apreciará os trabalhos que obedeçam às normas estabelecidas.

Além de artigos, a revista poderá apresentar comunicações, notas prévias, notícias de pesquisas em desenvolvimento, resenhas bibliográficas, além de notícias da APAH.

Aos autores de artigos serão enviados cinco (5) exemplares do número que trazer seu trabalho.

Os originais não publicados não serão devolvidos.



BANESTADO

O BANCO DO POVO DO PARANÁ